UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

JOHNNY ROBERTO ROSA

À perlaboração de um passado traumático:
do reconhecimento das vítimas e atrocidades do passado à superação dos legados das
experiências de violência da ditadura civil-militar no Brasil

Versão Corrigida

São Paulo

2017

JOHNNY ROBERTO ROSA

À perlaboração de um passado traumático:

do reconhecimento das vítimas e atrocidades do passado à superação dos legados das experiências de violência da ditadura civil-militar no Brasil.

Versão Corrigida

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Vasconcelos

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R788Â Rosa, Johnny Roberto
À perlaboração de um passado traumático: do reconhecimento das vítimas e atrocidades do passado à superação dos legados das experiências de violência da ditadura civil-militar no Brasil / Johnny Roberto Rosa ; orientador José Antonio Vasconcelos. – São Paulo, 2017.
264 f.

Tese (Doutorado)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Perlaboração. 2. Justiça de transição. 3. Ditadura. 4. Brasil. 5. Trauma. I. Vasconcelos, José Antonio , orient. II. Título.

ROSA, Johnny Roberto. **À perlaboração de um passado traumático:** do reconhecimento das vítimas e atrocidades do passado à superação dos legados das experiências de violência da ditadura civil-militar no Brasil. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em: 30 de outubro de 2017

Banca Examinadora

Profª. Dra. Zilda Marcia Grícoli Iokoi

Instituição: Universidade de São Paulo - USP

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. Marcos Antonio da Silva

Instituição: Universidade de São Paulo - USP

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. Leandro Seawright Alonso

Instituição: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. Erivan Cassiano Karvat

Instituição: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Julgamento _____ Assinatura _____

À minha esposa, Ágata

Ao meu filho, Sándor

À memória de minha avó, Amanda

AGRADECIMENTOS

Em especial, quero agradecer:

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo imprescindível apoio concedido, dando subsídios à manutenção de um trabalho que se fez mister ser desenvolvido exclusivamente aos seus propósitos termos.

Os funcionários da Secretaria de Pós-Graduação do Departamento de História, pela presteza nas informações e pelo eficiente e cordial atendimento durante o desenvolvimento desta pesquisa.

A banca examinadora (titulares e suplentes), professora Dra. Zilda Marcia Gricoli Iokoi, professor Dr. Erivan Cassiano Karvat, professor Dr. Paulo Cesar Endo, professor Dr. Marcos Antonio da Silva, professor Dr. Leandro Seawright Alonso, professor Dr. André Luiz Joaquinho, professora Dra. Sandra Regina Chaves Nunes, professora Dra. Claudia Regina Baukat Silveira Moreira e professor Dr. Maurício Cardoso.

A atuação cuidadosa e competente da orientação exercida pelo professor Dr. José Antonio Vasconcelos. Obrigado pelo acolhimento, pelas contribuições, pela confiança, pelo apoio e pelo incentivo.

Os colegas do grupo de estudos do Laboratório de Teoria da História e Historiografia da Universidade de São Paulo pela hospitalidade e pelas discussões.

A disposição, as leituras atentas e críticas, os questionamentos, o incentivo, as orientações, os ensinamentos e a cumplicidade do professor e amigo já de longa data Erivan Cassiano Karvat.

Os professores Dr. Marcos Zilli, Dra. Sandra Nunes e Dr. José Carlos Meihy, pelas discussões que o curso “Testemunhos, Memória e Esquecimento” proporcionou.

Os professores da Universidade de São Paulo, Dr. Marcos Antonio da Silva e Dr. Paulo Cesar Endo, pela colaboração, pela cuidadosa leitura do projeto e pelos encaminhamentos.

A minha mãe, Talita dos Santos, pelas lições, pelo amor, pelo apoio e pelo incentivo. Obrigado pelo exemplo.

A Mafalda Aparecida Ribeiro Kiss e Roberto Kiss, pela disposição, pelo carinho e pela imensa capacidade em ajudar.

Os amigos Rodrigo, Fernando e Hernan, que sempre estiveram presentes ao longo destes quase cinco anos de trabalho. Amigos queridos com os quais sempre pude contar.

Os amigos Jonathan Steinberg e Carola Geis, pela disposição, apoio incondicional e carinho.

A minha esposa, Ágata Kiss, pelo muito! Obrigado pelo apoio e pela compreensão por meus ímpetos de clausura; obrigado por suportar o meu mau humor, pelo cuidado, pela força e pela dedicação dispendida; obrigado pela amizade, pela coragem, pelos conselhos, por estar sempre presente... pelo amor.

O meu filho, por razões únicas.

Meus sinceros agradecimentos e gratidão.

*Vêm aí dias difíceis.
O tempo até ver aprazado
assoma no horizonte.
Em breve terás de atar os sapatos
e recolher os cães nos casais da lezíria,
pois as vísceras dos peixes
arrefeceram ao vento.
Mortiça arde a luz dos tremoeiros.
O teu olhar abre caminho no nevoeiro:
o tempo até ver aprazado
assoma no horizonte.*

*Do outro lado enterra-se-te a amante,
a areia sobe-lhe pelo cabelo a esvoaçar,
corta-lhe a palavra,
impõe-lhe silêncio,
acha-a mortal
e pronta para a despedida
depois de cada abraço.*

*Não olhes em volta.
Ata os sapatos.
Recolhe os cães.
Lança os peixes ao mar.
Extingue os tremoeiros!*

Vêm aí dias difíceis.

(BACHMANN, Ingeborg, 1993)

RESUMO

ROSA, Johnny Roberto. **À perlaboração de um passado traumático:** do reconhecimento das vítimas e atrocidades do passado à superação dos legados das experiências de violência da ditadura civil-militar no Brasil. 2017. 264 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Ao conjunto de medidas administrativas, judiciais, legais, à aplicação de atividades compensatórias, de ações educativas e de políticas de memória assumidas ao acerto de contas com a violência perpetrada por sociedades emergentes de períodos em que foram cometidas graves violações dos direitos humanos, dá-se o nome de justiça de transição. No Brasil, tais medidas apresentadas às atrocidades cometidas pelos agentes do Estado durante a ditadura civil-militar (1964-1985) levam em conta ações compensatórias, educativas e políticas de memória e verdade agenciadas por meio dos trabalhos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, da Comissão de Anistia e da Comissão Nacional da Verdade. Estas medidas, procurando desenvolver os fundamentos da legitimação democrática e solidificar os mecanismos de resistência ao autoritarismo, fornecem os termos ao reconhecimento das experiências de violência e condicionam a sua reparação, esclarecimento e responsabilização. Deste modo, questiona-se aqui a possibilidade das representações feitas pelas medidas de justiça de transição implementadas pelas comissões de reparação e de verdade assumirem um sentido terapêutico, condicionando a perlaboração dos traumas decorrentes das atrocidades perpetradas pelos agentes da repressão. Para isso, submete-se as narrativas produzidas pelas comissões de reparação e da verdade a uma análise que leva em conta o processo de perlaboração do trauma destas experiências no contexto no qual o Estado brasileiro implementa medidas ao reconhecimento, à reparação, à reconciliação, ao esclarecimento e à responsabilização dos crimes da repressão. Tais medidas – a depender das reivindicações discursivas críticas e da apreensão coletiva de suas representações, da associação que dá possibilidade de integração e de sentido à experiência – marcam o processo do trauma em sua dimensão sociocultural e canalizam à revisão e à objetivação da identidade coletiva e da memória como parte de um registro coletivo. Assente-se, contudo, que as debilidades do processo transicional brasileiro inibem o debate e o engajamento social, dificultam o reconhecimento da violência, colocam obstáculos à simbolização e à apreensão coletiva de suas representações e conduzem os seus termos ao esquecimento ou à revisão. Logo, as

representações feitas pelas medidas de justiça transicional não condicionam a perlaboração social dos legados traumáticos da violência cometida pelos agentes da repressão durante a ditadura civil-militar no Brasil. Tais condições seguem dificultando que um trabalho de memória da violência da ditadura se configure em um trabalho de perlaboração dos legados de seus traumas.

Palavras-chave: Justiça de transição. Ditadura. Brasil. Trauma. Perlaboração.

ABSTRACT

ROSA, Johnny Roberto. **Working through a traumatic past**: from acknowledging victims and past atrocities to overcoming the legacies of violence from the civil-military dictatorship in Brazil. 2017. 264 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Transitional justice is the set of administrative, judicial and legal measures, and the application of compensatory activities, educative actions and politics of memory adopted in order to come to terms with the violence perpetrated by societies emerging from periods in which gross human rights violations were committed. In Brazil, such measures, taken to overcome the atrocities committed by the State agents during the civil-military dictatorship (1964-1985), encompass compensating and educational actions, as well as politics of memory and truth carried out through the efforts of the Special Commission for the Dead and Missed Opponents, the Amnesty Commission and the National Truth Commission. Attempting to develop the foundations of the democratic legitimation and to strengthen the mechanisms of resistance to the authoritarianism, these measures contribute to the recognition of experiences of violence and lay the groundwork for reparation, clarification and acknowledgment of such experiences. Thus, what is questioned here is if the measures of transitional justice implemented by the commissions of reparation and truth may assume a therapeutic meaning, promoting the process of working through the trauma resultant from the atrocities perpetrated by the agents of repression. The narratives produced by the commissions are submitted to an inquiry that takes into account the working through process of such traumatic experiences in the context in which the Brazilian State puts in place measures for the recognition, reparation, reconciliation, clarification and acknowledgement of the crimes of repression. Such measures – depending on the critical discursive claim and on the collective apprehension of their representations, on the association that allows integration and meaning to the experience – characterize the process of trauma in its social-cultural extent and convey to the critical analyses and to the conceiving of the collective identity and memory as part of a collective testimony. However, it is agreed that the deficiencies identified in the Brazilian transitional process inhibit the debate and social commitment, hinder the recognition of violence, hold back the symbolization and the collective apprehension of its representations and take their terms to oblivion or revision. Therefore, the representations produced by the measures of transitional justice do not promote the social process of working through the traumatic

legacies of the violence committed by the agents of repression during the civil-military dictatorship in Brazil. These conditions keep hindering that the work of memory of such violence emerges as the process of working through the legacies of its trauma.

Keywords: Transitional justice. Dictatorship. Brazil. Trauma. Working through.

ZUSAMMENFASSUNG

ROSA, Johnny Roberto. **Zur Durcharbeitung einer traumatischen Vergangenheit:** von der Anerkennung der Opfer und Grausamkeiten der Vergangenheit bis zur Überwindung der geerbten Gewalterlebnisse während der zivil-militären Diktatur Brasiliens. 2017. 264 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Man nennt „Übergangsjustiz“ die Zusammensetzung von Verwaltungs-, gerechtllicher und gesetzlicher Maßnahmen und der Durchführung Ausgleichs- und Bildungsmaßnahmen und Gedächtnispolitiken in Gesellschaften, die aus gewalttätigen Perioden hervorkommen und diese Gewalt bewältigen. In Brasilien schließen solche Maßnahmen gegen die Grausamkeiten, die während der zivil-militären Diktatur Brasiliens (1964-1985) von Staatsagenten begangen wurde, mehrere Ausgleichs-, Bildungsmaßnahmen und Gedächtnis- und Wahrheitspolitiken ein, die aus den Arbeiten der brasilianischen Kommissionen über Tote und Politisch Verschwundene, zur Amnestie und der Wahrheitskommission veranlasst wurden. Indem sie die Grundlagen der demokratischen Legitimation zu entwickeln und Mechanismen des Widerstands gegen den Autoritarismus zu befestigen beabsichtigen, liefern solche Maßnahmen die Bedingungen zur Anerkennung der Gewalterlebnisse und zu deren Wiedergutmachung, Erklärung und Rechenschaftspflicht. In diesem Sinne wird hierin untersucht, ob die Repräsentationen der Übergangsjustizmaßnahmen, die von den Wiedergutmachungs- und Wahrheitskommissionen veranlasst wurden, einen möglichen therapeutischen Effekt haben und das Durcharbeiten der aus der Gewalt von Repressionsagenten verursachten Traumen bedingen können. Dazu werden die Berichte der Kommissionen analysiert, in Anbetracht der Durcharbeitungsprozess des Traumas im Rahmen der vom brasilianischen Staat durchgeführten Anerkennungs-, Wiedergutmachungs-, Versöhnungs-, Erklärungs- und Rechenschaftspflichtmaßnahmen. Solche Maßnahmen – abhängig von den kritischen Diskursansprüche und dem kollektiven Verstehen derer Repräsentationen und der Möglichkeit, das Erlebnis zu integrieren und sinnzugeben – prägen die Durcharbeitung des Traumas in seiner soziokulturellen Dimension ein und tragen zur Revision und Vergegenständlichung der kollektiven Identität und des Gedächtnisses als Teil eines kollektiven Registers bei. Man muss jedoch zugestehen, dass die Schwächen des brasilianischen Übergangsprozesses die Debatte und das soziale Engagement abdämpfen, die Anerkennung der Gewalt erschweren, das Symbolisieren und das kollektive Verstehen der

Repräsentationen hemmen und dessen Ergebnisse zum Vergessen oder Revision führen. So bedingen die Repräsentationen der Übergangsjustizmaßnahmen die gesellschaftliche Durcharbeitung der traumatischen Erlebnisse aus der diktatorischen Gewalt nicht. Solche Bedingungen machen seit langem schwer, dass die Gedächtnisarbeit über die Diktaturgewalt sich in die Durcharbeitung der geerbten Traumata umwandelt.

Schlüsselwörter: Übergangsjustiz. Diktatur. Brasilien. Trauma. Durcharbeitung.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AI	Atos institucionais
ALN	Ação Libertadora Nacional
Arena	Aliança Renovadora Nacional
CEH	<i>Comisión para el Esclarecimiento Histórico</i>
CEMDP	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CEV-RJ	Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro
CIE	Centro de Informações do Exército
CISA	Centro de Informações da Marinha
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
CONADEP	<i>Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas</i>
Corte IDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CVR	<i>Comisión de la Verdad y Reconciliación</i>
DOI	Destacamento de Operações e Informações
DOPS	Delegacias de Ordem Política e Social
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MOLIPO	Movimento de Libertação Popular
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PIDCP	Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos
PIDESC	Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos

PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SISNI	Sistema Nacional de Informações
SNI	Serviço Nacional de Informações
STF	Supremo Tribunal Federal
TEDH	Tribunal Europeu dos Direitos Humanos
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 REVISITANDO A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)	22
1.1 GOLPE E REPRESSÃO	22
1.2 PROSPERIDADE ECONÔMICA, DESIGUALDADE SOCIAL E VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA	28
1.3 REPRESSÃO, RECESSÃO E ABERTURA (CONTROLADA)	33
1.4 TRANSIÇÃO (DELEGADA): MANUTENÇÃO DE PRERROGATIVAS, IMPUNIDADE E FRUSTRAÇÃO	38
1.5 OBSERVAÇÕES FINAIS	41
2 JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: HISTÓRICO E DEFINIÇÕES	43
2.1 UM ACERTO DE CONTAS COM A VIOLÊNCIA	43
2.2 JUDICIALIZAÇÃO DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: DA RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL	50
2.3 DO ESQUECIMENTO INSTITUCIONALIZADO À SUPERAÇÃO DE SEUS LEGADOS: ANISTIA	66
2.4 DIREITO À VERDADE, À MEMÓRIA E À HISTÓRIA: COMISSÕES DE VERDADE	76
2.5 MEMÓRIA POLÍTICA E JUSTIÇA HISTÓRICA: REPARAÇÃO	87
2.6 OBSERVAÇÕES FINAIS	99
3 JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL. DIREITO À REPARAÇÃO, À VERDADE, À MEMÓRIA E À JUSTIÇA	102
3.1 DOS IMPASSES DA LEI DE ANISTIA	102
3.2 MELHORIAS NO PROCESSO DE ACERTO DE CONTAS COM O PASSADO	116
3.3 COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS	123
3.4 COMISSÃO DE ANISTIA	132
3.5 COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE	148
3.6 OBSERVAÇÕES FINAIS	167

4 TRAUMA, HISTÓRIA E LUTO: À PERLABORAÇÃO DE UMA EXPERIÊNCIA DE VIOLÊNCIA	170
4.1 TRAUMA: CONSIDERAÇÕES PSICOLÓGICAS E SOCIOCULTURAIS	170
4.2 DO RECONHECIMENTO À LUTA: LUTO	175
4.3 À SUPERAÇÃO DE UMA EXPERIÊNCIA TRAUMÁTICA: PERLABORAÇÃO	179
4.4 PERLABORAÇÃO COMO PRÁTICA CULTURAL DE MEMÓRIA COLETIVA	184
4.5 A MEMÓRIA CULTURAL DO TRAUMA: CONDIÇÃO À PERLABORAÇÃO SOCIAL	190
4.6 DILEMA À PERLABORAÇÃO	196
4.7 OBSERVAÇÕES FINAIS	200
5 À PERLABORAÇÃO DA VIOLÊNCIA TRAUMÁTICA DA REPRESSÃO: O CASO BRASILEIRO	207
5.1 RECONCILIAÇÃO, REPARAÇÃO, RECONHECIMENTO, ESCLARECIMENTO E RESPONSABILIZAÇÃO: CONDIÇÕES À PERLABORAÇÃO?	209
CONSIDERAÇÕES FINAIS	237
REFERÊNCIAS	243

INTRODUÇÃO

Durante as últimas décadas, os mecanismos de superação dos legados do passado de violações aos direitos humanos implementados por poderes do Estado nacional, da sociedade civil e por órgãos internacionais que buscam garantir a prosperidade institucional democrática, têm gerado um novo campo normativo das obrigações legais dos Estados. A aplicação desta nova normatização, consubstanciada, de modo geral, em medidas de justiça de transição, visa superar os agravos causados pelas violações aos direitos humanos, almejando reconstruir as relações de confiança entre o Estado e seus cidadãos, assegurando a paz e a estabilidade social depois da transição democrática. Esta normativa leva em conta iniciativas que fomentam o desenvolvimento democrático através da aplicação da justiça, de ações educativas, de políticas de memória e de verdade que resgatam a dignidade das vítimas e visam transformar os delitos de um regime totalitário em aprendizado à não repetição da violência. Tais obrigações tencionam difundir valores que condizem com o respeito à elaboração axiológica construída a partir de um plano simbólico de resistência e ação social, pela proteção da dignidade e prevenção do sofrimento, com um propósito explícito de superar e prevenir a violência.

Na justiça de transição, as respostas judiciais e não-judiciais dadas aos legados de violações dos direitos humanos são constituídas por realizações de governos emergentes de regimes autoritários, conflitos civis, ditaduras, segregação racial e guerras, e por respostas jurídicas e atividades compensatórias de democracias já consolidadas, cujas medidas práticas e instituições visam incorporar a inclusão de processos penais, de pedidos oficiais de perdão, de comissões de investigação e reconciliação, de pagamento de indenizações, de medidas de reparação e políticas de memória pública ao fortalecimento da democracia, à proteção dos direitos humanos e à superação da violência. Tratam-se de iniciativas que, a depender das obrigações, realidades e possibilidades dos Estados, comportam a responsabilização, o esclarecimento e o reconhecimento das situações de violência e contemplam estratégias de representação com o propósito de alcançar a superação da violência e de seus legados traumáticos.

No Brasil, o conjunto de medidas apresentadas à superação das violações de direitos humanos perpetradas pelos agentes do Estado durante a ditadura civil-militar (1964-1985), agenciadas pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (CEMDP), pela Comissão de Anistia do

Ministério da Justiça e pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), tem-se dado pela promoção de mecanismos suplementares à responsabilização penal dos agentes públicos e de seus mandantes. De modo geral, os projetos incorporados ao domínio da justiça de transição no Brasil conjecturaram a criação de comissões de reparação e verdade, promovendo medidas de indenização e reparação pecuniária, administrativa e simbólica aos opositores e dissidentes lesados pela repressão militar. Trata-se de um processo de justiça transicional cujas opções disponíveis são caracterizadas pela ausência de medidas de responsabilização criminal e pela promulgação de comissões de reparação e de verdade que levam em conta ações compensatórias, educativas e políticas de memória e verdade que fornecem os termos ao reconhecimento das experiências de violência e condicionam a sua reparação, reconciliação, esclarecimento e responsabilização.

De modo geral, as atividades de resgate público da memória das vítimas da repressão do Estado brasileiro, promovidas pelas comissões de reparação e verdade, procuram viabilizar estratégias de representação da violência e do sofrimento mediadas por trabalhos de memória que procuram fornecer sentido à experiência por meio do reconhecimento dos crimes do Estado e da identificação de seus autores; por meio da promoção da escuta pública dos perseguidos políticos, da sistematização e preservação de informações e do fomento de iniciativas à reflexão sobre a história e a memória da violência dos anos de ditadura. Tais medidas evidenciam as atrocidades perpetradas pelos agentes da repressão, reconhecem que suas vítimas sofreram torturas, detenções ilegais e arbitrárias, execuções sumárias, ocultações de cadáveres e desaparecimentos forçados que caracterizaram o cometimento de crimes contra a humanidade; arbitrariedades e crimes cuja perplexidade, cujas sequelas físicas e psicológicas, cujo caráter *massivo, sistemático, contínuo e generalizado*, demandam o apoio de medidas de reparação individual e coletiva à viabilização de produção de sentido e significado para a superação de seu impacto traumático.

Deste modo, em meio as debilidades do processo transicional brasileiro, questiona-se aqui a possibilidade das representações feitas pelas práticas institucionais que viabilizam o processo de justiça transicional no Brasil criarem condições para a admissão da realidade dos traumas das experiências da violência perpetrada pelos agentes da repressão durante a ditadura civil-militar e assumirem um sentido terapêutico para os seus legados. Logo, cabe submeter as narrativas produzidas pelas comissões de reparação e de verdade a uma análise que leva em conta a perlaboração do trauma destas experiências, no contexto em que o Estado brasileiro implementa medidas de reparação, reconciliação, reconhecimento, esclarecimento e responsabilização das atrocidades cometidas pelos agentes da repressão.

O regime militar propriamente dito não integra o propósito deste trabalho, ainda que permaneça como pano de fundo desta investigação. Não tem-se aqui a pretensão de delinear com exatidão o projeto do que veio a ser a ditadura civil-militar no Brasil. Deste modo, pretende-se ao menos indicar, no primeiro capítulo, de modo bastante sucinto, alguns pontos nevrálgicos do regime para, em seguida, melhor contextualizar os problemas que dizem respeito às especificidades do processo de transição no Brasil. Trata-se de um apanhado dos fatos políticos que tangencia, de modo geral, os antecedentes do regime civil-militar, sua constituição, consolidação, transformação e transição para o regime democrático. Compreender a transição política brasileira requer, a princípio, um entendimento das principais questões que dizem respeito ao regime militar. Isto de modo a apresentar o pano de fundo à discussão sobre a justiça de transição no Brasil, sobre os mecanismos e iniciativas que compreendem a reparação das vítimas da ditadura civil-militar, o esclarecimento e o reconhecimento das atrocidades perpetradas e a responsabilização de seus agentes.

O conjunto de obrigações legais ao acerto de contas com a violência cometida por regimes autoritários, denominado justiça de transição, será o foco do segundo capítulo deste trabalho. Logo, a discussão ficará centrada no contexto em que respostas oficiais são dadas aos legados de violações dos direitos humanos; respostas que, de modo geral, assegurem de modo continuado, reflexivo e atualizado a relação coordenada entre os dispositivos de justiça transicional, cujas medidas práticas e instituições visam estabilizar a transição democrática, buscar a justiça, a verdade e a memória, reconstruir e preservar uma identidade política liberal e democrática, proteger os direitos humanos e prevenir a ressurgência de suas violações. Deste modo, dar-se-á atenção aos problemas concernente ao conceito de justiça de transição no que diz respeito à genealogia do termo, suas definições e alcances e sobre o contexto no qual as políticas reparatórias abarcam programas de medidas que objetivam prover benefícios às vítimas de injustiças históricas e superar os legados da violência da repressão.

As alternativas à persecução penal nascentes de atividades inseridas no arcabouço da justiça de transição brasileira, ligadas à reconciliação, à reparação, ao esclarecimento, ao reconhecimento e à responsabilização, serão abordadas em um terceiro momento. Deste modo, serão expostos alguns contornos e identificados algumas características do debate sobre o modelo brasileiro de justiça transicional, indicando suas dificuldades e complexidades, seus elementos e componentes principais, suas medidas de efetivação do direito à justiça, à memória e à verdade, e seu modo de aplicação e mecanismos utilizados para remediar os erros cometidos em nome do próprio Estado durante a ditadura civil-militar. Tais questões dizem respeito ao conjunto das medidas reparatórias assumidas pelo Estado por meio dos

trabalhos das comissões de reparação e da verdade; medidas que trazem consigo a ideia de um esforço de ressarcimento às vítimas e que, de modo geral, se referem à reparação pecuniária, à provisão à educação e à saúde das vítimas, aos pedidos oficiais de perdão pelas atrocidades cometidas, ao reconhecimento público das vítimas e dos danos acometidos pelo Estado, à responsabilização de seus algozes e à promoção de possibilidades de reconciliação e consolidação democrática.

A principal característica da justiça de transição no Brasil, calcada no dever do Estado de Direito reparar as violações dos direitos humanos, será considerada da implementação da Lei de Anistia, ainda vigente e aplicada para impedir a responsabilização penal de agentes do Estado que praticaram violações de direitos humanos. O tema da anistia ocupa lugar central na discussão sobre a justiça, a memória, a verdade e a reparação no processo de justiça de transição no Brasil. E seria precisamente neste componente de frustração e impunidade, que marcou a transição política brasileira, que o processo de justiça de transição tem sido incrementado no Brasil nos últimos anos. A Lei de Anistia, para além de consolidar um discurso oficial de esquecimento, pelo frustrado estabelecimento da responsabilização criminal dos agentes da repressão, servindo à impunidade jurídica dos crimes do Estado, acabou conjecturando medidas reparatórias restitutivas de direitos políticos e de reintegração ao trabalho, traduzindo-se em ato simbólico de reconhecimento do direito de resistir à opressão, favorecendo a abertura política e o processo de redemocratização, esclarecimento e responsabilização dos crimes da repressão.

Deste modo, concomitante às discussões sobre a legalidade e conformidade da Lei de Anistia e sobre a controversa auto-anistia concedida aos agentes da repressão, serão ponderadas as principais características das medidas implementadas pelo Estado à superação das violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura. Medidas que nasceram de atividades inseridas no arcabouço da justiça de transição, que dizem respeito ao direito à justiça, à verdade e à memória, ligadas à reparação, à responsabilização, ao esclarecimento e ao reconhecimento das violações de direitos humanos perpetrada pelos agentes da repressão. Tais medidas agenciadas pelo Estado compreendem os trabalhos desenvolvidos por duas comissões de reparação e verdade, uma Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e uma de Anistia, e a Comissão Nacional da Verdade.

Tais medidas têm se constituído em um marco importante na história da justiça de transição no Brasil, abarcando uma dimensão de reparação pecuniária e simbólica que protagoniza medidas transicionais que levam em conta ações educativa e políticas de memória e verdade. Tais práticas institucionais que viabilizam o processo de transição brasileiro, tem

possibilitado iniciativas que procuram dar legitimidade ao reconhecimento das violações dos direitos humanos e à construção social da memória dos acontecimentos, recriando novas formas de incidência crítica de sentido da violência acometida.

Está de acordo que as representações feitas pelas práticas institucionais que viabilizam o processo de justiça transicional no Brasil, por princípios que ajudam na simbolização da violência pretérita – quando da possível representação destas experiências e de sua admissão e identificação à atribuição compartilhada de sentido, à construção de relacionamentos que orientam o agir presente – criam condições para a admissão da realidade da violência traumática e da vitimização. Deste modo, questiona-se aqui a possibilidade de tais representações – consubstanciadas pela produção narrativa produzida pelas comissões de reparação e de verdade agenciadas pelo Estado brasileiro como uma condição de reparação, reconciliação, responsabilização, reconhecimento e responsabilização, como condição de superação dos legados da violência da ditadura civil-militar – assumirem um sentido terapêutico, condicionando a perlaboração do trauma decorrente da violência perpetrada.

No contexto do acerto de contas com os legados do recente passado de brutalidade, no contexto das soluções que objetivam a restauração da memória através da busca por sentido consubstanciado em medidas de justiça transicional, cumpre submeter as narrativas produzidas pelas comissões de reparação e da verdade a uma análise que leve em conta o processo de perlaboração do trauma das experiências de violência agenciadas pelos agentes do Estado brasileiro durante a ditadura civil-militar. Neste momento, o objeto desta pesquisa passa a ser a perlaboração do passado de experiências traumáticas – entendida como resultado de um processo de interação à construção de significados e representações compartilhadas e integradas à orientação – em relação às violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura civil-militar no Brasil. Logo, tanto essas violações quanto as experiências de pessoas que de algum modo as vivenciaram, embora constituam referentes imprescindíveis, não são o foco da análise, mas sim as representações que se fazem no presente acerca desses eventos.

O procedimento adotado para o desenvolvimento deste objetivo será uma avaliação sistemática e cuidadosa dos estudos sobre as implicações teóricas dos conceitos psicanalíticos de perlaboração, trauma e luto, ao esforço de representação e superação de uma experiência de violência. Dar-se-á aqui atenção à dinâmica do reconhecimento de certos eventos traumáticos à perlaboração do passado, assinalando os pontos fundamentais, tensões e limites dos conceitos psicanalíticos de perlaboração, trauma e luto ao esforço de representação e superação de uma experiência de violência em nível psicológico e, fundamentalmente, sociocultural. No centro destas questões estão as ligações entre o trauma e as possibilidades

da representação narrativa quando do reconhecimento oficial representativo sobre as atrocidades cometidas no passado. Tais questões são cruciais para o entendimento dos debates sobre os esforços compreensivos de explicação e representação de algumas das questões mais urgentes com relação à construção do significado histórico e com relação à consolidação de uma sociedade marcada pelos efeitos duradouros e permanentes dos traumas das injustiças pretéritas.

No esforço pela busca de um discurso coletivo nacional que esclareça e reconheça a violência perpetrada e seus algozes, o último capítulo desta pesquisa dará ênfase à possibilidade de superação social dos legados traumáticos desta violência. Tal abordagem se fará no contexto no qual o Estado brasileiro implementa estratégias de esclarecimento, reparação, reconciliação, reconhecimento e responsabilização das atrocidades perpetradas pelos agentes da repressão durante a ditadura civil-militar. Do desejo de pesquisar a importância do sofrimento humano na compreensão histórica, de dar atenção ao trauma de injustiças pretéritas, o foco recairá no objetivo de averiguar de que modo se intenta uma superação do passado – com ênfase às especificidades da justiça de transição no Brasil, suas medidas de concretização, seu modo de aplicação e mecanismos utilizados para tentar remediar as injustiças cometidas em nome do próprio Estado durante a ditadura civil-militar – a partir dos conceitos de trauma, luto e perlaboração.

Trata-se de submeter as narrativas produzidas pelas comissões de reparação e de verdade a uma análise que leva em conta a perlaboração do trauma destas experiências. Trata-se de discutir a dimensão social da perlaboração do passado de experiências traumáticas no contexto em que o Estado brasileiro implementa medidas de reparação, reconciliação, reconhecimento, esclarecimento e responsabilização das atrocidades perpetradas pelos agentes da repressão durante a ditadura civil-militar; atividades que, a depender das reivindicações discursivas críticas, da apreensão coletiva de tais representações, marcam o processo do trauma em sua dimensão sociocultural e canalizam à revisão e à objetivação da identidade coletiva e da memória como parte de um registro coletivo à possível perlaboração de seus legados traumáticos.

1. REVISITANDO A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

Há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior.
(GEISEL, Ernesto, 1997)

A ditadura civil-militar mudou o Brasil entre 1964 e 1985. Ao longo deste capítulo, dar-se-á atenção às principais características e às dinâmicas desta mudança. Assinalar-se-ão alguns aspectos relacionados ao contexto reformista defendido pelo governo que antecedeu o regime e ao projeto autoritário e nacionalista que conduziu ao golpe e à instauração da ditadura civil-militar em 1º de abril de 1964. Trata-se de um apanhado sobre os antecedentes imediatos do regime, de sua constituição, consolidação, transformação e transição democrática. De um apanhado contextualizado a períodos de prosperidade e recessão econômica, à desigualdade social, à continuadas práticas de violência, ao poder de autonomia e à manutenção de prerrogativas dos militares e à impunidade e às frustrações com a redemocratização. Trata-se de discutir alguns dos principais aspectos políticos, econômicos e sociais de um contexto autoritário, repressivo, truculento e violento no qual os agentes da repressão cassaram mandatos, destituíram do poder parcela significativa dos que se opunham ao regime implementado, perseguiram opositores, praticaram detenções ilegais e arbitrárias, torturaram, assassinaram e cometeram outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas e degradantes. Tais questões são fundamentais à discussão dos problemas que dizem respeito às especificidades do processo de transição no Brasil, às medidas assumidas pelo Estado à superação dos agravos causados pelas atrocidades da repressão e à possibilidade das representações de tais medidas condicionarem a peroração dos traumas decorrentes da violência perpetrada.

1.1 Golpe e repressão

As vésperas da instauração da ditadura civil-militar, a sociedade brasileira estava, de modo geral, dividida em, de um lado, reivindicações nacionalistas por reformas, por redistribuição de riquezas, consubstanciadas na agitação de trabalhadores, de setores estudantis, além de graduados das Forças Armadas. De outro lado, as elites tradicionais

(reacionárias) e grupos empresariais que acumularam riquezas, favores e privilégios se opuseram às reformas, temendo a desordem, o caos e a subversão, não suportando a incursão cada vez mais atuante de líderes populares.¹ Neste contexto, resultado da convergência de uma série de fatores políticos, econômicos e sociais, a importância histórica do governo de João Goulart acabou por se diluir neste quadro de fragilidade, servindo à justificativa golpista e à reiteração da necessidade de controle social por parte dos trabalhadores.

Em meio a discussão sobre a participação dos setores nacionalistas e de esquerda para o desfecho deste contexto político, o professor da Unicamp Caio Navarro de Toledo observa duas atitudes pontuais de João Goulart que podem ter sido representativas desta fragilidade política: “sua complacência em relação à insubordinação de cabos e marinheiros”, quando da anistia concedida a marinheiros revoltosos, confrontando o ministro da Marinha e provocando a “indignação de toda a corporação militar”; e seu “panfletário discurso” em uma assembleia de marinheiros no Automóvel Clube do Brasil. Neste discurso, João Goulart “denunciou as forças reacionárias e golpistas”, defendendo veementemente, com “gestos dramáticos” e “palavras eloquentes”, a imprescindibilidade de um “golpe das reformas”.²

Na análise do historiador Marcos Napolitano, o modelo de política “populista” – republicano nacionalista, nos termos de Aarão Reis – estava com os seus dias contados por causa do necessário “avanço do capitalismo predatório das periferias”, e pelo fato do reformismo que se propunha necessitar “de consistência ideológica e política”.³ Deste modo, o progressismo revisionista da agenda política brasileira proposto por João Goulart acabou convergindo contra o seu governo. Contra um governo que se orientava na aplicação de conquistas populares, na direção da democratização da propriedade, da “nacionalização da economia”⁴ e da reforma agrária, da “ampliação do corpo político”⁵ e da cidadania. Em um ambiente político avesso à participação política das massas, “ao alargamento da democracia liberal vigente”⁶, e em meio ao medo do comunismo e de um processo radical de distribuição de renda e de poder que afetaria tradicionais posições e privilégios,⁷ as forças políticas que representavam este projeto republicano acabaram não oferecendo resistência para impedir o

¹ AARÃO REIS FILHO, Daniel. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a. p.37.

² NAVARRO DE TOLEDO, Caio. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.24, n.47, pp.13-28, 2004. p.23.

³ NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015. p.15 e 44.

⁴ NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro. Apontamentos para uma revisão historiográfica. **Contemporânea**. História y problemas del siglo XX. Vol.2, pp.209-218. 2011. p.210.

⁵ *Idem*.

⁶ NAVARRO DE TOLEDO, *Op cit.*, 2004. p.21.

⁷ FICO Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, vol.24, n.47, pp.29-60. São Paulo, 2004. p.47.

golpe que se anunciava. Deste modo, o projeto republicano nacionalista, reformista, baseado na importância do Estado em coalizão com as classes populares das cidades e dos campos, como observa o historiador Daniel Aarão Reis, acabou experimentando uma “estranha derrota, saindo de cena sem travar nenhum combate”.⁸

No contexto de coesão em torno das ideias de que a democracia brasileira estava sendo salvaguardada da perversa corrupção e do comunismo, João Goulart, junto de outras lideranças reformistas, asilou-se no Uruguai. A vitória imprevista das direitas foi saudada nas ruas. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em abril de 1964 é representativa deste saudosismo. Sem bem saber o que aconteceria, empreendendo salvar os alicerces “do que se considerava uma *civilização ocidental e cristã*”⁹, o país ingressara, “em detrimento das lideranças golpistas civis”¹⁰, numa duradoura ditadura.¹¹ Da desordem e das disputas subsequentes à queda de Goulart, o general Artur da Costa e Silva, então ocupando o Ministério da Guerra, se autoproclamou ministro, argumentando ser o chefe militar mais antigo ainda na ativa. Já em 9 de abril do mesmo ano, constituiu-se uma Junta que reuniu os chefes militares das três armas. Com a assessoria de juristas, estes elaboraram um decreto ditatorial nomeado de Ato Institucional (AI). Neste movimento, os ministros militares autoinvestidos no cargo se autodenominaram Comando Supremo da Revolução.¹²

Contra o progressismo revisionista, o que se seguiu ao golpe civil-militar das direitas – envolvendo civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia – foi a afirmação de um modelo político e ideológico calcado na modernização (conservadora) econômica do país e na construção, no longo prazo, do que Marcos Napolitano observou ser “uma democracia plebiscitária, tutelada pelos militares, em nome do ‘partido da ordem’”¹³. Deste modo, o regime instaurado em 1º de abril de 1964, que se concretizou para aparentemente reestabelecer a ordem social, para livrar o país da corrupção e do “perigo comunista e subversivo”, ou da ameaça de implantação de uma “República sindicalista”, foi dado em nome da democracia, supostamente ameaçada. Neste cenário, boa parte da sociedade

⁸ AARÃO REIS FILHO, Daniel. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964**. Daniel Aarão Reis, *et al.*, (Orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2014b. p.11.

⁹ AARÃO REIS FILHO, *Op cit.*, 2014a. p.48.

¹⁰ FICO *Op cit.*, 2004. p.52. Deste modo, se fala-se “de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar”. *Idem*.

¹¹ AARÃO REIS FILHO, *Op cit.*, 2014a. p.45-46.

¹² *Ibidem.*, p.51.

¹³ NAPOLITANO, *Op cit.*, 2015. p.17-18.

brasileira tinha a impressão de que a situação do país era caótica e que somente um “governo forte” seria capaz de organizar a casa.¹⁴

De caráter autoritário e nacionalista, “unidos pelo anticomunismo, a doença infantil do antirreformismo dos conservadores”¹⁵, o projeto de “modernização autoritária”¹⁶ instaurado não se assumiu como ditadura, mas manteve a fachada do que o sociólogo Marcelo Ridenti denominou de uma “democracia relativa”.¹⁷ Ou seja, o congresso fora mantido em funcionamento durante quase todo o período, apesar de seu fechamento, de tempos em tempos, e de mandatos parlamentares serem cassados em momentos de crise e da determinação do bipartidarismo. Tratou-se de um golpe de direita, com forte apoio das classes médias, liberal (ancorada na imprensa e nos partidos conservadores) e autoritário. Seus inimigos, declarados populistas e subversivos, foram, de modo geral, o voto popular, o reformismo da elite política e intelectual, o nacionalismo econômico, a agenda de redistribuição de riquezas e a presença dos movimentos sociais de trabalhadores.¹⁸

Na batalha por prerrogativas, a esquerda reformista apostou em campanhas de comícios. A direita, por sua vez, como observa Marcos Napolitano, respondeu mirando a ideia de necessidade de reforma, combatendo-a em nome de um civismo conservador e retrógrado e de um catolicismo obsoleto, com mobilizações de rua cujos protagonistas do protesto eram empresários, donas de casa, lideranças conservadoras religiosas e civis e jovens da burguesia.¹⁹ Das articulações para legitimação do novo governo, para que o golpe fosse então salvaguardado e as instituições respeitadas, o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi cotado para ser o novo presidente do Brasil. Em meio à cassação de dezenas de parlamentares, à vontade de destituir do poder parcela dos que aderiram ao reformismo, de desarticular a esquerda e reprimir quaisquer movimentos sociais, Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, foi eleito presidente pelo Congresso Nacional em 11 de abril de 1964, com mandato até o final de janeiro de 1966.²⁰

Dos objetivos do autoritarismo implementado, cujo programa, nos termos de Daniel Aarão, era aniquilar o “legado varguista”²¹, dois se sobressaem: a cassação e os inquéritos policial-militares dos reformistas e o corte dos laços entre esta elite e os movimentos sociais

¹⁴ FICO, Carlos. **O regime militar no Brasil** (1964-1985). São Paulo: Saraiva, 2005. p.14.

¹⁵ NAPOLITANO, *Op cit.*, 2015. p.44.

¹⁶ AARÃO REIS FILHO, *Op cit.*, 2014b. p.11.

¹⁷ RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Daniel Aarão Reis Filho (*et al.*) (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p.30.

¹⁸ NAPOLITANO, *Op cit.*, p.66.

¹⁹ *Ibidem.*, p.54-57.

²⁰ *Ibidem.*, p.65.

²¹ AARÃO REIS FILHO, *Op cit.*, 2014b. p.21-22.

populares.²² Neste clima de cassação, censura e truculência, formou-se um ambiente de descontentamento e perplexidade em amplos setores sociais. Sua dimensão, contudo, possuía limitações que, de modo geral, diziam respeito ao silêncio das massas de trabalhadores urbanos e rurais – acomodados ou lutando para sobreviver em condições adversas –, e às dificuldades encontradas pelas dispersas, desorientadas e desmoralizadas lideranças que se encontravam na prisão, no exílio ou escondidas. Neste cenário se formaria a autodenominada *esquerda revolucionária*.²³

Ainda que tenham sido minoria os que incondicionalmente se opuseram ao regime ditatorial, tendo prevalecido a atitude “dos meios-tons, da expectativa, da indiferença interessada”²⁴, o regime instaurado perseguiu, torturou e assassinou opositores à margem da lei do próprio regime,²⁵ que começou a mudar as instituições do país e a legitimar o progressivo endurecimento do regime através dos chamados atos institucionais. Em 9 de abril de 1964, o AI-1 – que, formalmente, manteve a Constituição de 1946 com diversas modificações, assim como o funcionamento do Congresso – foi baixado pelos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.²⁶ Neste contexto, no qual o Poder Executivo obteve poderes excepcionais, podendo, entre outras coisas, cassar mandatos parlamentares, suspender direitos políticos, decretar estado de sítio, foram suspensas as imunidades parlamentares e as garantias de estabilidade e vitaliciedade conferidas aos servidores públicos.

O AI-1 possibilitou que inquéritos policial-militares fossem instalados contra os responsáveis por crimes cometidos contra o Estado ou seu patrimônio, contra a ordem social e política, ou por “atos de guerra revolucionária”.²⁷ Outro passo dado ainda em 1964 na direção do controle dos cidadãos foi a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), que objetivava a coleta e análise de informações pertinentes à Segurança Nacional, agindo por conta própria, a qualquer custo, na luta contra a subversão.²⁸ Com tais prerrogativas

²² NAPOLITANO, *Op cit.*, 2015. 70.

²³ AARÃO REIS FILHO, *Op cit.*, 2014a. p.59-60.

²⁴ AARÃO REIS FILHO, Daniel. Apresentação: Passado, Presente e Futuro da Ditadura no Brasil. In. **À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina**. Daniel Aarão Reis Filho; *et al.* (Orgs.). Rio de Janeiro: Mauad X, 2014c. p.10.

²⁵ RIDENTI, *Op cit.*, 2014. p.30-31.

²⁶ FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p.257.

²⁷ *Ibidem.*, p.258.

²⁸ Fazendo em sigilo o que o governo precisava que fosse feito, o SNI, por sua estrutura logística, como observa Elio Gaspari, “ficou entre os dez mais bem-equipados serviços de informações do mundo”. Durante vinte anos o SNI foi chefiado por cinco generais, entre eles Emílio Garrastazu Médici e João Baptista Figueiredo, que chegaram à Presidência da República. O SNI se transformou “em tribunal de instância superior para questões políticas”, tendo se envolvido “na pacificação de conflitos de terras no Nordeste e de tribos indígenas na Bahia; estruturando “o garimpo nas jazidas auríferas da Amazônia depois da descoberta de Serra Pelada”; e tentando, em 1983, “captar divisas internacionais por meio de operações no mundo do contrabando e do mercado negro de

legitimadas pelo arbítrio, os adversários do regime foram perseguidos, presos e torturados. Para “salvar” a democracia, em nome da ordem e do fim da corrupção, instaurou-se no país um clima de medo, ameaças, intimidações, truculências e apreensão. As acusações centravam-se, de modo geral, no binômio corrupção-subversão.²⁹

Da coação e do alarde dos meios militares com o trunfo em importantes Estados de alguns candidatos da oposição moderada nas eleições direitas para governador de 1965, Castello Branco decretou o AI-2, sob pressão, e complacência, como argumenta Carlos Fico³⁰, dos grupos da chamada “linha dura” do regime.³¹ O segundo Ato Institucional transferiu os processos políticos para a Justiça Militar, tendo Castello Branco conferido a si mesmo liberdade para governar por decreto no que diz respeito à segurança nacional, determinando o fechamento do Congresso, suspendendo os direitos políticos e cassando mandatos. Com o AI-2 deu-se assim início ao processo de militarização da política nacional.³² Processo este que conduziria à militarização do aparato repressivo ou, mais precisamente, nos termos de Elio Gaspari, “à policialização da instituição militar”.³³ Contudo, deve-se notar que, apesar do descrédito, o governo ainda mobilizava significativa parcela de lideranças civis entre os empresários, políticos e religiosos. Logo, como prudentemente observa Aarão Reis, “é inquestionável a *dimensão civil* do regime ditatorial, mesmo que o topo da pirâmide do poder fosse ocupado por chefes militares”.³⁴

Outra medida importante, instituída com a instauração do AI-3, em fevereiro de 1966, foi a abolição dos partidos políticos. A legislação forçou a organização de apenas dois destes: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), congregando os correligionários do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), agrupando a oposição.³⁵ No final de 1966, o AI-4 é editado por Castello Branco. Com este Ato Institucional, o Congresso Nacional é convocado

dólares”. Além disso, o SNI “coletou fundos através de exportações marotas de café e (...) de pasta de urânio”, tendo sido “condômino de arsenais secretos que chegou a pensar em utilizar numa megalomaniaca tentativa de invasão de Portugal, em 1975”. Ademais, “distribuiu canais de televisão e de rádio” e “financiou jornais e revistas falidas”. Seus representantes “participaram de panfletagens contra o governo em 1975 e de atos terroristas a partir de 1977”; e sua cúpula “acobertou os autores de mais de uma centena de atentados políticos”. (GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014a. p.171-172).

²⁹ FAUSTO, *Op cit.*, p.259.

³⁰ FICO, *Op cit.*, 2004. p.33.

³¹ O termo “linha dura” indicava os “ultrarrevolucionários”, e um grupo de oficiais que “atravessavam com facilidade a fronteira da indisciplina”. (GASPARI, *Op cit.*, 2014a. p.137.) É digno de nota a tese de que, nos termos de Carlos Fico, se deve abandonar a divisão “linha dura” e moderados, pelo fato da oposição explícita com relação à tortura ter sido pouca, revelando a convivência de uma ampla quantidade de militares. (FICO, *Op cit.*, 2004. p.34.)

³² GASPARI, *Op cit.*, 2014a. p.255.

³³ *Ibidem.*, p.260.

³⁴ AARÃO REIS FILHO, *Op cit.*, 2014a. p.62.

³⁵ FAUSTO, *Op cit.*, 2015. p.259.

para votar e promulgar uma nova carta constitucional (a Constituição de 1967) que revogaria a Constituição de 1946. Numerosos Atos são baixados posteriormente. O principal objetivo destes era reforçar legalmente o Poder Executivo e a Presidência da República, consolidando um processo de “normatização autoritária” que comportava certa previsibilidade no desempenho de um poder essencialmente autocrático.³⁶

Apesar de ser visto como um “legalista”, um presidente “liberal” e “moderado”³⁷, para quem a ditadura, nos termos de Elio Gaspari, “parecera um mal”³⁸, Castelo Branco, como ressalta Marcos Napolitano, foi o presidente que mais cassou direitos políticos e mandatos parlamentares, estruturando as bases jurídicas do regime autoritário à manutenção de prerrogativas e à “ação política institucional e de longo prazo”.³⁹ Neste contexto, com a instauração das eleições indiretas para a Presidência da República, e passando o regime a ganhar contornos ditatoriais mais nítidos, tem-se frustrada a expectativa de uma parcela de políticos que, do apoio ao golpe, aguardavam a volta dos militares aos quartéis.⁴⁰

1.2 Prosperidade econômica, desigualdade social e violência institucionalizada

Confissões não se conseguem com bombons.
(PROENÇA SIGAUD, d. Geraldo de, 1970)

Sucedeu Castelo Branco, em março de 1967, o presidente general Artur da Costa e Silva. As atenções voltaram-se para as promessas de desenvolvimento econômico e de reconciliação democrática propostas pelo novo general-presidente.⁴¹ Contudo, Costa e Silva, como observa Boris Fausto, também concentrava as esperanças da chamada “linha dura” e

³⁶ NAPOLITANO, *Op cit.*, 2015. p.79-90.

³⁷ Atributos que, nos termos de Carlos Fico, derivam mais “da benevolência dos biógrafos que o beneficiaram” do que de uma análise do seu desempenho. Atributos cujo pressuposto se baseia no “entendimento do regime militar como o da trajetória de surgimento, ascensão, auge e decadência do setor conhecido como *linha dura*”. FICO, *Op cit.*, 2004. p.32-33.

³⁸ GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014b. p.131.

³⁹ NAPOLITANO, *Op cit.*, 2015. p.81.

⁴⁰ RIDENTI, *Op cit.*, 2014. p.35.

⁴¹ AARÃO REIS FILHO, *Op cit.*, 2014a. p.66. Independente do modo como se avalie o conteúdo da política econômica até então adotada, o governo “faz reformas para controlar a inflação e suavizar seus efeitos (...), moderniza o sistema tributário, recupera o crédito público, cria o Branco Central, moderniza o mercado de capitais, promove reforma cambial, executa reforma administrativa, substitui o velho sistema de indenizações trabalhistas por fundo de garantia por tempo de serviço, define nova política salarial, altera a legislação relativa ao capital estrangeiro”. (COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**: Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1999. p.65).

dos “nacionalistas autoritários das Forças Armadas”, insatisfeitos com a política de Castelo Branco de aproximação com os Estados Unidos e de concessão de facilidades aos capitais estrangeiros.⁴² A oposição, por sua vez, se articulava em torno dos moderados emedebistas, pelos movimentos estudantis e pelas organizações revolucionárias clandestinas. Contra todos estes, Costa e Silva mobilizou, pra usar uma expressão de Florestan Fernandes, citada por Aarão Reis, “canhões contra passarinhos”⁴³, relançando a diligência do arbítrio. Ações dos grupos de “luta armada”⁴⁴ começaram em 1968 e, ainda que tenham sido “poucas e logo controladas pela repressão”⁴⁵, reforçaram a violência desmedida e a repressão para acabar com a subversão.

Neste contexto, em 13 de dezembro de 1968 o AI-5 foi decretado pelo governo militar. De um primeiro momento de repressão que se dera entre 1964 e 1968 – quando do objetivo de “dissolver as conexões entre a ‘cultura de esquerda’ e as classes populares”⁴⁶ –, uma nova fase se instaura. Fase de cassação de mandatos, de perda de direitos políticos, de expurgos no funcionalismo público, de censura aos meios de comunicação, de instauração da pena de morte, de desaparecimentos, de repressão, assassinatos e torturas.⁴⁷ Ainda que 1968 tenha sido um tempo de protestos, de utopias libertárias, também foi época de repressão, de violência institucionalizada, início dos “anos de chumbo” com o Estado autoritário transfigurado num “violento Estado policial”.⁴⁸ O AI-5 é característico deste processo. Ele marca também uma supressão da dinâmica das mobilizações populares que ocupavam as ruas desde 1966, capitaneadas pelo movimento estudantil. Além disso, o Ato Institucional de número 5 atingiria em cheio as classes médias. Estudantes, artistas e intelectuais, como mostra Marcos Napolitano, passariam a experimentar a perseguição, antes destinada à

⁴² FAUSTO, *Op cit.*, 2015. p.263.

⁴³ AARÃO REIS FILHO, *Op cit.*, 2014a. p.72.

⁴⁴ Carlos Fico observa que a expressão “luta armada” representa de modo insatisfatório as “descontinuadas e incertas iniciativas militares da esquerda brasileira de então”. Para o autor, isto se deve ao fato de que, “nas cidades, tais incursões mais se assemelhavam a algum tipo de contrapropaganda, tendo o aspecto de crimes comuns (assalto a bancos e sequestros) e, no campo, ficaram marcadas pela inépcia e caráter absconso, nada obstante, infelizmente, terem causado a morte de muitas pessoas”. (FICO, *Op cit.*, 2004. p.32).

⁴⁵ FICO, Carlos. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. **Topoi**, vol.14, n.27, pp.239-261, Rio de Janeiro, 2013. p.245.

⁴⁶ NAPOLITANO, *Op cit.*, 2015. p.100. Um segundo momento de repressão ocorrera de 1969 a 1978, objetivando “reprimir o movimento da cultura como mobilizadora do radicalismo da classe média”. Um terceiro, de 1979 a 1985, teve por finalidade “controlar o processo de desagregação da ordem política e moral vigentes, estabelecendo limites de conteúdo e linguagem” (NAPOLITANO, *Op cit.*, 2015. p.100-101.).

⁴⁷ FAUSTO, *Op cit.*, 2015. p.264-265.

⁴⁸ NAPOLITANO, *Op cit.*, 2015. p.91-92.

esquerda.⁴⁹ O regime radicalizara, enrijecera, e o cenário para os seus crimes estava montado.⁵⁰

Com a saúde debilitada e a impossibilidade de governar de Costa e Silva, por causa de uma trombose cerebral, a Junta Militar decretou em outubro de 1969 vagos os cargos de presidente e vice, marcando eleições que deveriam ser realizadas pelo Congresso Nacional em 25 de outubro. Quem, por lei, deveria assumir a presidência era o vice de Costa e Silva, Pedro Aleixo, único voto desfavorável à aprovação do AI-5. Logo, mostrando-se incompatível com o AI-5, os militares impediram que ele tomasse posse e criaram uma Junta Militar que governou até a escolha de um novo general à presidência. Emílio Garrastazu Médici, que já havia sido chefe do Serviço Nacional de Informações, e o almirante Augusto Rademaker Grunewald foram os escolhidos para presidente e vice, respectivamente, pelo alto-comando das Forças Armadas.⁵¹

Evidenciada a impossibilidade de recuperação de Costa e Silva, a posse do general Garrastazu Médici para presidente do Brasil ocorreu em outubro de 1969, em eleição direta, restrita a generais. O Congresso Nacional, fechado desde dezembro de 1968, fora reaberto junto de sua posse. Neste período, um dos mais repressivos da história brasileira, marcado pelo recrudescimento da repressão, com dezenas de assassinatos e tortura sistemática e generalizada, boa parte da população, manipulada pela propaganda neutralizadora e pelo que se convencionou chamar de “milagre brasileiro”⁵², vivia um dia a dia plausível, de transformações sociais, de prosperidade econômica com taxas relativamente baixas de inflação.⁵³

⁴⁹ *Ibidem.*, p.94-95.

⁵⁰ Sobre as cassações de mandatos, de perda de direitos políticos, de expurgos no funcionalismo público e de demissões arbitrárias, um balanço apresentado por José Murilo de Carvalho, segundo levantamento feito por Marcos Figueiredo, entre 1964 e 1973, demonstra que 4.841 pessoas “foram punidas, com perda de direitos políticos, cassação de mandato, aposentadoria e demissão”. 2.990 pessoas foram atingidas pelo AI-1. 513 senadores, deputados e vereadores tiveram os seus mandatos cassados. 35 dirigentes sindicais perderam seus direitos políticos. 3.783 funcionários públicos foram aposentados ou demitidos, dentre 72 professores universitários e 61 pesquisadores científicos. Nas forças armadas, segundo levanto, 1.313 militares que se opunham ao golpe foram expurgados da corporação, “entre os quais 43 generais, 240 coronéis, tenentes-coronéis e majores, 292 capitães e tenentes, 708 suboficiais e sargentos, 30 soldados e marinheiros. Nas polícias militar e civil, foram 206 os punidos”. Foram feitas “536 intervenções, sendo 483 em sindicatos, 49 em federações e quatro em confederações. (CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 164.

⁵¹ FICO, *Op cit.*, 2005. p.29.

⁵² O “milagre brasileiro” se deu com taxas de desenvolvimento que, em 1969, atingiu 9,5%, em 1970, 10,4%, em 1971, 11,3%, em 1972, 12,1% e, em 1973, 14,0%. (AARÃO REIS FILHO, *Op cit.*, 2014b. p.24).

⁵³ FAUSTO, *Op cit.*, 2015. p.266-268. Em menos de três anos, a repressão do governo Médici matara, de acordo com Elio Gaspari, “mais gente (120 pessoas) que seus dois antecessores somados (59)”. Neste período, Gaspari nota que o governo “acumulava cerca de 2.500 denúncias de torturas, contra algo como 1.500 nos oito anos anteriores”. (GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014d. p.24).

Elio Gaspari⁵⁴ mostra que a economia fechara o ano de 1969 com 9,5% de crescimento do Produto Interno Bruto, com 11% de expansão industrial e com inflação estabilizada abaixo dos 20% anuais. As exportações aumentariam 23% em relação ao ano anterior, chegando a 1,8 bilhão de dólares. A poupança ficara em 21,3%, índice nunca antes atingido ou igualado. No primeiro semestre de 1970, os números indicavam que a prosperidade avançaria. O Brasil viria a se tornar a décima economia mundial, primeira do hemisfério sul e oitava do Ocidente. A oposição, que fora às ruas com faixas reivindicando “democracia e desenvolvimento”, sugerindo que sem uma não haveria o outro, encontrara-se perante um governo que proporcionava “ditadura e progresso”.⁵⁵

Contudo, deve-se atentar para o fato de que, apesar da modernização brasileira, dos êxitos econômicos e da industrialização e urbanização da sociedade, se evidenciaram as desigualdades sociais e as denúncias do emprego da violência, da tortura e de assassinatos como política de Estado.⁵⁶ O período acaba combinando violência, repressão política e policial, desigualdade social e desenvolvimento econômico.⁵⁷ Neste contexto, o tripé da repressão do regime se constituía do arranjo entre a “produção de informações”, a “vigilância-repressão policial a cargo das Delegacias de Ordem Política e Social (Dops)”, as “inteligências militares” e o “sistema CODI/DOI” (Centro de Operações de Defesa Interna / Destacamento de Operações e Informações).⁵⁸

O regime, em um primeiro momento repressivo, forjava incidentes e fugas de seus prisioneiros de modo a dar justificativa para as mortes sob tortura. A partir de 1971, a solução encontrada pela repressão diz respeito ao desaparecimento de seus prisioneiros. O Estado passa a se apoiar na desobrigação de dar informações oficiais sobre militantes desaparecidos. A técnica, descrita por Marcos Napolitano, fora elaborada de modo a “dar conta do desaparecimento físico do corpo”, seja por esquartejamento, incineração, sepultamento com

⁵⁴ GASPARI, *Op cit.*, 2014b. p.212.

⁵⁵ *Idem.*

⁵⁶ AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Op cit.*, 2014b. p.84. Tortura que tinha um significado comum tanto para os militares que se opunham radicalmente à “subversão” (“linhas-duras apenas ‘ideológicos’”) como para os “supostos ‘moderados’” (que “admitiam a tortura e o assassinato como necessidade conjuntural”): “era um ‘mal menor’”. (FICO *Op cit.*, 2004. p.35).

⁵⁷ ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964**. Daniel Aarão Reis Filho, *et al.*, (Orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p.114.

⁵⁸ NAPOLITANO, *Op cit.*, 2015. p.99-100. Os DOI, braços armados dos CODI, “eram destacamentos de combate, captura e interrogatório militar” (*ibidem*; p.134-135). Os CODI, por sua vez, ficavam “‘subordinados ao chefe do estado-maior do escalão correspondente’ e visavam articular todos os quadros e agências encarregados da repressão em uma determinada área” (*idem*). É notável a observação de Elio Gaspari para o fato de que “seria muita ingenuidade” presumir que os destacamentos de operações de informações foram criados sem a percepção de que o acrônimo DOI “se confundia com a terceira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo doer”. E acrescenta: “por mais de dez anos essas três letras foram símbolo da truculência, criminalidade e anarquia do regime militar”. (GASPARI, *Op cit.*, 2014b. p.177).

nomes trocados ou anônimos.⁵⁹ Além disso, salienta o autor, organizava-se um “aparato de contrainformação” para encobrir as mortes provocadas pelos agentes repressivos, alimentando os familiares com versões de atropelamento, suicídio, com pistas forjadas, “fazendo-os perder-se nos labirintos burocráticos do sistema”.⁶⁰ Todas estas atrocidades vieram acompanhadas da instauração do banimento aos que representassem perigo à segurança nacional (AI-13), da pena de morte e do abrandamento das penas dos agentes envolvidos em “excessos” cometidos em nome da segurança nacional (AI-14). Enquanto o país vivia um de seus períodos mais perversos, de repressão institucionalizada pelo Estado, cavalgava-se a euforia do tricampeonato mundial de futebol e festejava-se os significativos êxitos alcançados na área econômica.

O ponto vulnerável do chamado “milagre econômico”, contudo, além de depender excessivamente do sistema financeiro e do comércio internacional e de favorecer as classes de renda alta e média, resultou na crescente dependência de determinados produtos importados, principalmente do petróleo.⁶¹ Outro aspecto negativo diz respeito ao abandono, ao atraso dos programas sociais pelo Estado, bem como ao peso dos juros da dívida externa. Essa fase se deu à custa do sacrifício dos mais pobres, que enfrentaram graves problemas de redução deliberada dos salários reais, com o que era chamado de “arrocho salarial” (política salarial cujos reajustes não acompanham a inflação).⁶² Deste modo, apesar do desenvolvimento expressivo, boa parte da sociedade brasileira não pôde usufruir de maneira sustentável e equilibrada dos resultados materiais deste processo.⁶³ Tudo foi feito sem a participação política da população e sem distribuição da riqueza. O “milagre econômico”, ademais, não era tão somente bem da ação da política econômica brasileira, mas estava aliado ao ambiente internacional favorável do final dos anos 1960, quando o capitalismo mundial vivia o apogeu de seus “Trinta Anos Gloriosos”, como ficou conhecida a época posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial, culminando com a crise do petróleo em 1973.⁶⁴

⁵⁹ NAPOLITANO, *Op cit.*, 2015. p.135.

⁶⁰ *Idem.*

⁶¹ FAUSTO, *Op cit.*, 2015. p.264-269.

⁶² FICO, *Op cit.*, 2005. p.05.

⁶³ NAPOLITANO, *Op cit.*, 2015. p.147.

⁶⁴ *Ibidem.*, p.161. Para um país que importava mais de 90% do petróleo consumido, o Brasil sentiu intensamente os efeitos do “choque do petróleo”. O maior de todos os problemas, no contexto de um crescente consumo de petróleo, começou em outubro de 1973, quando os países que o produziam subiram de 2,90 para 11,65 dólares o preço do barril. (GASPARI, *Op cit.*, 2014d. p.251) O impacto para o Brasil só não foi mais desestabilizador porque, de acordo com Napolitano, “o dinheiro do mundo, agora nas mãos dos árabes (...), continuava nos bancos ocidentais, os quais, por sua vez, continuavam emprestando para o Brasil” (NAPOLITANO, *Op cit.*, 2015. p.170) E apesar da gravidade do problema, tudo poderia se resolver “se a desmobilização política do país preservasse a sensação de sucesso que legitimava o regime através do desempenho da economia. Desmobilizar,

Os nostálgicos com o regime civil-militar sustentam que o maior serviço dos militares foi o desenvolvimento econômico e a modernização do Brasil. Argumentos comumente utilizados em defesa das realizações do regime. Entretanto, isto se deu por meio de autoritarismo, de violência, de arbitrariedades, do cometimentos de crimes, de graves violações de direitos humanos, como tortura, detenções arbitrárias, estupros, assassinatos, esquartejamentos, desaparecimentos forçados, de cerceamento da participação política, de reforço dos laços de dependência estrutural do capital internacional, de concentração de renda, de dominação pessoal e de manutenção de hierarquia social. Como prudentemente observa a antropóloga Teresa Pires do Rio Caldeira, este desenvolvimento econômico e esta modernização se devem à incoerente combinação “de rápido desenvolvimento capitalista, desigualdade crescente e falta de liberdade política e de respeito aos direitos dos cidadãos”.⁶⁵

1.3 Repressão, recessão e abertura (controlada)

Haverá repressão, sim. E dura, e implacável.
(MÉDICI, Emilio Garrastazú, 1970)

Em 1973, o nome escolhido pelas Forças Armadas para suceder Médici foi o do general Ernesto Geisel, que sustentava uma estratégia de crescimento à legitimação e preservação da ditadura.⁶⁶ Seu governo, empossado na Presidência da República no dia 15 de março de 1974, esteve ligado ao início da “distensão política”; isto é, a um “relaxamento dos controles políticos impostos à sociedade”⁶⁷, depois chamado de “política de abertura” e, por fim, “transição política”, que deveria ser, como ele a definiu, “lenta, gradual e segura”. Lenta

no caso, significava (...) abafar o debate”, o que Geisel sustentou à preservação da legitimação da ditadura. (GASPARI, *Op cit.*, 2014d. p.258 e 430)

Thomas E. Skidmore nota, neste contexto, que, apesar da taxa de crescimento ter atingido 9.5% na primeira metade da década de 1970, a inflação disparou de 15.7% para 34.5% e a dívida externa brasileira quase dobrou em 1974, passando de 6.2 bilhões para 11.9 bilhões de dólares. (SKIDMORE, Thomas E. **The Politics of Military Rule in Brazil, 1964-85**. New York, Oxford: Uxford University Press, 1988. p.180)

⁶⁵ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000. p.48; NAPOLITANO, *Op cit.*, 2015. p.48.

⁶⁶ GASPARI, *Op cit.*, 2014d. p.430. Thomas E. Skidmore nota, neste contexto, que, apesar da taxa de crescimento ter atingido 9.5% na primeira metade da década de 1970, a inflação disparou de 15.7% para 34.5% e a dívida externa brasileira quase dobrou em 1974, passando de 6.2 bilhões para 11.9 bilhões de dólares. (SKIDMORE, *Op cit.*, 1988. p.180)

⁶⁷ NERVO CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista Sociologia Política**, n.25, pp.83-106. Curitiba, 2005. p.93.

para que não fosse interpretada como “involução da ‘Revolução’”; gradual para não possibilitar uma “ofensiva oposicionista” que levasse à ruptura do processo; e restrita, controlada e supervisionada pelo Presidente da República à manutenção de prerrogativas.⁶⁸ Este projeto, ainda que iniciado pelos militares, contou com o apoio da oposição fortalecida e da maioria da população, apreensiva com os primeiros sinais de crise e com a violência do aparelho de segurança.⁶⁹

Contudo, e apesar de Geisel ter entrado para a história como o presidente autocrático que deu início ao processo de abertura e transição política, Marcos Napolitano observa que os dados não autorizam que se fale em democracia ou distensão. Durante seu governo, de acordo com Napolitano, 39 opositores “desapareceram” e 42 foram mortos pela violência da repressão.⁷⁰ Além disso, foi amplamente utilizada a censura às artes, à imprensa e às diversões. O próprio Geisel, após as eleições que deram prerrogativas à oposição, reagiu proferindo um discurso, conhecido como “pá de cal”, no qual redefine o sentido da “distensão”. Nele, em rede nacional, Geisel rejeitou o fim do AI-5, a revogação do Decreto-Lei n.477, que previa a punição de professores, alunos e funcionários de universidades considerados subversivos, a promulgação de uma anistia, a revisão da Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei 314, de 13 de março de 1967), e a redução dos benefícios do Poder Executivo.⁷¹

Após o resultados das eleições legislativas de novembro de 1974, que assinalaram um avanço considerável do MDB⁷², Geisel, utilizando-se do AI-5, impaciente com as negociações com a oposição e com a recusa do Congresso em atender a dinâmica do governo, fechou o congresso por tempo indeterminado, visando a imposição da reforma do Judiciário (Emendas Constitucionais n.7 e n.8) e de vários decretos-lei. Depois de dias de deliberações, este conjunto de propostas de reformas jurídicas e constitucionais entraria para a vida política e para a história brasileira com o apelido de “pacotes de abril”, objetivando, de modo geral, institucionalizar o regime e prevenir que a oposição obtivesse a maioria do Congresso nas eleições estaduais e federais que ocorreriam em 1978.⁷³

⁶⁸ *Ibidem.*, p.94.

⁶⁹ AARÃO REIS FILHO, *Op cit.*, 2014a. p.99-100.

⁷⁰ NAPOLITANO, *Op cit.*, 2015. p.234.

⁷¹ *Ibidem.*, p.247.

⁷² Ronaldo Costa Couto nota que dos 22 cargos que diziam respeito à renovação de um terço do Senado, o MDB ganhara 16. O MDB saltou de 7 para 20 senadores, tendo a Arena caído de 59 para 46. A Câmara dos Deputados passou a ter 46% de representantes da oposição, retirando a possibilidade de emendas constitucionais serem aprovadas por modo unipartidário. Se antes o MDB contava com 87 deputados, agora são 165. (COUTO, *Op cit.*, 1999. p.160).

⁷³ NAPOLITANO, *Op cit.*, 2015. p.256.

Neste contexto, Geisel tornou as eleições dos governadores indiretas e incluiu um percentual de representações nos municípios, modificando a composição do colégio eleitoral nos Estados. Gaspari nota que ele garantiu a maioria no Senado, tranquilizou os grupos da Arena nos Estados e municípios, modificou o método de cálculo das representações dos Estados na Câmara dos Deputados, estendeu o mandato de seus sucessores para seis anos e modificou a composição do Colégio Eleitoral que passaria a escolher o futuro presidente, minimizando a influência das representações dos Estados com maior população.⁷⁴ Um retrocesso à distensão.

Ao mesmo tempo, com as insatisfações que se deslocaram para as ruas, o governo começou a se encontrar com líderes progressistas da Igreja católica⁷⁵, entre eles, dom Vicente Scherer e dom Paulo Evaristo Arns, e da oposição, afim de conduzir a restauração das liberdades públicas.⁷⁶ A partir de 1978, a abertura, antes distensão, “uma miragem”, ou incongruência, acabou se transformando, com a volta dos exilados (que se tornou possível por causa da revogação do banimento de mais de 120 exilados políticos), em agenda da transição democrática.⁷⁷ Se a cultura brasileira de viés crítico e esquerdista do período não “fez a revolução nem derrubou a ditadura com a força das canções, filmes e peças”, como nota Napolitano, ela “alimentou a pequena utopia democrática que ganharia as ruas e daria o tom das lutas civis a partir de meados dos anos 1970”.⁷⁸

Sob o governo do general João Baptista de Oliveira Figueiredo, eleito pelo Colégio Eleitoral em 15 de novembro de 1978, e com a intensificação da batalha nas ruas, a distensão veio a se chamar de “abertura”.⁷⁹ Entravam em cena, neste contexto de descontentamento com o regime, novos movimentos sociais, organizados por líderes comunitários, religiosos, políticos e revolucionários. A luta por melhores salários e condições de trabalho estavam pautadas neste cenário em que o movimento operário ressurgia como protagonista. Com a entrada deste novo e forte ator na luta pela redemocratização, os liberais e autoritários

⁷⁴ GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014c. p.361.

⁷⁵ É digno de nota atentar para o fato de que de 1964 a 1970, a Igreja católica esteve do lado do regime “nos momentos decisivos”, sendo que a maior parte de sua hierarquia “perfilou-se nos momentos críticos”. (GASPARI, *Op cit.*, 2014b. p.241). Contudo, a Igreja católica “tornara-se a única instituição nacional a preservar dentro do seu organismo, na plenitude de seus direitos, personalidades publicamente adversas à nova ordem. Havia um clero de esquerda antes de 1º de abril de 1964 e continuaria havendo depois”. A extensão de denúncias de tortura levaram a Igreja a lançar-se contra o regime. (*ibidem*; p.249).

⁷⁶ FAUSTO, *Op cit.*, 2015. p.266-272.

⁷⁷ NAPOLITANO, *Op cit.*, 2015. p.262; SKIDMORE, *Op cit.*, 1988. p.203.

⁷⁸ NAPOLITANO, *Op cit.*, 2015. p.204.

⁷⁹ *Ibidem.*, p.272.

acossados apressaram as articulações para que uma saída negociada do regime se consubstanciasse.⁸⁰

Apesar das pressões, o governo propunha uma abertura “mais lenta e gradual do que segura”⁸¹, recuando de suas promessas e cedendo à repressão.⁸² Marcos Napolitano salienta que a ideia de uma frente social e política encabeçada pelos operários “animava as oposições ao regime”. Os empresários, contudo, não faziam parte desta frente, pelo motivo óbvio de não verem com bons olhos “os grevistas alçados a posições de destaque”.⁸³ As greves acabaram levando a ganhos modestos, gerando violência e repressão do governo. Nos movimentos populares e na experiência de luta nos sindicatos, a classe trabalhadora passou a defender a construção de um novo partido de oposição, que se institucionalizou, com o fim do bipartidarismo, com o nascimento do Partido dos Trabalhadores (PT).⁸⁴

Também foi durante o governo de Figueiredo, em 1979, que uma das principais bandeiras de luta política da oposição, tão antiga quanto a repressão do regime civil-militar, foi considerada: a luta pela anistia. Concebida por um grupo de integrantes do regime, a Lei de Anistia (nº 6.683) foi aprovada pelo Congresso Nacional brasileiro em agosto de 1979 e assinada pelo então Presidente da República João Baptista Figueiredo. Reivindicada para o combate à opressão, para o fim das torturas, à libertação dos presos políticos, à volta dos cassados, exilados, banidos e perseguidos, à elucidação dos desaparecimentos e à defesa do perdão aos perseguidos e presos, a anistia representou uma tentativa de reconciliação (“apaziguamento”) e restabelecimento das relações entre a oposição e os militares. A lei promulgada, contudo, impôs à sociedade uma anistia parcial e restrita, conveniente ao regime, que pela decisão de anistiar os crimes “conexos” aos crimes políticos cometidos contra o Estado, anistiaram os agentes públicos da repressão. Logo, além de beneficiar os oposicionistas, foram anistiados os torturadores.

A Lei de Anistia, inobstante, deixou margem para a reciprocidade, não deixando de cumprir o papel para a qual foi delineada: o enfraquecimento do partido de oposição, “a fim de se garantir o controle da abertura política, planejada para transcorrer sem maiores

⁸⁰ *Ibidem.*, p.248.

⁸¹ *Ibidem.*, p.254.

⁸² Estima-se que a repressão prendeu ilegalmente e torturou ao menos 30 mil pessoas. “O número de mortos e desaparecidos é da ordem de 500 pessoas”, que pode chegar a um número bem mais elevado se forem consideradas as vítimas que não eram da militância política mas se opunham ao regime. (WEICHERT, Marlon Alberto. Visão crítica dos óbices à promoção da Justiça no Brasil. In. **Justiça de Transição: análises comparadas Brasil-Alemanha**. Cornelius Prittwitz (*et al.*) (Org.). Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2015. p.117).

⁸³ NAPOLITANO, *Op cit.*, 2015. p.279.

⁸⁴ RIDENTI, *Op cit.*, 2014. p.41-42.

percalços e, sobretudo, sem que os responsáveis pelos desmandos da ditadura fossem punidos”.⁸⁵ Daí pra frente, o movimento pelas diretas converteu-se em uma “quase unanimidade nacional”⁸⁶, mesclando à luta pelos direitos civis e políticos, pelos direitos de expressão, de reunião, pelo término da censura e das torturas, pela revogação do AI-5 e contra os decretos que prejudicavam as entidades estudantis e proibiam que os estudantes se manifestassem politicamente.⁸⁷ Enquanto a crise econômica⁸⁸ e o esgotamento do regime se intensificavam, as esperanças eram depositadas na transformação política, no restabelecimento do pluripartidarismo, nas mobilizações por eleições diretas para presidente e no crescimento da presença das oposições.

Deste modo, uma agenda de abertura se efetiva, quando muito, após 1977. Até aquele momento, “abertura” condizia com a “institucionalização da exceção”. Iniciada em 1977, a agenda de transição passa a se reafirmar em 1978, quando da indicação de João Figueiredo para Presidência da República. A partir de então, depois da revogação parcial das medidas de exceção, da efetivação da anistia política e de uma reforma partidária (em 1979), com a pressão das manifestações de rua e do sistema político, a abertura se converte em um projeto de transição de longo prazo, cujo processo se consubstanciou com os “atores liberais, apoiados por parte da esquerda (comunistas do Partido Comunista Brasileiro – PCB – e do Partido Comunista do Brasil – PCdoB) e reunidos em torno da oposição partidária (MDB/PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e da ‘grande’ imprensa”.⁸⁹ A partir de 1982, os liberais, em negociação com os militares, tornaram o processo hegemônico, garantindo uma retirada sem punição aos algozes do regime e a ausência de mudanças substantivas e abruptas do modelo econômico sancionado pelas elites, retomando gradualmente “as liberdades civis e o jogo eleitoral”.⁹⁰

Quando o governo dos principais Estados já estava nas mãos da oposição, após as eleições de 1982, em um contexto de recessão econômica⁹¹, a impressão de ambiguidade, que

⁸⁵ FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia Historia**, vol.28, n.47, pp.43-59. Belo Horizonte, 2012. p.51.

⁸⁶ FAUSTO, *Op cit.*, 2015. p.266-282.

⁸⁷ RODEGUERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Daniel Aarão Reis Filho (*et al.*) (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p.179.

⁸⁸ No final de 1979 a inflação atingiu os 77%; o dobro da média de um ano antes e a taxa média mais alta desde 1964. (SKIDMORE, *Op cit.*, 1988. p.217)

⁸⁹ NAPOLITANO, *Op cit.*, 2015. p.234-235.

⁹⁰ *Idem.*

⁹¹ Durante os anos de 1980, considerado a “década perdida” para a economia, e os anos de 1990, “o PIB caiu 5,5% e o salário mínimo real diminuiu 46% (...). Entre 1940 e 1980, o PIB crescera 6,9% anualmente (...). Entre 1980 e 1992, cresceu apenas 1,25% ao ano e a renda per capita caiu 7,6%”. (CALDEIRA, *Op cit.*, 2000. p.50).

oscilava “entre a derrota tática e a vitória estratégica”, acabou por tomar conta do governo.⁹² O país tomava novos rumos. A oposição, ascendida pela campanha das Diretas-já, acabaria conduzindo a candidatura de Tancredo Neves. Em carta aberta à sociedade, Tancredo Neves se mostra admissível aos militares, passando a assumir formalmente “que não haveria ‘revanchismo’”, abrindo as portas dos quartéis para o seu nome.⁹³ Sua eleição, em 15 de janeiro de 1985, se tornaria o ápice do lento processo de abertura, da transição desencadeada em meados dos anos 1970.⁹⁴

1.4 Transição (delegada): manutenção de prerrogativas, impunidade e frustração

A vitória de Tancredo Neves sobre Paulo Maluf acabou se consumando em janeiro de 1985, quando Tancredo e seu vice, José Sarney, obtiveram uma nítida vitória no Colégio Eleitoral. A oposição chegava ao poder fazendo uso do sistema eleitoral imposto pelo regime autoritário.⁹⁵ Tancredo acabaria não assumindo o mandato em consequência de uma infecção generalizada que o levaria a óbito em 21 de abril. Sarney, seu substituto, era, nos termos de Boris Fausto, “um opositor de última hora que carecia de autoridade na Aliança Democrática”.⁹⁶ Em seu governo, as atenções se fixaram em avançar rumo à institucionalidade democrática-liberal, em revogar, entre outras medidas, entraves legais e certas estruturas herdadas da ditadura, o chamado “entulho autoritário”⁹⁷, e na eleição da Assembleia Constituinte, encarregada da elaboração de uma nova Constituição.⁹⁸

Neste processo, o governo Sarney acabou mantendo as prerrogativas políticas instituídas pelos militares, sendo mais apropriado definir o seu governo não como um governo de transição democrática, mas como “o último governo, no caso, civil, do ciclo de governos

Thomas E. Skidmore observa que no início dos anos 1980, a inflação passou de 99.7% em 1981 e 211% em 1982 para mais 223.8% em 1983. (SKIDMORE, *Op cit.*, 1988. p.254).

⁹² NAPOLITANO, *Op cit.*, 2015. p.302.

⁹³ *Ibidem.*, p.310.

⁹⁴ *Ibidem.*, p.235.

⁹⁵ FAUSTO, *Op cit.*, 2015. p.266-283.

⁹⁶ *Ibidem.*, p.266-285.

⁹⁷ O “entulho autoritário” diz respeito às várias leis e instituições utilizadas pela ditadura civil-militar, como as já inexistentes Lei Falcão, os DOI-CODIs e os DOPS; e outras que permaneceram, como, por exemplo, o controle militar da segurança pública, a Febem, as leis de Segurança Nacional e de Imprensa. (TELES, Edson. Entre justiça e violência: estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul. In. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boi Tempo, 2010. p.300).

⁹⁸ FAUSTO, *Op cit.*, 2015. p.266-286.

não democráticos no Brasil”.⁹⁹ Tratou-se de um governo cuja situação de submissão se manteve à margem da fiscalização democrática. Situação que, nos termos do cientista político Jorge Zaverucha, pode ser chamada de “democracia tutelada”¹⁰⁰, delegada, que manteve a autonomia e a imunidade dos militares dentro do aparelho de Estado. Neste contexto, as mudanças democráticas não seriam implementadas à exceção do tutelado e das possibilidades dispostas pelo que foi institucionalizado pelos militares. Quando da saída dos militares do poder, tem-se o estabelecimento das regras e cronogramas por eles próprios assistido. Ainda que, de acordo com Anthony Pereira¹⁰¹, tais regras não tenham sido constitucionalizadas por eles, elas garantiram que o poder não fosse deixado ao infortúnio, assegurando, outrossim, a manutenção de prerrogativas.

Neste cenário, os militares preservaram o Sistema Nacional de Informações, o poder sobre agências de inteligência e de cinco ministérios, desempenharam papel fundamental na segurança doméstica, gerenciaram um orçamento vultoso, manejaram uma indústria bélica e se preservaram da responsabilização pelos crimes perpetrados durante a ditadura.¹⁰² A característica principal da transição política se apresenta com um autoritarismo contínuo das instituições do governo civil, que legitimaram e deram estabilidade e função a um modelo político “nem populista, nem plenamente ‘democrático’, em função dos riscos do segundo converter-se no primeiro”.¹⁰³

Apesar de não cortar alguns elos com o passado autoritário, revogando, por exemplo, a Lei de Segurança Nacional, o instituto do Decreto-Lei, a Lei de Imprensa e o Decreto que autorizava a censura prévia dos órgãos de comunicação, em maio de 1985 as eleições diretas para presidência da República foram reestabelecidas e o direito de voto dos analfabetos, bem como a legalização dos partidos políticos, foram aprovadas.¹⁰⁴ A Constituição, alcunhada de “Constituição cidadã”, teve sua promulgação pelo Congresso Nacional em 5 de outubro de 1988, sendo considerada o marco que deu cabo “aos últimos vestígios formais do regime autoritário”.¹⁰⁵ As primeiras eleições diretas para a presidência da República foram realizadas em 1989, consolidando o regime liberal-democrático. Nesta, Fernando Collor de Melo

⁹⁹ NERVO CODATO, *Op cit.*, 2005. p.99.

¹⁰⁰ ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares no primeiro governo da transição brasileira: uma democracia tutelada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.09, n.26, pp.162-178. São Paulo, 1994.

¹⁰¹ PEREIRA, Anthony W. A tradição da legalidade autoritária no Brasil. In. **O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina**. José Geraldo de Souza, *et al* (Orgs.). Brasília, DF: UnB, 2015. p.204.

¹⁰² PEREIRA, *Op cit.*, 2015. p.204.

¹⁰³ NERVO CODATO, *Op cit.*, p.97-98.

¹⁰⁴ FAUSTO, *Op cit.*, 2015. p.266-286.

¹⁰⁵ *Ibidem.*, p.266-289.

derrotou Luiz Inácio da Silva. Seu governo, que não extinguiu a tutela dos militares sobre o poder civil, foi logo acusado de corrupto, o que o levou o Senado a julgar um pedido de *impeachment*. Collor renunciou em dezembro de 1992.

Neste contexto, Zaverucha observa que, além de pouco ter sido feito por José Sarney e pelo Congresso Nacional à promoção do controle civil sobre os militares, Fernando Collor de Melo também não demonstrou interesse em erradicar o poder de autonomia dos militares sobre os civis. Logo, as prerrogativas militares asseguradas disseram respeito, de modo geral, ao controle de agências de inteligência, (Centro de Informações do Exército, Centro de Inteligência da Marinha e Secretaria de Inteligência da Aeronáutica), eximidas da fiscalização do governo; à participação de oficiais no gabinete do governo (ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica); ao controle da polícia, subordinada ao governo e ao Exército; ao controle de áreas de atividades econômicas civis (como o Departamento de Aviação Civil e a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais); à promoção de militares; e ao julgamento de oficiais em tribunais civis.¹⁰⁶

Além disso, é digno de nota, como mostra Adriano Nervo Codato, a “herança institucional” da ditadura para os governos civis. Tal herança, nos exemplos dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), se refere à manutenção de núcleos independentes de poder representados, na área econômica, pelo Banco Central do Brasil, pelo Conselho de Política Monetária e pelo Ministério da Fazenda¹⁰⁷; na área militar, pelo Gabinete de Segurança Institucional, pela Agência Brasileira de Inteligência e pela Justiça Militar; e na área empresarial, por aparelhos estatais que gerenciam os “interesses do mercado”. Neste contexto, como bem observa Nervo Codato, as reformas instituídas são condição do “arranjo autoritário dos processos de governo” e da “ausência de responsabilidade dos governantes”.¹⁰⁸

¹⁰⁶ ZAVERUCHA, Jorge. As prerrogativas militares nas transições brasileira, argentina e espanhola. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol.7, n.19, pp.56-65, 1992. s/n.

¹⁰⁷ De acordo com professor de Direito Econômico e Economia Política Gilverto Bercovici, o Plano de Ação Econômica do Governo – elaborado durante a ditadura civil-militar entre 1964 e 1967 por Roberto Campo e Octávio Gouvêa de Bulhões – e suas subsequentes reformas, configuraram o atual sistema monetário e financeiro. Esta configuração se fez com a criação do sistema tributário nacional, do Banco Central e da “atual estrutura administrativa”, que, ainda hoje em vigência, “dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências”. Para o autor, não tendo o Estado adotado soluções ao impedimento ou ao cerceamento de sua irresponsabilidade e arbítrio, continua irresolvida a questão do controle público democrático sobre o Estado: “A questão do controle democrático da intervenção econômica e social do Estado continua sem solução sob a democrática Constituição e de 1988 e toda sua estrutura administrativa, ainda herdada da ditadura militar”. (BERCOVICI, Gilberto. “O Direito Constitucional passa, o Direito Administrativo permanece”: a persistência da estrutura administrativa de 1967. In. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boi Tempo, 2010. p.78-79 e 90).

¹⁰⁸ NERVO CODATO, *Op cit.*, 2005. p.101.

De toda sorte, com a abertura controlada, os militares mantiveram o direito, previsto na Constituição, de intervenção em nome da manutenção da lei e da ordem; disponível à situação, como observa o historiador David Maciel, “sempre que a sua capacidade de controle social por meio dos mecanismos democráticos fosse abalada ou não funcionasse”.¹⁰⁹ Os militares restringiram ainda os julgamentos de seus crimes à Justiça Militar, sendo que o Supremo Tribunal Militar continua, em pleno século XXI, a julgar também civis por crimes militares.¹¹⁰ Na transição política brasileira, a continuidade dissimulada das práticas autoritárias acabaram sendo asseguradas, como nota o cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, “pelo controle institucional da violência ilegal praticada pelas autoridades públicas”¹¹¹ e pela “deslegitimação dos direitos civis”.¹¹² Tais condições caracterizam a ilegalidade e o arbítrio ao qual boa parte da população está submetida.¹¹³

1.5 Observações finais

Os desmandos e abusos de autoridades, porventura existentes, inevitáveis em qualquer parte do mundo e, em particular, nos países com dimensões continentais como o Brasil, seja em face da necessidade de urgência das investigações para acompanhar a vertiginosa rapidez da escalada terrorista, seja por vinditas pessoais ou influências psicológicas da situação, têm sido punidos com energia, sem alardes ou divulgações ostensivas, para evitar que se avolumem acusações indebitas forjadas por terroristas à luz de objetivos políticos ou como represália as autoridades que, conscientemente, cumprem seus deveres legais.
(ARQUIVO NACIONAL, Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça)

Não tendo sido posta em questão, tem-se, no caso brasileiro, que a transição foi acordada em meio a continuadas práticas de violência e arbitrariedade, à repressão dissimulada, censurada e negada, ao tratamento desigual, à impunidade revestida de conteúdos convencionados que dão prevalência ao esquecimento e ao arbítrio. Tais condições deslegitimam uma ordem democrática, desrespeitam e negam a dignidade e os direitos da

¹⁰⁹ MACIEL, David. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. 2008. Tese de doutorado. p.304.

¹¹⁰ ZAVERUCHA, Jorge; CAVALCANTI MELO FILHO, Hugo. Superior Tribunal Militar: entre o autoritarismo e a democracia. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Vol.47, n.4. Rio de Janeiro, 2004. p.787. Neste sentido, de acordo com Zaverucha e Hugo Cavalcanti Melo Filho, o Supremo Tribunal Militar “extrapola os limites de ação de um órgão do Judiciário, restritos à resolução de conflitos, para se erigir como instrumento de controle de importante aspecto da vida social”. Deste modo, a constituição do Tribunal Militar como um “braço jurídico dos interesses institucionais das Forças Armadas” colabora para o fortalecimento, no Brasil, da “existência de um governo pela lei (...) em vez de um governo da lei (...)”. (*ibidem.*, p.789).

¹¹¹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. **Revista USP**, Dossiê Violência, n.9, 1991. p.45-46.

¹¹² CALDEIRA, *Op cit.*, 2015. p.136.

¹¹³ PINHEIRO, *Op cit.*, 1991. p.45-46.

maioria da população e os novos modos de intervenção que não ambicionam aceitar o presente como um dado. A transição foi conduzida por conciliação, manutenção de prerrogativas, impunidade e frustração, ficando questões relativas aos direitos humanos e à superação dos crimes da ditadura relegadas a um plano secundário da agenda política, prevalecendo a visão de que os crimes cometidos deveriam ser esquecidos. Deste modo, sem sólidas políticas públicas de responsabilização e de memória que elaborem a violência e deslegitimem sua tolerância e as atrocidades da repressão, que deslegitimem sua exceção, aumentem o reconhecimento da importância de seus impactos e responsabilize seus algozes, e sem uma mobilização política prudente que seja capaz de colocar tais políticas em prática, o Brasil estará longe do seu necessário processo de transição democrática.

Ao conjunto de tais práticas que surgem após um período de conflito, ou de repressão, denomina-se justiça de transição. De modo geral, a justiça de transição pressupõe práticas que objetivam o reconhecimento de que violações dos direitos humanos foram perpetradas, as iniciativas que fomentam o desenvolvimento democrático através da aplicação da justiça contra os que cometeram violações dos direitos humanos e a busca da verdade para o esclarecimento de tais violações. Além disso, a justiça de transição pressupõe a efetivação de políticas públicas de reparação às vítimas das violações dos direitos humanos, de reformas institucionais que transformem as estruturas do Estado em um instrumento democrático dentro de um Estado de direito e de políticas públicas de memória que possibilitem a ressignificação da história do país e aumente a consciência moral e histórica sobre os erros do passado.

Deste breve discernimento, no próximo capítulo dar-se-á atenção aos problemas concernente à justiça de transição, no que diz respeito às suas definições e alcances, e sobre o contexto histórico no qual tais práticas abarcam medidas que objetivam prover benefícios às vítimas das injustiças pretéritas. Estas questões serão posteriormente enfatizadas ao momento em que o processo transicional brasileiro se distingue por demandas de compromissos legais ao acerto de contas com as graves violações dos direitos humanos perpetradas durante a ditadura civil-militar.

2. JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: histórico e definições

Where transitional justice is required, strategies must be holistic, incorporating integrated attention to individual prosecutions, reparations, truth-seeking, institutional reform, vetting and dismissal, or an appropriately conceived combination thereof.
(ONU, 2004)

Após o fim de um regime não democrático, em momentos decorrentes de processos de paz e da superação de autoritarismos e de violência, coloca-se a questão de saber se os protagonistas de regimes que torturaram, violaram e assassinaram as suas vítimas, deverão ser responsabilizados. A justiça de transição, ou justiça transicional, trata desta responsabilização. Ela diz respeito às respostas oficiais dadas aos legados de violações dos direitos humanos constituídas por realizações e programas administrativos de governos emergentes de regimes autoritários ou guerras e por respostas jurídicas e atividades compensatórias de democracias já consolidadas. Trata-se de um esforço à construção da paz, à garantia de responsabilização, justiça e reparação, e à promoção reconciliatória mediante a valorização dos direitos humanos e à superação da violência pretérita. Este capítulo enfoca tais medidas administrativas, judiciais e legais de responsabilização que foram tomadas em resposta às atrocidades cometidas por países que procuram lidar com os legados de violações dos direitos humanos cometidas por regimes antecessores. Serão analisados, deste modo, as tendências e os mecanismos de responsabilização à luz de um breve histórico e das definições mais gerais sobre a justiça de transição. Também serão considerados, de modo sucinto, alguns exemplos de implementação de tais práticas assumidas no processo de transição política enfrentado por sociedades que saíram de períodos em que foram cometidas violações de direitos humanos.

2.1 Um acerto de contas com a violência

Na modernidade, a justiça de transição tem suas origens ligadas às duas grandes guerras mundiais, ao Fim da Guerra Fria e, como nota o queniano Makau Mutua, professor de Direito da *University at Buffalo*, à “euforia do triunfo presumido das ideologias de livre

mercado e do liberalismo político”.¹¹⁴ As origens da justiça transicional estão ligadas às transições da Alemanha, da Itália e do Japão e aos processos associados à responsabilização criminal dos algozes remanescentes das ditaduras da Grécia (1967-1974), de Portugal (1926-1974), da Espanha (1939-1975) e da Argentina (1976-1983). Antes da Segunda Guerra Mundial, de acordo com a pesquisadora em justiça de transição e professora de políticas de direitos humanos da *Harvard Kennedy School*, Kathrin Sikkink¹¹⁵, a impunidade ditara as regras de que nem os Estados e nem seus oficiais deveriam ser responsabilizados por violações dos direitos humanos cometidas no passado. Logo após a Guerra, deu-se conta de que havia uma completa falta de padrões internacionais de responsabilização para tais violações. É neste cenário que deu-se início aos tribunais de Nuremberg (1945 e 1949) e de Tóquio (1946 a 1948). Estes tribunais deveriam fornecer responsabilização criminal individual pelos crimes de guerra, representando um símbolo da reprovação das atrocidades cometidas.

Neste contexto, uma norma de justiça internacional despontou determinando o modo apropriado dos Estados lidarem com seus crimes pretéritos. Esta norma internacional apresentou um conjunto de expectativas a serem satisfeitas pelos governos em transição quando estão acertando as contas com a história criminal do Estado. De modo geral, de acordo com Jelena Subotic¹¹⁶, professora do Departamento de Ciências Políticas da *Georgia State University*, isto pode ser reduzido à declaração de que as violações dos direitos humanos, como os crimes contra a humanidade, as guerras ou os genocídios, deveriam ser julgados nos tribunais e não serem deixados à vingança ou ao esquecimento. Tais crimes demandam a responsabilização criminal, exigindo que um julgamento apropriado e um devido processo de lei se cumpra como resposta oficial às violações dos direitos humanos cometidas no passado.

Neste contexto, iniciativas também convergiram à instituição da Organização das Nações Unidas (ONU – 1945), que esboçou um conjunto de padrões para a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em 1948. Embora a DUDH não tenha força de lei, considera-se que ela tenha adquirido a condição de lei humanitária consuetudinária internacional. Um grande número de tratados vinculados, convenções e estatutos são derivados dela. Estes normatizam um sistema de implementações e regras centrado nas

¹¹⁴ MUTUA, Makau. What is the future of transitional justice? Introduction. **International Journal of Transitional Justice**, n.09, pp.01-09. Oxford University Press, 2015. p.01.

¹¹⁵ SIKKINK, Kathryn. **The Justice Cascade**. How human rights prosecutions are changing world politics. New York; London: W. W. Norton and Company, 2011. p.14.

¹¹⁶ SUBOTIC, Jelena. The Paradox of International Justice Compliance. **The International Journal of Transitional Justice**, vol.3. Oxford University Press, 2009. p.362.

Nações Unidas, cuja Comissão para os Direitos Humanos (1946) – substituída em 2006 pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas – tem servido de fórum para a discussão da negociação de normas internacionais e domésticas dos direitos humanos. Deste modo, a força das Nações Unidas repousa nas resoluções que autorizam a Comissão para os Direitos Humanos, e mais recentemente o Conselho, a investigar comunicados que aparentemente revelam um padrão de violações dos direitos humanos.¹¹⁷

Neste contexto, a agenda internacional dos direitos humanos tem se tornado cada vez mais presente pelo desenvolvimento crescente da promoção, monitoramento e crítica das atividades dos direitos humanos.¹¹⁸ Logo, ainda que tais medidas tenham conquistado “o (fraco) efeito de compromisso normativo característico de convenções publicamente reconhecidas”¹¹⁹, como nota Jürgen Habermas, da criação de uma série de tratados mais detalhados de direitos humanos, os Estados propuseram um novo modelo de responsabilização no qual o Estado como um todo foi responsabilizado por violações dos direitos humanos, devendo este tomar atitudes administrativas de reparação complementares para com as vítimas destas violações e seus descendentes.¹²⁰

Genealogicamente, uma primeira fase da justiça de transição, associada à internacionalização do direito, à cooperação entre Estados, à criminalização e aos julgamentos de crimes de guerra e às sanções – que deram fundamentação ao moderno direito humanitário internacional – pode ser traçada neste contexto de pós Segunda Guerra Mundial, cujos símbolos mais representativos foram os julgamentos de Nuremberg e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1948. Também é nesse contexto que a fórmula de *Radbruch*¹²¹ se apresentou como marco jurídico – ameaçando punir

¹¹⁷ Ver: DONNELLY, Jack. **Universal Human Rights in Theory and Practice**. Cornell University Press: Itaca and London. 1989. p.206.

¹¹⁸ O jurista americano Thomas Buergenthal evidencia que a proliferação dos tratados e a emergência dos direitos humanos, com jurisdição para interpretar e aplicar estes tratados, induziu um número de Estados a dar aos tratados dos direitos humanos um status especial em suas constituições nacionais. Ainda que não tenham prevenido a ocorrência da perpetuação das violações massivas de direitos humanos, o sistema de direitos humanos internacional em funcionamento, com força ética e jurídica, as instituições formais e normas legais, bem como o trabalho das ONGs, têm melhorado a condição dos direitos humanos em muitos países, forçando um crescente número de governos a assumirem suas obrigações com mais seriedade do que anteriormente. (Ver: BUERGENTHAL, Thomas. The Evolving International Human Rights System. **The American Journal of International Law**, vol.100, no.4, p.783-807, 2006).

¹¹⁹ HABERMAS, Jürgen. **A constelação pós-nacional: ensaios políticos**. São Paulo: Littera Mundi, 2001. p.49.

¹²⁰ SIKKINK, *op cit.*, 2011. p.14.

¹²¹ A fórmula de Radbruch, cujas formulações foram feitas em 1946 pelo professor de Direito e político Gustav Radbruch, trata do conflito entre direito positivo e justiça no contexto da consideração das leis nazistas pelos tribunais do pós-guerra e das leis da República Federal da Alemanha e da Alemanha Oriental no período pós unificação. Radbruch concebe a perda de validade da norma instituída, conforme as reivindicações formais, quando a incompatibilidade entre o conteúdo da norma e as exigências da justiça tornam-se intoleráveis. É o modelo, conforme terminologia do debate jusfilosófico alemão, da insuportabilidade (*Unerträglichkeitsformel*):

penalmente os que detinham o poder político de um Estado autoritário pelas injustiças cometidas – e que se desenvolveu na Alemanha o conceito de *Vergangenheitsbewältigung* (termo comumente entendido por superação do passado, na medida em que se pretende confrontá-lo, dando respostas ao seu legado de violência) para tratar do problema dos crimes perpetrados por regimes autoritários pretéritos.¹²²

A aplicação dada ao reconhecimento das obrigações dos Estados de investigar, de punir e, concomitantemente, de reparar as violações dos direitos humanos, se consumou em organismos como a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) – estabelecida 1979 como consequência da entrada em vigor em 1978 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, com funções que se desdobram na determinação de responsabilidade internacional pela violação de algum direito reconhecido por tratados de direitos humanos que se aplicam ao sistema interamericano e na determinação de reparações pela violação de tais direitos. O reconhecimento das obrigações dos Estados também se consumou com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 1958 do Tratado de Roma, assinado em 1957 pela Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Holanda e Alemanha Ocidental em defesa da criação de uma organização supranacional que priorizasse superar a destruição provocada pela Segunda Guerra Mundial e promover o desenvolvimento.

O Comitê de Direitos Humanos – criado em virtude do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP), adotado e aberto à assinatura, ratificação e adesão pela ONU em 16 de dezembro de 1966, cuja atribuição compete receber e examinar comunicados

invalida-se a norma quando o legislador não tem a intenção de elaborar normas justas. A solução proposta pelo filósofo do Direito Herbert Hart para combater o efeito do emprego destas normas jurídicas injustas, como ressalta o professor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, Dimitri Dimoulis, “foi a de penalizar retroativamente as condutas dos responsáveis, substituindo o direito anterior por um novo”. No contexto alemão do pós-guerra, as normas jurídicas que contestavam o sentimento de humanidade e de justiça não possuíam legalidade jurídica – a justiça era posta acima do direito em vigor, sendo necessário que leis penais retroativas fossem instituídas, infringindo o princípio de legalidade – prevalecendo o entendimento de que “tribunais nacionais e internacionais devem julgar graves violações de direitos humanos, principalmente os crimes de guerra e os crimes contra a humanidade” (DIMOULIS, Dimitri. Justiça de transição e função anistiantes no Brasil. Hipostasiações indevidas e caminhos de responsabilização. In: **Justiça de Transição no Brasil**. Direito, responsabilização e verdade. ____; et al. (Orgs.). São Paulo: Saraiva, 2010. p.113-115). Neste sentido, com relação ao princípio de retroatividade, em vista da gravidade dos atos praticados, é possível romper com a proibição da retroatividade penal. Deste modo, o professor de Direito e Sociologia Ulfrid Neumann nota ser possível definir o problema por meio de uma argumentação na qual “se rejeita a validade jurídica de determinadas leis do sistema jurídico pretérito”. Esse caminho “promete a possibilidade de uma penalização ‘justa’, sem precisar aceitar uma limitação da proibição da retroatividade penal” (NEUMANN, Ulfrid. O papel do Direito, da sociedade e da política na superação de sistemas ilícitos. In: **Justiça de Transição: análises comparadas Brasil-Alemanha**. Cornelius Prittwitz; et al. (Org.). Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2015. p.48).

¹²² SWENSSON JUNIOR, Lauro Joppert. Punição para os crimes da ditadura militar: contornos do debate. In: ____; et al. (Orgs.). **Justiça de Transição no Brasil**. Direito, responsabilização e verdade. São Paulo: Saraiva, 2010. p.49.

de não cumprimento das obrigações de direitos humanos previstas pelo PIDCP, constituir comissão de conciliação e emitir relatórios às Nações Unidas sobre a exposição dos fatos em que ocorreram violações de direitos humanos – também foi implementado com o objetivo de controlar a aplicação das obrigações dos Estados de investigar, punir e reparar as violações dos direitos humanos. Com este objetivo, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) também foi efetivado. Criado em 1959, o TEDH (também denominado de Tribunal de Estrasburgo e Corte Europeia de Direitos Humanos) julga violações dos direitos humanos reconhecidas pela Comissão Europeia de Direitos Humanos. Sob a jurisdição do Conselho da Europa e sediado em Estrasburgo, o Tribunal Europeu é um órgão judicial que tem a competência de verificar o comprometimento e o respeito dos princípios dos direitos humanos dos 47 Estados membros do Conselho da Europa e de julgar suas violações.

As Nações Unidas apresentam inúmeros instrumentos internacionais que consagram tais direitos às vítimas de violações flagrantes das normas internacionais de direitos humanos e de violações do direito internacional humanitário. Entre eles, o supracitado Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (adotado em 1966), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (adotado e aberto à assinatura e ratificação em 1965), a Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes (adotado em 1984) e a Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder (adotado em 1985).

Este contexto se estrutura em uma fase da justiça de transição que está associada ao período de aceleração democrática decorrente da fragmentação política resultante do colapso e desintegração da União Soviética e do esgotamento das juntas militares repressivas na América Latina do final dos anos 1970. As consequências deste cenário – subordinadas às condições e políticas locais – alicerçaram as transições da Europa, da África e da América Latina.¹²³ Neste contexto, como nota o professor de Direito Público da Universidade de Oviedo (Espanha), Javier González Vega, o direito internacional contemporâneo, consumado em organismos de direitos humanos, tem-se erigido à afronta dos problemas que estão

¹²³ TEITEL, Ruti G. Transitional Justice Genealogy. **Harvard Human Rights Journal**, vol.16. 2003. p.71. Na África, de acordo com estudo realizado por Tricia D. Olsen, Leigh A. Payne e Andrew G. Reiter, ocorreram 29 transições (4 com julgamentos, 6 com a instauração de comissões de verdade e 7 com a implementação de anistias). A Europa, de acordo com o estudo, teve 22 transições: 12 com julgamentos, 4 com a instauração de comissões de verdade e somente 1 com a implementação de anistias. Na América Latina, por sua vez, ocorreram 19 transições. Destas, 10 com julgamentos, 13 com comissões de verdade e 7 com anistias. (PAYNE, Leigh; *et al.* Equilibrando julgamentos e anistias na América Latina: perspectivas comparativa e teórica. In. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.02, pp.152-175. Brasília: Ministério da Justiça, 2019. p.156).

associados com a responsabilização pelas violações de direitos humanos, com a “reivindicação da memória histórica” e com a “reparação das vítimas”.¹²⁴

Conforme apresentado em 2004 pelo relatório produzido pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas – órgão fundado em 1946 que define as disposições, aprova, invalida ou renova os mandatos das missões de paz e de segurança internacional – a justiça de transição compreende o “amplo conjunto de processos e mecanismos associados às tentativas da sociedade de chegar a um acordo com o legado de abusos cometidos no passado, a fim de assegurar a responsabilização, servir aos propósitos da justiça e obter a reconciliação”.¹²⁵ Tais mecanismos, nos termos do Conselho de Segurança da ONU, cujo mandato torna obrigatório suas decisões para todos os Estados membros, podem ser extrajudiciais e judiciais, “com diferentes níveis de envolvimento internacional (ou nenhum) e processos individuais, reparações, busca da verdade, reforma institucional, investigação de antecedentes, destituição de cargo ou a combinação de todos esses procedimentos”.¹²⁶

As Nações Unidas¹²⁷ salientam que quatro princípios do direito internacional humanitário estruturam a luta contra a impunidade e a justiça de transição. São eles (a) as obrigações dos Estados investigarem e responsabilizarem criminalmente os perpetradores de violações dos direitos humanos; (b) o direito à verdade sobre o passado de tais atrocidades; (c) o direito a reparações para suas vítimas; (d) e as obrigações dos Estados na prevenção da ressurgência de tais violações. Os mecanismos e medidas criados à efetivação de tais princípios de responsabilização, ao desenvolvimento de direitos econômicos, sociais e culturais, dizem respeito às comissões de investigação e verdade, aos mecanismos judiciais nacionais, internacionais ou híbridos, às reparações e à reforma institucional.

Deste modo, quando se trata de justiça de transição, da proteção dos direitos humanos e da prevenção e punição das violações de direitos humanos pretéritas, “justiça” é, sobretudo, nos termos das Nações Unidas, um “ideal de responsabilização e equidade”.¹²⁸ A transição, por sua vez, tem o significado do que a argentina Ruti Teitel, professora de Direito da New York Law School, denomina de “mudança em direção à liberalização”.¹²⁹ O significado de tal

¹²⁴ GONZÁLEZ VEGA, Javier. Memoria histórica vs. Impunidad: las obligaciones impuestas por el derecho internacional. **Memória histórica: se puede juzgar la historia?** Fundación Antonio Carretero: Madrid, 2009. p.67.

¹²⁵ NAÇÕES UNIDAS. **The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies**. Report of the Secretary-General (S/2004/616), 2004. p.04.

¹²⁶ NAÇÕES UNIDAS. *Op cit.*, 2004. p.04.

¹²⁷ NAÇÕES UNIDAS. **Transitional Justice and Economic, Social and Cultural Rights**. Office of the high commissioner. New York and Geneva, 2014. p.05-06.

¹²⁸ NAÇÕES UNIDAS. *Op cit.* p.04.

¹²⁹ TEITEL, Ruti G. **Transitional Justice**. Oxford University Press, 2000. p.05.

compreensão é explorado como “um componente normativo na mudança de um regime menos democrático para um mais democrático”.¹³⁰ Desta perspectiva, se a justiça é transicional, se ela pressupõe, nos termos das Nações Unidas, “respeito aos direitos do acusado, aos interesses das vítimas e ao bem-estar da sociedade como um todo”¹³¹, ela precisa ser transformadora da vida social e política das vítimas de violações dos direitos humanos.

Na busca pelos direitos das vítimas e por democratização, a justiça de transição deve transmitir à sociedade que o Estado é digno de confiança, mostrando melhoras em seu posicionamento moral, aperfeiçoando a responsabilização e a segurança, trabalhando para recompor a confiança das instituições políticas e dos cidadãos com o Estado e, por meio da legalização de reivindicações compensatórias, reconhecer os sobreviventes das violações dos direitos humanos como sujeitos livres de um regime legal com o direito de reivindicar explicações do Estado.¹³²

Nesse diapasão de análise, a justiça de transição é entendida como uma área de atividade e investigação multidimensional focada na maneira como as sociedades lidam com seus legados de violações de direitos humanos, atrocidades em massa ou outras formas de trauma social, com vistas à construção de um futuro mais democrático, justo e pacífico. Com instrumentos abrangentes e multidisciplinares que convergem à transformação de um Estado repressivo e à reinstauração de procedimentos e práticas democráticas, as medidas e instituições da justiça transicional visam incorporar a inclusão de processos penais, de pedidos oficiais de perdão, de comissões de investigação e de reconciliação, de reparações e de políticas de memória pública. Para isso, a justiça de transição se alicerça na legislação internacional e em organismos dos direitos humanos, argumentando que países em transição precisam enfrentar certas obrigações legais, administrativas e políticas que proclamam que os abusos dos direitos humanos sejam interrompidos, que os crimes do passado sejam investigados e os responsáveis identificados, processados e punidos, que as vítimas sejam reparadas, que futuras criminalidades sejam prevenidas, que se preserve a paz e que se procure a reconciliação individual e nacional.¹³³

Tratam-se de mecanismos e medidas judiciais e não-judiciais complementares que, dito em termos gerais, consubstanciam tanto o reconhecimento de que violações dos direitos

¹³⁰ *Idem.*

¹³¹ NAÇÕES UNIDAS. *Op cit.*, 2004. p.04.

¹³² WINTER, Stephen. Towards a Unified Theory of Transitional Justice. **International Journal of Transitional Justice**, vol.7, 2013. p.227-238.

¹³³ BICKFORD, Louis. Transitional Justice. In: Leslie Alan Horvitz; Christopher Catherwood (Orgs.). **The Encyclopedia of Genocide and Crimes Against humanity**. Nova York, Macmillan Reference, vol.3, pp.1045-1047, 2004. p.1045.

humanos foram perpetradas, quanto a atribuição de responsabilidade por tais violações e o reparo das vítimas. Deste modo, além de medidas legais à responsabilização judicial dos perpetradores de violações dos direitos humanos, está-se de acordo com Wendy Lambourne, diretora do *Centre for Peace and Conflict Studies* da Universidade de Sydney, que adverte que os mecanismos de justiça transicional que não levarem em consideração a reconciliação, os aspectos retributivos e restaurativos de justiça, a promoção de “alguma forma de reconhecimento ou verdade”, a mudança das instituições políticas arbitrárias e a distribuição socioeconômica, “provavelmente não produzirão a transformação nas relações necessária para dar suporte à construção de paz sustentável”.¹³⁴ Paz que requer a preservação da ausência de violência física e a construção da justiça social, o que implica na promoção da justiça legal, socioeconômica e política, que instauram estruturas que asseguram a responsabilização, o respeito pelos direitos humanos e pelo Estado de direito, promovendo o combate à impunidade e a promoção da justiça.

2.2 Judicialização da justiça de transição: da responsabilização criminal

(...) la satisfacción del derecho a la verdad que corresponde a las víctimas, a través de la investigación de los hechos y el enjuiciamiento de los responsables, que se difunde públicamente (...), permite atender además el requerimiento social de saber lo que ha ocurrido.
(Corte IDH, 2000)

Um dos maiores precedentes de responsabilização criminal em nível doméstico dos envolvidos em atrocidades pretéritas é o da Segunda Guerra Mundial. Na Alemanha, por exemplo, os processos têm sido contínuos. Na França, o processo do oficial alemão Klaus Barbie, chefe da Gestapo em Lyon, condenado à prisão perpétua em 1987 pela prática de crimes contra a humanidade, foi seguido por outros casos movidos contra colaboradores franceses de alto nível, como o do ex-chefe de informação da milícia de Lyon durante o regime de Vichy, Paul Touvier, também condenado em 1994 à prisão perpétua por crimes contra a humanidade, e Maurice Papon, oficial do Governo Francês de Vichy, acusado por ordenar a prisão e a deportação de judeus e condenado em 1998 a dez anos de reclusão também por crimes contra a humanidade.

¹³⁴ LAMBOURNE, Wendy. Transitional Justice and Peacebuilding after Mass Violence. **The International Journal of Transitional Justice**, vol.3. Oxford University Press, 2009. p.47.

Ruti Teitel assinala que a Holanda continua a processar seus colaboradores, que a Austrália e o Canadá viram os processos de colaboradores da Segunda Guerra Mundial residentes nestes países no final dos anos 1980, e que no Reino Unido, o Ato de Crimes de Guerra de 1991 foi aprovado para possibilitar a responsabilização criminal de suspeitos colaboradores da época da guerra que residem no país. Teitel afirma que nas transições do domínio comunista, julgou-se de modo disperso a alta liderança romena e búlgara, que o colapso da Iugoslávia também foi seguido por julgamentos, que após o colapso do regime ditatorial, a Etiópia levou a julgamento o alto escalão do regime e que Ruanda também tem experienciado julgamentos de genocídio.¹³⁵

Outros casos de julgamentos criminais enfrentados por sociedades que saíram de períodos em que foram cometidas violações dos direitos humanos, ainda que acabaram culminando em sentenças suspensas ou convertidas, são os das juntas gregas e portuguesas. De acordo com Kathryn Sikkink, os casos grego e português são representativos de governos e cidadãos que “transformaram o furor nas ruas em favor do apoio público para os que viriam a ser os primeiros processos nacionais dos direitos humanos desde a Segunda Guerra Mundial”.¹³⁶ Neste contexto, Grécia e Portugal destacam-se por terem sido os primeiros países a responsabilizarem criminalmente seus perpetradores de violações dos direitos humanos, contribuindo para os debates sobre a tortura e os direitos humanos da Organização das Nações Unidas.

O diretor do Programa de Estudos Gregos da Universidade de Illinois, Stefanos Katsikas, observa que no contexto da justiça transicional grega, após sete anos de regime ditatorial (1967-1974), medidas para remoção de designados e colaboradores do regime de suas posições em cargos públicos foram imediatamente tomadas. O governo democrático instaurado no final de 1974, liderado por Konstantínos Karamanlís, apesar de ter sido acusado de ser “leniente com os membros da junta militar recentemente deposta”¹³⁷, ordenou a detenção dos líderes do golpe militar de 21 de abril de 1967. Após serem investigados, processados e acusados, os líderes do golpe foram condenados à pena de morte (posteriormente convertidas em prisão perpétua) e a prisões que variaram de cinco a vinte e

¹³⁵ TEITEL, *Op cit.*, 2000. p.39-40 e 48.

¹³⁶ SIKKINK, *Op cit.*, 2011. p.32-33. Alguns meses após os julgamentos por crimes de tortura em Atenas, os países que compunham a Assembleia Geral das Nações Unidas adotaram a Declaração Sobre a Proteção de Todas as Pessoas de Serem Submetidas à Tortura e a Outros Tratamentos Cruéis, Inumanos ou Degradantes ou à Punição. Esta Declaração foi o ponto de partida para a responsabilização criminal individual por tortura e, de modo mais geral, por outras violações dos direitos humanos.

¹³⁷ KATSIKAS, Stefanos. Transitional justice after the collapse of dictatorship in Greece (1974-2000). In. **Transitional Justice And Memory In Europe (1945-2013)**. Nico Wounters (Ed.). Cambridge, Antwerp, Portland: Intersentia, 2014. p.264.

cinco anos de detenção. Mais de 400 outros julgamentos investigaram o uso da tortura pelo regime ditatorial grego. Katsikas elucida que o sucesso dos julgamentos dos militares e as pesadas sentenças a eles impostas – confirmado pelos projetos de consolidação das instituições democráticas – enviou uma mensagem aos potenciais conspiradores de que “a era da imunidade das transgressões constitucionais pelos militares tinha irreversivelmente acabado”.¹³⁸

Em Portugal, apesar do pioneirismo da transformação do furor público em favor do apoio à responsabilização judicial dos perpetradores de violações dos direitos humanos cometidas durante os 48 anos do regime ditatorial português (1926-1974), as decisões para responsabilização implicaram num acordo à não condenação de “alguns dos excessos” cometidos, sendo os crimes “de algum modo perdoados”.¹³⁹ A pesquisadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Filipa Raimundo, e o professor de História Contemporânea Europeia do Instituto Universitário de Lisboa, António Costa Pinto, ressaltam que as sentenças dos julgamentos terminaram sendo significativamente leves, com demissões, aposentadorias compulsórias, perdas de direitos políticos, pouco tempo de detenção, sendo que um expressivo número dos que foram julgados acabou nem sendo detido em função do perdão concedido.¹⁴⁰ Filipa Raimundo e António Costa Pinto salientam que, apesar da transição democrática ser anualmente celebrada em Portugal, não há um debate político importante sobre o passado repressivo ou uma reivindicação social civil expressiva por compensação ou reconhecimento da resistência.¹⁴¹ Deste modo, ainda que a transição portuguesa tenha dissolvido alguns dos legados institucionais do regime autoritário, a justiça de transição acabou dando espaço somente a “esporádicos debates públicos”, a “iniciativas parlamentares” e a “erupções de memória da sociedade civil”.¹⁴²

Na América Latina, que possui uma notável história de julgamentos por violações dos direitos humanos, a Argentina colocou os seus comandantes militares, bem como outros oficiais das forças armadas, perante tribunais de justiça, chamando a atenção internacional para uma torrente de processos judiciais como política de justiça de transição que fluiriam por toda a América Latina. No caso argentino, durante o governo de Raúl Alfonsín (1983-1989), por conta das violações dos direitos humanos perpetradas, nove altos dirigentes das Forças

¹³⁸ *Ibidem.*, p.281.

¹³⁹ RAIMUNDO, Filipa; COSTA PINTO, António. From ruptured transition to politics of silence: the case of Portugal. In: **Transitional Justice And Memory In Europe (1945-2013)**. Nico Wouters (Ed.). Cambridge, Antwerp, Portland: Intersentia, 2014. p.185.

¹⁴⁰ *Ibidem.*, p.186.

¹⁴¹ *Ibidem.*, p.189.

¹⁴² *Ibidem.*, p.196.

Armadas que serviram nas Juntas Militares que governaram a Argentina de 1976 até 1983 foram julgados em processos encaminhados à justiça civil.¹⁴³ Com o julgamento (*Juicio a las Juntas*), cinco dos nove oficiais acusados foram condenados. Depois de um vai e vem de anistias e julgamentos ao longo das décadas de 1980 e 1990, o forte clamor da sociedade civil por responsabilização resultou em uma sentença de 2001 que declarou a inconstitucionalidade das leis de anistia. Neste cenário, o Presidente Carlos Menem (1989-1999) implementou reformas que, ao final de seu mandato, em 1999, possibilitaram o controle civil das forças armadas e a profissionalização de programas que levaram à redução de sua influência política. Em 2003, as providências tomadas pelo então Presidente Néstor Kirchner (2003-2007) conjecturaram medidas de responsabilização criminal com o apoio da agenda dos grupos de direitos humanos, com a anulação legislativa das leis de anistia e com a subsequente validação de sua inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal em 2005.

Com o recomeço dos julgamentos na Argentina em 2006, centenas de pessoas foram acusadas e condenadas por crimes cometidos contra a humanidade durante a última ditadura civil-militar.¹⁴⁴ A este respeito, deve-se ressaltar ainda que mesmo diante das limitações impostas pela instauração das leis de Ponto Final (Lei n. 23.492/1986) e de Obediência Devida (Lei n. 23.521/1987), conhecidas como “leis de perdão”, ou “leis da impunidade” – leis que permitiram que os crimes de lesa-humanidade cometidos pela ditadura argentina continuassem impunes – os tribunais argentinos encontraram meios de contorná-las. Casos que envolviam sequestros de crianças e roubos de mercadorias, por exemplo, eram investigados por não serem cobertos pela anistia. E quando os crimes eram protegidos pelas leis, mantinham-se as acusações para que o testemunho permitisse o conhecimento dos casos e aumentasse a pressão por anulação da anistia.¹⁴⁵ Neste cenário, e apesar da observação de Daiana Fusca¹⁴⁶, advogada do *Centro de Estudios Legales y Sociales* da Argentina, para o fato da atuação judicial ser criticada pela demora nas investigações, por dificuldades estruturais, por impunidade e por falta de coesão entre os tribunais para o correto desempenho dos

¹⁴³ SIKKINK, *Op cit.*, 2011. p.59-60.

¹⁴⁴ LESSA, Francesca; *et al* (Orgs.). *Overcoming Impunity: Pathways to Accountability in Latin America*. **The International Journal of Transitional Justice**, vol.8. Oxford University Press, 2014. p.93-94.

¹⁴⁵ ROHT-ARRIAZA, Naomi. Impunidade na América Latina: tribunais nacionais e desafios ainda existentes. In. **A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada**. Brasília: Ministério da Justice, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011. p.144.

¹⁴⁶ Ver: FUSCA, Daiana. Processo de justiça por crimes contra a humanidade na Argentina. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.09, pp.258-277. Brasília: Ministério da Justiça, 2014; e VIEIRA DUQUE, Ana Paula Del; PAIVA CARVALHO, Claudia. Argentina: panorama da justiça de transição em 2015. In. **Justiça de transição na América Latina: panorama 2015**. Claudia Paiva Carvalho; *et all* (Orgs.). Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, 2016.

julgamentos, oficiais militares foram expurgados, processados e acusados por serem responsáveis por crimes de direitos humanos cometidos entre 1976 e 1983.¹⁴⁷

Note-se que os primeiros casos de perseguições penais por violações dos direitos humanos ocorreram frequentemente em um contexto de transição não negociada, abrupta, como no caso das transições das Grécia e de Portugal; em uma situação na qual o regime antecessor não pôde negociar as condições de sua saída de cena. Apesar de tal característica exercer, de acordo com o professor de Sociologia Leigh A. Payne e os pesquisadores Andrew G. Reiter e Tricia D. Olsen, “um efeito positivo na probabilidade de os países em transição adotarem julgamentos”¹⁴⁸, para que se pudesse prontamente processar seus algozes, na década de 1990, uma transição neste formato não era mais pré-condição às perseguições penais. Deste modo, Sikkink expõe que países com transições lentas, negociadas, pactuadas, como no caso da transição do regime do ditador espanhol General Francisco Franco, ou como também ocorreu no Uruguai e no Chile, no qual os detentores do poder do regime antecessor retiveram poderes suficientes para orientação das políticas de Estado do novo governo, também estiveram aptos a usarem da ação penal à responsabilização.¹⁴⁹

Neste contexto, deve-se notar que as mudanças políticas contemporâneas têm sugerido uma correspondência aparentemente paradoxal entre julgamentos de violações dos direitos humanos e anistias. Neste caso, medidas legais adotadas por Estados para barrar futuros processos criminais contra certos indivíduos acusados de cometer violações flagrantes das normas internacionais de direitos humanos e violações do direito internacional humanitário têm sido combinadas com perseguições penais.

A anistia adotada na Guatemala desde a criação pelo Congresso Nacional da *Ley de Reconciliación Nacional* (adotada mediante Decreto 145-1996 em 27 de dezembro de 1996), por exemplo, ainda que isente o genocídio e os crimes contra a humanidade cometidos durante o período de conflito protagonizado pelos militares e por grupos de guerrilha entre

¹⁴⁷ VIEIRA DUQUE, Ana Paula Del; PAIVA CARVALHO, Claudia. Argentina: panorama da justiça de transição em 2015. In. **Justiça de transição na América Latina: panorama 2015**. Claudia Paiva Carvalho; *et al* (Orgs.). Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, 2016. p.15-19. De acordo com pesquisa desenvolvida pela jurista Carla Osmo, na Argentina, em 37,5% dos casos judicializados foram aplicadas penas de “prisão ou reclusão perpétua”; em menos de 1% dos casos, agentes foram condenados a penas que variaram entre 26 e 50 anos de prisão; 28% das penas foram cumpridas com condenações estabelecidas entre 16 e 25 anos de detenção; 31% com prisões entre 3 e 15 anos; e em 3% dos casos, os acusados foram condenados a penas de até 3 anos de prisão. (OSMO, Carla. **Judicialização da justiça de transição na América Latina**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016. p.70).

¹⁴⁸ PAYNE, Leigh; *et al*. Equilibrando julgamentos e anistias na América Latina: perspectivas comparativa e teórica. In. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.02, pp.152-175. Brasília: Ministério da Justiça, 2009. p.159.

¹⁴⁹ SIKKINK, *Op cit.*, 2011. p.83.

1960 e 1996, tem sido abreviada em casos específicos, como no caso do *Masacre de Las dos Erres*.¹⁵⁰ Este caso – em meio ao contexto em que milhares de vítimas, na maioria indígenas de origem maia, foram exterminadas em ações de genocídio – envolveu o massacre de centenas de pessoas que foram jogadas dentro de uma vala pelo exército em 1982. De acordo com um panorama da Justiça de Transição apresentado em 2015 pela Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, o Superior Tribunal de Justiça guatemalteco, seguindo as determinações da Corte Interamericana de Direitos Humanos, condenou quatro oficiais responsáveis pelo massacre, alegando que a anistia editada em 1996 não se aplicava aos casos.¹⁵¹ Deve-se atentar, contudo, como assinala Mónica Leonardo Segura, professora de Resolução Alternativa de Conflitos da Universidade *del Istmo* (Guatemala), que o estabelecimento da verdade judicial sobre as violações de direitos humanos ocorridas durante o conflito guatemalteco “segue sendo um tema pendente na medida em que a impunidade prevalece”.¹⁵² O sistema de justiça, além de acobertar violações de direitos humanos, “se mostra inoperante ante o clamor cidadão por justiça”.¹⁵³

No Chile, o Decreto-Lei número 2.191, que pode ser designado como “lei de auto-anistia” – leis de anistia promulgadas pelas próprias pessoas que deram origem às violações de direitos humanos –, editado em abril de 1978, apesar de ainda vigente, foi afastado junto da prescrição a casos reconhecidos como crimes contra a humanidade ou de guerra pela Corte Suprema de Justiça por determinação da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).¹⁵⁴ Durante o processo de redemocratização, o Chile manteve medidas autoritárias, como o mencionado Decreto-Lei de Autoanistia, uma Constituição autoritária, um sistema eleitoral que garantia “uma sobrerrepresentação no Legislativo” e a permanência de Pinochet como comandante chefe do Exército pelos primeiros oito anos do regime democrático. Por pressão de grupos de direitos humanos e de vítimas à responsabilização dos algozes da

¹⁵⁰ Ver: CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso de La Masacre de Las dos Erres vs. Guatemala**. Sentença de 24 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_211_esp.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2017.

¹⁵¹ BARRETO DE CARVALHO, Bárbara; PIA GUERRA, Maria. Guatemala: panorama da justiça de transição em 2015. In. **Justiça de transição na América Latina: panorama 2015**. Claudia Paiva Carvalho; *et al* (Orgs.). Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, 2016a. p.119-120.

¹⁵² LEONARDO SEGURA, Mónica. Guatemala. In. **Las víctimas y la justicia transicional: están cumpliendo los Estados Latinoamericanos con los estándares internacionales?** Fundación para el Debido Proceso Legal: Washington, 2010. p.184.

¹⁵³ *Ibidem.*, p.188. De acordo com Carla Osmo, apesar de penas simbólicas de “centenas de anos” terem sido determinadas na Guatemala, as penas aplicadas são de modo geral moderadas e seu cumprimento chega a “no máximo 30 anos” de detenção. (OSMO, *Op cit.*, 2016. p.70).

¹⁵⁴ MALLINDER, Louise. Can Amnesties and International Justice be Reconciled. **The International Journal of Transitional Justice**, vol.1. Oxford University Press, 2007. p.216.

ditadura chilena, a prisão do general Augusto Pinochet em Londres em outubro de 1998 motivou o processo de responsabilização criminal no Chile.

Apesar de Pinochet morrer sem ter sido julgado pelos crimes que foi acusado, atentando à questão da impunidade por violações dos direitos humanos, com a determinação de que a lei de anistia não pode ser aplicada aos casos que envolvem crimes contra a humanidade, desaparecimentos forçados ou qualquer violação dos direitos humanos, o Chile já condenou e sentenciou centenas de ex-agentes por tais crimes. Da incapacidade de abolir legislativamente sua lei de anistia – incompatível com o artigo XVII da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948) e os artigos 1, 8 e 25 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969) – e a despeito da manutenção de prerrogativas por parte dos militares, vários processos judiciais foram subsequentemente instaurados e diversas condenações relacionadas com as violações de direitos humanos cometidas durante o regime militar chileno (1973-1990) foram proferidas.¹⁵⁵ Entre 2000 e maio de 2011, de acordo com estudo da professora de Ciência Política da Universidade de George Mason, Jo-Marie Burt, “773 membros ou ex-membros das forças de segurança do Estado foram processados ou sentenciados por crimes de direitos humanos”.¹⁵⁶ A jurista Carla Osma¹⁵⁷ mostra que até julho de 2015, 298 agentes foram condenados por crimes cometidos durante a ditadura e, entre eles, 96 cumpriam penas de prisão. Contudo, além de muitas penas serem fixadas em menos de 5 anos de detenção, o que, no Chile, corresponde ao seu cumprimento em liberdade, a professora de Direito Naomi Roht-Arriaza nota, em estudo de 2011, que dos quase 37% das vítimas identificadas ou desaparecidas que possuíam ação judicial a seu favor, somente 6% tiveram casos judiciais concluídos.¹⁵⁸

À deslegitimação da anistia chilena, os tribunais têm insistido nas obrigações internacionais do Chile no que diz respeito à aplicação de um estatuto de limitação aos crimes perpetrados pelos agentes da repressão.¹⁵⁹ Outro fator que contribuiu para a deslegitimação da anistia e para característica da transição chilena foram as decisões da Corte Interamericana de

¹⁵⁵ PINTO BARBOSA, Ana Carolina Couto Pereira; *et all.* Chile: panorama da justiça de transição em 2015. In. **Justiça de transição na América Latina: panorama 2015.** Claudia Paiva Carvalho; *et all* (Orgs.). Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, 2016. p.63-67.

¹⁵⁶ BURT, Jo-Marie. Desafiando a impunidade nas cortes domésticas: processos judiciais pelas violações de direitos humanos na América Latina. In. **Justiça de transição: manual para a América Latina.** Félix Reátegui (Org). Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. p.312.

¹⁵⁷ OSMA, *Op cit.*, 2016. p.70.

¹⁵⁸ ROHT-ARRIAZA, *Op cit.*, 2011. p.146.

¹⁵⁹ *Idem.*

Direitos Humanos nos casos *Almonacid Arellano y otros vs. Chile* (2006)¹⁶⁰, *García Lucero y otras vs. Chile* (2013)¹⁶¹ e *Omar Humberto Maldonado Vargas y otros vs Chile* (2015)¹⁶². Estes dois últimos casos de condenação dizem respeito ao direito dos sobreviventes à verdade, à reparação e à justiça. No primeiro, por sua vez, julgou-se inválida a lei de anistia que perdoava os crimes cometidos entre 1973 e 1978 durante o regime Pinochet (1973-1990), tendo a Corte entendido que o Chile estaria obrigado a declarar a imprescritibilidade de tais crimes considerados crimes contra a humanidade. Além disso, neste caso, foi fundamental o papel desempenhado pela liderança judicial para evitar um impasse de responsabilização criado por autores com poder de veto.

Neste contexto, o juiz Juan Guzmán Tapia, influenciado por informações da *Comisión Nacional de la Verdad y Reconciliación* (1990) e por uma forte mobilização em torno dos direitos humanos, desempenhou um papel importante para a responsabilização criminal das atrocidades perpetradas pelo regime de Pinochet, fazendo uso dos desaparecimentos como um crime permanente que não é de competência do período de decreto da anistia, o que permitiu que investigações, processos e julgamentos fossem efetivados. O indicativo de que os autores com poderes de veto estavam enfraquecidos se deu com a instauração de uma segunda comissão de verdade (*Comisión Nacional sobre la Prisión Política y Tortura* – 2003) e com a eleição de Michele Bachelet em 2006. Contudo, apesar da falta de capacidade para impedir a deslegitimação da lei de anistia, que contradiz expressamente sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos, os autores com poderes de veto mantiveram influência para prevenir sua anulação.¹⁶³

A correspondência entre julgamentos de violações dos direitos humanos e anistias também se fez presente na transição da ditadura à democracia no Uruguai. Como mostra Pabro Galain Palermo, pesquisador do Instituto Max-Planck, no contexto transicional pactuado entre os algozes do Estado e as forças políticas, os negociadores da transição consideraram que a justiça, a responsabilização criminal imediatamente após a transição, seria

¹⁶⁰ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Almonacid Arellano y otros vs. Chile**. Sentença de 26 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_154_esp.pdf>. Acesso em 26 de janeiro de 2016.

¹⁶¹ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso García Lucero y otras vs. Chile**. Sentença de 28 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/resumen_267_esp.pdf>. Acesso em 26 de janeiro de 2016.

¹⁶² CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros vs. Chile**. Sentença de 2 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_300_esp.pdf>. Acesso em 26 de janeiro de 2016.

¹⁶³ LESSA, *Op cit.*, 2014. p.89-92.

um obstáculo para a reconstrução democrática do país.¹⁶⁴ Contudo, por conta de pressões da sociedade civil, de organizações de direitos humanos e de familiares das vítimas de morte e desaparecimento político e das comissões de investigação, passou-se a inicialmente aceitar, em determinados casos (como no caso do desaparecimento de Elena Quinteros¹⁶⁵), a investigação dos crimes perpetrados pelo Estado uruguaio durante a ditadura civil-militar (1973-1984). Procurou-se afastar a aplicação da lei de anistia (*Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado*, número 15.848, aprovada em 22 de dezembro de 1986), que violava a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, ratificada pelo Uruguai, livrando os militares de um processo legal pelos crimes de sequestro, tortura, assassinato e ocultação de cadáver, ao recebimento dos tribunais de denúncias contra membros das Forças Armadas. Tais iniciativas, contudo, de acordo com Elin Skaar, cientista política do Instituto Michelsen, acabaram sendo acobertadas pela *Ley de Caducidad*.¹⁶⁶

Melhoras com relação ao discurso oficial dos direitos humanos no Uruguai surgiram quando, entre outras medidas, se estabeleceu em 2000 a *Comisión para la Paz*, que objetivava aumentar a paz e a reconciliação entre os uruguaios, buscando esclarecer os motivos dos desaparecimentos no Uruguai e pavimentando o caminho para que os agentes da repressão fossem processados. A partir de 2005, após Tabaré Vázquez (2005-2010 e 2015-atual) assumir a Presidência da República e deixar claro que abordaria a questão da justiça retributiva, vários casos contornaram e isentaram a anistia, permitindo, assim, a acusação formal de centenas de oficiais militares e policiais (além de dois ex-presidentes – Juan María Bordaberry (1972-1976) e Gregorio Alvarez (1981-1985) – e um ex-ministro – Juan Carlos Blanco) que cometeram violações de direitos humanos durante a ditadura uruguaia.

¹⁶⁴ GALAIN PALERMO, Pablo. El proceso de justicia de transición en Uruguay. In. **Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à verdade**. Giuseppe Tosi; *et al* (Orgs.). João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p.160.

¹⁶⁵ Professora primária e militante do sindicato de professores, da *Federación Anarquista Uruguay* e do *Partido por la Victoria del Pueblo*, supõe-se que Elena Quinteros tenha sido sequestrada pelos agentes da ditadura uruguaia em 26 de junho de 1976. Submetida à “terríveis torturas”, a *Comisión para la Paz* concluiu que Quinteros foi “executada mediante disparo de arma de fogo, no início de novembro de 1976”. O caso é representativo por ressaltar as mentiras e as sonegações de informação do Estado quando de sua detenção, que ocorreu na Embaixada da Venezuela, “diante de vários funcionários do corpo diplomático e de vários uruguaios asilados que reconheceram um dos captores”. Ainda assim, o Estado negou tê-la detido, apesar das testemunhas, sonegando informações e procurando “confundir toda ação de busca de informação”. (PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay...** Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do *Pachecato* à Ditadura Civil-Militar. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2005. Tese de Doutorado. p.681-682).

¹⁶⁶ SKAAR, Elin. Impunidade *versus* responsabilidade no Uruguai: o papel da *Lei de Caducidad*. In. **A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada**. Brasília: Ministério da Justice, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011. p.441-444.

Isso se dera, de acordo com Elin Skaar, por pressões das políticas de acusação, por influência do executivo pressionando pela responsabilização criminal dos militares, por coação do setor de direitos humanos, pela receptividade do Sistema Judiciário às queixas apresentadas e pela subserviência do poder militar ao poder civil.¹⁶⁷ Contudo, deve-se notar que ainda que inconstitucional a aplicação da *Lei de Caducidad* – o desaparecimento forçado é um crime internacional, que não pode ser eximido por anistias domésticas, e um crime permanente, imprescritível – e embora ela tenha sido frequentemente criticada, a anistia promulgada em 1984 perante a Lei 15.848 continuou vigente (em dois referendos – 1989 e 2009 – a maioria votou por sua manutenção), sendo um obstáculo às investigações e impedindo a punição de agentes responsáveis por desaparecimentos forçados, torturas, assassinatos, entre outros crimes de lesa-humanidade cometidos por agentes do Estado durante a ditadura uruguaia.¹⁶⁸

Em El Salvador tem-se evidenciado um cenário de impasse no que diz respeito à responsabilização criminal das violações de direitos humanos perpetradas durante os anos de ditadura (1931-1979) e de guerra civil (1980-1992). Com o Acordo de Paz de El Salvador firmado em 16 de janeiro de 1992, foi aprovado uma ampla anistia que contemplou uma eventual investigação e subsequente persecução penal dos agentes da repressão. Logo após o poder legislativo ter aprovado em 1992 a anistia, mediante a *Ley de Reconciliación Nacional* (decreto 147), uma corte civil condenou o Coronel Ghillermo Alfredo Benavides e o Tenente Yushy René Mendonza a 30 anos de prisão pela morte de seis padres jesuítas, uma de suas governantas e sua filha. Com a piora dos conflitos, um ano após a instauração da ampla anistia e cindo dias depois da publicação do Informe da *Comisión de la Verdad* (instaurada em 1992), o governo aprovou em março de 1993 uma *Ley de Amnistía General para la Consolidación de la Paz* (Decreto número 486), a qual incorporou a ênfase do governo em por um fim a violência, ao invés de responsabilizar criminalmente as violações dos direitos humanos.

Após a implementação da Lei de Anistia, somente três tribunais domésticos desafiaram sua legalidade e o Tribunal Superior de Justiça manteve sua constitucionalidade. Em 2009, o Presidente Mauricio Funes (2009-2014) removeu algumas das barreiras políticas à investigação das violações dos direitos humanos, cooperando com a Espanha e com a

¹⁶⁷ *Ibidem.*, p.459.

¹⁶⁸ ALVES NOGUEIRA, Amanda Raquel; PAIVA CARVALHO, Claudia. Uruguai: panorama da justiça de transição em 2015. In. **Justiça de transição na América Latina: panorama 2015**. Claudia Paiva Carvalho; *et all* (Orgs.). Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, 2016. p.166-169.

Comissão e a Corte Interamericanas de Direitos Humanos e nomeando novos juízes para o Supremo Tribunal. Neste cenário, os autores com poderes de veto perderam alguns de seus apoios, a sociedade civil obteve mais espaço e a pressão internacional vem desempenhando um papel importante na abertura de possibilidades de julgamentos criminais.¹⁶⁹ Contudo, Santiago Canton¹⁷⁰, diretor da *Partners for Human Rights* do Centro da Robert F. Kennedy para Justiça e Direitos Humanos, salienta que El Salvador segue sem abrir possibilidade ao cumprimento das recomendações da CIDH à responsabilização judicial das violações de direitos humanos perpetradas durante os anos de ditadura e de guerra civil.

Estes casos são representativos, num contexto de transição pactuada, da suspensão de mecanismos de expiação de culpas, da suspensão de leis de anistia aos julgamentos dos autores de abusos dos direitos humanos posteriormente ao fim de regimes autoritários e guerras civis. Tratam-se de casos de “justiça tardia”, em cujos contextos vulneráveis de transição as anistias foram acompanhadas por julgamentos quando o regime democrático se estabilizara.¹⁷¹ Neste cenário de coexistência entre anistias e julgamentos penais, o papel desempenhado pela liderança judicial, a influência do executivo pressionando à responsabilização, a subserviência do poder militar ao civil, a demanda da sociedade civil, a pressão de grupos de direitos humanos e de vítimas e o impacto dos relatórios de comissões de investigação e de políticas de memória precisam ser suficientes à possibilidade de julgamento, ainda que este seja geralmente bloqueado pelo poder dos autores de veto.

Nestes contextos, como ressaltam Leigh A. Payne, Andrew G. Reiter e Tricia D. Olsen, deveria existir um “equilíbrio entre os imperativos jurídicos e as considerações políticas e econômicas”.¹⁷² Este equilíbrio sugere que os países podem atender às demandas por justiça realizando os julgamentos após a promulgação de uma lei de anistia. Desta perspectiva, é mais provável que o papel de desafio à impunidade insurja da mobilização da sociedade civil e pela pressão internacional, por meio do reforço às demandas por julgamentos judiciais nacionais e por obrigações legais por traz de tais demandas, por meio da garantia do direito à verdade e de recurso perante a justiça. Como salientam Payne, Reiter e Olsen, às novas democracias, esta justiça tardia oferece um ponto de equilíbrio entre a necessidade de

¹⁶⁹ LESSA, *Op cit.*, 2014. p.88-90.

¹⁷⁰ CANTON, Santiago. Leis de anistia. In. **Justiça de transição**: manual para a América Latina. Félix Reátegui (Org). Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. p.275.

¹⁷¹ PAYNE, *Op cit.*, 2009. p.158.

¹⁷² *Ibidem.*, p.166-167.

responsabilização dos agentes da repressão e a necessidade prática (de segurança à manutenção e ao fortalecimento democrático) da promulgação de uma anistia.¹⁷³

Os críticos da responsabilização criminal argumentam, de acordo com Kathrin Sikkink, que o dano dos processos penais individuais por violações dos direitos humanos podem “desestabilizar a democracia e levar ao golpe militar”; “aumentar as violações dos direitos humanos”; “aumentar ou prolongar o conflito”; e “impedir a consolidação do Estado de Direito”, ou que o Estado de Direito deve ser primeiramente estabelecido, para que então tais processos possam ser empreendidos.¹⁷⁴ As tentativas de golpe que seguiram os julgamentos dos dirigentes das Forças Armadas que serviram nas Juntas Militares que governaram a Argentina de 24 de março de 1976 até 10 de dezembro 1983 confirmam, de acordo com Tricia D. Olsen, Leigh A. Payne e Andrew G. Reiter, “a ameaça à democracia representada pelos julgamentos”.¹⁷⁵

Além disso, a responsabilização criminal ameaça, nos termos de Jo-Marie Burt, “solapar a credibilidade do processo”, estando sujeita à lentidão – na Argentina, por exemplo, estimasse que, no ritmo que segue, seriam necessários pelo menos 100 anos para que os julgamentos fossem completados.¹⁷⁶ Ademais, a judicialização dos algozes de ditaduras está sujeita a manipulações, manobras procedimentais e seletividades – como as manobras judiciais, acusadas em 2015 por organismos de direitos humanos, que paralisam e colocam obstáculos às investigações de casos de crimes de lesa-humanidade perpetrados nos municípios de San Martín e Bahía Blanca na Argentina¹⁷⁷; ou da “posição adversa” da Suprema Corte de Justiça uruguaia no julgamento do assassinato do professor e jornalista Julio Castro em 1977, cujo responsável, que foi absolvido, confessou tê-lo detido e enviado a um centro clandestino onde foi executado¹⁷⁸; ou ainda da seletividade quanto à judicialização de alguns crimes: como o de tortura, que no Chile vem tendo baixo nível de responsabilização pelo fato do Estado chileno não reconhecer suas obrigação relacionadas ao cometimento de tais atrocidades, e o de violência sexual, cujos avanços à responsabilização na Argentina se deram somente recentemente.¹⁷⁹

A responsabilização criminal de agentes da repressão do Estado está ainda sujeita às prioridades e vulnerabilidades das mudanças de contexto político – como no caso peruano,

¹⁷³ *Ibidem.*, p.169 e 173.

¹⁷⁴ SIKKINK, *Op cit.*, 2011. p.142.

¹⁷⁵ PAYNE, *Op cit.*, 2009. p.158.

¹⁷⁶ BURT, *Op cit.*, 2011. p.334.

¹⁷⁷ VIEIRA DUQUE; PAIVA CARVALHO, *Op cit.*, 2016. p.19-20.

¹⁷⁸ ALVES NOGUEIRA; PAIVA CARVALHO, *Op cit.*, 2016. p.172.

¹⁷⁹ OSMO, *Op cit.*, 2016. p.66.

“onde poderosas alianças têm sido refeitas para reduzir os escopos dos processos de direitos humanos”¹⁸⁰ – e à represália de testemunhas – como no caso de Julio López, na Argentina, desaparecido depois de testemunhar sobre o seu sequestro, confinamento e tortura.¹⁸¹ Deste modo, iniciar procedimentos judiciais em meio a contínuas negociações de paz com supostos ou acusados protagonistas de regimes que torturaram, violaram e assassinaram as suas vítimas, em meio a um projeto de apaziguamento político, poderia ser contraproducente e ter um impacto danoso à transição democrática, ao projeto de justiça em contextos nos quais as transições resultam de negociações.

Inobstante ao contexto de transição, se pactuada ou abrupta, restam exemplos de impunidade à responsabilização criminal. Na transição política da Argentina, por exemplo, ainda que no início o poder de punição tenha pairado sobre os militares, ele foi aos poucos suspenso por pedidos oficiais de perdão, através da limitação da jurisdição e da concessão de anistias em branco. O contexto latino-americano é repleto de exemplos em que os julgamentos de indivíduos acusados de cometer violações flagrantes das normas internacionais de direitos humanos e violações do direito internacional humanitário foi limitado ou suspenso por concessões de anistias. No Brasil, por exemplo, como visto no capítulo anterior, a impunidade se consagrou com a anistia concedida aos torturadores que perpetraram crimes durante a ditadura civil-militar. Neste cenário, a aplicação da anistia deu lugar à não atribuição de devida responsabilização dos agentes do Estado acusados de violações dos direitos humanos, mostrando-se vantajosa aos integrantes da repressão.

Para além do contexto sul-americano, Ruti Teitel observa que na Romênia, por exemplo, líderes comunistas e policiais encarcerados por suas conexões com os massacres durante os protestos de dezembro de 1989 – no contexto dos protestos que culminaram com o fim do regime comunista de Nicolae Ceaușescu (1965-1989) – foram libertados durante um período de dois anos por problemas de saúde ou por consequência dos pedidos oficiais de perdão presidencial concedidos. A primeira tentativa de punição por violações de direitos humanos cometidas durante o governo do presidente búlgaro Todor Jivkov (1954-1989), em 1992, segundo Teitel, “acabou em nada”, por falha no cumprimento da pena e pelo perdão oficial concedido aos algozes do regime.¹⁸² Na África do Sul pós-apartheid, a anistia dos crimes políticos “deixaram uma janela aberta para investigações dos erros do passado,

¹⁸⁰ BURT, *Op cit.*, 2011. p.334.

¹⁸¹ *Idem.*

¹⁸² TEITEL, *Op cit.*, 2000. p.48.

permitindo um processo de acusação limitado”.¹⁸³ A impunidade é aqui definida, como observa Kathia Martin-Chenut, pesquisadora do *Centre National de La Recherche Scientifique*, pela falta de investigação, de instauração de devido processo judicial, de julgamento, de condenação ou de prisão dos responsáveis por tais delitos.¹⁸⁴

No que diz respeito ao exercício da responsabilização criminal, a punição tem sido amplamente defendida, como mostra Teitel, com base no argumento de que ela “promove a identidade política de um sociedade em transição como um regime democrático de um Estado cumpridor da lei”, potencializando a construção de uma nova ordem política democrática. Deste modo, justificam-se os julgamentos judiciais pelo modo que se expressam à “condenação pública da violência” e à “legitimação do Estado de direito necessário para a consolidação da democracia futura”.¹⁸⁵ Teitel também corrobora com o impacto positivo da responsabilização criminal salientando que mesmo que de forma limitada, a responsabilização criminal “promove a finalidade de estabelecimento e denúncia das injustiças do passado”.¹⁸⁶

No caso da América Latina, o estudo comparativo desenvolvido por Kathryn Sikkink demonstra que as regiões que fizeram uso extensivo de perseguições penais por violações dos direitos humanos cometidas no passado possuem transições democráticas mais estáveis. Sikkink demonstra que dos quatorze países na América Latina analisados que fizeram uso de julgamentos por abusos dos direitos humanos, “onze viram uma redução no envolvimento dos militares na política” – como no caso do Chile, da Guatemala, de Honduras, do Panamá e do Peru. Para a autora, isto sugere que “o controle dos militares pode ser um mecanismo através do qual os julgamentos na América Latina conduziram à melhora nas práticas dos direitos humanos”.¹⁸⁷ Os países que fizeram uso de tribunais de direitos humanos não forneceram evidências de que os julgamentos contribuem à desestabilização democrática na região ou à piora da situação dos direitos humanos.¹⁸⁸ De acordo com a autora, os países que fizeram uso de perseguições penais não sofreram golpes desde que tais ações foram implementadas e, em muitos casos, eles são considerados “regimes democráticos ‘consolidados’”.¹⁸⁹ Além disso, países cercados por outros que assumiram medidas de justiça transicional também são menos

¹⁸³ *Idem*.

¹⁸⁴ MARTIN-CHENUT, Kathia. Direito à verdade e justiça de transição: a contribuição do sistema interamericano de proteção dos direitos humanos. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, n.09, pp.188-219. Brasília: Ministério da Justiça, 2014. p.202.

¹⁸⁵ TEITEL, *Op cit.*, p.29-30.

¹⁸⁶ *Ibidem*. p.50.

¹⁸⁷ SIKKINK, *Op cit.*, 2011. p.157.

¹⁸⁸ SIKKINK, Kathryn; BOOTH WALLING, Carrie. The Impact of Human Rights Trials in Latin America. *Journal of Peace Research*, vol.44, n.04, pp.427-445. Los Angeles, London, New Delhi and Singapore: Sage Publications. 2007. p.434.

¹⁸⁹ SIKKINK, *Op cit.*, p.148-149.

repressivos, o que sugere, nos termos de Sikkink, um “impacto de dissuasão das ações penais para além das fronteiras”.¹⁹⁰

Sikkink afirma que os julgamentos de violações dos direitos humanos estão associados com o aumento dos direitos humanos. Isto se dá, segundo a autora, por meio da combinação de “dissuasão e socialização”. Ou seja, alguns atores se comportam de maneira diferente porque os julgamentos *dramatizam* (representam) e *comunicam* novas normas.¹⁹¹ Na Argentina, por exemplo, as judicializações, principalmente as mais emblemáticas, recebem ampla cobertura e frequentemente atraem a atenção pública. Na Guatemala, alguns casos mais emblemáticos também recebem atenção, tendo um “forte impacto na construção da memória histórica do país”. No Chile, os casos mais importantes também têm recebido cobertura da mídia. E no Uruguai, a cobertura costuma ser ampla “durante os dias próximos a uma detenção, ou quando é proferida uma decisão definitiva”.¹⁹²

Este aspecto de processos transicionais, que se refere às representações legais na construção de compreensões sobre as atrocidades pretéritas, remete à importância que o Direito Penal assume no tratamento da criminalidade de um regime ditatorial pretérito. Isso não à satisfação de vingança, mas, nos termos do professor de Direito e de Sociologia Jurídica da *Goethe Universität Frankfurt am Main*, Ulfrid Neumann, pela importância do Direito Penal como meio de comunicação social. Os procedimentos da justiça penal, consubstanciados no “dissenso civil”¹⁹³, são transportados para a sociedade, e suas avaliações dadas aos comportamentos impactam na sociedade de modo que contribuem para a determinação e para a revisão de “modelos interpretativos sociais”.¹⁹⁴ E é desta transposição de modelos interpretativos outrora legitimados e cuja “indignação”, como observa Ricoeur, “constitui o sentimento básico a partir do qual a educação do público para a equidade tem chances de lograr”¹⁹⁵, que diz respeito o enfrentamento jurídico de um regime ditatorial.

Para o professor de Direito Internacional, Criminal e Humanitário, Mark Osiel, tais atos de confirmação de direitos legais que estigmatizam oficialmente violações pretéritas – e, de acordo com Neumann, retransmitem à sociedade “regras e coordenadas do Estado de

¹⁹⁰ *Ibidem.*, p.26-27.

¹⁹¹ *Ibidem.*, p.231.

¹⁹² OSMO, *Op cit.*, 2016. p.62-63.

¹⁹³ OSIEL, Mark. **Mass atrocity, collective memory, and the law**. New Brunswick and London: Transaction Publishers, 2012. p.23.

¹⁹⁴ NEUMANN, Ulfrid. O papel do Direito, da sociedade e da política na superação de sistemas ilícitos. In. **Justiça de Transição: análises comparadas Brasil-Alemanha**. Cornelius Prittwitz (*et al.*) (Org.). Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2015. p.44.

¹⁹⁵ RICOEUR, Paul. **O justo 1: a justiça como regra moral e como instituição**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008. p.190.

Direito”¹⁹⁶ – geralmente se tornam “rituais seculares”¹⁹⁷ de reconhecimento público (da ilegitimidade da violência, de seu perpetrador e de sua vítima) e de comemoração (sacralização de valores humanos). Tais rituais, não por codificarem um consenso de moralidade, mas por limitarem o âmbito e a intensidade de controvérsias e fornecerem “um código simbólico chave através do qual a complexidade é reduzida, acordos alcançados e conexões formadas”, contribuem com um tipo de “solidariedade social” por resultarem do reconhecimento mutuo de normas e valores comuns incorporados em um sistema legal para o qual todos professam respeito.¹⁹⁸

De acordo com Osiel: “é a memória de nossos próprios compromissos discursivos, não menos que nossa memória dos eventos que discutimos, que determina tal solidariedade entre nós”.¹⁹⁹ Na memória dos compromissos discursivos consubstanciados neste processo se determina um tipo de solidariedade materializada no crescente modo respeitoso do reconhecimento de pontos de vista divergentes, limitando o âmbito e a intensidade de controvérsias dentro de limites que se pressupõem serem mutualmente toleráveis. Esta “solidariedade discursiva”, como ensina Mark Osiel, envolve o reconhecimento de desacordo, no que diz respeito as concepções de justiça, e de necessidade de definição de um “plano comum de associação e cooperação”.²⁰⁰

As Nações Unidas²⁰¹ advertem para a importância dissuasiva da responsabilização criminal doméstica ou internacional em um contexto de transição. De acordo com relatório sobre o Estado de Direito e a Justiça de Transição em Sociedades em Conflito e Pós-Conflito, emitido em 2004 pelo Secretário-Geral da ONU para o Conselho de Segurança da entidade, a responsabilização promove a dissuasão (*deterrence*) e denuncia publicamente uma conduta

¹⁹⁶ NEUMANN, *Op cit.*, 2015. p.47.

¹⁹⁷ OSIEL, *Op cit.*, 2012. p.06. É digno de observação, no que diz respeito à justiça histórica após a passagem do tempo, o debate sobre do problema da justiça histórica no esforço da Alemanha contemporânea integrar o passado da Segunda Guerra Mundial em sua história nacional. No cerne deste debate, esteve a questão de se há uma compreensão histórica que possa suportar a passagem do tempo. O debate em torno desta questão, ou a denominada “querela dos historiadores” (*historikerstreit*), iniciou em 1985 com a publicação de *The Guilt-Laden Memory* de Joachim Fest. O livro de Fest, junto de outras publicações de historiadores que se juntaram ao debate (Ernst Nolte e Andreas Hillgruber, por exemplo) – contestou o entendimento da responsabilidade nazista, normalizando, atenuando, o entendimento histórico da responsabilidade história alemã no pós-guerra, transformando-a de perpetradora do genocídio em sua vítima. A contestação do meio acadêmico, no que diz respeito ao status e responsabilidade dos perpetradores e aos direitos das vítimas, coincidiu com os esforços políticos da administração de Helmut Kohl, que também pareceu pretender transformar o entendimento predominante do passado alemão. A “querela dos historiadores” foi caracterizada por Jürgen Habermas, que reagiu com vivacidade à normalização proposta, como uma “campanha para a revisão do passado nazista”. (TEITEL, Ruti G. **Transitional Justice**. Oxford University Press, 2000. p.103-104).

¹⁹⁸ *Ibidem.*, p.48-50.

¹⁹⁹ *Idem.*

²⁰⁰ OSIEL, *Op cit.*, 2012. p.51.

²⁰¹ NAÇÕES UNIDAS. *Op cit.*, 2004. p.13-14.

criminosa, servindo à responsabilização dos algozes, à garantia de justiça para as vítimas, ao aumento da confiança pública nas disposições do Estado em cumprir a lei, à deslegitimação de “elementos extremistas” e à restauração cívica.

Ademais, neste enfoque, de acordo com Tricia D. Olsen, Leigh A. Payne e Andrew G. Reiter, ainda que haja o reconhecimento do valor de outras formas de justiça restaurativa, estas não “promoveriam o respeito e a legitimidade das instituições jurídicas, solapariam a noção democrática de igual proteção perante a lei e perpetuariam a cultura da impunidade, falhando assim no fortalecimento da democracia e na proteção dos direitos humanos”.²⁰² A lei, aplicada por meio de procedimentos de investigação e acusação, de “rituais de conhecimento coletivo que permitem a isolação e a rejeição dos erros do passado” é, aqui, como demonstra Teitel, “construtiva da transição”, “condenatória” dos crimes pretéritos e “afirmativa” do Estado de direito.²⁰³ Deste modo, a responsabilização criminal transicional, em conjunto com outras repostas não-criminais que constituem a justiça de transição, é aqui condicionante da superação do peso dos legados das violações flagrantes das normas internacionais de direitos humanos e das violações do direito humanitário internacional cometidas por agentes de regimes que torturaram, violaram e assassinaram as suas vítimas.

2.3 Do esquecimento institucionalizado à superação de seus legados: anistia

There can be no just and lasting reconciliation without an effective response to the need for justice; as a factor in reconciliation, forgiveness, a private act, implies that the victim must know the perpetrator of the violations and that the latter has been able to show repentance. If forgiveness is to be granted, it must first have been sought.
(ONU, 1997)

As anistias que impedem por completo que processos penais sejam interpostos contra agentes executores de violações dos direitos humanos, forçaram a jurisprudência regional e nacional de vários países à sua revisão. A jurisprudência interamericana, apesar de decidir que o dever de proteger os cidadãos da perseguição poderia ser satisfeito, como mostra Ruti Teitel²⁰⁴, através de um número de medidas corretivas alternativas, por meio de comissões de investigação e políticas reparatórias e de memória, foi, neste caso, pioneira na determinação

²⁰² PAYNE, *Op cit.*, 2009. p.162.

²⁰³ TEITEL, *Op cit.*, 2000. p.66-67.

²⁰⁴ *Ibidem.* p.55.

de exclusão de anistias quando da implicação em impunidade dos perpetradores de violações a direitos humanos, tendo contribuído à difusão de suas normas.

A Organização das Nações Unidas tem assumido a postura de que as anistias que previnem a responsabilização criminal de violações dos direitos humanos são incompatíveis com as obrigações dos Estados. O ativista argentino dos direitos humanos Joan E. Méndez, observa que as anistias que previnem a persecução penal de indivíduos que poderiam ser legalmente responsabilizados por violações dos direitos humanos “são inconsistentes com as obrigações dos Estados sob várias fontes da lei internacional bem como com a política das Nações Unidas”.²⁰⁵

O dever de investigação e devido processo por parte dos Estados, por exemplo, foi exposto de modo preliminar já em 1949 nas Convenções de Genebra. Os tratados formulados em Genebra, de modo geral, definiram as normas para as leis internacionais relativas ao Direito Humanitário Internacional. A Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, aprovada e proposta para assinatura e ratificação ou adesão em 1948, por ocasião da III Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, e a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Inumanos ou Degradantes, adotada em 1984 pela Resolução 39/46 da Assembleia Geral das ONU, também implicam obrigações para os Estados-parte processarem os crimes de tortura e genocídio. Apesar das Nações Unidas advertirem para as restrições que limitam o alcance da justiça penal, que dizem respeito às dificuldades para alcançar e equilibrar seus objetivos em períodos transicionais²⁰⁶, mais recentemente, a Convenção Internacional Para a Proteção de Todas as Pessoas Contra os Desaparecimentos Forçados, adotada em 2006 pela Assembleia Geral da ONU, afirmou que os Estados devem criminalizar os desaparecimentos forçados, tomando medidas de responsabilização para a extradição ou processo penal de seus responsáveis.²⁰⁷

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, criada em 1959 para a promoção e proteção dos direitos humanos nas Américas, reconheceu vários casos nos quais somente fornecer o direito à verdade e à reparação não seria um procedimento adequado à superação da violência de regimes pretéritos. No caso *Garay Hermosilla, e outros, vs. Chile*²⁰⁸, no que

²⁰⁵ MÉNDEZ, Joan E. Foreword. In. **Amnesty in the age of human rights accountability: comparative and international perspectives**. Francesca Lessa and Leigh A. Payne (Orgs.). New York: Cambridge University Press, 2012. p.xviii.

²⁰⁶ NAÇÕES UNIDAS. *Op cit.*, 2004. p.13-14.

²⁰⁷ MÉNDEZ, *Op cit.*, 2012. p.xix-xx.

²⁰⁸ Ver: CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Garay Hermosilla, e outros, v. Chile**. Sentença de 15 de outubro de 1996. Disponível em: <<http://hrlibrary.umn.edu/cases/1996/Schile36-96.htm>>. Acesso em 20 de janeiro de 2016.

diz respeito ao impacto da anistia na investigação sobre o desaparecimento de 70 pessoas durante a ditadura chilena (1973-1990), a Comissão compreendeu que medidas como a implementação de comissões da verdade e de programas de reparação pecuniária e simbólica não seriam suficientes à garantia do respeito aos direitos humanos, já que às vítimas estava sendo negado o direito à justiça. O Informe da Comissão Interamericana concluiu que:

el acto de poder mediante el cual el régimen militar que se instaló en Chile, (...), el denominado Decreto-Ley No. 2.191 de auto-amnistía, es incompatible con las disposiciones de la Convención Americana sobre Derechos Humanos. (...) Que las decisiones judiciales de sobreseimiento definitivo dictadas en las causas criminales abiertas por la detención y desaparición de las 70 personas a cuyo nombre se inició el presente caso, no sólo agravan la situación de impunidad, sino que, en definitiva, violan el derecho a la justicia que les asiste a los familiares de las víctimas, de identificar a sus autores y de que se establezcan sus responsabilidades y sanciones correspondientes, y obtener reparación judicial por parte de éstos. (...) Que el Estado de Chile (...) no ha adaptado su legislación sobre amnistía a las disposiciones de dicha Convención. Sin perjuicio de ello, la Comisión valora positivamente las iniciativas del Gobierno tendientes a que, por los órganos competentes, adopten con arreglo a sus procedimientos constitucionales y legales vigentes, las medidas legislativas o de otro carácter necesarias para hacer efectivo el derecho de las mencionadas personas a obtener justicia.²⁰⁹

Determinações similares foram feitas pela Comissão nos casos relativos às comissões de verdade da Argentina (*Alicia Consuelo Herrera, e outros, vs. Argentina*²¹⁰) e de El Salvador (*Lucio Parada Cea, e outros, vs. El Salvador*²¹¹). Nestes casos, a CIDH fundou os seus argumentos no fato de que tais instituições são insatisfatórias às obrigações dos Estados pela “falta de recurso legal para as vítimas”, pela “natureza não-judicial das comissões de verdade”, pela “limitação de seus trabalhos de identificação das vítimas e não dos perpetradores” e, no caso da comissão da verdade argentina, pela “inabilidade para publicar os nomes dos perpetradores ou impor qualquer punição” aos crimes cometidos.²¹² No Informe

²⁰⁹ CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Garay Hermosilla, e outros, v. Chile.** Sentença de 15 de outubro de 1996. Disponível em: <<http://hrlibrary.umn.edu/cases/1996/Schile36-96.htm>>. Acesso em 15 de maio de 2017.

²¹⁰ Ver: COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Informe anual de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos. **Casos 10.147, 10.181, 10.240, 10.262, 10.309, 10.311, vs. Argentina.** 2 de outubro de 1992. Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/annualrep/92span/Argentina10.147.htm>>. Acesso em 20 de janeiro de 2017.

²¹¹ Ver: COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Informe anual de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos. **Caso Lucio Parada Cea, e outros, vs. El Salvador.** 27 de janeiro de 1999. Disponível em: <<http://www.cidh.org/annualrep/98span/Fondo/El%20Salvador10.480.htm>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2017.

²¹² MALLINDER, *Op cit.*, 2007. p.216.

apresentado ao caso argentino, a CIDH concluiu que “*las Leyes N° 23.492 y N° 23.521 y el Decreto N° 1002/89 son incompatibles con el artículo XVIII (Derecho de Justicia) de la Declaración Americana de los Derechos y Deberes del Hombre y los artículos 1, 8 y 25, de la Convención Americana sobre Derechos Humanos*”; recomendando que o governo argentino adotasse “*medidas necesarias para esclarecer los hechos e individualizar a los responsables de las violaciones de derechos humanos ocurridas durante la pasada dictadura militar*”. No Informe de El Salvador, a CIDH concluiu que:

al aprobar y aplicar la Ley General de Amnistía, el Estado salvadoreño violó el derecho a las garantías judiciales consagrado en el artículo 8(1) de la Convención, en perjuicio de las víctimas sobrevivientes a las torturas y de los familiares de Lucio Parada y Héctor Miranda Marroquín, que se vieron impedidos de obtener una reparación en los tribunales civiles;
(...) que al promulgar y aplicar la Ley de Amnistía, El Salvador ha violado el derecho a la protección judicial consagrado en el artículo 25 de la Convención;
(...) que al aprobar y aplicar la Ley de Amnistía, el Estado salvadoreño dejó de cumplir plenamente con la obligación estipulada en el artículo 1(1), en perjuicio de los peticionarios;
*(...) que la promulgación y aplicación de la Ley de Amnistía no permitió la investigación de los hechos delictivos por parte de los agentes del Estado, ni la identificación y sanción de los responsables, motivo por el cual el Estado salvadoreño vulneró el derecho de las víctimas sobrevivientes y de los familiares a conocer la verdad de los hechos.*²¹³

A Corte Interamericana recomendou ao Estado salvadorenho:

*Realizar una exhaustiva, rápida, completa e imparcial investigación judicial de los graves hechos denunciados en el presente caso, y juzgar y sancionar a todas las personas responsables, a pesar de la amnistía decretada. Reparar las consecuencias de la violación de los derechos humanos enunciados y pagar una justa indemnización a las víctimas y, en su caso, a los familiares de éstas.*²¹⁴

Em 2001, a Corte Interamericana de Direitos Humanos também declarou que a lei de anistia peruana (Lei n. 26.479, editada em 1995) era contraditória com a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos. A obrigação para que a justiça fosse fornecida foi

²¹³ COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Informe anual de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos. **Caso Lucio Parada Cea, e outros, vs. El Salvador**. 27 de janeiro de 1999. Disponível em: <<http://www.cidh.org/annualrep/98span/Fondo/El%20Salvador10.480.htm>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2017.

²¹⁴ *Idem*.

abordada pela Corte Interamericana no emblemático caso peruano de *Barrios Altos vs. Peru*²¹⁵, onde a anistia havia sido aplicada na investigação do massacre de 15 pessoas em 1991 no distrito de Barrios Altos de Lima por um grupo de extermínio composto por membros do exército. A Corte constatou que as leis de anistia peruana violaram o Artigo 1(1) da Convenção Americana sobre Direitos Humanos por prevenir que os responsáveis fossem criminalmente responsabilizados. No seu acórdão, a Corte manteve que o Peru deveria “*investigar los hechos para determinar las personas responsables de las violaciones de los derechos humanos a los que se ha hecho referencia en esta Sentencia, así como divulgar públicamente los resultados de dicha investigación y sancionar a los responsables*”.²¹⁶

O Peru também foi condenado à reparação dos danos materiais e morais sofridos pelos familiares das vítimas. Deste caso – emblemático por ter sido a primeira vez que um Tribunal Internacional determina a incompatibilidade de leis de anistia com os tratados de direitos humanos, enfrentando o problema da imprescritibilidade – a Corte tem inadmitido instrumentos jurídicos que isentem a responsabilidade e sirvam de obstáculo à persecução penal dos protagonistas de violações flagrantes das normas internacionais de direitos humanos e de violações do direito internacional humanitário. Em sentença sobre o caso, de 14 de março de 2001, a Corte expressou textualmente que:

*son inadmisibles las disposiciones de amnistía, las disposiciones de prescripción y el establecimiento de excluyentes de responsabilidad que pretendan impedir la investigación y sanción de los responsables de las violaciones graves de los derechos humanos tales como la tortura, las ejecuciones sumarias, extralegales o arbitrarias y las desapariciones forzadas, todas ellas prohibidas por contravenir derechos inderogables reconocidos por el Derecho Internacional de los Derechos Humanos.*²¹⁷

A par disso, no que tange à temática da anistia política brasileira, deve-se notar que ainda que a Lei de Anistia tenha autorizado o início da redemocratização, a liberação de

²¹⁵ Ver: CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Barrios Altos vs Peru**. Sentença de 14 de março de 2001. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec_75_esp.pdf>. Acesso em 14 de janeiro de 2016. Adicione-se a este caso, um caso de 1992 que diz respeito à execução sumária de um professor e nove estudantes peruanos da Universidade de *La Cantuta* (*La Cantuta versus Peru*). O professor e os estudantes foram executados em 1991 por um “esquadrão da morte” que também foi responsabilizado pelo assassinato de 14 vítimas do caso *Barrios Altos*. (Ver: CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS **Caso La Cantuta vs Peru**, sentença de 29 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_162_esp.pdf>. Acesso em 14 de janeiro de 2016).

²¹⁶ CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Barrios Altos vs Peru**. Sentença de 14 de março de 2001. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec_75_esp.pdf>. Acesso em 14 de janeiro de 2016.

²¹⁷ *Idem*.

presos políticos, o retorno de exilados, a criação de partidos políticos, enfim, que a lei tenha impulsionado importantes lutas para a transição democrática do país, sua legalidade foi contestada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Neste contexto, em 2008, a Ordem recomendou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). Na ADPF (nº 153/2008), a OAB requereu a firmação de uma interpretação restrita do Art.1º da Lei de Anistia, que dissesse que a anistia não deve ser estendida aos agentes públicos que cometeram crimes de lesa-humanidade. A ação foi indeferida pelo STF às vésperas do julgamento demandado contra o Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos. A demanda contra o Brasil perante a Corte foi apresentada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A Comissão solicitava a responsabilização internacional do Estado brasileiro em sentença sobre o episódio da Guerrilha do Araguaia (*Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil*²¹⁸), por inadimplência diante de diversas obrigações, e ao dever estatal de investigar e punir as violações de direitos humanos. Na demanda, a Comissão afirmou a incompatibilidade da Lei de Anistia com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Em sentença de 24 de novembro de 2010, o Brasil foi declarado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos responsável pelo desaparecimento forçado de 62 pessoas na região do rio Araguaia entre 1972 e 1974.

Na sentença, a CIDH dispôs que o Estado brasileiro conduzisse, “perante a juristição ordinária”, “a investigação penal dos fatos do presente caso a fim de esclarecê-los”, determinasse “as correspondentes responsabilidades penais” e aplicasse “efetivamente as sanções e consequências que a lei preveja (...)”. De modo geral, a sentença dispôs, por unanimidade, que

o Estado deve realizar todos os esforços para determinar o paradeiro das vítimas desaparecidas e, se for o caso, identificar e entregar os restos mortais a seus familiares; (...) deve oferecer o tratamento médico e psicológico ou psiquiátrico que as vítimas requeiram e, se for o caso, pagar o montante estabelecido; (...) deve realizar as publicações ordenadas; (...) deve realizar um ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional a respeito dos fatos do presente caso; (...) deve continuar com as ações desenvolvidas em matéria de capacitação e implementar (...) um programa ou curso permanente e obrigatório sobre direitos humanos, dirigido a todos os níveis hierárquicos das Forças Armadas; (...) deve adotar (...) as medidas que sejam necessárias para tipificar o delito de desaparecimento forçado de pessoas em conformidade com os parâmetros interamericanos (...); deve adotar todas aquelas ações que garantam o efetivo julgamento, e se for o

²¹⁸ Ver: CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acesso em 23 de janeiro de 2016.

caso, a punição em relação aos fatos constitutivos de desaparecimento forçado através dos mecanismos existentes no direito interno (...).²¹⁹

No caso *Velásquez-Rodríguez vs. Honduras*²²⁰, que diz respeito ao desaparecimento e morte presumida do hondurenho Ángel Manfredo Velásquez-Rodríguez pelas forças armadas de Honduras em 1980, a Corte Interamericana estabeleceu um importante princípio que tem sido citado em subsequentes julgamentos de leis de anistia pela própria Corte IDH e pela CIDH. Em sua decisão, de 29 de julho de 1988, a Corte declarou que o Estado deve “usar dos meios a sua disposição para realizar investigações das violações cometidas em sua jurisdição, para identificar os responsáveis, impor punição apropriada e assegurar a compensação adequada às vítimas”.²²¹ O estabelecimento de uma cadeia de reação pela responsabilização das violações de direitos humanos por toda América Latina, de acordo com Ruti Teitel, foi estimulado por este caso. Em uma série de decisões, a Corte Interamericana sustentou que Honduras violou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e que os Estados tinham um “dever de evitar, investigar e punir” as violações de direitos humanos garantidos pela convenção e de garantir compensação moral e material às vítimas.

Inobstante ao dever de investigação e de devido processo por parte do Estado hondurenho, por toda a América Latina – da decisão unânime da Comissão Interamericana de que “*Honduras está obligada a pagar una justa indemnización compensatoria a los familiares de la víctima*”²²² – o significado do caso Velásquez-Rodríguez foi o de que quando a justiça criminal é ineficaz, “outras responsabilidades legais eram devidas às vítimas, sobretudo, algumas formas de reparações”.²²³

Em contextos de instabilidade política, apesar de leis de anistia violarem o direito à justiça devido às vítimas, as cortes têm ocasionalmente reconhecido que pode ser difícil investigar e responsabilizar os algozes de regimes repressivos que cometeram violações de direitos humanos. A professora de Direitos Humanos e Direito Internacional do Instituto de

²¹⁹ Ver: CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acesso em 23 de janeiro de 2016.

²²⁰ Ver: CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Velásquez-Rodríguez vs. Honduras**. Sentença de 29 de julho de 1988. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_04_esp.pdf>. Acesso em 23 de janeiro de 2016.

²²¹ MALLINDER, *Op cit.*, 2007. p.215.

²²² CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Velásquez-Rodríguez vs. Honduras**. Sentença de 29 de julho de 1988. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_04_esp.pdf>. Acesso em 23 de janeiro de 2016.

²²³ TEITEL, *Op cit.*, 2000. p.124-125.

Justiça de Transição, Louise Mallinder²²⁴, nota que o reconhecimento desta dificuldade é fornecido pelo Artigo 16 do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (adotado em 1998), que permite que o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, de acordo com o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, adie os processos no interesse da paz e da segurança.

Deste modo, anistias deliberadas por algum consenso popular, legitimadas quando resultam de processos democráticos, por exemplo, acabam legitimando o exercício de pedidos de perdão em período transicional.²²⁵ Assim compreendidas, as anistias são, nos termos de Teitel, “ritos legais que visivelmente e energicamente demonstram a mudança na soberania que contribuirá para a transição política”.²²⁶ Tal noção, de acordo com Olsen, Payne e Reiter, considera que “os alicerces da democracia e o futuro dos direitos humanos dependem de apaziguar os infratores do passado com anistias que permitam que os processos de mudança comecem”.²²⁷ Uma alternativa sugere que “as anistias desempenhem um papel construtivo na promoção de objetivos políticos, enquanto acompanham a apuração da verdade para promover a conscientização da sociedade sobre os crimes do passado”.²²⁸ Logo, como elucida Teitel, a adoção de políticas de anistia não significa necessariamente esquecer os erros do passado, já que tais medidas devem contribuir à transição e ser condicionantes de investigações.²²⁹

Ruti Teitel observa que o início das transições europeias e durante as transições americanas, o espírito da anistia foi precursor da mudança política, da regulação da paz e da reconciliação.²³⁰ A professora do Departamento de Política da Universidade de Londres, Leslie Vinjamuri, nota que são numerosos os casos em que a ausência de responsabilização criminal esteve associada com a manutenção da paz e da reconciliação por meio da implementação de leis de anistia.²³¹ Segundo Teitel, o principal caso de anistia em um contexto transicional é o da Espanha pós-Franco, que, com a aprovação da lei pelo Parlamento em 15 de outubro de 1977, evitou a responsabilização criminal das violações de

²²⁴ MALLINDER, *Op cit.*, 2007. p.217.

²²⁵ TEITEL, *Op cit.*, 2000. p.58.

²²⁶ *Ibidem.*, p.59.

²²⁷ OLSEN, Tricia D; *et al.* As implicações políticas dos processos de anistia. In. **A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada**. Brasília: Ministério da justice, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011. p.545.

²²⁸ *Idem.*

²²⁹ TEITEL, *Op cit.*, 2000. p.59.

²³⁰ *Ibidem.*, p.52-53.

²³¹ VINJAMURI, Leslie. Anistia, consequencialismo e julgamentos protelados. In. **A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada**. Brasília: Ministério da justice, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011. p.177.

direitos humanos do regime ditatorial e consolidou o regime democrático. Teitel observa que a política de anistia da Espanha “se tornou paradigmática do potencial da anistia em transição política”, sendo a renúncia da punição concebida como “uma forma efetiva de regulação de política transicional”.²³² Na África do Sul, por exemplo, os acordos para por fim ao regime do apartheid (1948-1991) foram condicionados em anistias para as “ofensas” políticas relacionadas com o regime.²³³ Além disso, as transições da América Latina também se deram sob o impacto da política de anistia da Espanha, cujo modelo de transição pactuada, que eliminava do cenário político qualquer demanda por responsabilização criminal imediata, era, como ressalta o diretor do Programa de Memória e Verdade do *International Center for Transitional Justice*, Eduardo González Cueva, “a única referência comparativa disponível para os democratas civis que dirigiam as transições”.²³⁴

Deve-se observar, contudo, que o julgamento do crime de guerra e do crime contra a humanidade limita e condena o passado de perseguição política do Estado. Codificados pela primeira vez após a Segunda Guerra Mundial no Estatuto do Tribunal Internacional de Nuremberg, tais crimes abrangem graves ofensas, tais como assassinato, deportação e tortura, historicamente proscritas onde quer que cometidas em tempo de guerra contra a população civil. Considerando a obrigatoriedade e a imprescritibilidade para se processar tais crimes, Teitel argumenta que estes casos “perpetuam um sentido de responsabilidade contínua por erros do passado que é, em última instância, construtiva da durabilidade da identidade política de um Estado”.²³⁵

Tal debate efetivou-se em 1970 com o decreto da Convenção das Nações Unidas sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes Contra a Humanidade, reiterado pelos Princípios de cooperação internacional da identificação, detenção, extradição e castigo dos culpados de crimes de guerra ou de crimes de lesa-humanidade, contidos na resolução 3074 (XXVIII) de 3 de dezembro de 1973 da ONU e em padrões de jurisdição incorporados ao direito nacional.²³⁶ No debate das Nações Unidas sobre a imprescritibilidade dos crimes de guerra e dos crimes contra a humanidade, “(...) a prescrição não deve ser aplicada a violações flagrantes das normas internacionais de direitos humanos e a violações do direito internacional

²³² TEITEL, *Op cit.*, 2000. p.53.

²³³ *Ibidem.*, p.54.

²³⁴ GONZÁLEZ CUEVA, Eduardo. Até onde vão as comissões da verdade?. In. **Justiça de transição: manual para a América Latina**. Félix Reátegui (Org). Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. p.341.

²³⁵ TEITEL, *Op cit.*, 2000. p.60-62.

²³⁶ GONZÁLEZ *Op cit.*, 2009. p.80.

humanitário”.²³⁷ Aqui, a não-limitação de tempo se justifica na excepcionalidade da gravidade destes crimes, na preservação da dignidade das vítimas e da manutenção do Estado de Direito.

A par disso – na excepcionalidade de deliberações à segurança jurídica, à necessidade social de se eliminar um “estado de incerteza social”²³⁸ que a passagem do tempo gera, à regulação (e preservação) da paz e da reconciliação e pacificação nacional através da suspensão acordada de processos judiciais, legitimada por processos democráticos, à proteção de uma democracia vulnerável à consolidação democrática e dos direitos humanos – frise-se que para os países em transição, os princípios de combate à impunidade propostos em instrumentos internacionais e por convenções regionais de proteção aos direitos humanos (como assegurados pela Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, aprovada em 1994, e pela Convenção Europeia sobre a Imprescritibilidade dos Crimes contra a Humanidade e dos Crimes de Guerra, adotada em 1974), mantêm a posição de que anistias não podem ser concedidas às violações dos direitos humanos. Tais violações dizem respeito aos casos de genocídio²³⁹, aos crimes de guerra²⁴⁰ ou crimes de lesa-

²³⁷ NAÇÕES UNIDAS. **Basic Principles and Guidelines on the Right to a Remedy and Reparation for Victims of Gross Violations of International Human Rights Law and Serious Violations of International Humanitarian Law**. Office of the high commissioner. Reloação 60/147, de 16 de dezembro de 2005. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/RemedyAndReparation.aspx>>. Acesso em 20 de maio de 2017.

²³⁸ Fabíola Girão Monteconrado, professora da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso (Chile), nota que a “segurança jurídica é uma exigência do respeito devido à dignidade humana”. Deste modo, constatando os efeitos que o tempo pode gerar – efeitos que dizem respeito aos sentimentos de piedade, ao esquecimento, ao extravio de provas, às “penas desnecessárias”, às demoras indevidas, aos “inconvenientes políticos-criminais”, entre outros efeitos do tempo – a autora salienta a imposição, “como exigência da segurança jurídica, enquanto valor, e da humanidade, enquanto razão de ser e fim do Direito”, do “reconhecimento da prescrição do delito ou da pena, conforme o caso”. (MONTECONRADO, Fabíola Girão. O impacto da regra sobre a imprescritibilidade nos ordenamentos jurídicos dos Estados se justifica? In: **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. n.08, pp.374-399. Brasília: Ministério da Justiça, 2012. p.393).

²³⁹ O artigo 6 do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional empresta a definição do crime de genocídio prevista na Convenção para Prevenção e Repressão do Genocídio, assinada em Paris em 1948, e estatui que: “(...) entende-se por “genocídio”, qualquer um dos atos que a seguir se enumeram, praticado com intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, enquanto tal: a) Homicídio de membros do grupo; b) Ofensas graves à integridade física ou mental de membros do grupo; c) Sujeição intencional do grupo a condições de vida com vista a provocar a sua destruição física, total ou parcial; d) Imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo; e) Transferência, à força, de crianças do grupo para outro grupo”. (Ver: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n. 4.388**, de 25 de setembro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm>. Acesso em 20 de abril de 2017).

²⁴⁰ O artigo 8 do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, em decorrência das Convenções de Genebra sobre Direito Internacional Humanitário (1949) e seus Protocolos adicionais de 1977, estatui que entende-se por “crimes de guerra”: “a) As violações graves às Convenções de Genebra”, entre elas, a) o homicídio; b) a tortura; c) causar “sofrimento ou ofensas graves à integridade física ou à saúde”; d) destruir ou apropriar “bens em larga escala”; e) privar “um prisioneiro de guerra ou outra pessoa sob proteção do seu direito a um julgamento justo e imparcial; f) deportar ou praticar transferência ilegal ou “privação ilegal de liberdade”; e g) a “tomada de reféns”. (Ver: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n. 4.388**, de 25 de setembro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm>. Acesso em 20 de abril de 2017).

humanidade²⁴¹, incluindo delitos relacionados com etnia, gênero e sexo, constituindo um ilícito internacional, devendo o Estado investigar, julgar e reparar as violações perpetradas.

2.4 Direito à verdade, à memória e à história: comissões de verdade

El valor de las Comisiones de la Verdad es que su creación no está basada en la premisa de que no habrá juicios, sino en que constituyen un paso en el sentido de la restauración de la verdad, oportunamente, de la justicia.
(CIDH, 1999)

Importante na composição dos vários elementos que cercam as respostas oficiais dadas aos legados de violações dos direitos humanos constituídas por realizações e programas administrativos de governos emergentes de regimes autoritários ou guerras e por respostas jurídicas e atividades compensatórias de democracias já consolidadas, as advertências e recomendações das Nações Unidas no combate à impunidade e proteção aos direitos humanos enfatizam a necessidade de se assegurar às vítimas os direitos à justiça e à verdade e as dimensões restaurativas da justiça de transição.²⁴² Alertando para o fato das judicializações de violações dos direitos humanos serem fundamentais para a justiça transicional, as Nações Unidas destacam a necessidade da incorporação de medidas complementares na busca por justiça e reconciliação, e recomendam a criação de comissões de investigação para o estabelecimento dos fatos que envolveram violações de direitos humanos.²⁴³

O Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, órgão dedicado à promoção e proteção dos direitos humanos estabelecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1993, adverte que as comissões de investigação e de verdade deveriam ser

²⁴¹ O artigo 7 do Estatuto de Roma estatui que “entende-se por ‘crime contra a humanidade’, qualquer um dos atos seguintes, quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque: a) Homicídio; b) Extermínio; c) Escravidão; d) Deportação ou transferência forçada de uma população; e) Prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave (...); f) Tortura; g) Agressão sexual, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável; h) Perseguição de um grupo ou coletividade que possa ser identificado, por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou de gênero, (...), ou em função de outros critérios universalmente reconhecidos como inaceitáveis no direito internacional (...); i) Desaparecimento forçado de pessoas; j) Crime de *apartheid*; k) Outros atos desumanos de caráter semelhante (...). (Ver: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n. 4.388**, de 25 de setembro de 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm>. Acesso em 20 de abril de 2017).

²⁴² NAÇÕES UNIDAS. *Op cit.*, 2004. p.17.

²⁴³ *Idem*.

plataformas adequadas às considerações das causas de conflitos, ou de repressão, e das violações dos direitos humanos perpetradas no passado. Suas funções precisam elucidar as violações de direitos civis e políticos, precisam dar conta do exame das causas, das consequências e da natureza destas violações à revelação da verdade sobre o ocorrido, à revelação das principais causas dos conflitos e das violações dos direitos humanos cometidas, incluindo dos direitos econômicos, sociais e culturais.²⁴⁴

De modo geral, as violações investigadas por comissões de verdade costumam ser assassinatos por policiais, tortura e aprisionamento ilegal, crimes cometidos durante um conflito armado pelas forças militares e paramilitares, expulsões, destruição de propriedades e outras formas de abuso sistemático de inimigos políticos ou militares, indivíduos ou grupos civis. O Conselho de Segurança das Nações Unidas adverte para que as comissões sejam “órgãos oficiais, temporários e de constatação de fatos que não tenham caráter judicial”, e que investiguem “abusos dos direitos humanos ou do direito humanitário que tenham sido cometidos durante vários anos”, devendo se ocupar particularmente das vítimas e finalizar o seu trabalho com a apresentação de um relatório que constate os fatos relacionados às violações, incentive a responsabilização, identifique perpetradores e recomende reparações e reformas institucionais (legislativas e administrativas) que garantam a não repetição de violações de direitos humanos.²⁴⁵

O Conselho de Segurança da ONU adverte que ainda que limitadas por vários problemas – como por “instabilidade política”, por uma “frágil sociedade civil”, pelo “medo das vítimas testemunharem”, por um “sistema judicial corrupto ou despreparado”, por “tempo insuficiente para realizar investigações” e por “falta de apoio público e um financiamento inadequado” – as comissões de verdade devem se constituir “mediante processos consultivos que incorporam visões públicas sobre seus mandatos e sobre a seleção de seus integrantes”.²⁴⁶ Além disso, as comissões devem ter independência e os processos e critérios de seleção de seus integrantes devem ser claros e verossímeis. Também são essenciais para a sua credibilidade, para a orientação das expectativas públicas e das vítimas, que as comissões assumam “estratégias de informação e comunicação públicas”. Devem ainda ser “sensíveis às questões de gênero e solidárias com as vítimas de delitos e discriminações”, necessitando de “forte apoio internacional” e “independência operacional”.²⁴⁷

²⁴⁴ NAÇÕES UNIDAS. *Op cit.*, 2014. p.07.

²⁴⁵ NAÇÕES UNIDAS. *Op cit.*, 2004. p.17.

²⁴⁶ *Idem.*

²⁴⁷ *Idem.*

Os relatórios de comissões da verdade devem afirmar que as brutalidades perpetradas por regimes predecessores não se justificam na chamada guerra contra a subversão, que os assassinados pelos regimes autoritários eram cidadãos comuns, e não terroristas políticos, e que os desaparecimentos não se justificam por razões de segurança. Deste modo, ainda que não tenham caráter judicial, as comissões de verdade e investigação devem fomentar a aplicação da justiça criminal contra os perpetradores de violações dos direitos humanos e a busca irrestrita da verdade para o esclarecimento de tais violações durante períodos de transição, recomendando reformas institucionais à criação de uma estrutura legal, política e cultural que conduza à paz e ao fortalecimento democrático.

Dezenas de comissões foram instituídas ao redor do mundo (África do Sul, Argentina, Alemanha, Timor Leste, Gana, Coreia do Norte, entre muitas outras). Estabelecidas como órgãos temporários, oficializados pelo Estado ou por uma organização governamental internacional, as comissões de verdade têm sido dispostas à investigação e à compilação de relatórios sobre violações dos direitos humanos em um determinado país, conflito e período do passado. Na América Latina, a criação de comissões de verdade para a investigação de violações de direitos humanos é fenômeno conhecido. Alguns exemplos, aqui apresentados em ordem cronológica e de modo conciso à contextualização de suas características, se fizeram na Argentina (1983), no Peru (1986 e 2001), no Chile (1990 e 2003), em El Salvador (1992), na Guatemala (1994), no Equador (1996 e 2007) e no Brasil (2011).

Na Argentina, em 15 de dezembro de 1983, o Presidente Raúl Afonsín (1983-1989) criou por Decreto (número 187) a *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), cujos trabalhos investigaram as violações de direitos humanos levadas a cabo pela última ditadura civil-militar argentina (chamada de *Proceso de Reorganización Nacional* pela primeira junta militar) entre 1976 e 1983. O relatório da Comissão (*Nunca Más*), entregue em setembro de 1984, registrou os assassinatos, os sequestros, os desaparecimentos, a apropriação de crianças e as torturas perpetradas entre 1976 e 1983, além de prestar recomendações “*con la finalidad de prevenir, reparar y finalmente evitar la repetición de conculcaciones a los derechos humanos*”, e para “*que no se perda de vista la necesidad de una profunda investigación judicial de los hechos que nos fueron denunciados*”.²⁴⁸ De acordo com um panorama da Justiça de Transição apresentado em 2015 pela Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, o relatório da Comissão argentina – ainda que não tenha reconhecido

²⁴⁸ ARGENTINA. *Nunca Más. Informe Conadep*. Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/investig/articulo/nuncamas/nmas6_01.htm>. Acesso em 20 de maio de 2017.

as vítimas de detenção política²⁴⁹ – reuniu 8.961 casos de violações de direitos humanos, oferecendo ao *Juicio a las Juntas*, aos julgamentos de integrantes das juntas militares, “um fundamental acúmulo de provas” à responsabilização criminal dos agentes da repressão argentina.²⁵⁰

No caso peruano, uma *Comisión Investigadora*, composta por parlamentares, foi instituída pelo Congresso Nacional em agosto de 1986, em meio ao conflito armado interno, para investigação da execução sumária de mais de 250 prisioneiros políticos entre 18 e 19 de junho de 1986 nas prisões de San Juan de Lurigancho (província de Lima), de El Frontón e de Santa Barbara (ambas províncias de Callao). Dois relatórios finais foram entregues pela Comissão em 1988: um aceito pelo governo, desenvolvido por seus comissionados, que negou a responsabilidade do governo e dos militares envolvidos; e outro, desenvolvido pela oposição (liderada pelo então Senador Rolando Ames Cobián), que responsabilizou o presidente da República Alan García Pérez (1985-1990 e 2006-2011) e o Conselho de Ministros pela morte de 246 presos. A *Comisión de la Verdad y Reconciliación* (CVR), por sua vez, instaurada mediante Decreto Supremo em 2 de junho de 2001 pelo então governo de transição de Valentín Paniagua (2000-2001), foi responsável pela investigação dos crimes e violações de direitos humanos cometidas durante o conflito armado interno entre 1980 e o final do governo de Alberto Fujimori (2000).

Seu Informe Final estimou uma cifra de dezenas de milhares de pessoas que foram mortas ou estavam desaparecidas durante as décadas do conflito – número que, de acordo com relatório da Anistia Internacional²⁵¹, se somam a outros milhares de casos de violações de direitos humanos que ocorreram durante os anos de trabalho da Comissão; não se podendo falar, de acordo com Manuel de Rivera²⁵², de uma quantidade inferior a 69.000 vítimas. O Informe, entregue em 28 de agosto de 2003, apresentou as origens, o desenvolvimento e as consequências dos anos de conflito e trouxe recomendações para o governo peruano responder à defesa persistente por julgamentos judiciais. O relatório deixou claro que a judicialização dos crimes deveria ser um pré-requisito para a reconciliação, alertando que este

²⁴⁹ Estas, de acordo com Cristián Correa, foram reconhecidas somente com a promulgação de uma lei de reparação instituída “sete anos após o lançamento do relatório *Nunca Más*”. (CORREA, Cristián. Reparations programs for mass violations of human rights: lessons from experiences in Argentina, Chile and Peru. In. **Transitional Justice: Handbook for Latin America**. Félix Reátegui (Org). Brasília: International Center for Transitional Justice, Ministério da Justiça, 2011. p.415).

²⁵⁰ VIEIRA DUQUE; PAIVA CARVALHO, *Op cit.*, 2016. p.15-16.

²⁵¹ AMNISTÍA INTERNACIONAL. Perú. **La Comisión de la Verdad y Reconciliación** – un primer paso hacia un país sin injusticias. 2004. Disponível em: <<http://web.amnesty.org/library/Index/ESLAMR460032004>>. Acesso em 10 de maio de 2017.

²⁵² RIVERA, Manuel de. La Comisión de la Verdad y Reconciliación en Perú: conclusiones y perspectivas. **Real Instituto Escano de Estudios Internacionales y Estratégicos**. 2003.

caminho não será transitável “*si no va acompañado de un ejercicio efectivo de la justicia, tanto en lo que concierne a la reparación de los daños sufridos por las víctimas cuanto en lo relativo al justo castigo a los perpetradores y el consiguiente fin de la impunidad*”.²⁵³ De acordo com Carla Osmo, das provas e testemunhos relativos aos casos documentados pela Comissão que foram entregues ao Ministério Público, visando à responsabilização criminal, 70% “permanece em alguma etapa judicial”.²⁵⁴ Elizabeth Salmón, professora da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Peru, mostra que ainda que a Comissão peruana tenha concluído que foram grupos subversivos (Sendero Luminoso e o Movimento Revolucionário Túpac Amaru) “os grandes violadores dos direitos humanos”, ela não deixou de recomendar a implementação de medidas de reparação simbólica e econômica e de reconhecer a “responsabilidade de muitos membros das forças armadas” do Estado com relação às violações de direitos humanos perpetradas.²⁵⁵

No Chile, os relatórios das duas Comissões instauradas também recomendaram medidas jurídicas, como a adequação do ordenamento jurídico nacional chileno ao direito humanitário internacional, a penalização por ocultamento de informação no que diz respeito às violações, a continuação das investigações sobre o paradeiro dos desaparecidos e a ratificação dos tratados internacionais sobre os direitos humanos.²⁵⁶ A *Comisión Nacional de la Verdad y Reconciliación* (chamada de Comissão Rettig), criada em 1990 pelo presidente Patricio Aylwin (1990-1994) e instaurada para investigar as violações de direitos humanos cometidas entre 1973 e 1990 – ainda que não tenha considerado como vítima os sobreviventes de prisão política e tortura, e apesar das críticas por não ter sido capaz de dar respostas às demandas judiciais, apresentando somente os nomes das vítimas de desaparecimento ou execução – deu lugar a políticas de reparação econômica e simbólica.

De acordo com Boris Hau²⁵⁷, investigador jurídico do Observatório de Justiça Transicional da Universidade Diego Portales, com o fortalecimento do regime democrático, a criação em 2003, mediante Decreto Supremo número 1040, de uma segunda comissão da verdade (*Comisión Nacional sobre la Prisión Política y Tortura* – chamada de Comissão

²⁵³ PERU. Comisión de La Verdad y Reconciliación. **Informe Final**. Disponível em: <<http://www.derechos.org/nizkor/peru/libros/cv/con.html>>. Acesso em 13 de junho de 2017.

²⁵⁴ OSMO, *Op cit.*, 2016. p.60.

²⁵⁵ SALMÓN, Elizabeth. Algumas reflexões sobre o direito internacional humanitário e a justiça transicional: lições da experiência latino-americana. In. **Justiça de transição**: manual para a América Latina. Félix Reátegui (Org). Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. p.256.

²⁵⁶ *Ibidem.*, p.252 e 254.

²⁵⁷ HAU, Boris. Verdade, Justiça e Reparação para as vítimas sobreviventes da ditadura no Chile. In. **Justiça de transição na América Latina**: panorama 2015. Claudia Paiva Carvalho; *et all* (Orgs.). Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, 2016. p.75-76.

Valech), as medidas de reparação econômica assumidas pelo Estado chileno, apesar das críticas para sua insuficiência, se estenderam à atenção da saúde e moradia das vítimas, à reparação pública de sua dignidade, ao subsídio de seus filhos e netos e ao reconhecimento das vítimas e de que a violência era política de Estado do regime ditatorial. A Comissão também apresentou recomendações para que o ordenamento jurídico nacional fosse adequado à Declaração Interamericana de Direitos Humanos e para que tratados internacionais sobre direitos humanos fossem ratificados, propondo medidas para a reforma do judiciário e das forças armadas e para que se desse continuidade às investigações sobre o paradeiro dos desaparecidos. À execução destas recomendações, foi criada em 1992 a *Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación*.²⁵⁸

No caso de El Salvador, a *Comisión de la Verdad* (cujo informe foi denominado *De la locura a la esperanza: la guerra de 12 años en El Salvador*), aprovada em cumprimento do estabelecido nos Acordos de Chapultepec em 1992, se ocupou do esclarecimento das violações de direitos humanos cometidas durante os anos de ditadura e de guerra civil. Seu relatório, entregue em 15 de março de 1993, nomeou os perpetradores dos crimes do regime ditatorial salvadorenho, levando o governo a responder com a promulgação de uma lei de anistia para proteger os mencionados no relatório. A Comissão de El Salvador, que resultou dos Acordos de Paz negociados em mais de três anos entre o movimento guerrilheiro Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional e o governo, fez recomendações de ordem legal, administrativa e política destinadas à depuração das forças armadas, policiais e da administração pública, à inelegibilidade dos envolvidos em violações de direitos humanos, à prevenção da repetição da violência e orientadas à reparação material e moral e à reconciliação nacional.²⁵⁹ Ainda que uma lei de anistia tenha sido aprovada poucos dias depois da publicação do relatório e que o resultado deste, de acordo com o Instituto de Direitos Humanos da Universidade Centroamericana José Simeón Cañas, seja apenas “uma mostra superficial de uma quantidade inimaginável de violações de direitos humanos”²⁶⁰, restando um saldo enorme com a “dignificação das vítimas direitas e indiretas”²⁶¹, o trabalho da Comissão da Verdade é um importante passo ao esclarecimento da verdade como parte do processo de justiça transicional em El Salvador.

²⁵⁸ SALMÓN, *Op cit.*, 2011. p.253.

²⁵⁹ *Ibidem.*, p.254.

²⁶⁰ INSTITUTO DE DERECHOS HUMANOS DE LA UCA (IDHUCA). Justiça transicional para El Salvador. In. **Justiça de transição na América Latina**: panorama 2015. Claudia Paiva Carvalho; *et all* (Orgs.). Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, 2016. p.114.

²⁶¹ *Ibidem.* p.116.

A *Comisión para el Esclarecimiento Histórico* (CEH) da Guatemala, criada em 1994, mediante o Acordo de Oslo, para investigar os crimes da guerra civil guatemalteca (1960-1996), elaborou um informe (*Memoria del Silencio*, apresentado em 1999) que contem uma serie de conclusões sobre as violações de direitos humanos e recomendações de “*medidas para preservar la memoria de las víctimas*”, de “*medidas de reparación a las víctimas*”, de “*medidas orientadas a fomentar una cultura de respeto mutuo y de observancia de los derechos humanos*”, de “*medidas para fortalecer el proceso democrático*”, e de “*otras recomendaciones para favorecer la paz y la concordia nacional*”.²⁶² Todavia, a Comissão – que, de acordo com a consultora do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Mónica Leonardo Segura²⁶³, “não obteve o reconhecimento e a aceitação política por parte do Estado”, não tendo sido amplamente divulgada – foi instituída para não indicar responsabilidade judicial. A Comissão foi planejada para que nenhum indivíduo fosse criminalmente responsabilizado, propondo recomendações de reformas da estrutura policial e a manutenção e criação de mecanismos de proteção dos direitos humanos como um valor independente ao do processo judicial.²⁶⁴

No Equador, a *Comisión Verdad y Justicia*, criada por Acordo Ministerial número 12 em 1996, foi estabelecida ao recolhimento de denúncias sobre os desaparecimentos, torturas e demais violações de direitos humanos cometidas no Equador de 1979 até a data de sua promulgação. Tendo operado por somente 5 de seus 12 meses de mandato (não tendo sido mantida no contexto de remoção pelo Congresso do presidente Abdalá Bucaram – 1996-1997 – em fevereiro de 1997 por acusação de corrupção), a Comissão, instituída à investigação de violações de direitos humanos “no marco de regimes ‘democráticos’”, estabeleceu que tais casos fossem investigados e que se elaborasse um relatório para “sistematizar as informações, denúncias e investigações realizadas, assim como seus antecedentes, conclusões e recomendações no prazo de um ano”.²⁶⁵

Particularmente em decorrência de torturas, de privações ilegais de liberdade, de execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados sistemáticos e generalizados cometidos por agentes estatais durante o governo de León Febres Cordero (1984-1988) e durante os governos que o sucederam, em 2007 foi criada mediante decreto presidencial a *Comisión de*

²⁶² GUATEMALA. **Memoria del Silencio**. Conclusiones y Recomendaciones. Guatemala: Oficina de Servicios para Proyectos de las Naciones Unidas. 1999. Disponível em: <http://www.undp.org/content/dam/guatemala/docs/publications/UNDP_gt_PrevyRecu_MemoriadelSilencio.pdf>. Acesso em 8 de abril de 2016.

²⁶³ LEONARDO SEGURA, *Op cit.*, 2010. p.184.

²⁶⁴ BARRETO DE CARVALHO; PIA GUERRA, *Op cit.*, 2016. p.120.

²⁶⁵ *Idem*.

la Verdad. Seu propósito foi o de “*investigar y esclarecer e impedir la impunidad respecto de los hechos violentos y violatorios de los derechos humanos, ocurridos entre 1984 y 1988 y otros períodos*”.²⁶⁶ Seu informe final (*Sin verdad no hay justicia*), publicado em 2010, inclui 155 recomendações agrupadas em medidas dirigidas que visão, de modo geral, “*obtener declaraciones oficiales que ofrezcan disculpas públicas y restablezcan la dignidade de la víctima*”, “*la revelación pública y completa de la verdad*” e “*la búsqueda de las personas desaparecidas y de los cadáveres de las personas ejecutadas*”. Também são elucidadas medidas de indenização “*para quien hubiere padecido privación ilegal o arbitraria de la libertad*” e “*para quien hubiere padecido tortura, (...) violencia sexual, (...) otras lesiones físicas y psicológicas graves*”; e medidas de garantias de não repetição “*en materia de educación para todos los sectores de la sociedad en cuestión de derechos humanos*”. No que diz respeito ao fortalecimento do poder judicial, o informe inclui recomendações para “*robustecer las investigaciones judiciales en materia de derechos humanos*” e para “*aplicar sanciones judiciales o administrativas a los responsables*”; além de medidas “*que garanticen un control efectivo de las autoridades civiles sobre las fuerzas armadas y de seguridad*”, e de medidas “*de capacitación*”, “*a la promoción de mecanismo destinados a la protección de los derechos humanos y a la observancia de los códigos de conducta y de normas éticas*”, “*a impulsar políticas públicas y otras medidas administrativas en materia de derechos humanos*” e “*reformas legales que adecuen el marco normativo de los derechos humanos*”.²⁶⁷

Quase 30 anos depois do fim da ditadura civil-militar, em novembro de 2011, também foi criada no Brasil, pela Lei 12.528/2011, uma Comissão Nacional da Verdade (CNV). As conclusões do relatório final da CNV, entregue à Presidente Dilma Rousseff em 10 de dezembro de 2014, comprovaram a ocorrência de violações dos direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, especialmente nos anos que correspondem ao regime ditatorial instaurado em 1964. A CNV verificou de modo circunstanciado os crimes cometidos pelos agentes da repressão, identificou responsáveis, confirmou a morte e o desaparecimento forçado de centenas de vítimas do regime civil-militar, refutando integralmente “a explicação que até hoje tem sido adotada pelas Forças Armadas, de que as violações de direitos humanos se constituíram em alguns poucos atos isolados ou excessos, gerados pelo voluntarismo de alguns poucos militares”.²⁶⁸ Além disso, o relatório

²⁶⁶ EQUADOR. Informe de la Comisión de la Verdad. **Sin verdad no hay justicia**. Resumen Ejecutivo. Ecuador, 2010. p.17.

²⁶⁷ *Ibidem.*, p.405-427.

²⁶⁸ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório** / Comissão Nacional da Verdade. Volume 1. Brasília: CNV, 2014a. p.963.

final apontou a permanência de tais práticas na atual realidade brasileira, observando que o cometimento de violações de direitos humanos se consolida à inadequação da devida responsabilização dos crimes perpetrados pelos agentes da repressão durante a ditadura.²⁶⁹

De modo geral, o sucesso de boa parte das comissões da verdade baseia-se em suas habilidades para o esclarecimento da verdade dos crimes perpetrados e para a promoção da justiça restaurativa e da reconciliação nacional. O impacto político de seus relatórios e iniciativas, como observa Onur Bakiner, professor de Ciência Política da Universidade de Seattle, resulta da “mobilização da sociedade civil”, de iniciativas em direção da publicação ou divulgação dos relatórios apresentados pelas comissões, ou da habilidade das comissões de verdade motivarem o ativismo nos direitos humanos, o monitoramento do progresso na implementação das recomendações, principalmente no que diz respeito às políticas de memória e aos programas reparatórios.²⁷⁰

De acordo com Nenad Dimitrijevic, professor de Ciências Políticas da Universidade Central da Europa, uma comissão de verdade deve ser compreendida como um instrumento indispensável de justiça de transição capaz de contribuir para os objetivos de se reconstruir os fundamentos morais de uma política em transição democrática. Comissões da verdade devem, deste modo, reconstruir padrões de motivação de um comportamento que no passado recente conduziu a violações massivas dos direitos humanos e de valores morais universais.²⁷¹ Sendo assim, a tarefa de comissões de verdade está disposta à preservação da memória das vítimas, à revelação da mentira da verdade oficial de regimes prévios, em não permitir que as atrocidades pretéritas sejam negadas e esquecidas pela demonstração de que suas formulas ideológicas serviram para justificar e normalizar a violência.²⁷²

Em seu livro *“Unspeakable Truth: Transitional Justice and the Challenge of Truth Commissions”*, Priscilla Hayner afirma que as medidas implementadas pelas comissões de verdade e reconciliação “devem objetivar a preservação da memória coletiva (...) e, em particular, a proteção contra o desenvolvimento de argumentos revisionistas e negacionistas”.²⁷³ Tais princípios destacam que “o conhecimento das pessoas da história da opressão que sofreram é parte de seu legado e, como tal, deve ser preservado por medidas

²⁶⁹ *Ibidem.*, p.964.

²⁷⁰ BAKINER, Onur. Truth Commission Impact: An Assessment of How Commissions Influence Politics and Society. **The International Journal of Transitional Justice**, vol.8. Oxford University Press, 2014. p.08, 09 e 22.

²⁷¹ DIMITRIJEVIĆ, Nenad. Justice beyond blame: moral justification of (the idea of) a truth commission. **Journal of Conflict Resolution**, vol.50, n.3, p.368-382. Sage Publications, 2006. p.372-374.

²⁷² *Ibidem.* p.376-377.

²⁷³ HAYNER, Priscilla B. **Unspeakable Truth: Transitional Justice and the Challenge of Truth Commissions**. New York, London: Routledge, 2001. p.184.

apropriadas em cumprimento do dever de lembrar do Estado”.²⁷⁴ Levando-se em conta tais considerações, uma comissão de verdade deve contribuir à afirmação e à legitimação de uma cultura política democrática pelo exame da natureza e justificação da violência cometida por regimes anteriores, oferecendo motivação para as pessoas confrontarem a realidade de injustiças cometidas no passado.²⁷⁵

Deste modo, as comissões de verdade se fazem críveis como alternativa à estabilidade democrática, ao reconhecimento das violações de direitos humanos, à reabilitação das vítimas, à responsabilização e à restauração da dignidade das vítimas e dos sobreviventes. As comissões de verdade se encontram entre os enfoques que enfatizam a promoção de prestação de contas por meio judicial e o apoio irrestrito às anistias, documentando e condenando as violações dos direitos humanos. Logo, como notam Tricia D. Olsen, Leigh A. Payne e Andrew G. Reiter, as comissões de verdade “constituem um processo de prestação de contas e responsabilização centrado na vítima que oferece um equilíbrio entre as limitações da política e as demandas da justiça”.²⁷⁶

Eduardo González Cueva também salienta que as comissões de verdade surgiram como parte de uma “resposta criativa a demandas substantivas de justiça que não poderiam ser satisfeitas com os procedimentos normais dos sistemas judiciais”.²⁷⁷ Distintamente do modo centrado no enfoque da responsabilização criminal, deste modo, muitas comissões – como, por exemplo, a Comissão Judicial de Inquérito para a Investigação de Violações de Direitos Humanos da Nigéria (1999), a Comissão de Verdade e Reconciliação da República Democrática do Congo (2004) e da Libéria (2005), e a Comissão de Verdade, Justiça e Reconciliação do Quênia (2008) – incluíram, como nota Gonzáles Cueva, “distintas formas de anistia” ou de facilitação à participação de algozes de regimes autoritários no decorrer do processo da busca da verdade.²⁷⁸

Louise Mallinder nota que, neste contexto, o apelo pelo relacionamento entre as anistias e as comissões de verdade se baseia na crença de que estas contribuem de modo positivo à reconciliação por sua natureza estar mais “centradas nas vítimas” e “pelo grande sucesso na revelação da verdade sobre os eventos passados em comparação com os processos judiciais”.²⁷⁹ Além disso, de acordo com a autora, recorre-se a este relacionamento pelo fato

²⁷⁴ *Idem.*

²⁷⁵ DIMITRIJEVIĆ, *Op cit.*, 2006. p.380-381.

²⁷⁶ PAYNE, *Op cit.*, 2009. p.163-165.

²⁷⁷ GONZÁLEZ CUEVA, *Op cit.*, 2011. p.354.

²⁷⁸ *Idem.*

²⁷⁹ MALLINDER, *Op cit.*, 2007. p.224.

do fornecimento de anistia encorajar o envolvimento dos perpetradores à contribuição para uma “descrição histórica mais balanceada dos eventos passados”, exercendo uma concepção restaurativa de justiça que, nos termos de Mallinder, deve envolver, além da revelação da verdade, “o reparo dos danos às vítimas e a promoção da reconciliação”.²⁸⁰

Neste contexto – em que mecanismos restaurativos da justiça de transição são indispensáveis e a anistia, de acordo com Olsen, Payne e Reiter²⁸¹, neutraliza os “agentes espoliadores” e “apazigua e desmobiliza as forças antidemocráticas”, assegurando a estabilidade democrática e o Estado de Direito – deve-se atentar para o fato de que mesmo onde anistias são concedidas, as comissões de verdade deveriam nomear os indivíduos responsáveis pelas violações cometidas, não eximindo-os da responsabilidade criminal. Como visto anteriormente, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adverte para que as comissões, além de constatarem os fatos relacionados às violações de direitos humanos e recomendarem reparações e reformas institucionais, devem incentivar a responsabilização e identificar os perpetradores. Apesar das anistias evitarem que os perpetradores sejam punidos, nomeá-los expõe a verdade – abrindo espaço para uma política de memória, em prol da concretização do direito à memória e à verdade – e os responsabiliza por suas ações, encorajando a transparência e a responsabilização, contribuindo para a erradicação da impunidade, na luta contra a impunidade, no fortalecimento da democracia e na prevenção da repetição de tais violações em oposição a formas organizadas de esquecimento e silenciamento que são cúmplices da impunidade.

Deste modo, uma comissão de verdade precisa dar conta do esclarecimento e do reconhecimento das violências do Estado; precisa atender às necessidades e aos interesses específicos das vítimas, contribuindo para a justiça e para a responsabilização, nomeando os alcoses responsáveis, traçando as responsabilidades institucionais, recomendando reformas que previnam a negação e a ocorrências de futuros abusos, promovendo a reconciliação e reduzindo as tensões provenientes da violência pretérita. Ainda que seus relatórios oficiais possam servir de alicerce para possíveis punições jurídico penais, seus mandatos, na maior parte dos casos, traçam responsabilidades e enfatizam as motivações, as causas, as implicações e as consequências da repressão política, sinalizando, para muitas das vítimas, o reconhecimento de que suas reivindicações são plausíveis e de que as atrocidades perpetradas em nome do próprio Estado sinalizam um erro. Seus objetivos, contudo, são geralmente difíceis de serem cumpridos e, ao final de seus trabalhos, o passado de violência pode

²⁸⁰ *Ibidem*. p.224-225.

²⁸¹ PAYNE, *Op cit.* 2009. p.163.

permanecer desordenado e algumas de suas questões não, ou mal resolvidas, por falta de tempo, meios e fontes; pelo fato das comissões precisarem lidar com um número considerável de mentiras, negações e enganos; além de terem que trabalhar com a dor de memórias traumatizadas, que geralmente são inenarráveis, para descobrir verdades que muitos dos que estão no poder fazem questão que continuem reprimidas.

Apesar dos obstáculos e limitações, corrobora-se que o processo e o produto dos trabalhos de uma comissão da verdade podem contribuir por seus questionamentos e reflexões críticas à integração, mudando fundamentalmente como um país compreende e aceita alguns dos aspectos mais controversos de sua história recente. O exercício do direito à verdade, objetivado política e socialmente em prol da concretização de um espaço ao (re)conhecimento e à responsabilização, neste sentido, diz respeito à verdade como direito à construção da memória coletiva, da identidade e da história, proporcionando um importante marco para se compreender e promover as práticas que envolvem o trabalho da memória política e de justiça, assegurando o direito à memória das vítimas e confiando às gerações futuras a responsabilidade no que diz respeito à prevenção da repetição de atrocidades pretéritas. Tal percurso permite que se leve em consideração a necessidade do comprometimento da história com uma pedagogia social em torno da memória histórica da violência pretérita; com uma ética da representação que dê protagonismo às vítimas e que reflita sua interação com a democratização do poder, com relação às políticas da memória, com a garantia de direitos emergentes individuais e coletivos e com a consolidação de uma sociedade mais justa e transparente.

2.5 Memória política e justiça histórica: reparação

Victims should be treated with humanity and respect for their dignity and human rights, and appropriate measures should be taken to ensure their safety, physical and psychological well-being and privacy, as well as those of their families. The State should ensure that its domestic laws, to the extent possible, provide that a victim who has suffered violence or trauma should benefit from special consideration and care to avoid his or her re-traumatization in the course of legal and administrative procedures designed to provide justice and reparation.
(ONU, 2005)

Na correlação de forças que impede que processos transicionais se efetivem à responsabilização criminal, e do reconhecimento de que os julgamentos só podem ser, como

observa o vice-presidente do Centro Internacional para Justiça de Transição, Paul Van Zyl²⁸², uma “resposta parcial”, ainda que fundamental, no processo de superação das violações sistemáticas dos direitos humanos, evidenciasse que tais violações forcem o próprio Estado a assumir uma atitude complementar proativa que se comprometa primordialmente com o reparo de seus danos e das aflições de suas causas.²⁸³ Neste contexto, o termo reparação abarca, de modo genérico, uma variedade de ações políticas em favor de vítimas que tiveram os seus direitos violados.

No contexto jurídico, particularmente do direito internacional, quatro formas de políticas reparatórias comumente aceitas por Estados que enfrentam seus legados de injustiça foram reconhecidas pela Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 29 de novembro de 1985, pelo estabelecimento em 2001 da Responsabilidade Internacional dos Estados por Ato Internacionalmente Ilícito da Comissão de Direito Internacional da ONU, e pelos Princípios e Diretrizes Básicas sobre o Direito à Recurso e Reparação para Vítimas de Violações Flagrantes das Normas Internacionais de Direitos Humanos e de Violações Graves do Direito Internacional Humanitário, adotados pelas ONU em 16 de dezembro de 2005. São elas a *restituição plena*, a *compensação*, a *reabilitação* e a *satisfação e garantia de não repetição* das violações de direitos humanos praticadas no passado.

De acordo com as disposições dos Princípios e Diretrizes Básicas adotadas em 2005 pelas Nações Unidas, a restituição objetiva o reestabelecimento, na medida do possível, da identidade, da liberdade, do acesso aos direitos humanos, à “vida em família” e à cidadania, do “regresso ao local de residência”, da reintegração ao trabalho e da “devolução de propriedade” usurpada. Ela diz respeito ao reestabelecimento de uma “situação original em que a vítima se encontrava antes da ocorrência das violações flagrantes das normas internacionais de direitos humanos ou das violações de direito humanitário internacional” (*status quo ante*). A compensação, ou indenização, por sua vez, está relacionada aos danos economicamente avaliáveis resultantes das violações perpetradas. Ela deve ser apropriadamente assegurada e garantida à proporção da gravidade da violação e das circunstâncias de cada caso para “danos físicos ou mentais”; para oportunidades de emprego, educação e benefícios sociais perdidos; para danos materiais e ganhos, mesmo os potenciais, perdidos; para “danos morais”; e para “despesas necessárias para assistência jurídica ou

²⁸² VAN ZYL, Paul. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.01. Brasília: Ministério da Justiça, 2009. p.35.

²⁸³ CORREA, *Op cit.*, 2011. p.411.

especializada”, incluindo “medicamentos e serviços médicos e serviços psicológicos e sociais” que as medidas reabilitativas devem assegurar.²⁸⁴

A satisfação compreende, de modo conciso, medidas que dizem respeito “à cessação de violações contínuas”; à “verificação dos fatos” e à revelação pública da verdade; à busca do paradeiro dos desaparecidos, à identificação de crianças raptadas e do corpo de pessoas que foram assassinadas; ao reestabelecimento da dignidade, da reputação e dos direitos das vítimas e de pessoas ligadas à elas; aos pedidos oficiais de perdão; às “sanções judiciais e administrativas” contra os responsáveis; a medidas de comemoração e à atualização nos materiais didáticos sobre as violações ocorridas e sobre as normas de direitos humanos. Já as garantias de não repetição devem, de modo geral, dar conta de garantir o controle das forças militares e de segurança, assegurando as normas relativas às “garantias processuais, à equidade e à imparcialidade”; de reforçar a independência do judiciário; de prestar educação sobre os direitos humanos e sobre o direito internacional humanitário; e de rever as leis que contribuam ou permitam as violações das normas internacionais de direitos humanos e as violações do direito humanitário internacional.²⁸⁵

Em um contexto de políticas reparatórias, insta destacar, na esteira dos argumentos de Ruti Teitel, que a extensão destas medidas, advindas de uma concepção de justiça transicional como reconhecimento das vítimas e dos danos acometidos pelo Estado, visa a promoção de possibilidades de reconciliação e consolidação democrática, proporcionando um importante marco teórico para se compreender e promover as práticas que envolvem o trabalho da memória política e da justiça histórica.²⁸⁶ Para Priscilla Hayner, a implementação de tais medidas, de políticas de reparação e memória, possibilitam a ressignificação da história e aumentam a consciência moral e histórica sobre os erros do passado.²⁸⁷ A pertinência de uma combinação destes tipos de reparações às vítimas da violência, tornando “eloquente politicamente o sofrimento injusto”, para reempregar os termos do filósofo espanhol José Zamora, é uma poderosa forma de se por em questão “as estratégias de esquecimento e silenciamento que são cúmplices das formas de violência e dominação”.²⁸⁸

²⁸⁴ NAÇÕES UNIDAS. *Op cit.*, 2005. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/RemedyAndReparation.aspx>>. Acesso em 20 de maio de 2017.

²⁸⁵ *Idem.*

²⁸⁶ TEITEL, *Op cit.*, 2000.

²⁸⁷ HAYNER, *Op cit.*, 2001.

²⁸⁸ ZAMORA, José A. História, Memória e Justiça: da justiça transicional à justiça anamnética. In. **Justiça de Transição nas Américas**: olhares interdisciplinares, fundamentos e padrões de efetivação. José Carlos Moreira Silva Filho; *et al.* (Orgs.). Belo Horizonte: Fórum, 2013. p.30.

Em um contexto no qual as políticas reparatórias abarcam programas de medidas de coordenadas que objetivam prover reparos individuais e coletivos às vítimas de injustiças, insta destacar duas distinções feitas: a de reparação material e simbólica. A reparação material se dá de forma compensatória, pecuniária, podendo incluir a provisão à educação, à saúde e à habitação das vítimas. Trata-se, nos termos de Wendy Lambourne, de uma “justiça socioeconômica” que “incorpora os vários elementos da justiça relacionados à compensação financeira ou material, à restituição ou reparação por violações ou crimes do passado e à justiça distributiva ou socioeconômica no futuro (justiça prospectiva)”.²⁸⁹

Já a reparação simbólica, de acordo com o Relator Especial para a promoção da verdade, da justiça, da reparação e da garantia de não repetição das Nações Unidas, Pablo de Greiff, diz respeito aos pedidos oficiais de perdão oferecidos pelos que perpetraram uma injustiça (ou por seus descendentes)²⁹⁰, à reabilitação das vítimas, à mudança de nomes de espaços públicos, à criação de dias comemorativos, de museus e lugares dedicados à memória das vítimas e à promoção de transformação cultural, objetivando o reconhecimento das

²⁸⁹ LAMBOURNE, *Op cit.*, 2009. p.41.

²⁹⁰ Como, por exemplo, quando Bill Clinton se desculpou pela escravidão; Tony Blair pela política britânica durante a Grande Fome na Irlanda; o governo canadense por destruir as famílias de comunidades indígenas e por colocarem as famílias dos japoneses canadenses em campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial; o Vaticano por suas falhas em condenar a forma com que os nazistas trataram os judeus; a Rainha Elizabeth pela exploração britânica dos Maoris; o governo japonês por sujeitar as mulheres coreanas à prostituição durante a Segunda Guerra Mundial; alguns governos sul-africanos por seus comportamentos durante o apartheid; o Presidente da Argentina Fernando De La Rúa, em visita ao Museu Nacional do Holocausto, pelo apoio de seu país ao regime nazista, declarando que o seu ato de arrependimento daria suporte à prevenção de outras formas de xenofobia e racismo; o Exército Irlandês, em 2002, pelas mortes e danos perpetrados contra civis durante os trinta anos de violência sectária; o Imperador Hirohito, que demonstrou “profunda vergonha” pelas agressões perpetradas pelo Estado japonês durante a Segunda Guerra Mundial; e o papa João Paulo II pelos atos perpetrados por católicos no passado contra índios, negros e judeus. Os pedidos oficiais de perdão procuram sinalizar o começo de um novo relacionamento com os descendentes dos que sofreram injustiças, aliviando o dano psicológico sofrido pelos membros de um grupo com ressentimentos históricos. Sendo assim, o pedido de perdão é uma forma de compromisso com a justiça, de reconhecimento aos membros de um grupo desprivilegiado, de se expressar intenção em agir de forma mais justa do que as gerações passadas. Tais ações políticas que envolvem cerimônias públicas de pedidos de perdão refletem uma nova interdependência de responsabilidade compartilhada por injustiças perpetradas no passado. Configuradas por essas ações públicas, as políticas de memória dão sinal de uma nova compreensão de responsabilidade política, representando a noção de que alguma coisa precisa ser feita com a finalidade de aliviar a privação e o sofrimento; por um pertencimento que fora confiscado, detido ou roubado, pela crescente atenção dada aos direitos humanos, à moralidade pública, à retificação de injustiças históricas e a coesão coletiva. Estas questões conjecturam a possibilidade de acordo com relação a acontecimentos específicos que de fato compreenderam perdas, de exteriorização como condição à utilização de padrões narrativos que dão sentido à experiência traumática, como uma estratégia de elaboração e superação decorrente das experiências de violações dos direitos humanos. (Ver: WEYENETH, Robert R. The Power of Apology and the Process of Historical Reconciliation. **The Public Historian**, vol.23, n.3, p.09-38, 2001; BARKAN, Elazar. **The guilt of nations: restitution and negotiating historical injustices**. W.W. Norton and Company: New York, London. 2000; e TEITEL, Ruti. The Transitional Apology. In: **Taking wrongs seriously**. Elazar Barkan; Alexander Karn (Orgs). p.101-113. Stanford: Stanford University Press, 2006; e THOMPSON, Janna. The apology paradox. **The Philosophical Quarterly**, vol.50, n.201, p.470-475, 2000. p.471-474; BROOKS, Roy L. **When sorry isn't enough: the controversy over apologies and reparations for human injustice**. New York: New York University Press. 1999.).

vítimas e das violências perpetradas, a promoção da verdade e possibilidades de reconciliação e consolidação democrática; evidenciando a ação em direção de uma nova orientação em relação ao passado.²⁹¹

Tais medidas legislativas e administrativas, por sua vez, dizem respeito às políticas de Estado coletivas, à “cobertura ampla e compreensiva para as vítimas”; às “medidas comuns por categorias gerais que não requerem provas detalhadas de danos e consequências”; aos “processos de registro em massa no qual os danos causados são atribuídos ao Estado com base em padrões de violência”; às “séries de medidas complementares para restaurar a dignidade e superar as consequências”; às menores quantidades de reparo pecuniário “que não pretendem ser equivalentes ao dano e que são complementadas com outras medidas materiais e simbólicas”; e ao “amplo acesso devido ao processo de registro”.²⁹²

De modo geral, o direito à reparação diz respeito a um princípio do direito internacional que se refere ao fato de que qualquer violação dos direitos humanos deve envolver a incumbência de um reparo adequado, efetivo e rápido, destinado à promoção da justiça. A importância do direito à reparação tem sido apoiada nas decisões de cortes internacionais, cujo reconhecimento tem-se evidenciado no artigo 75 do Estatuto de Roma. Neste artigo, “Reparação em Favor das Vítimas”, o Estatuto de Roma determina que o Tribunal

estabelecerá princípios aplicáveis às formas de reparação, tais como a restituição, a indenização ou a reabilitação, que hajam de ser atribuídas às vítimas ou aos titulares desse direito. Nesta base, o Tribunal poderá, de ofício ou por requerimento, em circunstâncias excepcionais, determinar a extensão e o nível dos danos, da perda ou do prejuízo causados às vítimas ou aos titulares do direito à reparação, com a indicação dos princípios nos quais fundamentou a sua decisão.²⁹³

O Tribunal também “poderá lavrar despacho contra a pessoa condenada, no qual determinará a reparação adequada a ser atribuída às vítimas ou aos titulares de tal direito”, e “solicitar e levar em consideração as pretensões formuladas pela pessoa condenada, pelas

²⁹¹ DE GREIFF, Pablo (org.). **The Handbook of Reparations**. Oxford: University Press, 2006. p.452-453; BROOKS, Roy L. Reflections on Reparations. In. **Politics and the Past**. On repairing historical injustices. John Torpey (Org.). New York. Oxford: Rowman and Littlefield Publishers, Inc., 2003. p.108; e LEAN, Sharon F. Is Truth Enough? Reparations and Reconciliation in Latin America. In. **Politics and the Past**. On repairing historical injustices. John Torpey (Org.). New York. Oxford: Rowman and Littlefield Publishers, Inc., 2003. p.172.

²⁹² CORREA, *Op cit.*, 2011. p.413.

²⁹³ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n.4.388**, de 25 de setembro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm> Acesso em 3 de maio de 2017.

vítimas, por outras pessoas interessadas ou por outros Estados interessados, bem como as observações formuladas em nome dessas pessoas ou desses Estados”; determinando que “nada no presente artigo será interpretado como prejudicando os direitos reconhecidos às vítimas pelo direito interno ou internacional”.²⁹⁴

Apesar das ressalvas feitas pela cientista política estadunidense Sharon F. Lean²⁹⁵, no que diz respeito ao fato das reparações serem passivas e não suficientemente punitivas, por serem controversas e exacerbarem o conflito social, e por serem insuficientes no trato com as violações dos direitos humanos, a reparação deve, com iniciativas éticas patrocinadas pelo Estado, procurar eliminar as consequências de um ato ilegal e reestabelecer, tanto quanto possível, uma determinada situação que teria existido se o ato de violação não tivesse sido cometido. De modo geral, tem-se um modelo que dá ênfase ao dano, à necessidade de se reparar os relacionamentos e de superar os legados da violência perpetrada.

Na Argentina, as primeiras medidas reparatórias implementadas disseram respeito à identificação das vítimas de desaparecimento forçado pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas e ao pagamento de pensões aos familiares.²⁹⁶ Visando esclarecer os episódios da repressão da ditadura e responsabilizar os que perpetraram violações de direitos humanos entre 1975 e 1983, foram criadas pelo Estado diversas normas legais, promulgadas em sua maioria a partir de 1994, voltadas à indenização das vítimas de desaparecimento forçado e aos familiares de pessoas assassinadas (como a lei de indenização por desaparecimento forçado ou por falecimento decorrente das ações de terrorismo do Estado – Lei 24.411/2004). Concomitante à promulgação de reformas institucionais, no que diz respeito às políticas de reparo simbólico, às políticas de memória e de verdade, além dos “processos pela verdade” (*juicios por la verdad*) apresentados aos tribunais argentinos, promoveu-se espaços para o debate público (como a inauguração em 2008 do *Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti*), para a divulgação de acervos (como a criação em 2003 do *Archivo Nacional de la Memoria*), de sítios de memória (como o *Espacio para la Memoria y la Promoción de los Derechos Humanos*, criado em 2004; e o *Museo de la Memoria*, criado em 1998); além de intervenções artísticas, mostras de filmes e peças de teatro, e edições de livros sobre o tema da ditadura e da busca por reparações.²⁹⁷

²⁹⁴ *Idem.*

²⁹⁵ LEAN, *Op cit.*, 2003. p.183.

²⁹⁶ CORREA, *Op cit.*, 2011. p.415.

²⁹⁷ VIEIRA DUQUE; PAIVA CARVALHO, *Op cit.*, 2016. p.22.

Também no Peru, com as recomendações da *Comisión de la Verdad y Reconciliación* e a regulamentação em 2005 da Lei n. 28.592, o Estado criou em 2006 um *Plan Integral de Reparaciones* composto de medidas de reparo individual e coletivo às vítimas da ditadura peruana (1980-2000) – incluindo programas de restituição de direitos dos cidadãos, reparos quanto à saúde física e mental, ao apoio simbólico e econômico, à educação e à emissão de documentos de identificação.²⁹⁸ Em 2006 foi promulgado o Regulamento do Plano Integral de Reparaciones, que designou os integrantes de um Conselho de Reparaciones responsável por elaborar um registro de vítimas à implementação do Plano. Contudo, é digno de nota o descontentamento de organizações de vítimas e de organizações de direitos humanos e as críticas que, de modo geral, de acordo com Sinthya Rubio Escolar²⁹⁹, autora de “*La reparación a las víctimas del conflicto armado en Perú: la voz de las víctimas*”, apontam à lentidão, à falta de clareza e de vontade política, à falta de reformas institucionais e de infraestrutura adequada para a implementação integral das medidas adotadas. Com relação as medidas de reparo coletivo, Rolando Ames e Félix Reátegui, professores da *Pontificia Universidad Católica* do Peru, argumentam que tem-se dado “mais ênfase à construção de obras do que ao gesto reparador que estas iniciativas devem ter”.³⁰⁰ Segundo Rubio Escolar, os descontentamentos e as críticas apontam ainda, entre outros problemas, para o fato do Estado não registrar e reconhecer centenas de pedidos de reparação, à homogeneização das reparações pagas (apesar das disparidades dos crimes acometidos), para o fato do Plano Integral de Reparaciones não dar um enfoque de gênero (tendo em vista 83% das vítimas serem mulheres), não incluir os povos indígenas afetados pelo conflito e não reparar integralmente as pessoas com problemas de locomoção em decorrência da violência perpetrada.³⁰¹

No caso do Chile, a política reparatória incluiu o reconhecimento pela *Comisión Nacional de la Verdad y Reconciliación* das vítimas de desaparecimento forçado e morte (e de seus familiares) e a criação de um *Programa de Reparación y Atención Integral de Salud* (1991), um *Programa de Reconocimiento al Exonerado Político* (1993) e um *Programa de Reparación para los Camesino Exonerados de la Tierra* (1995). Além disso, medidas foram

²⁹⁸ SERRUYA WEYL, Esther; PIA GUERRA, Maria. Peru: panorama da justiça de transição em 2015. In. **Justiça de transição na América Latina**: panorama 2015. Claudia Paiva Carvalho; *et all* (Orgs.). Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, 2016. p.151-153; SALMÓN, *Op cit.*, 2011. p.256; e CORREA, *Op cit.*, 2011.

²⁹⁹ RUBIO ESCOLAR, Sinthya. **La reparación a las víctimas del conflicto armado en Perú**: la voz de la víctimas. Lima: Instituto de Defensa Legal, 2013. p.60.

³⁰⁰ AMES, Rolando; REÁTEGUI, Félix. El caso de Perú: itinerario y dificultades de una agenda transicional. In. **Contribución de las políticas de verda, justicia y reparación a las democracias en América Latina**. Instituto Interamericano de Derechos Humanos. São José, C.R.: IIDH, 2011, p.263.

³⁰¹ RUBIO ESCOLAR, *Op cit.*, p.60-61.

tomadas à criação (Lei 19.123) da *Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación*, que coordena, implementa e promove o cumprimento das reparações contidas no relatório final da Comissão Rettig.³⁰² Os trabalhos da Corporação Nacional, iniciados em 1993, se organizaram, como mostra a psicóloga Elizabeth Lira, professora da *Pontificia Universidad Católica de Chile*, em programas de “qualificação” para a análise das denúncias apresentadas pela Comissão da Verdade, de “investigação” dos destinos das vítimas, de “assistência social e legal” de amparo aos familiares sobre as reparações estabelecidas, de “educação e promoção cultural” para a consolidação da cultura de direitos humanos, de “estudos e investigações jurídicas” e de construção de um “fundo histórico, documental e bibliográfico” (*Centro de documentación y archivos de la Corporación*) das informações de caráter público da Corporação Nacional de Reparação.³⁰³

Após mais de uma década das eleições que deram posse à Patricio Aylwin, o processo de reconhecimento da verdade e o fornecimento de reparações foram expandidos às vítimas de detenção política e de tortura com a criação da segunda Comissão da Verdade (Comissão Valech).³⁰⁴ A partir de 2004, com a criação da Lei n. 19.980, os direitos de reparação econômica foram ampliados aos sobreviventes da ditadura chilena incluídos nos relatórios da Comissão (“listas Valech”) com o pagamento de pensões para pessoas demitidas de seus trabalhos por razões políticas e com o pagamento de pensões para agricultores cujas terras foram usurpadas.³⁰⁵ Os direitos à reparação também foram ampliados com a criação em 1991 da *Fundación Memorial del Detenido Desaparecido e del Ejecutado Político*, com a construção do *Museu de la Memoria y los Derechos Humanos*, inaugurado em 2010, com o estabelecimento, também em 2010, de uma “Comissão assessora para a classificação de presos políticos, executados políticos e vítimas de prisão política e tortura” entre 1973 e 1990 e, de acordo com Elizabeth Lira³⁰⁶, com a multiplicação de centenas de espaços de memória, de construção de mausoléus, de placas comemorativas e de monumentos por todo país. Ainda que a responsabilização criminal pelos crimes da ditadura tenha sido “heterogênea”, produzindo, como nota Lira, “um certo grau de insegurança jurídica para os envolvidos”³⁰⁷, para as Nações Unidas, o caso chileno é um “bom exemplo” da implementação de programas

³⁰² CORREA, *Op cit.*, 2011, p.415-416.

³⁰³ LIRA, Elizabeth. Verdad, Reparación y Justicia: el pasado que sigue vivo en el presente. In. **Contribución de las políticas de verdad, justicia y reparación a las democracias en América Latina**. Instituto Interamericano de Derechos Humanos. São José, C.R.: IIDH, 2011, p.104-105.

³⁰⁴ PINTO BARBOSA, *Op cit.*, 2016, p.65.

³⁰⁵ CORREA, *Op cit.*, 2011, p.417.

³⁰⁶ LIRA, *Op cit.*, 2011, p.113.

³⁰⁷ *Ibidem.*, p.121.

de reparação que visam os direitos econômicos, sociais e culturais das vítimas de violações de direitos humanos perpetradas pelos algozes da ditadura chilena entre 1973 e 1990.³⁰⁸

Na Guatemala, para facilitar a reconciliação, a *Comisión para el Esclarecimiento Histórico*, criada em 1994 em resposta aos acordos de paz, também recomendou reparações individuais e coletivas às vítimas do conflito armado protagonizado pelos militares entre 1960 e 1996: “incluindo reparações psicossociais e culturais, projetos produtivos para mulheres, educação, saúde e benefícios de habitação para comunidades afetadas”.³⁰⁹ O caso guatemalteco *Plan de Sánchez Massacre vs. Guatemala*³¹⁰ é referencia, de acordo com as Nações Unidas, no que diz respeito à incorporação de reparações dos direitos econômicos, sociais e culturais. Neste caso, que se refere ao massacre de centenas de indígenas em 1982, a Corte Interamericana de Direitos Humanos recomendou, em sentença de 2004, que o Estado guatemalteco assumisse medidas individuais e coletivas de reparo pecuniário e simbólico.³¹¹

De acordo com o panorama da Justiça de Transição apresentado em 2015 pela Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, a Guatemala vem desde 2003, quando da criação do *Programa Nacional de Resarcimiento* às vítimas do período de repressão (1960-1996), implementando medidas, definidas por uma *Comisión Nacional de Resarcimiento*, que dizem respeito à “dignificação de vítimas mediante ações de apoio a exumações, inumações e medidas de verdade e memória”, ao “ressarcimento cultural”, à “reparação e reabilitação psicossocial”, à “restituição material” e ao “ressarcimento econômico”.³¹² Contudo, como analisa Mónica Leonardo Segura³¹³, o Programa Nacional implementado na Guatemala é medida falida por falta de vontade política, por limitação e ineficiência na concessão de ressarcimento financeiro, por omissão na execução de medidas de atenção psicológica e por não ter dado a devida atenção à prestação de serviços sociais e comunitários.³¹⁴

Em El Salvador, apesar da Lei de Anistia para a Consolidação da Paz continuar a impedir que processos penais sejam interpostos – e diante da “renúncia oficial para dar

³⁰⁸ NAÇÕES UNIDAS. *Op cit.*, 2014. p.40.

³⁰⁹ ROHT-ARRIAZA, Naomi; ORLOVSKY, Katharine. Uma relação complementar: reparações e desenvolvimento. In. **Justiça de transição**: manual para a América Latina. Félix Reátegui (Org). Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. p.546.

³¹⁰ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Plan de Sánchez Massacre vs. Guatemala**. Sentença de 19 de novembro de 2004. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_116_ing.pdf>. Acesso em 26 de janeiro de 2016.

³¹¹ NAÇÕES UNIDAS. *Op cit.*, 2014. p.39-40.

³¹² BARRETO DE CARVALHO; PIA GUERRA, *Op cit.* 2016. p.121. Sobre o *Programa Nacional de Resarcimiento*, ver: <<http://www.sepaz.gob.gt/images/PNR/Acuerdo-Gubernativo.pdf>>

³¹³ LEONARDO SEGURA, *Op cit.*, 2010. p.184.

³¹⁴ *Ibidem.*, p.186.

respostas às demandas das vítimas e instituições que as acompanham”³¹⁵ – iniciativas que visam superar os legados de violações de direitos humanos perpetradas durante os anos de ditadura (1931-1979) e de guerra civil (1980-1992) são norteadas, de modo geral, por medidas que visam reparar as vítimas e reconciliar a sociedade. Tratam-se de medidas implementadas por iniciativas da *Comisión de Trabajo en Derechos Humanos Pro Memoria Histórica de El Salvador*, da *Coordinadora Nacional de Comités de Víctimas de Violaciones de los Derechos Humanos en el Conflicto Armado*, do *Comité Pro Monumento de las Víctimas Civiles de violaciones de Derechos Humanos* e do *Instituto de Derechos Humanos de la Universidad Centro Americana*, que impulsionam os trabalhos de um Tribunal Internacional para a Aplicação da Justiça Restaurativa em El Salvador.³¹⁶

Contudo, deve-se notar, de acordo com o relatório da justiça de transição apresentado em 2015 pela Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, que El Salvador precisa avançar muito à “efetiva garantia” dos direitos das vítimas da ditadura salvadorenha à memória e à verdade. José Benjamín Cuéllar Martínez, ex-Diretor do *Instituto de Derechos Humanos de la Universidad Centroamericana José Simeon Cañas*, também evidencia os poucos avanços à efetivação da justiça de transição em El Salvador, salientando para os problemas que dizem respeito ao cumprimento das recomendações da Comissão da Verdade, à “ausência de uma verdadeira independência judicial”, ao “pessimismo generalizado da população acerca da eficácia do sistema de justiça”, ao combate à impunidade e à carência de reparação integral para as vítimas e de recursos financeiros para as organizações que as acompanham.³¹⁷

No Uruguai, por sua vez, no momento da transição política, em 1985, também foram adotados mecanismos reparatórios cujos esforços se consubstanciaram na criação de duas comissões de investigação dos crimes da ditadura cometidos entre 1972 e 1985. A *Comisión Investigadora sobre Situación de Personas Desaparecidas y Hechos que la Motivaron* ficou responsável por investigar os casos de 164 desaparecimentos forçados, a prática de tortura e o sequestro de crianças. A outra comissão – *Investigadora sobre el Secuestro y Asesinato Perpetrados contra los ex Legisladores Héctor Guriérrez Ruiz y Zelmario Michelini* – criada

³¹⁵ CUÉLLAR MARTÍNEZ, Benjamín. El Salvador. In. **Las víctimas y la justicia transicional: están cumpliendo los Estados Latinoamericanos con los estándares internacionales?** Fundación para el Debido Proceso Legal: Washington, 2010. p.147.

³¹⁶ BARRETO DE CARVALHO, Bárbara; *et all*. El Salvador: panorama da justiça de transição em 2015. In. **Justiça de transição na América Latina: panorama 2015**. Claudia Paiva Carvalho; *et all* (Orgs.). Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, 2016b. p.107-109; CUÉLLAR MARTÍNEZ, *Op cit.*, 2010. p.147-148.

³¹⁷ CUÉLLAR MARTÍNEZ, *Op cit.*, 2010. p.149-151.

em 2000, de acordo com o relatório apresentado pela Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, “não obteve nenhum resultado”.³¹⁸

O relatório apresentado pela Rede Latino-Americana de Justiça de Transição também aponta como esforço “dedicado à memória e à verdade”, destinado ao registro das violações de direitos humanos cometidas no país durante a ditadura, o relatório *Uruguay nunca más*, publicado em 1989 pelo *Servicio de Paz y Justicia*; e a criação pelo Presidente Jorge Battle (2000-2005) da *Comisión para la Paz*, destinada à investigação do paradeiro dos desaparecidos políticos.³¹⁹ Um documento produzido pela Comissão Internacional de Juristas das Nações Unidas, publicado em 2015, adverte para o fato da Comissão Investigadora carecer de “recursos e apoio político”, tendo “feito pouco” na sistematização das informações de seus objetivos. Ademais, o documento assinala que além das conclusões apresentadas pela *Comisión para la paz* serem equivocadas, o que debilitou o impacto de seu trabalho, a busca pela verdade no Uruguai “tem apresentado magros resultados”, não tendo obtido informações ao estabelecimento de responsabilidades, não tendo assumido todas as obrigações internacionais assumidas e carecendo a política governamental de não “tolerar a persistência de um grau muito importante de impunidade”.³²⁰

No Brasil, os projetos recentemente incorporados ao domínio da justiça de transição – tais como as Caravanas da Anistia (2008), as Clínicas do Testemunho (2012), a Comissão Nacional da Verdade (2011) e o projeto Marcas da Memória (2008) – promovem medidas de reparação pecuniária e simbólica aos opositores e dissidentes lesados pela repressão militar (1964-1985). No que diz respeito à iniciativa para a criação de medidas reparatórias, estas foram contempladas inicialmente pela Constituição de 1988 e complementadas pela Lei dos Mortos e Desaparecidos Políticos e pela Comissão que instituí a reparação aos familiares de mortos e desaparecidos políticos (Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – CEMDP). Além disso, a Lei 10.559 que instituiu a Comissão de Anistia prevê reparar os perseguidos políticos do regime autoritário. A ideia de constituir uma comissão nacional da verdade no Brasil também se consolidou com a ampliação do rol de atores sociais no lidar com um arcabouço de aspectos pendentes por pactos e alianças que criaram um espaço político que suplantou o esclarecimento das violações de direitos humanos cometidas pelo Estado autoritário brasileiro. Tais iniciativas procuram contribuir para o rompimento com o

³¹⁸ ALVES NOGUEIRA; PAIVA CARVALHO, *Op cit.*, 2016. p.167.

³¹⁹ *Idem.*

³²⁰ COMISIÓN INTERNACIONAL DE JURISTAS. **La lucha por Verdad y Justicia en la Encrucijada**. Suíza: International Commission of Jurists, 2015. p.07-19.

autoritarismo da controlada transição brasileira, possibilitando que medidas de efetividade do direito à memória e à verdade sejam aprimoradas.

De modo geral, as dificuldades para a implementação de medidas reparatórias são diversas. Elas dizem respeito à inadequação na individualização de compensações; à ausência do reconhecimento por parte dos responsáveis pela violação perpetrada; à inabilidade de determinação adequada do beneficiário de reparo; à geração de novos conflitos por má distribuição de recursos; e, como adverte Vladimir Jankélévitch, à negligência da culpa quando de manifestações públicas de remorso.³²¹ O professor de Direito Processual Penal da Universidade de São Paulo, Marcos Zilli, ressalta que os problemas se estendem à composição de interesses conflituosos entre justiça e paz³²²; e as Nações Unidas salientam às dificuldades concernentes aos tipos de prejuízos que devem ser indenizados e à avaliação, comparação e compensação dos diferentes tipos de prejuízos, e à distribuição indenizatória, considerada “dinheiro de sangue”.³²³

Pablo de Greiff nota que a dificuldades para a implementação de medidas reparatórias também dizem respeito à impossibilidade da quantificação do dano e da “plena restituição”, da restauração ao *status quo ante*; e à “real escassez de recursos” à compensação na proporção do dano sofrido.³²⁴ Além disso, de Greiff enfatiza que evidenciam-se disparidades compensatórias que hierarquizam danos e vítimas³²⁵; comportamentos fraudulentos, como a alegação de falsa vítima à obtenção de indenização; limitações dos efeitos psicológicos quando da reconstrução social como reparação coletiva; e considerações que, como salientam Naomi Roht-Arriaza e Katharine Orlovsky, dizem respeito ao fato das políticas reparatórias serem “produto da generosidade ao invés de uma obrigação legalmente definida”.³²⁶

Contudo, seja projetado sobre uma esfera individual ou pensado para um plano coletivo, reconhece-se que o ato de reparação pecuniária ou moral à compensação, restituição, reabilitação e garantias de não repetição, traz consigo a ideia de um esforço de ressarcimento às vítimas que tiveram os seus direitos violados, promovendo o aumento da integração social como forma de contribuir com o aprofundamento democrático. Consubstanciadas no reconhecimento das vítimas e das injustiças pretéritas, tais providências – definidas, como

³²¹ Ver: JANKÉLEVITCH, Vladimir. Should We Pardon Them? *Critical Inquiry*, vol.22, n.3, 1996.

³²² Ver: ZILLI, Marcos. Punir *or not* punir? Qual é o verdadeiro dilema? *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, n.09, pp.340-367. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

³²³ NAÇÕES UNIDAS. *Op cit.*, 2004. p.18-19.

³²⁴ DE GREIFF, Pablo. Justiça e reparações. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, n.03, pp.42-71. Brasília: Ministério da Justiça, 2010. p.50.

³²⁵ *Ibidem*. p.53.

³²⁶ ROHT-ARRIAZA; ORLOVSKY, *Op cit.*, 2011. p.540 e 547.

nota Dimitrievic³²⁷, por padrões de validade universal que dão sustentação para que as devidas distinções entre ações autorizadas e proibidas, entre o bom e o mal, o certo e o errado, o justo e o injusto e o verdadeiro e o falso sejam feitas – conduzem à implicação de cumplicidade entre a justiça, a história e a política e enfatizam a busca por uma reconstrução reflexiva da memória e da verdade. Postas em prática por meio de medidas de distribuição socioeconômica e por políticas de memória, tais iniciativas e ações levadas a cabo pela pressão da sociedade civil e por exigência da comunidade internacional procuram assegurar o direito à indenização – minimizando o dano econômico dos perseguidos e prejudicados durante um período repressivo – e ajudam a criar um espaço de resgate e elaboração da memória, de rememoração, de recusa ao esquecimento e da negação de tais injustiças pretéritas.

2.6 Observações finais

*Only through the deed of truth can death be annulled, death that has been, death that is to come;
only thus is the somnolent soul to be fully awakened to the perception of the whole,
which grace is inherent in everyone bearing a human face.*
(BROCH, Hermann, 1995)

Em síntese, verificou-se ao longo deste capítulo que falar de justiça transicional, justiça de transição, ou justiça pós-conflito, é ponderar sobre um determinado inventário de normas, instituições, práticas e diretrizes, de implementação de medidas e de estratégias que devem ser assumidas à superação dos legados de violações de direitos humanos cometidas por regimes autoritários, guerras ou outras situações de prática de violência massiva. Tratam-se de medidas que, implementadas ao reconhecimento das vítimas como sujeitos de direitos, são adequadas para o equilíbrio da manutenção da paz, da democracia, da reconciliação, do desenvolvimento econômico e do Estado de Direito. Tratam-se de mecanismos que, desenvolvidos por diversas jurisdições e tratados supranacionais e nacionais, no contexto da internacionalização dos direitos humanos e das mobilizações coletivas por parte de vítimas e defensores de direitos humanos à superação das atrocidades cometidas no passado, consubstanciam o dever da promoção de medidas jurídicas, administrativas, morais e políticas.

³²⁷ DIMITRIJEVIC, Nenad. **Duty to respond**: mass crime, denial, and collective responsibility. Budapest, New York: Central European University Press, 2011. p.05-06.

Tais medidas retributivas e restaurativas – a despeito da vontade política e dos atores judiciais e das ressalvas que devem ser feitas de acordo com os contextos específicos de cada transição e as demandas de sua implementação – convergem à inclusão de processos penais, à criação de comissões de investigação, ao estabelecimento de reformas institucionais e à implementação e manutenção de políticas de memória e de reparação às vítimas. Deste modo, a implementação de tais medidas visam fortalecer a confiança social nas instituições do Estado, promover a justiça, o combate à impunidade e a superação das sequelas decorrentes da violência pretérita, procurando melhorar o nível de qualidade democrática e assegurar a promoção e o respeito pelos direitos humanos e pelo Estado de direito. Diante do imperativo de estabilizar uma transição à democracia e de buscar a justiça, a verdade e a memória, de trilhar o caminho para uma mudança interpretativa mediada à reconstrução e preservação de uma identidade política liberal e democrática, à proteção dos direitos humanos e à prevenção da ressurgência de suas violações, é fundamental que se assegure de modo continuado, reflexivo e atualizado a relação coordenada entre os dispositivos de justiça transicional aqui discutidos.

Do que se pôde aferir, contudo, não há uniformidade nas trajetórias da justiça transicional. Dos exemplos latino-americanos apresentados, os descontentamentos e críticas apontam, de modo geral, para a lentidão na implementação e desenvolvimento de tais mecanismos, para a falta de infraestrutura adequada para a implementação integral das medidas adotadas, para o não reconhecimento de centenas de pedidos de reparação, para a homogeneização das reparações pagas, para a falta de recurso e apoio político, para o fato de muitas obrigações internacionais não serem assumidas e para a persistência da violência e da impunidade.

Enfim, um denominador comum parece se encontrar nos esforços e nas dificuldades dos sobreviventes e organizações dos direitos humanos para implementar medidas à criação de comissões de investigação, à implementação e manutenção de políticas de memória e de reparação e à responsabilização criminal dos perpetradores de violações dos direitos humanos. Diferentes exemplos, circunstâncias políticas e necessidades acabaram orientando os caminhos, decisões e abordagens tomadas pelos governos de transição. Na grande maioria dos países latino-americanos mencionados, com características nada previsíveis ou unidirecionais, em meio ao impacto da difusão de normas de direitos humanos, do apoio político, da habilidade de advogados, promotores e juízes, multiplicam-se estratégias de responsabilização criminal pelas violações de direitos humanos. As ênfases, em meio às vulnerabilidades, combinam aspectos políticos e jurídicos, recaem sobre a paz e a dissuasão, sobre as

persecuções penais, a busca por justiça simbólica e/ou a procura de se proporcionar verdade e justiça às vítimas de violações de direitos humanos. Os legados políticos e sociais, as circunstâncias políticas da transição, os mecanismos de responsabilização criminal e outros mecanismos domésticos e internacionais à promoção dos direitos humanos e à responsabilização das violações dos direitos humanos, acabaram dando forma às diferentes abordagens adotadas à implementação da justiça de transição.

O próximo capítulo dará atenção às providências assumidas pelo Estado brasileiro à superação dos legados da ditadura civil-militar (1964-1985). Logo, serão consideradas as medidas que visam trabalhar a responsabilização dos algozes do regime, e que dizem respeito ao direito à memória e à verdade, e ao direito à justiça e à reparação pelas violações de direitos humanos cometidas. Deste modo, o foco recairá na averiguação das medidas que nasceram de atividades inseridas no arcabouço da justiça de transição brasileira e que, de modo genérico, levam em conta ações educativa, políticas de memória e de verdade que possibilitaram iniciativas que objetivam a superação da impunidade com relação aos delitos de direitos humanos, desenvolvendo os fundamentos de legitimação democrática e solidificando mecanismos de resistência ao autoritarismo.

3. JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL: direito à reparação, à verdade, à memória e à justiça

Is it possible that the antonym of “forgetting” is not “remembering”, but justice?
(YERUSHALMI, Yosef, 1989)

No Brasil, o conjunto de ações do Estado e da sociedade que visam a superação das violações de direitos humanos perpetradas pelos agentes da repressão durante a ditadura civil-militar, conjecturou a criação de comissões de reparação e verdade à promoção de reparação pecuniária e simbólica aos opositores e dissidentes lesados pela repressão. Estas medidas, implementadas em um contexto de anistia, nasceram da necessidade do Estado brasileiro reconhecer pública e oficialmente os desaparecimentos forçados e as mortes cometidas e criar uma comissão de investigação dos crimes que ocasionaram na morte dos perseguidos políticos e de reparação das sequelas de seus danos. Tais medidas – implementadas no contexto em que os agentes da repressão seguem sem ser criminalmente responsabilizados pelos crimes perpetrados – surgiram da necessidade de apuração e esclarecimento público das violações de direitos humanos praticadas durante a repressão política e de iniciativas institucionais de preservação da memória histórica e de construção pública da verdade. Faz-se aqui oportuno apresentar um panorama crítico das características dos mecanismos utilizados pelo Estado brasileiro para a justiça de transição, tecendo alguns comentários sobre sua singularidade, efetividade e incompletude.

3.1 Dos impasses da Lei de Anistia

(...) os acordos de paz aprovados pelas Nações Unidas nunca podem prometer anistias por crimes de genocídio, de guerra, ou de lesa-humanidade, ou por infrações graves dos direitos humanos (...).
(ONU, 2004)

Primeiro marco jurídico do processo de redemocratização no Brasil, na Lei de Anistia (nº 6.683), aprovada pelo Congresso Nacional brasileiro em 28 de agosto de 1979, ainda sob a vigência do regime militar, encontram-se as origens do atual programa de reparação aos anistiados políticos brasileiros. A mobilização pela anistia foi ampla, animada por familiares e amigos dos envolvidos em movimentos revolucionários, por presos ou ex-presos políticos,

por exilados e por organizações não-governamentais (como a *Amnesty International*).³²⁸ A mobilização envolveu a participação do Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Políticas (criado em 1975)³²⁹ e do movimento político de coalizão dos Comitês Brasileiros pela Anistia (1978)³³⁰. Somados às manifestações estudantis e populares e à repercussão da greve de fome³³¹ nacional realizada em 1979 por vários presos políticos em favor da aprovação da anistia para todos os brasileiros vitimados pelos algozes da ditadura, o movimento pela anistia mobilizou a opinião pública e levou a ditadura a revisar sua postura desfavorável à anistia. A anistia deveria ser ampla, geral e irrestrita. Com a intensificação dos debates, um projeto de lei cuja prerrogativa era devolver os direitos e a liberdade a todos aqueles que foram criminalizados pelo Estado ditatorial, devendo o governo prestar contas dos crimes cometidos, foi formulado pelo partido da oposição aceita e consentida pelo regime (Movimento Democrático Brasileiro – MDB).³³²

Inobstante, o projeto de lei (número 14/1979), assinado pelo então presidente João Batista de Oliveira Figueiredo e apresentado ao Congresso em 27 de junho de 1979, aprovado

³²⁸ AARÃO REIS FILHO, Daniel. A anistia recíproca no Brasil ou a arte de reconstruir a História. **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** Janaína Teles (Org.). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. p. 131.

³²⁹ O Movimento Feminino pela Anistia surgiu da articulação de mulheres paulistas mobilizadas pelo impacto da violência, das prisões arbitrárias, dos desaparecimentos e mortes cometidas pela repressão durante a ditadura. Criado primeiramente em São Paulo, sob a liderança da advogada Therezinha Zerbini, o Movimento contou inicialmente com oito mulheres que elaboraram um documento (denominado “Manifesto da Mulher Brasileira”) em defesa da concessão da anistia para todas as vítimas da repressão. De São Paulo, o Movimento se expandiu para vários outros Estados (como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná), acumulando forças à divulgação de denúncias e à resistência e abrindo espaço para a constituição dos Comitês Brasileiros de Anistia.

³³⁰ Bruno Konder Comparato mostra que os Comitês Brasileiros pela Anistia possuíam um programa que defendia a “anistia ampla, geral e irrestrita para aqueles considerados como criminosos políticos e ‘inimigos do regime’”; a “erradicação da tortura”; a “elucidação das circunstâncias nas quais ocorreram torturas, mortes e desaparecimentos forçados”; a “restituição dos restos mortais”; a “responsabilização jurídica do Estado e dos agentes da repressão”; o “desmantelamento do aparato repressivo”; o “fim da Lei de Segurança Nacional e das ‘leis de exceção’”; o “fim do tratamento arbitrário e desumano contra os presos políticos; e a “reconquista do *habeas corpus*” (KONDER COMPARATO, Bruno. *Memória e Silêncio: a espoliação das lembranças*. **Lua Nova**, n.92, pp.145-176. São Paulo, 2014. p.153).

³³¹ A greve de fome nacional pela anistia ocorreu por iniciativa dos presos políticos do presídio da Frei Caneca, no Rio de Janeiro, tendo se estendido a outros seis estados brasileiros. A greve, que ocorreu entre os meses de julho e agosto de 1979, representou, nos termos de Janaína de Almeida Teles, “um momento decisivo na ocupação dos espaços públicos conduzida pelos movimentos de anistia”, tendo sido utilizada para mobilizar a opinião pública à denúncia das arbitrariedades da ditadura militar e à coerção dos limites da proposta de anistia parcial apresentada ao Congresso Nacional pelo governo em 27 de junho de 1979. (ALMEIDA TELES, Janaína de. **Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil**. São Paulo: USP, 2011. Tese de doutorado. p.431).

³³² A Arena, partido do governo militar, contava com a maioria no Congresso Nacional. Além destes partidos permitidos, existiam os “senadores biônicos”, que somavam 22 do total de 66 senadores. Identificados com os militares, tais senadores garantiam a prevalência da posição do governo nas votações, impossibilitando a aprovação de projetos que não fossem convenientes para a bancada governista. Na votação para edição de uma nova regra para as eleições parlamentares, tais senadores eram referendados ao parlamento por indicação do presidente da República. (CALDAS, Roberto de Figueiredo. Poder Judiciário, desafios transicionais e Leis de Anistia: a Corte Interamericana de Direitos Humanos. In: **Justiça de Transição: reparação, verdade e justiça: perspectivas comparadas Brasil-Espanha**. Carol Proner; Paulo Abrão (Coord.). BH: Fórum, 2013. p.125).

por 206 votos contra 201, possibilitou uma interpretação que considerasse como beneficiários da lei os algozes do regime, impondo à sociedade uma anistia “aos crimes políticos ou conexos a estes” (§1º, art. 1º). Ou seja, o projeto aprovado possibilitou uma anistia a todos os crimes cometidos por motivação estritamente política; rejeitando, todavia, os delitos cuja execução provocaram o derramamento de sangue, os ditos “crimes de sangue” perpetrados pela resistência. A lei estendeu a conexão aos crimes perpetrados pelos agentes da ditadura contra os que lutaram contra ela. Deste modo, a lei aprovada em 1979 recusou beneficiar os condenados pelas práticas de “crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal”, não considerados, naquele contexto, crimes de motivação política. A lei, não obstante, permitiu que a tortura, o assassinato e os desaparecimentos forçados de militantes fossem considerados crimes conexos aos crimes políticos praticados pela resistência.

Quando já pesava sobre os ombros do Estado brasileiro a deterioração econômica, o contrassenso da manutenção dos autoritarismos políticos – somados às mobilizações sociais intensificadas que levaram à decisão pela distensão para uma abertura política “lenta, gradual e segura” do regime e à responsabilização pela morte do jornalista Vladimir Herzog (1975)³³³ e do metalúrgico Manoel Fiel Filho (1976)³³⁴ – a Lei de Anistia foi empregada como base

³³³ O jornalista Vladimir Herzog foi diretor-responsável do Departamento de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo e editor da revista Visão. Em 25 de outubro de 1975 Herzog foi preso por agentes da repressão, acusado de ter ligações com o Partido Comunista Brasileiro. No mesmo dia em que foi preso, no período da tarde, Herzog foi encontrado morto por seus carcereiros e algozes, enforcado, na cela em que fora preso. A versão oficial da morte de Herzog foi contestada por amigos, jornalistas, parlamentares e líderes religiosos. Em 1978, o Estado foi responsabilizado, por decisão judicial, pela sua morte. A comoção nacional e os protestos de repúdio decorrentes da farsa anunciada pelo 2º Exército de São Paulo foi um dos incentivos do processo de luta pela anistia e democracia e pelo fim da tortura nos porões da ditadura. Na análise do caso feita pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, a forma com que Herzog foi encontrado morto impossibilitaria o cometimento de suicídio. (BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória:** Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p.297). O laudo da perícia feita pela CNV também confirma que Herzog foi assassinado em decorrência de lesões e maus-tratos sofridos nas dependências do 2º Exército, em São Paulo (DOI-CODI), e não por ter cometido suicídio (enforcamento), como forjado pelos militares. (BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op cit.*, 2014a. p.468). A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos demonstra que o caso Herzog foi a “gota d’água para que aflorasse um forte repúdio da opinião pública, na imprensa e na sociedade civil como um todo, contra a repetição de encenações aviltantes (suicídio) para tentar encobrir a verdadeira rotina dos porões do regime”. (BRASIL, *Op cit.*, 2007, p.27).

³³⁴ Em 17 de janeiro de 1976, o operário do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo, Manoel Fiel Filho, também teve sua morte oficialmente divulgada como suicídio. Acusado por outro preso político torturado de receber exemplares do jornal do PCB Voz Operária, Manoel Fiel Filho foi preso no 2º DOI-CODI em 16 de janeiro de 1976, tendo sua morte por enforcamento (com as próprias meias) sido notificada pelo Exército um dia depois. De acordo com a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, uma “ação civil proposta contra a União Federal (...), após vários anos de tramitação na Justiça Federal, foi julgada procedente em 1995, com a condenação da União e o reconhecimento de sua responsabilidade pela prisão ilegal, tortura e morte de Manoel Fiel Filho. (BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, *Op cit.*, 2007. p.412). É digno de nota, neste sentido, as “inconsistências e fragilidades nas circunstâncias de morte de várias vítimas, registradas em laudos oficiais”. São situações nas quais a Comissão Nacional da Verdade identificou que atestados de óbitos em decorrência de suicídios por diversas razões, como por enforcamentos, por arma de fogo e por atropelamentos, “se revelaram casos de execução”.

legal, sob a categoria de “crimes conexos”, para que os agentes da criminalidade estatal fossem considerados anistiados pelos crimes de tortura, desaparecimento forçado e assassinato. Neste cenário – em que, como nota Daniel Aarão³³⁵, o regime ainda fazia uso dos aparelhos repressivos à inibição, à detenção ilegal e arbitrária, à intimidação, à perseguição, à censura e ao cometimento de assassinatos – tem-se a imposição de uma anistia parcial e restrita conveniente ao regime.

Edson Teles³³⁶, professor de filosofia política da Universidade Federal de São Paulo, assinala que este marco transitório de impunidade e frustração da ditadura brasileira para um Estado democrático – embora significativo para o processo de redemocratização do país, possibilitando que a questão da repressão e da luta armada fosse tratada – visava, mais do que superar, silenciar as violências cometidas pelo Estado brasileiro, privando suas vítimas de qualquer forma de reconhecimento e reparação, consagrando a impunidade. Para sair de cena protegidos judicialmente e para que nenhum grupo reivindicasse “bravuras” ou denunciasse os “desmandos do regime”, foi necessário, como nota Maria Celina D’Araujo, professora do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), o comprometimento “em torno de um duradouro pacto de silêncio, envolto em um cinturão de segurança jurídica que, paradoxalmente, protegesse a impunidade”.³³⁷ Deste modo, a aplicação da anistia virou “lugar-comum” à não atribuição de devida responsabilização dos agentes do Estado acusados de violações dos direitos humanos, mostrando-se eficaz aos integrantes da repressão.

Preocupados, como nota D’Araujo³³⁸, em isolar, de um lado, os setores militares favoráveis ao terrorismo – setores que mais resistiam ao retorno dos civis ao governo – e, de outro, controlar o ritmo da transição para impedir que a oposição civil que demandava a redemocratização assumisse maior protagonismo e impusesse “sua agenda de mudanças”, a transição desenhada pelos militares executou meticulosamente seu “plano de saída” com a promulgação de uma lei de auto-anistia. Trata-se, de acordo com o jurista alemão Kai

(BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op cit.*, 2014a. p.468). A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos também já havia confirmado “inúmeros comunicados farsantes sobre fugas, atropelamentos e suicídios, emitidos naqueles tempos sombrios pelos órgãos de segurança”. (BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Op cit.*, 2007. p.18).

³³⁵ AARÃO REIS FILHO, *Op cit.*, 2001. p.132-133.

³³⁶ TELES, Edson. **Brasil e África do Sul: os paradoxos da democracia**. Memória política em democracias com herança autoritária. São Paulo: USP, 2007. Tese de doutorado. p.19-20.

³³⁷ D’ARAUJO, Maria Celina. O estável poder de veto das Forças Armadas sobre o tema da anistia política no Brasil. **Varia Historia**, vol.28, n.48, pp.573-597. Belo Horizonte, 2012. p.577.

³³⁸ *Ibidem.*, p.577-578.

Ambos³³⁹, de uma lei ilegítima, por ter sido concedida por um Estado criminoso a si mesmo, beneficiando os agentes da repressão, conduzindo ao desamparo das vítimas, perpetuando a impunidade e impedindo que os responsáveis por violações de direitos humanos sejam investigados, processados e punidos.

Por outro lado, e apesar de se evidenciarem protestos sobre as injustiças decorrentes da impunidade que se instauraria com a implementação da Lei de Anistia, considerada ilegítima por se tratar de caso de auto-anistia, tem-se alterada a coexistência de forças sociais que compeliu o regime a promulgar uma Lei de anistia. Deste modo, de acordo com o ex-presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, e de seu ex-Coordenador-Geral de Memória Histórica, Marcelo Torelly³⁴⁰, mesmo sendo parcial, ilegítima e injusta, a Lei de Anistia teve sua eficácia social por permitir que responsabilizações criminais de acusados de “subversão” fossem paralisadas, que os direitos políticos de vários cidadãos fossem recompostos, que muitos presos políticos fossem libertados, que exiliados pudessem retornar a sua pátria, que servidores públicos demitidos fossem readmitidos, que clandestinos recuperassem sua liberdade de identidade e que a defesa dos direitos humanos, a exigência do fim da violência estatal e as reivindicações pela volta da democracia fossem intensificadas.³⁴¹

Neste sentido, como nota a cientista política Glenda Mezarobba em sua dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo (USP) em 2003, a anistia acabou propiciando, ainda que indiretamente, “uma oportunidade de se avançar um pouco em um terreno minado pela dúvida, por informações desconstruídas e, por que não dizer, pela má fé deliberada”.³⁴² De toda sorte, ainda que em um cenário de repressão, envolto com as discriminações do regime e com as dificuldades para se conseguir os “benefícios” que estavam previstos na Lei de Anistia³⁴³, tais providências asseguraram um espaço favorável à

³³⁹ AMBOS, Kai. O Marco Jurídico da Justiça de Transição. In: **Anistia, justiça e impunidade**: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil. ____; et al. (Orgs.) Belo Horizonte: Fórum, 2010. p.68.

³⁴⁰ ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. Mutações do conceito de anistia na justiça de transição brasileira: a terceira fase luta pela anistia. In: **Violência na história: Memória, trauma e reparação**. Maria Paula Araújo, Carlos Fico e Monica Grin (Orgs.). Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p.179.

³⁴¹ Contudo, deve-se atentar para o fato de cinco anos após a aprovação da Lei de Anistia, 17 presos ainda cumpriam penas. De acordo com Glenda Mezarobba, em levantamento do Movimento Feminino pela Anistia, cinco a nos após a aprovação da lei 6.683, 11.434 pessoas ainda aguardavam os seus benefícios. (MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro**: anistia e suas consequências. Um estudo do caso brasileiro. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2003. p.48).

³⁴² MEZAROBBA, *Op cit.*, 2003. p.56.

³⁴³ Um exemplo da dificuldade para obtenção da anistia no início de sua implementação diz respeito aos requerimentos encaminhados por petroleiros ao Ministério das Minas e Energia. Glenda Mezarobba mostra que, ainda que este quadro fosse posteriormente revertido, sob a alegação das demissões não terem conotação política, os requerimentos encaminhados à burocracia estatal não eram nem considerados ao deferimento ou ao indeferimento, o ministro César Cals “apenas deixava de tomar conhecimento deles”. Outro exemplo de

retomada dos direitos políticos e sociais, à abertura política e ao processo de redemocratização no Brasil.

Insta ressaltar, todavia, que nesta aparente via beneficiária de mão dupla, de recomposição cívica por esquecimento e impunidade, os anistiados perseguidos políticos estiveram expostos à investigação, julgamento e condenação, para então serem anistiados. Já os agentes da repressão, por sua vez, obtiveram uma “anistia em branco”, por sua ocorrência à margem de qualquer verificação sobre o que de fato se está anistiando. Trata-se de uma anistia “em abstrato”, ao completo abandono de qualquer procedimento ou processo, e ao impedimento de qualquer investigação ou punição, tirando a responsabilidade dos agentes da repressão por qualquer crime perpetrado durante a ditadura.

Neste sentido, a punibilidade sonegada dos agentes do Estado repressivo, e de seus mandantes, se investigada e punida, como foram os resistentes à ditadura, ao tempo em que as injustiças foram perpetradas, validaria a bilateralidade do benefício da anistia. Logo, como nota Marcelo Torelly, membro da Comissão de Altos Estudos do Projeto Memórias Reveladas e do Arquivo Nacional, aceito o pressuposto da anistia, seria imprescindível o prévio julgamento das subtraídas violações dos direitos humanos para evitar a “anistia em branco”. Deve-se notar, contudo, como mostra Torelly, que ainda assim seria evidente a assimetria entre os agentes julgados por um Estado de Direito e os julgados por um regime ditatorial.³⁴⁴ Deste modo, funcional como regente da transição, a Lei de Anistia frustra-se como proporcionadora da responsabilização, servindo à impunidade jurídica dos crimes do Estado e à legitimação do estigma da indignação como terrorismo, da resistência como crime.

Em função do componente de frustração da Lei de Anistia como promotora de justiça, servindo à impunidade da criminalidade estatal, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça promoveu em 31 de julho de 2008 uma Audiência Pública para que os ministros, juristas e representantes da sociedade civil fossem ouvidos sobre o tema da anistia. Tal evento, intitulado “Limites e Possibilidades para a Responsabilização Jurídica dos Agentes Violadores de Direitos Humanos durante o Estado de Exceção no Brasil”, determinou que

difficuldade encontrada para obtenção da anistia vem de praças demitidos pela Marinha. Ao ingressarem com os pedidos de reintegração, a alegação para o indeferimento de seus pedidos era a de que a Marinha afirmava que eles haviam sido expurgados por questões administrativas “disciplinares”. Também por receio de sofrerem “represálias dos ocupantes do poder”, outras tantas vítimas do regime optaram por não fazer o pedido de requerimento de anistia depois de sua promulgação. (MEZAROBBA, Glenda. **O preço do esquecimento**: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile) 2007. 470 f. – Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p.117-120).

³⁴⁴ TORELLY, Marcelo D. **Justiça de Transição e Estado Constitucional de Direito**. Perspectiva Teórico-Comparativa e Análise do Caso Brasileiro. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012. p.324-326, 340 e 349.

uma possível punição aos torturadores fosse discutida. Pela primeira vez, o Estado brasileiro tratou oficialmente da possibilidade de processar judicialmente os agentes da repressão. Nesta circunstância, a Ordem dos Advogados do Brasil recomendou ao Supremo Tribunal Federal uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (doravante ADPF nº 153/2008). A base da argumentação da ação contesta a legalidade da Lei de Anistia, sustentando ser inaceitável a extensão de crimes conexos que, constitucionalmente, não seriam susceptíveis de anistia.³⁴⁵

Na ADPF, a OAB questionou a validade da lei e requereu a firmação de uma interpretação restrita do Art.1º da Lei de Anistia³⁴⁶, que dissesse que a anistia não deve ser estendida aos agentes públicos que cometeram crimes de lesa-humanidade – o que viola frontalmente diversos preceitos, como o artigo 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal de 1988³⁴⁷ e o artigo 2º, inciso I, da lei que dispõe sobre os crimes hediondos (lei número 8.072/1990)³⁴⁸. Além disso, as obrigações do Estado brasileiro em punir os agentes da repressão são evidenciadas por decretos internacionais e por pactos de proteção aos direitos humanos recepcionados e ratificados pelo ordenamento jurídico brasileiro, como as

³⁴⁵ Maria Celina D'Araujo, professora do Departamento de Sociologia e Política da Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), observa que a reação à Audiência Pública promovida pela Comissão de Anistia, “considerada uma afronta por vários setores militares”, sobreveio com a realização no Rio de Janeiro de um seminário intitulado “Lei de Anistia: alcances e consequências”. Organizado pelos clubes Militar, Naval e Aeronáutico, os pronunciamentos dos palestrantes foram feitos à defesa do golpe de 1964, justificado na “‘guerra suja’ contra a oposição durante a ditadura”, lembrando ‘que a anistia foi feita em nome da pacificação, o que permitiu que muitos ‘ex-terroristas’ tivessem chegado ao poder’. De acordo com Celina D'Araujo, foi noticiado pela imprensa que durante o evento foram pronunciadas “frases agressivas” que evidenciaram as “tensões do momento” – como a do deputado Jair Bolsonaro, que declarou que “o erro foi torturar e não matar”. (D'ARAÚJO, *Op cit.*, 2012. p.592).

³⁴⁶ “Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. § 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política. § 2º - Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. § 3º - Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo, para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do art. 3º.” (BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.6.683**, de 28 de agosto de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em 01 de fevereiro de 2017).

³⁴⁷ XLIII: “a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.” (BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 01 de março de 2016).

³⁴⁸ Artigos 2º: “Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de: I - anistia, graça e indulto.” (BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.8.072**, de 25 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072.htm>. Acesso em 01 de fevereiro de 2017).

Convenções de Genebra (ratificadas em 1957), o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (ratificado em 1992), a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos e Penas Cruéis, Inumanos ou Degradantes (ratificada em 1989), a Convenção para a Prevenção e Punição ao Crime de Genocídio (ratificada em 1951), a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (ratificada em 1992) e a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura (ratificada em 1989). Deste modo, e tendo em vista a Lei de Anistia brasileira não possuir valor jurídico ao acobertamento dos crimes cometidos pelos agentes do Estado durante a ditadura, é dever do Estado brasileiro cumprir com suas obrigações de investigação sistemática dos fatos e circunstâncias dos casos, de processo e punição da prática da tortura, dando seguridade às vítimas e garantindo a elas o direito à proteção judicial e à reparação.

Neste contexto, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos solicitou a responsabilização internacional do Estado brasileiro em sentença sobre o episódio da Guerrilha do Araguaia (*Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil*), por inadimplência diante de diversas obrigações, e ao dever estatal de investigar e punir as violações de direitos humanos. Na demanda, a Comissão afirmou a incompatibilidade da Lei de Anistia com a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). Quando da demanda, o Brasil foi declarado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) responsável pelo desaparecimento forçado de 62 pessoas na região do rio Araguaia, no sul do Pará, ocorrido entre 1972 e 1974 – quando um grupo de aproximadamente 70 integrantes do Partido Comunista do Brasil procurava combater a ditadura por meio da construção de um exército popular de libertação na região.

Em sentença, a Corte IDH concluiu que os ordenamentos da Lei da Anistia não são compatíveis com a Convenção Americana de Direitos Humanos e “não podem seguir representando um obstáculo para a investigação dos fatos do presente caso, nem para a identificação e punição dos responsáveis”.³⁴⁹ Aos que, de acordo com o voto fundamentado do Juiz Roberto de Figueiredo Caldas, até então foram acobertados por “uma interpretação da Lei de Anistia que, afinal, é geradora de impunidade, descrença na proteção do Estado e de uma ferida social eternamente aberta, que precisa ser curada com a aplicação serena mas incisiva do Direito e da Justiça”³⁵⁰, cabe ao Estado brasileiro o dever de

³⁴⁹ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Gomes Lund e Outros vs. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acesso em 14 de outubro de 2016, p.113.

³⁵⁰ *Ibidem.*, (**Voto fundamentado do Juiz Ad Hoc Roberto de Figueiredo Caldas**), p.04.

a) iniciar as investigações pertinentes com relação aos fatos do presente caso, (...) a fim de que o processo e as investigações pertinentes sejam conduzidos de acordo com a complexidade desses fatos e com o contexto em que ocorreram, evitando omissões no recolhimento da prova e no seguimento de linhas lógicas de investigação;

b) determinar os autores materiais e intelectuais do desaparecimento forçado das vítimas e da execução extrajudicial. Ademais, por se tratar de violações graves de direitos humanos, e considerando a natureza dos fatos e o caráter continuado ou permanente do desaparecimento forçado, o Estado não poderá aplicar a Lei de Anistia em benefício dos autores, bem como nenhuma outra disposição análoga, prescrição, irretroatividade da lei penal, coisa julgada, *ne bis in idem* ou qualquer excludente similar de responsabilidade para eximir-se dessa obrigação, (...) e

c) garantir que: i) as autoridades competentes realizem, *ex officio*, as investigações correspondentes, e que, para esse efeito, tenham a seu alcance e utilizem todos os recursos logísticos e científicos necessários para recolher e processar as provas e, em particular, estejam facultadas para o acesso à documentação e informação pertinentes, para investigar os fatos denunciados e conduzir, com presteza, as ações e investigações essenciais para esclarecer o que ocorreu à pessoa morta e aos desaparecidos do presente caso; ii) as pessoas que participem da investigação, entre elas, os familiares das vítimas, as testemunhas e os operadores de justiça, disponham das devidas garantias de segurança, e iii) as autoridades se abstenham de realizar atos que impliquem obstrução do andamento do processo investigativo.³⁵¹

De acordo com a sentença da Corte IDH, o Estado deve ainda, entre outras medidas, prosseguir à determinação, “de maneira sistemática e rigorosa”, do “paradeiro das vítimas desaparecidas”; à identificação e entrega dos restos mortais aos seus familiares; ao oferecimento de tratamento médico e psicológicos às vítimas; ao pagamento de indenizações; ao “reconhecimento público de responsabilidade internacional” do crime perpetrado; à designação de um “dia do desaparecido político”, destinado à realização de atividades que conscientizem “sobre a gravidade dos fatos ocorridos” e que garantam que estes “não se repitam”; à implementação de um programa permanente e obrigatório de direitos humanos dirigido às Forças Armadas; à tipificação do delito de desaparecimento forçado “em conformidade com os parâmetros interamericanos”; à criação de uma comissão nacional da verdade; e à realização de ações legais que sistematizam e tornem públicos os documentos em poder do Estado.³⁵²

Paulo Abrão e Marcelo Torelly notam que a sentença da Corte IDH, além de incentivar o Estado a adotar medidas necessárias ao fortalecimento do acesso à informação e

³⁵¹ *Ibidem.*, p.95-96.

³⁵² *Ibidem.*, p.113-115.

exortá-lo à implementar uma comissão nacional da verdade, seria um componente decisivo para que o Ministério Público Federal alterasse sua posição institucional e buscasse alternativas que contornasse a interpretação atribuída à ADPF nº 153. A sentença seria um elemento decisivo para a incorporação de subsídios do Direito Internacional à atuação institucional do Estado e para que este processasse “pelo menos as mais graves violações” dos direitos humanos perpetradas pelos agentes do Estado.³⁵³

De todo modo, a ação foi indeferida. O relator do caso, ministro Eros Grau, considerou não caber ao judiciário rever um “acordo” político promovido pelo legislativo, não caberia “romper com a boa-fé dos atores sociais e os anseios das diversas classes e instituições políticas do final dos anos 70, que em conjunto pugnaram (...) por uma Lei de Anistia ampla, geral e irrestrita”.³⁵⁴ Seguindo o voto do relator, em abril de 2010, por sete votos a dois, o Supremo Tribunal Federal posicionou-se contra a revisão da Lei 6.683/1979, às vésperas do julgamento demandado contra o Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos, contrariando a jurisprudência da referida Corte e de organismos domésticos e internacionais de defesa de direitos humanos, que inadmitem a auto-anistia para os responsáveis por, entre outros crimes, homicídio, desaparecimento forçado, estupro e atentado violento ao pudor. Em “supervisão de cumprimento de sentença”, a Corte IDH sublinhou em 2014 que:

De acordo com o Direito Internacional, que foi soberanamente aceito pelo Estado, é inaceitável que uma vez que a Corte Interamericana tenha proferido uma Sentença o direito interno ou suas autoridades pretendam deixá-la sem efeitos. Portanto, o Brasil não pode opor decisões adotadas no âmbito interno como justificativa de seu descumprimento da sentença proferida por este tribunal internacional de direitos humanos, nem sequer quando tais decisões provenham do tribunal da mais alta hierarquia no ordenamento jurídico nacional. Independentemente das interpretações que se realizem no âmbito interno, a Sentença proferida pela Corte Interamericana neste caso tem caráter de coisa julgada internacional e é vinculante em sua totalidade. Portanto, resulta contrário às obrigações convencionais do Brasil que se interprete e aplique no âmbito interno a Lei de Anistia desconhecendo o caráter vinculante da decisão já proferida por este Tribunal.³⁵⁵

³⁵³ ABRÃO; TORELLY, *Op cit.*, 2012. p.191.

³⁵⁴ **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153 Distrito Federal**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adpf153.pdf>>. Acesso em 24 de setembro de 2016. p.21.

³⁵⁵ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Resolução de 17 de outubro de 2014. **Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil**. Supervisão de cumprimento de sentença. p.12. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/supervisiones/gomes_17_10_14_por.pdf>. Acesso em 23 de junho de 2017.

Roberta Camineiro Baggio, conselheira da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, observa que a argumentação conservadora dos que votaram a favor da extensão da referida Lei de Anistia é a de que “havia um grande acordo político à época que precisaria ser respeitado”.³⁵⁶ Esta argumentação corrobora com um processo de “amnésia de reconhecimento”, haja vista a consagração da ideia do direito legítimo à resistência contra as arbitrariedades do Estado ter sido considerado em condições de igualdade com as violências perpetradas por seus agentes.³⁵⁷ Deste modo, o indeferimento da ação dificulta o que Baggio denomina de “estabelecimento de relações solidárias”, devido a um padrão pejorativo de avaliação com relação às opções políticas escolhidas pelos grupos que divergiam durante o regime ditatorial.³⁵⁸ Tudo se passou, e se passa, como nota o professor e psicanalista Paulo Cesar Endo, “como se a violência obtivesse a guarida de uma formalização jurídica que a torna egrégia e inatingível, protegida e em lugar seguro”.³⁵⁹ Deste modo, como questiona o autor, se o judiciário não alcança os assassinatos, torturas, violências sexuais, desaparecimentos forçados e crimes de lesa-humanidade cometidos pelos agentes da repressão durante a ditadura civil-militar, “qual papel cumpre na consolidação das democracias e no período de transição brasileiro?”.³⁶⁰

Nessa seara, além da interpretação do STF ser lesiva à responsabilização criminal e aos direitos humanos, evidencia-se que no Brasil não houve uma transição política democrática adequada pela ausência de investigação, apuração e responsabilização jurídico penal dos agentes públicos e de seus mandantes que perpetraram crimes contra a humanidade. Uma reinterpretção dada à lei de anistia pressuporia que os agentes do Estado durante a ditadura civil-militar e seus mandantes fossem qualificados como criminosos, cujo efeito, como observa Marcelo Torelly, estigmatizaria como algozes importantes “personalidades públicas”, deslegitimando e possibilitando reformas na vida pública corrente. Reformas que implicariam em mudanças no *status quo*, desestabilizando espaços convencionados de poder durante a transição. Uma revisão da interpretação dada à Lei de Anistia, alteraria o suposto acordo assegurado pelo STF à realização do processo de democratização, o que significaria,

³⁵⁶ BAGGIO, Roberta Camineiro. Anistia e Reconhecimento: o processo de (des)integração social da transição política brasileira. In. **A anistia na era da responsabilização**: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011. p.261.

³⁵⁷ *Ibidem.*, p.261-263.

³⁵⁸ *Idem.*

³⁵⁹ ENDO, Paulo. A vergonha e a interpelação do estrangeiro. In. **Psicologia, violência e direitos humanos**. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, Karen Meira Dotto, *et al* (Orgs.). São Paulo: CRP SP, 2011. p.105.

³⁶⁰ *Idem.*

nos termos de Torelly, “enquadrar democraticamente (...) parte da elite política brasileira”, que além de ter dado apoio ao golpe, forneceu subsídios à sustentação do regime sob o argumento, reiterado pelo Ministro Marco Aurélio, “de que a ditadura foi um mal necessário”.³⁶¹

Nesse diapasão, predomina a tese de uma interpretação conservadora dada pelo Supremo Tribunal Federal, de que o caráter da Lei de Anistia “como ampla, geral e irrestrita, fruto de um grande acordo nacional construído à época, (...) não poderia ser revisto sob pena de abalo à consolidação das instituições democráticas no país”.³⁶² A propósito, reafirme-se aqui as palavras do professor Paulo Sérgio Pinheiro: a Lei da Anistia “não foi produto de acordo, pacto, negociação alguma, pois o projeto não correspondia àquele pelo qual a sociedade civil, o movimento da anistia, a OAB e a heroica oposição parlamentar haviam lutado”.³⁶³ Pouco antes da votação da Lei, em setembro de 1979, houve o Dia Nacional de Repúdio ao projeto do governo e manifestações públicas contrárias ao projeto – que, ao final, foi aprovado por 206 votos do partido da ditadura (Arena) contra 201 votos da oposição (MDB).³⁶⁴

Paulo Abrão e o ex-Ministro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, da Educação, das Relações Institucionais e da Justiça, Tarso Genro, notam que o efeito da decisão do STF expressa a visão de que os crimes políticos cometidos pela resistência se equiparam aos crimes perpetrados pelo Estado, de que os “acordos” políticos gozam do poder abstrato de não responderem à lei e às garantias de liberdades individuais e de direitos humanos e de que as vítimas e os algozes se igualavam em condições de negociação.³⁶⁵ Além disso, deve-se observar que a decisão do Supremo Tribunal Federal expressa a visão de que há possibilidade de um processo de reconciliação na legitimação do reconhecimento da

³⁶¹ TORELLY, *Op cit.*, 2012. p.346-347.

³⁶² BAGGIO, *Op cit.*, p.253.

³⁶³ PINHEIRO, Paulo Sérgio. **O STF de costas para a humanidade**. Folha de São Paulo, 05 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0505201008.htm>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2017.

³⁶⁴ *Idem*.

³⁶⁵ ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. **Os Direitos da Transição e a Democracia no Brasil**. Estudos sobre Justiça de Transição e Teoria da Democracia. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012. p.36-40. A propósito, insta referir o argumento de Maria Celina D’Araujo, professora do Departamento de Sociologia e Política da PUC do Rio de Janeiro, à peculiaridade do sucesso que tiveram os autores com poder de veto quando da revisão sobre a responsabilização dos crimes da ditadura “à luz de novos dados e de novas perspectivas políticas, humanas ou jurídicas”. D’Araujo argumenta que o que garante espaço para atuação dos militares como autores com poder de veto “é a existência de uma grande autonomia militar antes, durante e depois da ditadura, associada aos baixos níveis de respeito aos direitos humanos na sociedade brasileira, e ao baixo interesse do Congresso e do governo em geral pelo tema das Forças Armadas”. (D’ARAÚJO, *Op cit.*, 2012. p.574-575).

ditadura, como se esta fosse Estado de Direito, sem que as vítimas tenham acesso à verdade (histórica e processual) e à justiça.

Portanto, diferentemente de outros países vizinhos – como o Uruguai e o Chile que, mesmo possuindo leis de anistia, as contornaram para responsabilizar torturadores; ou como a Argentina, que além de encontrar meios de contornar as leis de Ponto Final e de Obediência Devida, tomou providências que possibilitaram que centenas de pessoas fossem acusadas e condenadas por crimes cometidos durante a última ditadura civil-militar – no Brasil, no que diz respeito à obrigação do restabelecimento do Estado de Direito, o princípio da justiça de transição que se refere à aplicação da apuração e punição jurídico penal dos crimes cometidos durante a ditadura continua em suspensão.

Suspensão evidenciada na impressão de que a justiça aceita gradações de punibilidade que impedem que os fatos auto-anistiados sequer sejam apreciados como meio de averiguar se estão ou não em conformidade com a própria regra de anistia e com as obrigações do Estado brasileiro perante organismos domésticos e internacionais de proteção aos direitos humanos. A Lei de Anistia, inobstante, apresenta problemas quanto a sua fundamentação por ser emitida para servir e proteger o próprio agente de violações dos direitos humanos, e seus mandantes, por conflitar com os padrões legais constitucionais do próprio Estado de Direito e por violar as obrigações internacionais de devida responsabilização criminal da violência perpetradas pelos agentes da repressão.

De modo geral, como observado, a Corte Interamericana tem inadmitido instrumentos jurídico que isentem a responsabilidade e sirvam de obstáculo à persecução penal de algozes de regimes que cometeram violações flagrantes das normas internacionais de direitos humanos e de violações do direito internacional humanitário. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, como visto no capítulo anterior, reconheceu vários outros casos de inadequação de implementação de leis de anistia. Tratam-se de crimes imprescritíveis, cuja regra que exclui expressamente a extinção da punibilidade pelo decurso do tempo foi convencionalizada pelo artigo 29 do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, e cujo princípio do direito internacional costumeiro já havia sido reconhecido em 1968 pelo decreto da Convenção das Nações Unidas sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes Contra a Humanidade e pela Resolução da ONU número 3074, de 3 de dezembro de 1973, que dispõe que:

os crimes de guerra e os crimes de lesa-humanidade, onde for e qualquer que seja a data de seu cometimento, devem estar sujeitos a investigação, e as

peessoas contra as quais haja evidência de culpabilidade de tais crimes devem ser investigadas, detidas, processadas e, se consideradas culpadas, punidas (...).³⁶⁶

Tal princípio diz respeito à imposição de norma consuetudinária internacional, unificado no sistema regional por tratados como a Convenção Europeia sobre a Imprescritibilidade dos Crimes contra a Humanidade dos Crimes de Guerra (1974) e a Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas de 1994, a qual dispõe em seu artigo 7 que “a ação penal decorrente do desaparecimento forçado de pessoas e a pena que for imposta judicialmente ao responsável por ela não estarão sujeitas a prescrição”.³⁶⁷ Neste contexto, a imprescritibilidade proíbe as leis de anistia e de auto-anistia que impedem a investigação e a punição dos crimes contra a humanidade e das violações de direitos humanos, sendo inadmissível qualquer alegação que se proponha imunizar tais crimes pelo decurso do tempo.

De tudo quanto exposto, pode-se dizer que o modelo de justiça transicional brasileiro resta como assunto não resolvido da recusa da possibilidade da justiça, da “deslegitimação do Estado enquanto detentor do monopólio (...) de uma violência não permitida”, como nota o professor de Direito Celso Antônio Bandeira de Mello.³⁶⁸ Resta ainda como assunto não resolvido da infeliz alcunha, apontada por Marcelo Torelly, de que “se no passado a impunidade era produto do arbítrio da ditadura, hoje encontra-se legitimada por um tribunal constitucional livre, em um Estado de Direito”.³⁶⁹

Daí a necessidade de uma responsabilização que promova o estabelecimento de denúncias de violações de direitos humanos. De uma responsabilização que consubstancie os direitos legais à estigma oficial das violações pretéritas, à promoção da dissuasão, do respeito e da legitimidade das instituições jurídicas, e à noção democrática de proteção igualitária perante a lei. De uma responsabilização que liberte o presente do peso das injustiças, que contribua para erradicar a impunidade e que revele a verdade jurídica dos danos cometidos.

³⁶⁶ UNITED NATIONS. **Principles of international cooperation in the detection, arrest, extradition and punishment of persons guilty of war crimes and crimes against humanity**. Adopted by General Assembly resolution 3074 (XXVIII) of 3 December 1973. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/PersonsGuilty.aspx>>. Acesso em 18 de abril de 2017.

³⁶⁷ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n.8.766**, de 11 de maio de 2016. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8766.htm>. Acesso em 27 de maio de 2017.

³⁶⁸ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Imprescritibilidade dos crimes de tortura. In: Inês Virgínia Prado Soares; Sandra Akemi Shimada Kishi (Ed.). **Memória e Verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009. p.145.

³⁶⁹ TORELLY, *Op cit.*, 2012. p.353-354.

Enfim, de uma responsabilização que consubstancie em sua integralidade a experiência democrática e a cultura de direitos humanos, que exija, ainda que em um cenário de anistia, que um julgamento apropriado e um devido processo de lei se cumpra como resposta às violações dos direitos humanos cometidas pelos agentes da repressão da ditadura civil-militar brasileira.

3.2 Melhorias no processo de acerto de contas com o passado

Ainda que no início da transição para o regime democrático o Brasil não tenha dado passos significativos em direção do reconhecimento dos crimes cometidos pelo regime antecessor, os poucos avanços que dizem respeito à questão dos desaparecidos políticos foram se consolidando, com o esforço de familiares mortos e de desaparecidos, na medida que o perfil essencialmente conservador da transição perdia força, na medida em que os militares saíam de cena, que a democracia era fortalecida e que os parâmetros dos direitos humanos eram incorporados na agenda nacional. Durante a transição democrática, ao longo da década de 1980, ao contrário do direito à justiça (penal) que as vítimas do regime não puderam exercer, em certa medida o direito ao conhecimento público das violações dos direitos humanos cometidas no passado foi considerado por iniciativa não do Estado, mas da Arquidiocese de São Paulo e do Conselho Mundial de Igrejas, que, para registrar como operava a repressão, se basearam em eventos registrados em processos do Supremo Tribunal Militar para lançar, em 1985, o livro “Brasil: nunca mais”.³⁷⁰

Neste cenário em que familiares de mortos e desaparecidos políticos e defensores de suas causas prosseguiram à efetivação do direito à memória, à verdade e à justiça, e em meio a constante produção cultural que vinha desempenhando um papel vital na manutenção da memória do período de repressão, o então ministro da Justiça Fernando Lyra, em encontro com os familiares de mortos e desaparecidos políticos, reconheceu a existência da Guerrilha

³⁷⁰ Relatório desenvolvido clandestinamente por dom Paulo Evaristo Arns, pelo reverendo James Stuart Wright e equipe, que constitui um importante feito para o Brasil na luta contra a tortura, o assassinato, os desaparecimentos forçados e o esforço de busca por justiça para as vítimas da ditadura militar. Ver: ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais: um relato para a história**. Petrópolis: Vozes, 2003. O acervo de “Brasil: nunca mais” foi digitalizado por iniciativa conjunta de instituições pública, como o Arquivo Nacional e a Comissão Nacional da Verdade, e organizações não governamentais, como a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a Universidade Metodista de São Paulo. Está sob a responsabilidade do Ministério Público Federal a garantia de sua manutenção e atualização. O acervo está disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2017.

do Araguaia. Como constata Mezarobba, ainda que o Estado não tenha feito nada para localizar os corpos, os familiares de mortos e desaparecidos passariam a ter o direito de reivindicar na Justiça explicações sobre as mortes, o que levou a viúva e filha do jornalista e militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário Mário Alves de Souza Vieira a mover uma ação de responsabilidade civil que levaria o Estado à condenação por sua prisão e morte em decorrência de torturas. Esta seria a primeira vez em que o Estado reconheceria sua responsabilidade em um caso de desaparecimento político.³⁷¹

Além disso, merece registro a iniciativa de Estado, de caráter preventivo, do então presidente José Sarney, que, embora tenha colaborado com a ditadura e defendido a incondicionalidade da soberania do Estado, em setembro do mesmo ano de “Brasil: nunca mais” assinou, em caráter preventivo, a referida Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes. A Convenção, adotada em 10 de dezembro de 1984 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, foi promulgada pela Presidência da República do Brasil em 15 de fevereiro de 1991 (decreto número 40/1991).³⁷² Também merece registro a iniciativa do governo de Fernando Collor de Mello que, além de ter recebido no Brasil uma delegação da Anistia Internacional, em discurso de abertura proferido em Assembleia das Nações Unidas em 1990, deu destaque para o papel que a comunidade internacional vinha desempenhando no monitoramento dos direitos humanos, chegando a afirmar, em reunião ministerial, que a soberania do Estado não pode ser conduzida à proteção de violações de direitos humanos.³⁷³

Com a gradativa horizontalização e autonomia do processo transicional brasileiro, no contexto de aprofundamento do processo de internacionalização dos direitos humanos – apesar da timidez das decisões políticas e iniciativas assumidas pelo Estado à implementação de mecanismos de justiça de transição, e da nulidade das elucidações dos casos de morte e desaparecimentos e da responsabilização de seus algozes – os que buscavam o paradeiro de seus familiares e amigos mortos e desaparecidos tiveram suas esperanças reacendidas no ano da primeira eleição direta para a presidência da República em 1990, com o descobrimento de

³⁷¹ MEZAROBBA, *Op cit.*, 2003. p.68-69. Em audiência pública sobre o caso, realizada em agosto de 2013 pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, um dos convocados para prestar esclarecimento (Valter Jacarandá, ex-major do Corpo de Bombeiros, apontado pela CNV como responsável por prisão ilegal, desaparecimento forçado e tortura) reconheceu a prática de tortura cometida contra Mário Alves. Dulen Aleixo Garcez dos Reis e Luiz Mário Correia Lima, também convocados para prestar esclarecimentos, responderam que não tinham nada a declarar sobre o caso. (BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op cit.*, 2014a. p.551-552).

³⁷² MEZAROBBA, Glenda. O que é justiça de transição? Uma análise do conceito a partir do caso brasileiro. In. **Memória e Verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro**. Inês Virgínia Prado Soares; Sandra Akemi Shimada Kishi (Coord.). Belo Horizonte: Fórum, 2009. p.47 e 49.

³⁷³ MEZAROBBA, *Op cit.*, 2003. p.69-70.

uma vala comum no cemitério Dom Bosco, na periferia da cidade de São Paulo, em Perus. Neste local, a partir de uma denúncia do administrador do cemitério, foram descobertas, por investigação de um repórter da TV Globo, Caco Barcelos, 1.049 ossadas de indigentes vitimados por grupos extremistas, como os Esquadrões da Morte, e de ao menos seis presos políticos.³⁷⁴ De acordo com o Relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos publicado em 2007, as investigações das suspeitas de que o cemitério em Perus ocultava cadáveres vítimas dos agentes da repressão política somente tiveram sequência pela determinação da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), que, após a abertura da vala, assumiu a responsabilidade de investigar e apoiar a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal de São Paulo para que a questão fosse examinada.³⁷⁵

Neste contexto, a questão dos mortos e desaparecidos políticos do regime militar seria novamente destacada em 1991 no Legislativo federal, quando da apresentação de requerimento que propunha a criação de uma Comissão de Representação Externa de Busca dos Desaparecidos Políticos. A Comissão, presidida pelo deputado federal Nilmário Miranda, foi constituída para apoiar nas buscas do cemitério de Perus e para auxiliar os trabalhos dos familiares de mortos e desaparecidos políticos.³⁷⁶ Em sua tese de doutorado – intitulada “O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile)” – Glenda Mezarobba demonstra que a Comissão de Representação, criada em 1992 no Congresso Nacional, pela Câmara dos Deputados, percorreu o Brasil para dar voz aos familiares das vítimas e recebeu da Marinha um relatório que trata das mortes de 43 desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. De acordo com Mezarobba, está seria a primeira vez que um documento das Forças Armadas daria reconhecimento oficial à existência da Guerrilha e à morte de desaparecidos políticos.³⁷⁷

Além desta iniciativa do Estado, do descobrimento da vala comum de Perus, outras valas com possíveis restos mortais de inimigos políticos e vítimas da ditadura foram

³⁷⁴ *Ibidem.*, p.74.

³⁷⁵ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Op cit.*, 2007. p.31. No caso das ossadas da vala em Perus, quando remetidas para o Instituto Médico Legal da Unicamp em 2001, ao invés de serem analisadas, foram encaminhadas para o Columbário do Cemitério do Aracá, em São Paulo, por falta de elementos que possibilitassem a identificação. Somente a partir de 2005, com a atuação de laboratório particular contratado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, foram identificadas as ossadas de três pessoas – Flávio de Carvalho Molina, Luiz José da Cunha e Miguel Sabat Nuet. (FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. Crimes da ditadura: iniciativas do Ministério Público Federal em São Paulo. In: **Memória e Verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro**. Inês Virgínia Prado Soares; Sandra Akemi Shimada Kishi (Coord.). BH: Fórum, 2009. p.226).

³⁷⁶ DOSSIÊ dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Maria do Amparo Almeida Araújo; *et al.* (Comissão responsável). Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995. p.31.

³⁷⁷ MEZAROBBA, Glenda. *Op cit.*, 2007. p.45-46.

localizadas em 1991 graças ao trabalho feito por iniciativa dos Grupos Tortura Nunca Mais e por uma comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos no Cemitério Ricardo de Albuquerque, no Rio de Janeiro, e no Cemitério Santo Amaro, em Recife. Verificou-se que nas duas valas comuns localizadas no cemitério de Ricardo Albuquerque foram jogados corpos de pelo menos 14 presos políticos. No Cemitério de Pernambuco, foram encontrados despojos dos mortos da chacina da Chácara de São Bento, quando militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) foram mortos em 8 e 9 de janeiro 1973 pela equipe do delegado paulista Sérgio Paranhos Fleury³⁷⁸ na cidade de Paulista.³⁷⁹ O Relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos salienta que embora o saldo das buscas nestes cemitérios e em outros sítios tenha sido baixíssimo, o resultado foi bastante positivo para o resgate de depoimentos que confirmaram a execução de moradores e guerrilheiros, a prisão ilegal, o confinamento em locais degradantes e a tortura de várias pessoas durante a ditadura.³⁸⁰

Nesse momento, ainda que os valores democráticos da transição brasileira estivessem fragilizados pelo “fracasso econômico” e pelos “escândalos políticos” que tomaram conta da agenda do mandato de Fernando Collor de Mello³⁸¹, foram abertos, entre outros, alguns arquivos do Departamento de Ordem Política e Social, o DOPS, de São Paulo, arquivos da repressão política de Pernambuco e do Paraná, e do DOPS do Rio de Janeiro. No arquivo de São Paulo, de acordo com Glenda Mezarobba, mais de 1 milhão de documentos foram devolvidos ao governo do Estado em 1992, sendo que o acesso público irrestrito somente foi permitido a partir de 1994. Os arquivos do Rio de Janeiro, assim que foram entregues ao governo do Estado em 1992, foram imediatamente disponibilizado para consulta. Mezarobba nota que os “documentos mais importantes” dos arquivos de Pernambuco, abertos por determinação do governador Carlos Wilson, “já haviam sido retirados”, tendo o que restou

³⁷⁸ O delegado da Polícia Civil do Estado de São Paulo foi identificado no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade como sendo responsável pela participação em casos de tortura, detenções ilegais, execuções, ocultações de cadáveres e desaparecimentos forçados de mais de uma dezena de vítimas da ditadura. (BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op cit.*, 2014a. p.929).

³⁷⁹ DOSSIÊ dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. *Op cit.*, 1995. p.31.

³⁸⁰ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Op cit.*, 2007. p.41-43.

³⁸¹ Prova disso fez-se sentir em pesquisas de opinião pública feitas em 1988 (dados do Ibope), quando observou-se que “46% dos entrevistados considerou que a situação geral do país era melhor durante o regime militar”, enquanto em 1992 (pesquisa feita pelo Instituto Datafolha) “apenas 42% da população reputou a democracia preferível a qualquer outra forma de governo. Em suma, do saudosismo sobre o regime militar e dos problemas econômicos e políticos que acabaram conduzindo ao *impeachment* de Collor, não havia clima para a discussão sobre a validade da anistia ou para a responsabilização dos algozes do regime militar. (MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis; ZILLI, Marcos Alexandre Coelho; GHIDALEVICH, Fabíola Girão Monteconrado. Brasil. In. **Justicia de Transición**. Informes de América Latina, Alemania, Italia y España. Kai Ambos; *et al.* (Orgs.). Berlin: Konrad Adenauer Stiftung, 2009. p.194).

pouco contribuído para a elucidação do passado. O arquivo do Paraná, aberto por determinação do governador Roberto Requião, por sua vez, permitiu a investigação, entre outros, do caso da morte do ex-deputado Paulo Stuart Wright e o reconhecimento da morte do dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN) de São Paulo, Virgílio Gomes da Silva.³⁸² Desta feita, ainda que muitos outros arquivos permanecessem fechados, que documentos tenham “desaparecidos” e que muitos outros disponibilizados para consulta tenham sido alterados, o acesso ao que foi disposto foi de grande utilidade para obtenção de novas provas e para complementação de informações preexistentes.³⁸³

Além dessas iniciativas, em 1995, um projeto também do então deputado federal Nilmário Miranda instituiu uma Comissão Permanente de Direitos Humanos na Câmara Federal, cuja bandeira seria “o reconhecimento pelo Estado Brasileiro de sua responsabilidade quanto às torturas e assassinatos de opositores ao regime de 1964”.³⁸⁴ De acordo com Mezarobba³⁸⁵, da instauração na Câmara dos Deputados de uma comissão para dar exclusividade ao tratamento de questões que dizem respeito aos direitos humanos, os familiares de mortos e desaparecidos políticos e as entidades de defesa dos direitos humanos iniciaram campanha para o reconhecimento formal das vítimas da ditadura.

Neste contexto, como mostra o relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, os familiares de mortos e desaparecidos, organizados em torno da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos³⁸⁶, e do Grupo Tortura Nunca

³⁸² MEZAROBBA, *Op cit.*, 2007. p.70-71.

³⁸³ Alguns dos arquivos alegadamente destruídos foram o arquivo do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa), o arquivo do Centro de Informações do Exército (CIE), e o arquivo do Centro de Informações da Marinha (Cenimar). Segundo Marcelo Torelly, a localização desses arquivos, cujos indícios apontam estarem nas mãos de particulares, são determinantes para que as condições utilizadas para a prática de violações aos direitos humanos e suas ramificações em outras instâncias do Estado e da sociedade sejam tornadas públicas e identificadas, e para que as práticas de morte, de desaparecimento forçado e de torturas sejam discriminadas. (TORELLY, *Op cit.*, 2012. p.290.

³⁸⁴ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Op cit.*, 2007. p.32.

³⁸⁵ MEZAROBBA, *Op cit.*, 2007. p.48-51.

³⁸⁶ A Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos organizou-se em meados da década de 1970 para denunciar as mortes, os desaparecimentos, as torturas e as péssimas condições em que os presos políticos se encontravam. Formada na década de 1980, a Comissão foi responsável pela elaboração de um dossiê – posteriormente organizado e ampliado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos do Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio Grande do Sul, e editado em 1984 pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – que relata os casos dos mortos e desaparecidos políticos. A versão editada em 1984 apresenta 339 nomes de vítimas da ditadura. Esta versão acabou servindo de referencia para elaboração e publicação no Recife, em 1995, e em São Paulo, em 1996, do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964. O Dossiê registra 358 casos de morte cometidas durante o regime civil-militar. (Ver: DOSSIÊ dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. *Op cit.*, 1995; GALLO, Carlos Artur. Do luto à luta: um estudo sobre a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil. **Anos 90**, n.35, vol.19, pp.329-361. Porto Alegre, 2012; e http://www.desaparecidospoliticos.org.br/quem_somos_comissao.php?m=2).

Mais³⁸⁷, divulgaram uma Carta Compromisso redigida aos candidatos à presidência da República (os principais candidatos à Presidência eram Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva). A Carta reivindicou que o Estado brasileiro reconhecesse pública e oficialmente as mortes de 144 opositores do regime que constava em um dossiê que a comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos do Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio Grande do Sul entregara ao senador Teotônio Vilela. Além disso, a Carta Compromisso requereu que o Estado brasileiro assumisse a responsabilidade por tais práticas e imediatamente criasse uma comissão de investigação e reparação que esclarecesse os casos de mortos e desaparecidos políticos ocorridos no Brasil de 1964 a 1985.³⁸⁸

A Carta, redigida no encontro nacional de familiares de desaparecidos políticos, em São Paulo, também reivindicava a não indicação de pessoas envolvidas nos crimes da ditadura para cargos de confiança, a desmilitarização das polícias Militares estaduais e a sua desvinculação do Exército, a abertura irrestrita dos arquivos da repressão política, a anistia plena das vítimas do regime e o reparo dos danos cometidos. Até 1994, a Comissão Permanente de Direitos Humanos na Câmara Federal, presidida pelo deputado Nilmário Miranda, ajudou os familiares de mortos e desaparecidos políticos a procurar informações sobre os paradeiros de seus entes queridos. O papel da Comissão e as iniciativas dos grupos de familiares de mortos e desaparecidos foi de vital importância para revigorar no Congresso Nacional questões concernentes aos crimes da ditadura civil-militar e para evidenciar as fissuras do silêncio erigido pela Lei de Anistia.

Entretanto, neste contexto, os familiares das vítimas do regime militar pleiteavam o direito à verdade, o direito à possibilidade de esclarecimento sobre o funcionamento da repressão, o direito ao acesso às informações sobre o destino e o paradeiro dos desaparecidos políticos vítimas da ditadura. Além disso, os familiares requeriam o esclarecimento das mortes e dos desaparecimentos ocorridos, o reconhecimento público por parte do Estado de

³⁸⁷ O Grupo Tortura Nunca Mais foi oficializado no Rio de Janeiro em 20 de setembro de 1985. Vários Grupos, espalhados por diversos Estados, como Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo e Alagoas, foram posteriormente organizados. Seus membros são ex-presos políticos, familiares de vítimas e voluntários inconformados com a prática da tortura, de prisões ilegais, de assassinatos e ocultações de cadáveres, cujos objetivos estão associados ao tratamento que o Estado brasileiro dispensa à questão das graves violações de direitos humanos perpetradas pelos agentes da repressão durante a ditadura civil-militar. A formação e a atuação do Tortura Nunca Mais estão associadas à transição democrática brasileira pós ditadura civil-militar e às inconformidades de seus membros com o tratamento dado pelo Estado à questão da tortura e das mortes e desaparecimentos de opositores políticos. (Ver entrevista concedida por Cecília Coimbra, fundadora e presidente do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, à revista *Tempo* (**Tempo**, vol.01, pp.166-183. Rio de Janeiro, 1996), disponível em: <<http://www.historia.uff.br/tempo/entrevistas/entres1-1.pdf>>. Acesso em 31 de maio de 2017. Ver ainda: COIMBRA, Cecília; *et al.* **Direitos Humanos no Brasil e o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ**. Rio de Janeiro: Te Corá/Instituto Franco Basaglia, 2002).

³⁸⁸ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Op cit.*, 2007. p.32-33.

suas responsabilidades em relação às atrocidades perpetradas e o direito ao luto, de as famílias poderem enterrar seus entes queridos dignamente. Os familiares requeriam a responsabilidade do Estado na localização e identificação dos corpos das vítimas dos agentes da repressão, o dever do Estado comprovar sua responsabilidade pelos assassinatos, o comprometimento de serem demitidos todos os envolvidos nos crimes cometidos e a indenização do processo de luta.³⁸⁹

Com a posse de Fernando Henrique Cardoso como presidente da República (1995-2002), ele próprio um figurante da resistência contra a ditadura, o Ministério da Justiça passa então a dar especificidade à questão dos direitos humanos, atendendo algumas posições defendidas pelos familiares de presos políticos, mortos e desaparecidos e por militantes representantes do Grupo Tortura Nunca Mais. Neste contexto, contudo, foram poucos os passos significativos dados em direção do reconhecimento dos crimes cometidos pelos agentes do Estado durante a ditadura.

De modo geral, a satisfação com a anistia, com a redemocratização e com a nova constituição, para além das reivindicações mais pontuais de familiares de mortos e desaparecidos políticos, acabaram por dar fundamentação a até então baixa demanda social por justiça de transição no Brasil. Logo, ficou em suspensão o dever do Estado brasileiro revelar a verdade sobre os delitos do Estado para as vítimas, seus familiares e a sociedade como um todo, reconhecendo o cometimento de uma série de violações dos direitos humanos perpetradas em seu nome, estabelecendo a possibilidade de reparação pecuniária às vítimas e aos seus familiares e fixando elementos processuais legais apropriados para uma política pública eficaz de reparação moral e psicológica às vítimas e de punição ética e jurídica aos algozes. Dez anos após a mudança de regime político, é a partir de 1995, com a aprovação da Lei dos Desaparecidos e a criação da Comissão Especial sobre Mortes e Desaparecidos Políticos, que se verificam alguns avanços no sentido de se romper com o silêncio institucionalizado acerca dos legados da violência estatal, com relação a implementação de medidas de justiça transicional à superação dos legados de violações de direitos humanos perpetradas pelos agentes da repressão.

³⁸⁹ *Ibidem.*, p.32-37.

3.3 Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

*Só vos peço uma coisa: se sobreviverdes a esta época, não vos esqueçais!
 Não vos esqueçais nem dos bons, nem dos maus.
 Juntai com paciência as testemunhas daqueles que tombaram por eles e por vós.
 Um belo dia, hoje será o passado, e falarão numa grande época e nos heróis anônimos que criaram a História.
 Gostaria que todo mundo soubesse que não há heróis anônimos.
 Eles eram pessoas, e tinham nomes, tinham rostos, desejos e esperanças, e a dor do último de entre os últimos
 não era menor do que a dor do primeiro, cujo nome há de ficar. Queria que todos esses vos fossem tão próximos
 como pessoas que tivésseis conhecido como membros da vossa família, como vós mesmos.*
 (FUCKIK, Júlio, 1980)

Com as frustrações da anistia, com a ausência da elucidação das circunstâncias de torturas, mortes e desaparecimentos forçados cometidos durante a repressão, com a falta de incentivo aos trabalhos de localização dos corpos vitimados pelos algozes da ditadura e com a escassez de apoio institucional às investigações de centenas de ossadas encontradas, as discussões sobre as violações de direitos humanos perpetradas não deixaram de ser consideradas pelos familiares de mortos e desaparecidos políticos e por defensores de direitos humanos. As discussões não deixaram de ser consideradas com a ausência do reconhecimento público da violência cometida pelos agentes da repressão, com a falta de reparação às vítimas do Estado e com a carência das medidas necessárias à implementação de um devido processo de justiça transicional. Os familiares dos mortos e desaparecidos e os grupos de proteção aos direitos humanos (como a Anistia Internacional, o Tortura Nunca Mais e o *Human Rights Watch*) persistiam procurando espaço à legitimação de suas demandas.

De acordo com Glenda Mezarobba³⁹⁰, quando o jornal inglês *The Guardian* divulgou que o coronel Armando Avólio Filho³⁹¹, um ex-torturador da ditadura, estava ocupando um cargo de destaque na embaixada do Brasil em Londres – no contexto de elaboração e implantação do Programa Nacional de Direitos Humanos³⁹² e das cobranças dos familiares de mortos e desaparecidos à elaboração de Projeto de Lei que desse andamento às suas reivindicações –, o Ministério da Justiça finalmente anunciou a decisão do Estado em

³⁹⁰ MEZAROBBA, *Op cit.*, 2003. p.83.

³⁹¹ O coronel do Exército Armando Avólio Filho foi identificado no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade como sendo responsável pela prática de tortura contra o jornalista e militante do Partido Comunista Brasileiro Mário Alves de Souza Vieira, contra Cid Queiroz Benjamin, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, e contra Álvaro Machado Caldas. (BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op cit.*, 2014a. p.881).

³⁹² O Plano Nacional de Direitos Humanos, cujos fundamentos se estruturaram a partir de um projeto desenvolvido pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, foi preparado entre o final de 1995 e o começo de 1996, sob os auspícios do chefe de gabinete do Ministério da Justiça. Um ano depois seria criada a Secretaria Nacional de Direitos Humanos. No dia 26 de maio foi informado à sociedade brasileira que o projeto do governo “previa o pagamento de indenizações às famílias de 136 vítimas do regime militar, cujo valor estimado ficava em algo entre cem mil reais e 150 mil reais”. (MEZAROBBA, *Op cit.*, 2007. p.56).

reconhecer a morte dos desaparecidos políticos e reparar pecuniariamente os familiares dessas vítimas.

Carlos Artur Gallo³⁹³, professor do Departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, nota que, além disso, outros dois fatores contribuíram para que fossem levadas em conta algumas das reivindicações da Carta Compromisso assinada pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Um deles diz respeito à cobrança pessoal do Secretário Geral da Anistia Internacional, Pierre Sané, para que Fernando Henrique Cardoso cumprisse as reivindicações da Carta por ele assinada, tendo ele sido criticado por sua falta de engajamento para resolver a questão. Outro fator se refere à interpelação do presidente da República diante da imprensa internacional por Ângela Harkavy, irmã do desaparecido político Pedro Alexandrino de Oliveira Filho, que cobrou de Fernando Henrique Cardoso informações sobre o paradeiro de seu irmão.

Neste contexto, dezesseis anos depois de ter entrado em vigor a Lei da Anistia, o Projeto de Lei 869/95 – cuja ementa “dispõe sobre o reconhecimento como mortas de pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1970, e das outras providências”³⁹⁴ – foi apresentado pelo Poder Executivo em 29 de agosto de 1995 e encaminhado para apreciação, com urgência, no Congresso Nacional. Não tendo sido emendada – até porque foi pouco debatida por dever tramitar com urgência – quando de sua assinatura, manifestou-se descontentamento à não contemplação da reivindicação das vítimas para que as circunstâncias das mortes dos perseguidos políticos fossem apuradas e os responsáveis devidamente responsabilizados. Deste modo, tendo em vista o assunto ser “considerado tabu entre alguns círculos militares”³⁹⁵, algumas de suas demandas foram cautelosamente processadas – para garantir aos militares que a proposta não era revanchista, que ela não provocaria investigações e responsabilizações, e para não deixar os que prezavam pelo pacto da anistia descontentes – com a edição da Lei de Reconhecimento dos Mortos e Desaparecidos Políticos, nº 9.140/1995 (Lei dos Desaparecidos).

De todo modo, a Lei dos Desaparecidos, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso em 4 de dezembro de 1995, reconhece a disposição do Projeto de Lei 869/95 e conjectura, em geral, o dever de que os

³⁹³ GALLO, Carlos Artur. Do luto à luta: um estudo sobre a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil. **Anos 90**, n.35, vol.19, pp.329-361. Porto Alegre, 2012. p.338-339.

³⁹⁴ CÂMARA dos deputados. Projetos de Lei e Outras Proposições. **PL 869/1995**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=183709>>. Acesso em 28 de maio de 2017.

³⁹⁵ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Op cit.*, 2007. p.36.

restos mortais dos desaparecidos políticos durante o regime militar sejam localizados e identificados. A Lei determina o reconhecimento formal da responsabilidade do Estado pelas mortes e pelos desaparecimentos de 136 pessoas, cujos nomes foram anexados à Lei 9.140, listadas em dossiê que resultou do trabalho de familiares de mortos e desaparecidos. A Lei dos Desaparecidos ficou restrita ao atendimento das famílias das vítimas fatais, à busca e localização dos restos mortais, à confirmação do parentesco do familiar com o desaparecido ou o morto, à criação de uma Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos para concessão de indenização monetária e à reconciliação e à pacificação nacional.³⁹⁶

Ainda que Lei tenha possibilitado avanços, alguns, como o então deputado federal e advogado dos familiares de vítimas Luiz Eduardo Greenhalgh, viram na legislação, como mostra Glenda Mezarobba, “apenas uma tentativa de encerrar o assunto”.³⁹⁷ E essa era, de fato – apesar da crítica às indenizações feitas pelo então ministro da Marinha Mauro César Pereira – a opinião do ministro da Aeronáutica Mauro Gandra, que declarou ser esta “uma boa oportunidade de se virar uma página da história do Brasil”.³⁹⁸ Mezarobba observa que na avaliação de ex-presos políticos, de alguns juristas, de entidades de defesa dos direitos humanos e de parlamentares, era fundamental que se ampliasse a lei e que se propiciasse uma ampla investigação das circunstâncias em que ocorreram os crimes que resultaram na morte dos perseguidos políticos, possibilitando que os responsáveis fossem identificados pelas torturas, sequestros e assassinatos e, conseqüentemente, submetidos à justiça. Outros aspectos não contemplados analisados por Mezarobba dizem respeito ao período de abrangência da Lei, que deveria se estender até o fim do governo militar, e à não contemplação das mortes decorridas da violência política generalizada e de brasileiros mortos no exterior.³⁹⁹

Apesar das críticas, com a Lei 9.140 foi então criada a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP)⁴⁰⁰. Funcionando inicialmente junto ao Ministério

³⁹⁶ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.9.140**, de 04 de dezembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9140compilada.htm>. Acesso em 02 de fevereiro de 2017.

³⁹⁷ MEZAROBBA, *Op cit.*, 2007. p.68-69.

³⁹⁸ *Ibidem.*, p.57.

³⁹⁹ *Ibidem.*, p.68-70.

⁴⁰⁰ Artigo 4º da Lei n.9.140 determina que: “Fica criada Comissão Especial que, face à situação política mencionada no art.1º e, em conformidade com este, tem as seguintes atribuições: I - proceder ao reconhecimento de pessoas: a) desaparecidas, não relacionadas no Anexo I desta Lei; b) que, por terem participado, ou por terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, tenham falecido, por causas não naturais, em dependências policiais ou assemelhadas. II - envidar esforços para a localização dos corpos de pessoas desaparecidas no caso de existência de indícios quanto ao local em que possam estar depositados; III - emitir parecer sobre os requerimentos relativos a indenização que venham a ser formulados pelas pessoas mencionadas no art. 10 desta Lei”. (BRASIL. Presidência da República. *Op cit.*, 1995.

da Justiça, os trabalhos desta Comissão, que tiveram início em 8 de janeiro de 1996, sob a presidência do jurista Miguel Reale Júnior, tinham a competência de reconhecer a morte ou o desaparecimento dos perseguidos políticos, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979 (conforme previsto pela Lei de Anistia), e indenizar monetariamente seus familiares. A alteração da data de abrangência para o reconhecimento dos mortos e desaparecidos para 15 de outubro de 1988, “em razão de participação, ou de acusação de participação, em atividades políticas”, se deu em 2002 pela Lei n.10.536.⁴⁰¹ Outra ampliação da Lei n° 9.140 adveio como resultado da Medida Provisória 176/2004, transformada na Lei n° 10.875/04, que passou a dar abrangência aos casos de mortes em consequência de “repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público”, e aos suicídios cometidos “na iminência de serem presas ou em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público”.⁴⁰²

Com a alteração na Lei dos Desaparecidos da data de abrangência para o reconhecimento dos mortos e desaparecidos e, tendo sido considerados os familiares de vítimas cujas mortes decorreram de confronto com a polícia ou durante manifestações públicas, bem como os casos de suicídio que decorreram da perseguição política cometida durante a repressão, 73 requerimentos foram deferidos e 353 mortos e desaparecidos foram oficialmente reconhecidos pelo Estado brasileiro. Destes, como nota Mezarobba⁴⁰³, um montante de quase 40 milhões de reais foi pago em indenizações às famílias das vítimas. Dos onze anos de trabalho da Comissão, 475 processos foram avaliados. Destes, 64 correspondem aos desaparecimentos na região do rio Araguaia. Dos casos apreciados pela Comissão, que desde 2003 segue desenvolvendo projetos junto à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República de busca, localização e identificação dos mortos e desaparecidos pela ditadura, 362 foram oficialmente reconhecidos e 118 indeferidos.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9140_compilada.htm>. Acesso em 02 de fevereiro de 2017).

⁴⁰¹ A lei que introduziu alteração na data de abrangência, para efeito de indenizações, de 15 de agosto de 1979 para 15 de outubro de 1988 foi a Lei n° 10.536, editada em 2002: “Art. 1° São reconhecidos como mortos, para todos os efeitos legais, as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, deste então, desaparecidas, sem que delas haja notícias.” (BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 10.536**, de 14 de agosto de 2002b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 17 de setembro de 2013).

⁴⁰² BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n° 10.875**, de 1 de junho de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 17 de setembro de 2013.

⁴⁰³ MEZAROBBA, *Op cit.*, 2007. p.95 e 98-99.

Em decorrência de onze anos de atividades da Comissão Especial, o livro-relatório “Direito à Memória e à Verdade” foi publicado em agosto de 2007, durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sob a coordenação de Paulo Vannuchi, Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Este livro relata a conclusão de uma primeira fase de análise e julgamento dos processos de 339 casos de mortos e desaparecidos apresentados para decisão da Comissão, que se somaram aos outros 136 casos, constantes no Dossiê dos Mortos e Desaparecidos organizado pelos familiares e militantes dos direitos humanos, já reconhecidos pela própria Lei 9.140.⁴⁰⁴ Ao final desta primeira fase, outros dois procedimentos são elencados pelo Relatório: a coleta de amostras de sangue dos parentes consanguíneos dos mortos ou desaparecidos cujos corpos não foram entregues aos familiares, objetivando organizar um banco de dados dos perfis genéticos para comparação e identificação dos restos mortais, e a sistematização de informações sobre a localização de possíveis covas clandestinas de sepultamento de militantes.⁴⁰⁵ Todos estes casos se encontram relatados no livro “Direito à Memória e à Verdade”.

Em meados de 2017, a Comissão Especial esteve composta por sete membros escolhidos por designação presidencial, tendo poderes para enviar esforços à localização de corpos de mortos e desaparecidos, emitir parecer sobre requerimentos de indenização formulados por familiares de vítimas e adotar medidas ao cumprimento das recomendações da Comissão Nacional da Verdade. Neste período, a Comissão Especial foi presidida pela procuradora regional da República Eugênia Augusta Gonzaga, que contava com o apoio de seis conselheiros (Diva Soares Santana, Ivan Cláudio Marx, João Batista da Silva Fagundes, Paulo Roberto Severo Pimenta, Rosa Maria Cardoso da Cunha e Vera Silva Facciolla Paiva). As atividades técnicas da CEMDP estavam sendo desenvolvidas com o apoio de profissionais de diversas áreas de conhecimento (arqueologia, medicina, geologia e outras), de órgãos como os Ministérios Públicos, de universidades, da Secretaria Nacional de Segurança Pública e do Instituto Nacional de Criminalística da Política Federal.⁴⁰⁶

Neste contexto, as atividades da Comissão estavam centradas em dois projetos, “Direito à Memória e à Verdade” e “Lugares de Memória”. Este, em disposição ao Programa

⁴⁰⁴ O relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos observa que a prática do desaparecimento consistia no sequestro e no subsequente sumiço dado aos opositores políticos do regime ditatorial. O relatório mostra como saldo de suas investigações, cerca de 150 desaparecidos políticos, muitos dos quais vistos por testemunhas em dependências policiais. BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Op cit.*, 2007. p.48.

⁴⁰⁵ *Ibidem.*, p.17.

⁴⁰⁶ COMISSÃO Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Disponível em: <<http://cemdp.sdh.gov.br>>. Acesso em 29 de maio de 2017.

Nacional de Direitos Humanos 3 (Diretriz 24), com a função de “identificar e tornar públicos estruturas, locais, instituições e circunstâncias relacionadas à prática de violações contra os direitos humanos durante a ditadura”.⁴⁰⁷ A página oficial da CEMDP na Internet apresenta 222 lugares de memória já catalogados pelo projeto, 3 deles fora do Brasil. O projeto “Direito à Memória e à Verdade”, por sua vez, trabalha para “resgatar do esquecimento as lutas da resistência à ditadura militar e mais especificamente a história de lutadores e lutadoras que sofreram a perseguição, a tortura, o exílio, o banimento, a prisão, a morte e o desaparecimento forçado por lutarem contra o regime de opressão”.⁴⁰⁸ Este projeto procura informar sobre a repressão e a resistência à ditadura por meio da publicação de livros⁴⁰⁹, de exposições fotográfica⁴¹⁰, de seminários e de palestras⁴¹¹. Tais atividades se desenvolvem em sintonia com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e com as recomendações da Comissão Nacional da Verdade. Os projetos, em síntese, focam seus trabalhos no resgate do esquecimento da resistência à ditadura e na identificação e publicação dos lugares em que, à época, se perpetraram violações de direitos humanos.

Apesar dos avanços para o tratamento da questão dos mortos e desaparecidos políticos, com a Lei dos Desaparecidos, o ônus da prova sobre o paradeiro das vítimas para efeito das indenizações acabou ficando sob responsabilidade dos próprios familiares, muitas vezes

⁴⁰⁷ *Idem.*

⁴⁰⁸ *Idem.*

⁴⁰⁹ Na página oficial da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos na Internet, a Comissão apresenta cinco publicações do projeto: o livro relatório “Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos”, publicado em 2007 pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos; o livro (catálogo) “Direito à Memória e à Verdade: aos descendentes de homens e mulheres que cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar”, publicado em 2009 durante a 2ª Conferência Nacional do Direito à Igualdade Racial”, cujos textos listam uma breve biografia de quarenta afrodescendentes que se opuseram à ditadura; o livro “Direito à Memória e à Verdade: história de meninas e meninos marcados pela ditadura”, publicado em 2009 na 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que conta a história de violações de direitos humanos cometidas pelo aparelho da repressão contra crianças e adolescentes; o livro “Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura”, publicado em 2010 como parte das celebrações do mês internacional da mulher, que, sob organização de Tatiana Merlino e Igor Ojeda, registra a vida e morte de 45 mulheres que lutaram contra a ditadura, incluindo o testemunho de 27 sobreviventes da tortura; e o livro “Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 1962-1985”. Camponeses Torturados, Mortos e Desaparecidos” (2010), que, com o trabalho das pesquisadoras Ana Carneiro e Marta Cioccarì e com a contribuição de vários outros pesquisadores, faz um mapeamento da violência política que ocorreu no campo entre 1962 e 1985. A página oficial da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos na Internet foi ser consultada em: <http://cemdp.sdh.gov.br>. Acesso em 28 de maio de 2017.

⁴¹⁰ Duas exposições fotográficas foram, até o momento, apresentadas em várias cidades brasileiras pelo Projeto Direito à Memória e à Verdade da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. São elas: “Direito à memória e à verdade – a ditadura no Brasil 1964-1985”, aberta ao público pela primeira vez no início de 2006 no hall da taquigrafia da Câmara dos Deputados, em Brasília; e “A Ditadura no Brasil 1964-1985. A verdade da Repressão, a memória da Resistência”, que resgata a trajetória de perseguidos e mortos políticos durante a ditadura. Ambas estão disponíveis na página oficial da CEMDP na internet: <http://cemdp.sdh.gov.br>. Acesso em 28 de maio de 2017.

⁴¹¹ Na página oficial da CEMDP na internet não consta nenhum seminário ou palestra organizado pelo Projeto da CEMDP.

impossibilitados de examinar as circunstâncias das mortes. Deve-se ainda notar que a aprovação da Lei eximiu o Estado da identificação e responsabilização dos agentes envolvidos nas atrocidades cometidas; negando ainda o caráter público da questão ao excluir a possibilidade de outros interessados ingressarem com o pedido de reconhecimento das mortes e/ou desaparecimentos.⁴¹²

No que diz respeito aos trabalhos da CEMDP, esta enfrentou dificuldades no início de seus trabalhos por ter entre os seus representantes a presença de um general cujo nome, Oswaldo Pereira Gomes, figurava nos relatórios do Projeto “Brasil: nunca mais” como agente da repressão. Oswaldo Pereira Gomes, além de defender que indenizações fossem concedidas às famílias de militares mortos durante a ditadura, negou que se reconhecesse as mortes de vítimas dos agentes da repressão e que a devida indenização às respectivas famílias fosse concedida.⁴¹³ Além disso, deve-se atentar para o fato da Comissão Especial não ter contemplado a recuperação dos restos mortais de muitas das vítimas da ditadura civil-militar pela resistência do Exército às buscas de desaparecidos na região do Araguaia, pela falta de recursos financeiros⁴¹⁴ e pelo fato de muitos documentos sobre “mortes, desaparecimentos e eventuais tortura ocorridas durante a guerrilha do Araguaia” terem sido incinerados junto de suas respectivas ordens.⁴¹⁵

A propósito, neste contexto, com relação ao acesso aos arquivos da ditadura, em maio de 2005 novas regras para o acesso a documentos foram estabelecidas pela Lei 11.111, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com a sua implementação, ficou estabelecido que o acesso a documentos públicos seria vedado à consulta para casos de sigilo “imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Da reunião da comissão interministerial definida pelo decreto 5.301, de 9 de dezembro de 2004 (Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas), ficou estabelecido que se identificasse os

⁴¹² ALMEIDA, Criméia Schmidt de; *et al.* (Orgs). **Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p.33-34.

⁴¹³ BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Habeas Corpus: que se apresente o corpo: a busca dos desaparecidos políticos no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010b. p.137.

⁴¹⁴ Em sua dissertação de mestrado defendida em 2004 no Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Larissa Brisola Brito Prado nota que, o exemplo da falta de recursos se evidencia na “alegada falta de verbas” pela UNICAMP para dar conta de identificar todas as 1049 ossadas encontradas no Cemitério de Perus. De acordo com a autora, o Secretário Executivo da Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos, Francisco Hélder Macedo Pereira, explicou que as universidades brasileiras não se dispuseram às identificações por não possuírem “condições financeiras, tampouco tecnológicas para tanto”. (PRADO, Larissa Brisola Brito. **Estado democrático e políticas de reparação no Brasil: tortura, desaparecimentos e mortes no regime militar**. (Dissertação de Mestrado) – Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. Campinas, São Paulo. 2004. p.106-107).

⁴¹⁵ MEZAROBBA, *Op cit.*, 2007. p.90-91.

autores de crimes perpetrados depois da Lei de Anistia e que, para “fins pedagógicos”, documentos “confidenciais, reservados e secretos” da Polícia Federal, da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e dos órgão de inteligência das Forças Armadas, fossem encaminhados para o Arquivo Nacional. Mezarobba mostra que foram encaminhados à Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos “certidões e outros documentos referentes a vítimas fatais do regime militar”, além de documentos que mantinham “invioláveis apenas informações sobre a honra, a imagem, a intimidade e a vida privada dos cidadão”. A liberação de tais documentos, de acordo com familiares de mortos e desaparecidos políticos, “não são suficientes para o pleno esclarecimento dos fatos”.⁴¹⁶

Até a publicação do livro-relatório “Direito à memória e à verdade”, após 20 anos de vigência da democracia sacramentada pela Constituição, apenas “três corpos foram encontrados e (...) sepultados” por seus familiares.⁴¹⁷ Com a constatação das atrocidades cometidas pelo livro-relatório da Comissão, a maioria dos agentes ligados a violações de direitos humanos durante a ditadura não foi afastada de posições de autoridade, e dos órgão relacionados à prática da lei, comprovando uma ausência substancial de *depurações*, quando muitos agentes do regime seguiram atuando no Estado. E com a publicação do livro-relatório “Direito à Memória e à Verdade” e com as medidas até então assumidas pelo Estado à implementação de mecanismos de justiça transicional à superação dos crimes da ditadura, os arquivos da repressão não foram irrestritamente abertos à elucidação dos fatos e os autores das violações de direitos humanos identificados e criminalmente responsabilizados pelos seus crimes.

Contudo, foi a primeira vez que o Estado brasileiro revelou oficialmente as reiteradas arbitrariedades da ditadura e declarou publicamente que esta foi responsável por esquartejamentos, estupros, torturas, decapitações, ocultação de cadáveres e execuções de opositores da ditadura.⁴¹⁸ Com a Lei dos Desaparecidos, os familiares das vítimas passaram a

⁴¹⁶ *Ibidem.*, p.91-93.

⁴¹⁷ De acordo com o livro-relatório “Direito à Verdade e à Memória”, os corpos encontrados são os de Maria Lúcia Petit, Luiz Eurico Tejera Lisbôa e Denis Casemiro. (BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Op cit.*, 2007. p.49).

⁴¹⁸ Ainda que nenhum agente de Estado tenha sido condenado pelos crimes perpetrados durante a ditadura, deve-se observar que o Estado brasileiro já foi judicialmente responsabilizado pela tortura, prisão, morte ou desaparecimento de perseguidos políticos. Como quando do envolvimento do Estado com a prisão ilegal do jornalista Vladimir Herzog, cuja integridade física e moral não prezada, em decorrência “de lesões e maus-tratos sofridos em dependência do II Exército – SP (DOI-CODI)”, levou a União à condenação e à indenização de seus filhos e de sua viúva pelos danos resultantes de sua morte. Uma tentativa de punição por crimes cometidos na ditadura foi desenvolvida pelo Ministério Público Federal em 2008, quando um procurador da República solicitou à Polícia Federal que um inquérito fosse aberto para a apuração do sequestro e desaparecimento de um padre argentino e de um militante de esquerda italo-argentino na fronteira do Brasil com a Argentina, além da suspeita de envolvimento de agentes da ditadura. Tais crimes teriam sido perpetrados dentro da Operação

ter o direito de exigir os atestados de óbito dos desaparecidos e a receber as devidas indenizações econômicas. Além disso, tiveram reconhecida e legitimada as denúncias das violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura civil-militar. Da instauração da CEMDP, em meio a um contexto político aparentemente estável para o trato de tais questões, a justiça de transição brasileira passou a levar em consideração medidas que tornaram eficiente alguns recursos que permitiram que o direito à memória e à verdade fossem elaborados através de mecanismos que comportam o esclarecimento e o reconhecimento das situações de violência do Estado ditatorial. Com a Lei dos Desaparecidos e com a instauração da CEMDP, em meio à luta de familiares de vítimas e ao apoio à causa dos direitos humanos, os dramas pessoais das vítimas das atrocidades da ditadura foram aos poucos respaldados pelo Estado.

Diante da ampliação de suas responsabilidades, reitera-se que o Estado brasileiro carece da instauração de um aparato que satisfaça os critérios evidenciados pela justiça de transição, que propicie o esclarecimento circunstanciado das violações de direitos humanos, identifique os culpados e os responsabilize criminalmente (direito à memória, à verdade e à justiça), por meio de ações que concedam eficácia e estabilidade às políticas públicas de reparação e que reestabeleçam a confiança dos cidadãos no Estado. Trata-se de conceder às vítimas e à sociedade, além da responsabilização abstrata do Estado, além do direito à indenização, os direitos assentados por organismos internacionais que dizem respeito aos deveres dos Estados investigarem e apurarem as ocorrências das violações de direitos humanos, identificando perpetradores e os responsabilizando sem que a eles seja possibilitada a anistia; concedendo reparações às sequelas dos traumas das vítimas, assegurando o direito individual e coletivo à verdade em benefício do direito à construção da memória, da identidade e da história.

Condor e vinham sendo investigados há anos pela Justiça italiana, “que já indiciou mais de uma dezena de integrantes do aparato repressivo brasileiro e cobra o julgamento dos acusados”. No mesmo ano, integrando o cenário de resgate da memória política brasileira, o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra foi responsabilizado “pela prática de sequestro e tortura durante o regime militar, em uma ação movida por cinco integrantes da família Telles”. Este foi o primeiro ato de reconhecimento oficial, por parte do Estado brasileiro, da participação efetiva de um militar de alta patente “em ações de suplício contra civis”. Esta ação não penaliza nem indeniza economicamente, mas busca “o reconhecimento da ocorrência de tortura e, portanto, da existência de danos morais e à integridade física das vítimas”. MEZAROBBA, *Op cit.*, 2010a. p.17.

3.4 Comissão de Anistia

A principal característica da justiça de transição no Brasil, calcada no dever do Estado de Direito reparar as violações dos direitos humanos, tem se consubstanciado da promulgação da Lei de Anistia. A ideia de anistia como reparação, inobstante, encontrou reforço, adquirindo o status constitucional, na Constituição da República de 1988⁴¹⁹, por meio do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) – regulamentado através de Medida Provisória do Governo Fernando Henrique Cardoso em 2001, posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e convertida em Lei (10.559/2002). A regulamentação do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias possibilitou, de modo geral, que a reparação econômica fosse estendida ao setor privado e aos trabalhadores demitidos por participarem de greves, reconsiderando o período para a reparação de 18 de setembro de 1946 até a homologação da Constituição de 1988.⁴²⁰ Com a entrada em vigor da Lei 10.559 e com a instalação de mais uma comissão de reparação criada pelo Estado brasileiro para lidar com as atrocidades cometidas entre 1946 e 1988 – a Comissão de Anistia, criada pela Medida Provisória nº 2.151 e abrigada pelo Ministério da Justiça em 28 de agosto de 2001 – o processo de acerto de contas com o passado é ampliado.

A Lei 10.559 assegura, de modo geral, o direito à condição de anistiado político; à reparação econômica; à contagem do tempo em que o anistiado foi compelido a afastar-se de suas atividades profissionais, devido a punição ou ameaça de punição; à conclusão de curso

⁴¹⁹ O artigo 8º da Constituição de 1988 elenca ser “concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos”.

“§ 2º Ficam assegurados os benefícios estabelecidos neste artigo aos trabalhadores do setor privado, dirigentes e representantes sindicais que, por motivos exclusivamente políticos, tenham sido punidos, demitidos ou compelidos ao afastamento das atividades remuneradas que exerciam, bem como aos que foram impedidos de exercer atividades profissionais em virtude de pressões ostensivas ou expedientes oficiais sigilosos.”

“§ 5º A anistia concedida nos termos deste artigo aplica-se aos servidores públicos civis e aos empregados em todos os níveis de governo ou em suas fundações, empresas públicas ou empresas mistas sob controle estatal, exceto nos Ministérios militares, que tenham sido punidos ou demitidos por atividades profissionais interrompidas em virtude de decisão de seus trabalhadores, bem como em decorrência do Decreto-Lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978, ou por motivos exclusivamente políticos, assegurada a readmissão dos que foram atingidos a partir de 1979, observado o disposto no § 1º.” BRAZIL. Constituição (1988). **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 16 de setembro de 2013.

⁴²⁰ ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. O programa de reparações como eixo estruturante da Justiça de Transição no Brasil. In. **Justiça de transição: manual para a América Latina**. Félix Reátegui (Org.). Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. p.477-478.

interrompido; e à reintegração dos servidores e dos empregados públicos punidos. Em parágrafo único, a lei garante o direito aos “que foram afastados em processos administrativos, instalados com base na legislação de exceção, sem direito ao contraditório e à própria defesa, e impedidos de conhecer os motivos e fundamentos da decisão”, de serem reintegrados aos seus cargos. Além disso, declara as condições para a “reparação econômica de caráter indenizatório” e as competências administrativas sobre a decisão dos requerimentos.⁴²¹ O texto legal elenca as situações que definem o regime e a condição do “anistiado político”, estabelecendo o direito à reparação econômica de caráter indenizatório, em “prestação única”. Esta deve consistir no “pagamento de trinta salários mínimos por ano de punição e será devida aos anistiados políticos que não puderem comprovar vínculos com a atividade laboral”, considerado o limite de R\$ 100 mil. O texto define que o direito à reparação também deve ser concedido em “prestação mensal, permanente e continuada”, destinada aos anistiados que “comprovarem vínculo com a atividade laboral”, cujo valor deve ser “igual ao da remuneração que o anistiado político receberia se na ativa estivesse”.⁴²²

A Comissão de Anistia, visando executar os objetivos da Lei de Reparação e atender à necessidade de regulamentação prevista no artigo 8º do ADCT, tem a função de analisar os pedidos de indenização formulados pelos cidadãos impedidos de exercerem atividades econômicas por motivação exclusivamente política, e reconhecer, através da declaração de anistiado político, os atos de exceção⁴²³ perpetrados entre 1946 e 1988. Inicialmente instalada em Brasília, a Comissão foi presidida pelo procurador de justiça Petrônio Calmon Filho e contava com dez conselheiros, designados pelo ministro da Justiça, encarregados de fazer a análise dos pedidos de indenização. Mezarobba observa que, no início de seus trabalhos, as dificuldades encontradas pela Comissão, apontadas pelo próprio Petrônio, que ficou na função apenas nove meses, estariam relacionadas com a “total falta de apoio administrativo, moral e pessoal por parte dos órgãos administrativos do Ministério da Justiça”.⁴²⁴

A partir de maio de 2002, o então ministro Miguel Reale Júnior indicou para presidir a Comissão de Anistia o procurador regional da República José Alves Paulino. Reestruturada para que as decisões sobre requerimentos de indenização de perdas que decorreram do

⁴²¹ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 10.559**, de 13 de novembro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110559.htm>. Acesso em 17 de setembro de 2013.

⁴²² *Idem*.

⁴²³ A saber, prisões, torturas, banimentos, clandestinidades, demissões arbitrárias, exílios, expurgos escolares, monitoramentos ilegais, cassações de mandatos políticos, aposentadorias compulsórias, punições administrativas, cassações de remunerações e indiciamentos em processos administrativos ou judiciais.

⁴²⁴ MEZAROBBA, *Op cit.*, 2007. p.136.

impedimento de atividades econômicas fossem agilizadas, a Comissão passou a contar com câmaras especializadas que ficaram responsáveis por analisar os casos de áreas profissionais específicas. Além disso, descentralizou-se as decisões de tais requerimentos que passaram a ser analisados por grupos de três conselheiros. Com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, o advogado Marcello Lavanère Machado passa a assumir a presidência da Comissão, mantendo-se a frente dela por quatro anos. Neste período, o presidente da Comissão, de acordo com Glenda Mezarobba, diz que esta melhorou suas relações com os militares e aumentou a credibilidade de suas decisões. Contudo, os julgamentos ainda eram lentos, a visibilidade da atuação da Comissão precisava ser aprimorada, o montante das indenizações pagas precisava ser equilibrado e a atuação da Comissão desconsiderava o “sofrimento passado” e as necessidades do presente e do futuro dos requerentes. A partir de 2007, Paulo Abrão Pires Junior, professor de Direito Tributário da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, assume a presidência da Comissão de Anistia em meio a críticas de representantes de anistiados e de anistiandos que, de modo geral, dizem respeito às diligências que “estariam sendo expedidas desnecessariamente”, ao desrespeito com as prioridades de idosos e doentes e à dependência da publicação de portarias para que os processos julgados fossem efetivados.⁴²⁵

O Regimento Interno da Comissão de Anistia publicado em 30 de outubro de 2007 (portaria 1.797), ano em que Paulo Abrão assumiu a presidência da Comissão, estabeleceu que esta passaria a ser composta por um número mínimo de vinte conselheiros, indicados pelo Ministério da Justiça. Sua organização passou a ser feita em turmas de julgamento de parecer de requerimentos de anistia compostas por no mínimo três conselheiros cada, e por um Plenário formado por todos os conselheiros, cuja finalidade competiria “apreciar os recursos (...)”, “emitir Súmulas Administrativas (...)”, “dirimir dúvidas (...) sobre a interpretação da Lei nº 10.559 (...)”, “estabelecer normas (...) relativas ao funcionamento da Comissão e à ordem dos trabalhos” e “realizar sessões administrativas e audiências públicas com o objetivo de definir teses e firmar entendimentos sobre as diversas matérias”.⁴²⁶

As sessões das turmas passaram a se reunir duas vezes por mês ou quando convocadas pelo presidente; e as do Plenário, por convocação do presidente uma vez por mês ou, extraordinariamente, quando necessário. As sessões seriam então presididas pelo presidente da Comissão, que realizaria as sessões públicas para apreciação dos pareceres com no mínimo

⁴²⁵ *Ibidem.*, p.140-149 e 162.

⁴²⁶ BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria nº 1.797**, de 30 de outubro de 2007. Disponível no Portal do Ministério da Justiça: <http://portal.mj.gov.br>. Acesso em 16 de Setembro de 2013.

nove conselheiros que deliberariam “por maioria simples dos Membros presentes”. De acordo com o Regimento Interno, a Comissão deveria então submeter os “Pareceres e Resoluções da Comissão” à apreciação do Ministério da Justiça, convocar “sessões ordinárias e extraordinárias”, deliberar a realização das audições de testemunhas, fazer a representação da Comissão frente à imprensa, aos órgãos públicos e à sociedade, divulgar a pertinência da Comissão e da anistia política no Brasil, arquivar recursos impróprios e requerimentos estranhos às suas atribuições, deliberar em favor do “fiel cumprimento” da Lei de Anistia e dar supervisão aos trabalhos de seus auxiliares. Aos conselheiros, por sua vez, caberia, entre outras atribuições delegadas pelo Regimento da Comissão, “participar das sessões”, apreciar, votar e relatar os processos, solicitar a “realização de diligências e eventual oitiva de testemunhas (...)”, encaminhando os processos “sem prejuízo à defesa dos interessados”, dar respostas às consultas e “comunicar ao setor de Julgamento da Comissão (...) os processos de sua relatoria que constarão das pautas de sessões de julgamento”.⁴²⁷

Em setembro de 2016, nomeado pelo Ministro da Justiça Alexandre de Moraes, Almino Afonso, que foi ministro do Trabalho e Previdência do governo de João Goulart e teve o seu mandato cassado pelo governo militar, assumiu a presidência da Comissão de Anistia junto de outros 18 novos integrantes. No contexto do *impeachment* da então presidente da República Dilma Rousseff, sete conselheiros por ela nomeados foram exonerados da Comissão. O deputado federal Nilmário Miranda, que presidiu a Comissão de Representação Externa de Busca dos Desaparecidos Políticos e a Comissão Permanente de Direitos Humanos na Câmara Federal, e outros cinco conselheiros ligados ao Partido dos Trabalhadores, entregaram o cargo após a consumação do impedimento de Rousseff.⁴²⁸ Quatro meses depois, no início de 2017, sem ter participado de nenhuma sessão de julgamento de processos, Almino Afonso deixou o cargo, alegando que tendo-se muito a ser feito, mais do que o previsto no diálogo que teve com o ministro da Justiça, sua idade o impediria de ir a Brasília todas as vezes que seriam necessárias.⁴²⁹ No início de 2017, o professor da Universidade de São Paulo Fernando Dias Menezes de Almeida passou a presidir a Comissão, contando com o apoio 28 conselheiros, entre agentes da sociedade civil,

⁴²⁷ *Idem*. Até 2010, a Comissão de Anistia já havia recebido mais de 80.000 requerimentos.

⁴²⁸ ÉBOLI, Evandro. Almino Afonso deixa presidência da Comissão de Anistia. Ex-ministro de Jango ficou apenas quatro meses no cargo. **O Globo**. 2 de setembro de 2016. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/ex-ministro-de-jango-almينو-afonso-vai-presidir-comissao-de-anistia-20038767>>. Acesso em 8 de junho de 2017.

⁴²⁹ *Idem*.

professores universitários, um integrante indicado pelo Ministério da Defesa e um pelos anistiados políticos.

Até o início de 2017, 75 mil casos de anistia já haviam sido protocolados pela Comissão. Destes, foram apreciados mais de 60 mil casos. Em síntese, com a implementação da Comissão de Anistia, as políticas de reparação no Brasil passaram a levar em consideração medidas individuais de exceção e repressão aos perseguidos políticos e às vítimas de desaparecimentos políticos, assassinatos, torturas, detenções arbitrárias, afastamentos arbitrários do vínculo laboral no setor público e privado, perdas salariais adquiridas, cassações de aposentadorias, aposentadorias compulsórias, forçamento à clandestinidade, banimento, exílios, mandatos e remunerações políticas cassadas, processamentos por inquéritos judiciais e/ou administrativos persecutórios e monitoramento ilegal. Paulo Abrão e Marcelo Torelly⁴³⁰ ressaltam que os principais direitos humanos e liberdades fundamentais lesadas levadas em consideração pelos trabalhos da Comissão envolveram, além dos direitos políticos, o direito à isonomia e a garantias trabalhistas, os direitos à liberdade, à vida, à identidade, à nacionalidade, à integridade física e psicológica, os direitos civis, culturais e religiosos, os direitos à estabilidade, à remuneração e à educação.

As modalidades de reparação até então apreciadas visam abarcar a compensação, a satisfação pública e garantia de não repetição, a restituição e a reabilitação. Tais medidas procuram levar em conta, quando da declaração da condição de anistiado político, direitos que compreendem a reparação econômica em prestação única ou mensal pelos desaparecimentos e perseguições políticas, a localização, identificação e entrega aos familiares dos restos mortais, a contagem de tempo para questões previdenciárias, a readmissão profissional, os benefícios de planos de seguro, assistência médica, odontológica e hospitalar e financiamentos habitacionais, o reconhecimento dos diplomas adquiridos no exterior e a matrícula em escolas públicas.⁴³¹ A integração de mecanismos de reparação simbólica que levam em consideração o potencial do reconhecimento das vítimas e das injustiças perpetradas materializou-se em alguns projetos da Comissão de Anistia: como as Caravanas da Anistia, o Memorial da Anistia Política do Brasil, o projeto Marcas da Memória e o Clínicas do Testemunho.

As Caravanas da Anistia são iniciativas que se efetivam na execução itinerante de sessões/audiências públicas de julgamentos in loco dos requerimentos de reparação dos perseguidos políticos. Complementadas por atividades culturais e educativas (exibições de filmes, exposições, lançamentos de livros e peças de teatro), as caravanas iniciam suas sessões

⁴³⁰ ABRÃO; TORELLY, *Op cit.*, 2011. p.483-487.

⁴³¹ *Idem.*

públicas com homenagens aos que terão os seus processos analisados. Com essas medidas, absolve-se os que insurgiram contra a ditadura e torna-se público o reconhecimento por parte do Estado dos crimes perpetrados contra a cidadania. Nos termos de Abrão e Torelly, é no momento em que a palavra é dada à manifestação do anistiado, no momento de “escuta pública”, que a dimensão moral da reparação se evidencia. É a partir deste momento que o Estado brasileiro anistia o perseguido e pede perdão publicamente por todas as injustiças perpetradas, atribuindo ao aspecto individual da reparação moral um manifesto aspecto de prestação de contas simbólico coletivo e social, de recomposição identitária, permitindo o debate, a reflexão, o resgate, a integração e o comprometimento de uma nova geração com o processo brasileiro de consolidação transicional.⁴³²

Até o início de 2017 foram realizadas mais de 90 Caravanas da Anistia. São vários os parceiros das Caravanas, como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Confederação Nacional de Bispos do Brasil, a União Nacional dos Estudantes, a Associação Brasileira de Imprensa, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, universidades, governos estaduais e municipais, entidades de direitos humanos e grupos de ex-presos e perseguidos políticos. A primeira Caravana ocorreu na Associação Brasileira de Imprensa, em abril de 2008, na cidade do Rio de Janeiro. Em Relatório publicado em 2010, a Comissão de Anistia salienta para o cuidado que se deve tomar para que as Caravanas não burocratizem ou impeçam que o momento do julgamento administrativo seja um espaço de encontro, olhares, escuta e compreensões mútuas entre a sociedade brasileira a ser reparada, representada pelos perseguidos políticos e pelo público presente, e o Estado que pede perdão pelas atrocidades perpetradas, representado pela Comissão de Anistia. Neste aspecto, o Relatório da Comissão sugere ser do encontro e do resgate público da memória das vítimas, nesse processo de escuta coletiva em que o cidadão vitimado perdoa o Estado pelas violências pretéritas cometidas contra ele, que se efetiva o direito à reparação nos níveis individual, coletivo, material e simbólico. Deste modo, o Relatório da Comissão afirma que no encontro intergeracional promovido pelas Caravanas, tem-se intensificado o sentimento de solidariedade, de um protagonismo construtor do reconhecimento e valorização das vivências e dos ideais das experiências políticas e sociais dos ex-perseguidos políticos.⁴³³

Com enfoque no resgate da memória, tornada pública por meio de testemunhos nas ações promovidas pela Comissão de Anistia, o Memorial da Anistia Política no Brasil passa a

⁴³² *Ibidem.*, p.495-498.

⁴³³ BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. **Relatório Anual da Comissão de Anistia 2010**. Brasília: Comissão de Anistia, 2010a. p.29-30.

ter a função de materializar o acervo de dossiês e documentos de áudio e vídeo que resgatam, além das injustiças cometidas aos perseguidos políticos, a história do Brasil da perspectiva das vítimas do arbítrio das violações de direitos humanos perpetradas pelo Estado durante a ditadura civil-militar. A inauguração do Memorial, contudo, já deveria ter ocorrido em 2010, tendo sido remarcada para outubro de 2013, junho de 2014 e dezembro de 2015. Em meados de 2017, prevê-se que sua inauguração aconteça em 2018, com sede na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais.

Seus objetivos específicos, como consta na Portaria que implementa o Memorial (Portaria nº 904, de 5 de maio de 2009, do Ministério da Justiça do Brasil⁴³⁴), visam, de modo geral, a) a criação de um espaço sobre a anistia política; b) o resgate da luta pela democratização; c) a garantia do direito do acesso à informação sobre o período de exceção; d) a identificação, o gerenciamento, a preservação, a restauração, a catalogação, e a divulgação do patrimônio documental da Comissão de Anistia e de todos os documentos doados ao acervo; e) a valorização do direito à memória; f) a oportunidade da promoção de eventos que dizem respeito à anistia política; g) a promoção de parcerias para obtenção de recursos para as atividades do Memorial; h) o incentivo da “cooperação nacional e internacional entre espaços de memória que tratam do tema da anistia política”; e i) a parceria com entidades que tratam deste tema.

Deste modo, tencionando preservar o legado e o acervo da Comissão de Anistia, bem como servir de ferramenta simbólica de reparação moral aos que foram vitimados durante o período dos governos ditatoriais, o Memorial da Anistia congregará funções de museu, de centro de pesquisa e de documentação, gerido pelo Ministério da Justiça, por meio do conselho da Comissão de Anistia.⁴³⁵ Se efetivada, a instauração do Memorial da Anistia deverá consubstanciar o reconhecimento do direito de resistir, de pedir desculpas e de preservar a memória dos perseguidos políticos, se inserindo na construção de um processo de reparação que possibilita a ressignificação da história do país e aumenta a consciência moral e histórica sobre as atrocidades cometidas durante a ditadura brasileira.

Viabilizando a insurgência da pluralidade narrativa no ambiente social, o projeto Marcas da Memória, criado em 2008, por sua vez, procura mobilizar recursos para ações que são organizadas e executadas por grupos da própria sociedade civil. Tais ações procuram reunir depoimentos, sistematizar informações e fomentar iniciativas culturais que reflitam

⁴³⁴ Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=2&pagina=25&data=06/05/2009&captchafield=firstAccess>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2017.

⁴³⁵ BRASIL. Ministério da Justiça. *Op cit*, 2010e. p.49.

sobre a história e a memória da anistia no Brasil. As ações são articuladas pela Comissão de Anistia por meio de áreas de atuação aparelhadas por Audiências Públicas, pela História Oral, por Chamadas Públicas de Fomento a Iniciativas da Sociedade Civil e por Publicações. As Audiências Públicas se constituem em eventos que buscam a promoção da escuta pública dos perseguidos políticos sobre o passado e suas relações com o presente.⁴³⁶ A ação denominada História Oral, por conseguinte, visa realizar entrevistas (em áudio e vídeo) com sobreviventes que experienciaram a resistência à ditadura.⁴³⁷ A área de atuação denominada Chamadas Públicas de Fomento a Iniciativas da Sociedade Civil objetiva ações em torno de projetos de memória, de preservação, de difusão e divulgação das injustiças cometidas pela ditadura.⁴³⁸ As práticas aparelhadas por Publicações, por sua vez, visam o incentivo à publicação de dissertações e teses sobre a ditadura e a anistia no Brasil, à reimpressão de textos relevantes sobre a questão e o registro de anais de eventos sobre anistia política e justiça de transição.⁴³⁹

⁴³⁶ Um exemplo desta proposta foi a supracitada audiência pública realizada em Brasília em 31 de julho de 2008 sobre os “Limites e Possibilidades para a Responsabilização Jurídica dos Agentes Violadores de Direitos Humanos durante o Estado de Exceção no Brasil”, na qual representantes da sociedade civil foram ouvidos sobre o tema da anistia. Além disso, a atuação das Caravanas da Anistia também se configura na busca pela promoção da escuta pública dos perseguidos políticos sobre o passado e suas relações com o presente. Isso se dá no momento em que a palavra é dada à manifestação do anistiado durante a realização itinerante das sessões públicas de julgamentos dos requerimentos de reparação dos perseguidos políticos e no momento em que as vítimas são reconhecidas e homenageadas por atividades culturais e educativas complementares.

⁴³⁷ Exemplo desta atuação são as 108 entrevistas realizadas em vários eventos pelo projeto “História Oral da Anistia Política do Brasil”, iniciado em 2010, que já deveriam ter sido disponibilizadas no Memorial da Anistia. De acordo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, as entrevistas foram realizadas por professores e pesquisadores e foram promovidas em parceria com as Universidade Federais do Rio Grande do Sul (UFRGS), de Pernambuco (UFPE) e do Rio de Janeiro (UFRJ), com o Ministério da Cultura, com a Cinemateca e com o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, e teve financiamento do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD). (BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública do Governo Federal. **Projetos de memória e reparação**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/projetos/projetos-de-memoria-e-reparacao#projeto-marcas-da-mem-ria>>. Acesso em 1 de junho de 2017).

⁴³⁸ No relatório anual da Comissão de Anistia referente ao ano de 2014, elaborado em 2015 e publicado em 2016, consta que, desde 2010, já foram aprovados mais de 60 projetos nesta área de atuação da Comissão, com repasse superior a 20 milhões de reais. (BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. **Relatório Anual da Comissão de Anistia 2014**. Brasília: Comissão de Anistia, 2016a. p.26). Tais projetos – que até meados de 2017 foram selecionados a partir de quatro chamadas públicas (2010, 2011, 2012 e 2013) – acabaram se convertendo na publicação de livros, na produção de documentários, de materiais didáticos, de informativos, em exposições artísticas, em palestras, em peças teatrais, em musicais e na digitalização e/ou restauração de acervos históricos. Na página oficial do Ministério da Justiça e Segurança Pública na internet consta que não foram feitas chamadas públicas em 2014 e 2015 “devido a restrições orçamentárias”. (BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública do Governo Federal. **Projetos de memória e reparação**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/projetos/projetos-de-memoria-e-reparacao#projeto-marcas-da-mem-ria>>. Acesso em 1 de junho de 2017). O relatório anual da Comissão de Anistia também nota que, além do “pequeno recurso existente para investir”, a desaceleração sofrida pelo projeto Marcas da Memória diz respeito ao “alto número de atividades em alusão aos 50 Anos do Golpe” conjugado “à pequena estrutura de recursos humanos”, o que limitou “a capacidade da Comissão de Anistia”. (BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. *Op cit.*, 2016a. p.27).

⁴³⁹ O Relatório Anual da Comissão de Anistia de 2014 apresenta, entre outros, a publicação dos artigos da “Revista Anistia e Justiça de Transição” (número 9); os sete volumes do livro sobre os casos mais paradigmáticos da “Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos”; o livro “Advocacia em Tempos Difíceis”, organizado por Paula Spieler e Rafael Mafei Rabelo Queiroz; e o livro “Nós Dois”, de Ana

Com foco na “hipótese de que o tema da anistia pode ser encarado como uma ‘chave’ para compreensão e análise da história política do Brasil recente”⁴⁴⁰, tais práticas procuram ampliar o espaço de produção de fontes, de discussão e de produção de conhecimento sobre a ditadura civil-militar, sobre a lei de anistia, sobre a redemocratização e sobre a justiça de transição no Brasil, promovendo o acesso à memória e à verdade e aprofundando a experiência da reparação enquanto esclarecimento e reconhecimento.

No que concerne o emprego de esforços para a execução de políticas públicas de caráter educativo, de resgate, preservação e divulgação da memória política brasileira do período de repressão ditatorial e de reparação simbólica e moral, a criação em 2007 da Coordenação de Ações Educativas da Comissão de Anistia, conforme enfoca seu Relatório de gestão (2007-2010), salienta outros projetos implementados, como as Anistias Culturais; os Seminário, Oficinas, Cursos e afins; e a Publicação de Materiais Educativos e de Divulgação. As Anistias Culturais consistem em atividades culturais e pedagógicas de reflexão sobre os fatos históricos que marcaram o período de repressão e o processo de transição política no Brasil, objetivando realizar ciclos mensais públicos de Debates, Mostras Culturais semestrais e Sessões de Memória para melhor esclarecer questões concernentes ao processo de Justiça de Transição adotado pela Comissão de Anistia e para sensibilizar os participantes para as experiências dos testemunhos de repressões sofridas.⁴⁴¹

Maria Freire (*Ibidem.*, p.61-62). Em conformidade com o projeto e “com os ideais de preservação da memória histórica e da verdade”, o Relatório de 2013, publicado em 2016, apresenta, entre outros, os seguintes lançamentos: “Livro dos Votos da Comissão de Anistia: verdade e reparação aos perseguidos políticos no Brasil”, organizado por Maria José H. Coelho e Vera Rota; “Da Memória à Ação: um kit de ferramentas para memorialização em sociedades pós-conflito”, de Ereshnee Naidu, com contribuições de Bix Gabriel e Mofidul Hoque e tradução sob coordenação de Paulo Abrão e Marcelo D. Torelly; “Memórias da Resistência e Solidariedade: o movimento de justiça e direitos humanos contra as ditaduras do Cones sul e sua conexão repressiva”, de Enrique Serra Padrós e Jorge Eduardo Enríquez Vivar. (BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. **Relatório Anual da Comissão de Anistia 2013**. Brasília: Comissão de Anistia, 2016b. p.48-49).

⁴⁴⁰ ARAUJO, Maria Paula. Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil. Construir acervos de fontes primárias e refletir sobre a memória. In. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.06. Brasília: Ministério da Justiça, 2012. p.176.

⁴⁴¹ Os relatórios anuais da Comissão de Anistia de 2013 e 2014 não apresentam nenhuma atividade diretamente relacionada às Anistias Culturais. O Relatório de 2013 apresenta a realização de duas sessões: uma realizada em 2 de fevereiro de 2012 em homenagem a filhos e filhas de perseguidos políticos, e outra em 20 de março de mesmo ano, em homenagem à argentina Estela Carlotta, presidente da *Asociación Abuelas de la Plaza de Mayo*. (BRASIL. Ministério da Justiça. *Op cit.*, 2016b). O Relatório de 2011 também apresenta duas sessões realizadas, uma em homenagem ao Dia Internacional da Mulher e outra para discussão da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. (BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. **Relatório Anual da Comissão de Anistia 2011**. Brasília: Comissão de Anistia, 2016d). O relatório sobre as Ações Educativas da Comissão de Anistia entre 2007 e 2010 mostra que até 2010 foram realizadas 13 Anistias Culturais sobre temas relativos à luta pela redemocratização e à repressão ditatorial. Entre elas, as seguintes sessões: “Homenagem aos perseguidos políticos, filhos de militantes”; “40 anos do Decreto 477/69”; e “40 anos do Ato Institucional n.5”. (BRASIL. Ministério da Justiça. **Ações educativas da Comissão de Anistia**. Relatório de Gestão 2007-2010. Brasília: Comissão de Anistia, 2010b. p.17).

Os Seminário, Oficinas, Cursos e Afins objetivam fomentar atividades educativas relativas à anistia política e a à justiça de transição, como audiências públicas, oficinas temáticas, seminários e cursos, visando possibilitar uma apreciação crítica sobre o passado e o contexto atual brasileiro para dar consolidação à democracia e valorização aos direitos humanos, para fortalecer a democratização das relações entre o Estado e a sociedade.⁴⁴² As Publicações de Materiais Educativos e de Divulgação visam, por sua vez, através da produção de cartilhas, artigos e campanhas de divulgação, assegurar a informação e a divulgação do trabalho das políticas públicas de memória promovidas pela Comissão de Anistia.⁴⁴³

⁴⁴² Sobre as ações que objetivam fomentar atividades de caráter educativo, de resgate, preservação e divulgação da memória do período de repressão e de reparação simbólica e moral, o último Relatório Anual apresentado pela Comissão de Anistia, de 2014, aponta, entre outras realizações do ano, o Seminário “Transições Democráticas e Qualidade da Democracia – Perspectivas Comparadas Brasil-Espanha”, realizado em Sevilha (Espanha) entre os dias 13 e 15 de janeiro; o Seminário “1964, 50 anos depois: Ditadura no Brasil, para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!”, realizado em Palmas entre os dias 31 de março e 01 de abril; e o Congresso Internacional “50 Anos do Golpe e a Nova Agenda da Justiça de Transição no Brasil”, realizado no Recife entre os dias 10 e 14 de março. Por conta das atividades do “Ciclo 50 anos do Golpe” organizadas pela Comissão de Anistia, destaque-se ainda que, entre congressos, atividades artístico-culturais, inauguração de monumentos, e outros, foram realizados 100 eventos no ano de 2014. (BRASIL. Ministério da Justiça. *Op cit.*, 2016a. p.68-71). O Relatório Anual de 2013 aponta vários eventos que foram apoiados pela Comissão ou que tiveram a participação de seus conselheiros ou servidores. Entre eles: o “Colóquio Especializado sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos”, realizado em San José (Costa Rica), entre os dias 04 e 06 de fevereiro; e o Congresso Internacional Justiça de Transição nos 25 anos da Constituição Federal de 1988”, realizado entre os dias 10 e 23 de março na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. (BRASIL. Ministério da Justiça. *Op cit.*, 2016b. p.51-53). No Relatório de 2012, vê-se que, entre outras atividades, a Comissão participou do VII Seminário Internacional de Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), realizado entre os dias 20 e 23 de novembro; e do Seminário Internacional “Operação Condor”, realizado na Câmara dos Deputados em Brasília, entre os dias 04 e 05 de julho. A Comissão também organizou, entre outros eventos, o Seminário Internacional “Limites e possibilidades da Justiça de Transição: Impunidade, Direitos e Democracia”, realizado em Porto Alegre entre os dias 11 e 13 de abril. (BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. **Relatório Anual da Comissão de Anistia 2012**. Brasília: Comissão de Anistia, 2016c. p.46-47). Das ações de 2011, destacam-se o Seminário “Da legalidade à redemocratização: desafios de efetivação dos direitos humanos no Brasil”, realizado na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no dia 25 de agosto; e a realização de oficinas, seminários, mesas de discussão promovidas em comemoração dos 10 anos da Comissão em dezessete estados brasileiros entre os dias 22 e 26 de agosto. (BRASIL. Ministério da Justiça. *Op cit.*, 2016d. p. 38 e 40). No relatório sobre ações educativas da Comissão entre 2007 e 2010 vê-se que, entre outras atividades educativas, foram realizadas pela Comissão de Anistia uma audiência pública sobre “Os limites e possibilidades para a responsabilização jurídica de agentes públicos que cometeram crimes contra a humanidade durante períodos de exceção”, em julho de 2008; um “Ato Público Comemorativo aos 30 anos de luta pela anistia no Brasil”, realizado no pátio do Arquivo Nacional da Casa Civil no Rio de Janeiro em 22 de agosto de 2009; um “Curso Essencial sobre Justiça de Transição”, que ocorreu ao longo de 2010 na cidade de Luziânia (GO); e um “Seminário Internacional sobre Sítios de Memória e Consciência”, realizado entre 21 e 23 de novembro de 2010 em São Paulo. (BRASIL. Ministério da Justiça. *Op cit.*, 2010b. p.18-19).

⁴⁴³ Sobre as medidas que visam assegurar a informação e a divulgação das políticas públicas implementadas pela Comissão de Anistia, além de alguns exemplos já citados na nota 82, referente a algumas das publicações mencionadas nos relatórios da Comissão de Anistia de 2013 e 2014, e dos seminários, oficinas e cursos mencionados anteriormente, vê-se que, em 2012, de acordo com o Relatório Anual, foram publicados com o apoio da Comissão, entre outros trabalhos, o livro “Caravanas da Anistia: o Brasil pede perdão”, organizado por Maria José Coelho e Vera Rotta; e o livro “Paulo Freire: anistiado político brasileiro”, organizado por Moacir Gadotti e Paulo Abrão. (BRASIL. Ministério da Justiça. *Op cit.*, 2016c. p.45-46). Em 2011, destacam-se as seguintes publicações da Comissão de Anistia: “A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada”; e “68 a geração que queria mudar o mundo: relatos”, organizado por Eliete Ferrer.

Outro projeto recentemente (2012) incorporado à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça ao aprofundamento da política nacional de promoção da justiça de transição e da anistia política no Brasil diz respeito às Clínicas de Testemunho. No reconhecimento da perpetuação dos traumas das violências cometidas no período entre 1946 e 1988, com maior atenção dada às “marcas deixadas pelas graves violações de direitos humanos do período da ditadura civil-militar”⁴⁴⁴, as Clínicas de Testemunho visam oferecer reparação psíquica aos indivíduos, às famílias e aos grupos de pessoas que sofreram direta e indiretamente a violência neste período. Oportunizando o testemunho, o relato clínico aos atendidos, as Clínicas objetivam a “elaboração das marcas traumáticas” das atrocidades perpetradas pelos agentes da repressão. O projeto, criado em 2012, envolve ainda a pesquisa e a produção de conhecimento sobre os impactos psíquicos da violência da repressão, e vem ofertando capacitação e formação para profissionais e atores sociais que lidam com o impacto psíquico da violência de Estado.

Até dezembro de 2015, tais ações de reparação simbólica por meio de atenção psíquica agenciadas pelo Estado – ações que encontraram respaldo em recomendação do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade⁴⁴⁵, e cuja pertinência já havia sido afirmada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos⁴⁴⁶ – realizaram mais de 4 mil atendimentos diretos. Ademais, no projeto das Clínicas denominado Conversas Públicas⁴⁴⁷, a sociedade tem

(BRASIL. Ministério da Justiça. *Op cit.*, 2016d. p. 48-49). No relatório das Ações Educativas da Comissão de Anistia entre 2007 e 2010, no que diz respeito à publicações de materiais educativos e de divulgação, além das edições da Revista Anistia Política e Justiça de Transição, da publicação de alguns artigos e do lançamento de uma Campanha de Conscientização contra a Tortura, foi lançado em 2007 somente um “Caderno das Liberdade Democráticas: levante esta Bandeira”, publicação com “língua acessível e próxima à juventude”, distribuído a 2000 jovens durante a Conferência Nacional de Juventude, visando divulgar o período de repressão e a resistência contra a ditadura brasileira. (BRASIL. Ministério da Justiça. *Op cit.*, 2010b. p.20).

⁴⁴⁴ BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Clínicas do Testemunho**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/clinicas-do-testemunho-1/historia/historia>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2017.

⁴⁴⁵ A recomendação de número 15 da Comissão Nacional da Verdade diz: “Como demonstraram as investigações conduzidas pela CNV, as vítimas de graves violações de direitos humanos estão sujeitas a sequelas que demandam atendimento médico e psicossocial contínuo, por meio da rede articulada intersetorialmente e da capacitação dos profissionais de saúde para essa finalidade específica. A administração pública deve garantir a efetividade desse atendimento. (BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op cit.*, 2014a. p.970).

⁴⁴⁶ Em sentença do *Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil*, a Corte Interamericana de Direitos Humanos considera “que é necessária uma medida de reparação que ofereça um atendimento adequado aos sofrimentos físicos e psicológicos sofridos pelas vítimas. Portanto, o Tribunal considera conveniente dispor que o Estado preste atendimento médico e psicológico ou psiquiátrico, de forma gratuita e imediata, adequada e efetiva, por meio das instituições públicas especializadas de saúde, às vítimas que assim o solicitem. (...) O tratamento psicológico ou psiquiátrico deve ser prestado por pessoal e instituições estatais especializadas no atendimento de vítimas de fatos como os ocorridos no presente caso (...). (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Op cit.*, 2010. p.99).

⁴⁴⁷ De acordo com o último Relatório Anual da Comissão de Anistia, entre 2012 e 2014 foram realizadas 33 conversas públicas que atingiram cerca de 1600 pessoas. (BRASIL. Ministério da Justiça. *Op cit.*, 2016c. p.48-49).

sido informada – por meio de mesas redondas, debates e conferências abertas – sobre as consequências da ditadura militar e seus métodos, destacando o papel do testemunho na consolidação da “memória histórica, do reconhecimento da verdade e no combate à violência”.⁴⁴⁸

Quatro relatórios finais foram apresentados por quatro convênios firmados com o Projeto Clínicas do Testemunho na conclusão de uma primeira fase do projeto, entre janeiro de 2013 e dezembro 2015: o Relatório Final do Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo, dos Projetos Terapêuticos do Rio de Janeiro, do Projeto Terapêutico de São Paulo e da Sigmund Freud Associação Psicanalítica do Rio Grande do Sul. Os relatórios salientaram os seus envolvimento em oficinas de capacitação e de formação de profissionais da saúde e da justiça estadual e municipal à constituição de uma rede de reparação psíquica. Além disso, os trabalhos dos projetos disseram respeito à pesquisa e à produção de conhecimento sobre suas atividades e sobre questões que, grosso modo, se referem à violência do Estado brasileiro; ao estabelecimento de modalidades de atendimento psicológico individual, grupal (de reflexão, testemunho, acolhimento e escuta), psiquiátrico, familiar e psicossocial aos anistiados, anistiandos e demais encaminhados que sofreram as violências do período; e à organização de eventos públicos de reflexão e de testemunhos.

O Relatório Final do Instituto Sedes Sapientiae, entregue em dezembro de 2015, não apresentou nenhuma recomendação e os testemunhos ficaram de fora do relatório.⁴⁴⁹ O Relatório Final do Instituto Projetos Terapêuticos do Rio de Janeiro, entregue em novembro de 2015, apresentou de forma mais extensa e detalhada as direções clínico-políticas dos trabalhos do projeto, expondo recomendações que, de modo geral, dizem respeito ao fato dos atendimentos das Clínicas do Testemunhos deverem ser permanentes, “configurando-se como uma política pública de Estado, não mais de governo, com abrangência nacional”; deverem se estender e se aproximar dos que foram vitimados após o período de cobertura da Lei de Anistia; sendo essencial a capacitação, a permanência e a garantia de subsídios dos programas de formação, e que estes “incluam temas voltados para as especificidades da atenção psicológica aos afetados pela violência de Estado”. As recomendações também alertaram à

⁴⁴⁸ BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. Projeto Clínicas do Testemunho. **Relatório Final de Trabalho da Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae**. São Paulo, 2015a. p.02. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/relatorio-final-instituto-sedes-sapientiae.pdf>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2017.

⁴⁴⁹ BRASIL. Ministério da Justiça. *Op cit.*, 2015a. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/relatorio-final-instituto-sedes-sapientiae.pdf>> Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

necessidade das atividades das Clínicas serem articuladas com iniciativas que se voltem à construção da memória, verdade e justiça.⁴⁵⁰

O Instituto Projetos Terapêuticos de São Paulo entregou seu relatório em janeiro de 2016. Este, abreviado como o do Instituto Sedes Sapientiae, também atuou dentro dos eixos apresentados pelo projeto piloto Clínicas do Testemunho: o clínico, o de capacitação e o de pesquisa. Ainda que nenhum testemunho tenha sido apresentado integralmente pelo relatório, quatro recomendações foram feitas para equipes que darão continuidade às Clínicas do Testemunho: a necessidade de um trabalho conjunto entre centros de memória e a Comissão de Anistia; a necessidade de se contemplar um dispositivo de cuidado que considere possíveis “estragos na subjetividade dos terapeutas”, devido o manejo dos efeitos da violência; a necessidade de atendimentos em grupos intergeracionais; e a necessidade de enfatizar dispositivos que ofereçam a escuta pública dos efeitos da violência do Estado.⁴⁵¹

O relatório final da Sigmund Freud Associação Psicanalítica, entregue em novembro de 2015, também apresentou, de modo bastante conciso, suas realizações em conversas públicas desenvolvidas em seminários, oficinas, encontros internacionais, mesas redondas e discussões e debates de filmes e peças de teatro; em capacitações; e em atendimentos individuais e coletivos. Todos os atendimentos sugeriram, de acordo com o relatório, que o danos sofridos são irreparáveis, que o tratamento possibilita a “recomposição psíquica” e que atribuir existência e sentido ao sofrimento desloca o sujeito “de uma posição de vitimização para a de sujeito de sua história”. O projeto recomendou a “manutenção e implementação dos atendimento realizados nas capitais”; o “estabelecimento de parcerias via Ministerial com as Secretarias do Governo Estadual e Municipal” para os transporte dos que tenham interesse de participar do projeto; a permanência dos atendimentos sob a responsabilidade da Comissão de Anistia, tendo em vista a “importância de um espaço especializado para atendimento individual”; a “criação de Grupos de Testemunho nas cidades do interior”; a “criação de uma Rede Latino-americana de clínicas de reparação psíquica”; o estabelecimento de “novos

⁴⁵⁰ BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. Projeto Clínicas do Testemunho. **Relatório Final do Instituto Projetos Terapêuticos do Rio de Janeiro**. 30 de novembro de 2015b. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/relatorio-final-projetos-terapeuticos-do-rio-de-janeiro-com-anexos.pdf>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

⁴⁵¹ BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. Projeto Clínicas do Testemunho. **Relatório Final do Instituto Projetos Terapêuticos de São Paulo**. Janeiro de 2015c. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/relatorio-final-projetoterapeuticos-de-sao-paulo.pdf>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

módulos de capacitação” no interior do Estado; e a realização “de um espaço coletivo de capacitações com servidores e trabalhadores da Comissão”.⁴⁵²

José Carlos Moreira da Silva Filho, ex-presidente da Comissão de Anistia, observa que, no reconhecimento da perpetuação dos traumas das violências cometidas no período entre 1946 e 1988, as Clínicas de Testemunho mobilizaram “um pulsante e engajado coletivo de filhos e netos de perseguidos políticos, evidenciando o fenômeno do dano transgeracional e da pertinência da ação política calcada na memória bem como do processo terapêutico compartilhado, coletivo e peripatético”.⁴⁵³ Em meados de 2017, o projeto estava constituído por dez núcleos, cinco conveniados à Comissão de Anistia e outros cinco ao programa das Clínicas do Testemunho denominado “Centros de Capacitação para Reparação Psíquica e Enfrentamento da Violência”.⁴⁵⁴ Estes núcleos deveriam atuar no atendimento psicossocial, “como espaço de formulação de uma rede de conhecimentos” e na “formação de profissionais

⁴⁵² BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. Projeto Clínicas do Testemunho. **Relatório Final da Sigmund Freud Associação Psicanalítica**. Rio Grande do Sul, 2015d. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/relatorio-final-sigmund-freud-associacao-psicanalitica.pdf>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

⁴⁵³ SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Clínicas do Testemunho: um espaço para a narração do silêncio. In. **Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica**. Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro. Vera Vital Brasil, *et al.* (Coord.). Instituto Projetos Terapêuticos, Ministério da Justiça, Comissão de Anistia. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Rio de Janeiro: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015. p.25.

⁴⁵⁴ Os cinco núcleos conveniados à Comissão de Anistia são os seguintes: os Institutos de Estudos da Religião (ISER), do Rio de Janeiro e de São Paulo; o Instituto Sedes Sapientiae, de São Paulo; e os Institutos APPOA (Clínica, Intervenção e Pesquisa em Psicanálise), do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Estes institutos foram selecionados por chamada pública de 25 de junho de 2015 e deverão seguir com os trabalhos das Clínicas do Testemunho entre janeiro de 2016 e dezembro de 2017. Na página oficial do Ministério da Justiça e Segurança Pública na internet consta que, como desenvolvimento do Projeto Clínicas do Testemunho, o programa “Clínicas do Testemunho: Centros de Capacitação para Reparação Psíquica e Enfrentamento da Violência” foi criado pela Comissão de Anistia, em parceria com Conselho Britânico, “para ampliar e aprofundar a atenção psicológica oferecida a vítimas de violações de direitos humanos no Brasil, com foco nos efeitos da violência no presente”. Como resultado de uma Cooperação Técnica celebrada entre a Comissão de Anistia e o *British Council*, cinco propostas de centros de desenvolvimento profissional britânicos especializados na formação de profissionais que lidam com os impactos psíquicos da violência de Estados – que estão sendo financiados pelo Fundo Newton, que também subsidia os profissionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) que atuam na identificação de corpos de vítimas da ditadura – foram aprovadas para desenvolver no Brasil suas atividades junto aos cinco núcleos do projeto Clínicas do Testemunho. As instituições são as seguintes: Laboratório de Psicologia Sócio-Cultural da *London School of Economics and Political Sciences*, Departamento de Estudos Psicossociais de Birkbeck da Universidade de Londres, Instituto de Educação da Universidade de Manchester, Centro para Psicanálise da Universidade de Middlesex, e o *Center for Health and Human Rights* (ICHHR). BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Clínicas do Testemunho**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/clinicas-do-testemunho-1/clinicas-hoje-1/clinicas-hoje>>. Acesso em 2 de junho de 2017). Das atividades já implementadas, o curso de extensão “Efeitos da violência de Estado: estratégias de cuidado, educação e proteção à infância e juventude na rede pública”, por exemplo, já foi implementado em parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Instituto APPOA e a Universidade Britânica Middlesex. Reunindo trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o curso desenvolverá seus trabalhos entre 8 de outubro de 2016 e 08 de novembro de 2017.

que lidam com os efeitos psíquicos da violência de Estado”.⁴⁵⁵ Trata-se de um trabalho que, de modo geral, ofereça escuta psicanalítica às vítimas do Estado e reconhecimento coletivo de suas árduas histórias; de um trabalho que, nos termos do professor Moreira da Silva Filho, enfatiza a construção coletiva, que estabelece relações entre o trauma individual e o social, entre a prática da violência pessoal e institucional, entre a “clínica individual” e o “compartilhamento de experiências”, o “testemunho” e a “necessária reforma das instituições”, a “afirmação da dor e da ausência” e a “afirmação da ação política mobilizada, sensível e consciente”, entre um “passado redimido” e um “futuro promissor” que de conta dos “sonhos de reconciliação”.⁴⁵⁶

De modo geral, o reconhecimento oficial das vítimas e das injustiças cometidas pela ditadura civil-militar produzidos pelos projetos de reparação desenvolvidos pela Comissão de Anistia, tem possibilitado iniciativas que procuram dar legitimidade à atuação da sociedade civil em busca do reconhecimento e da superação das violações dos direitos humanos. Tais projetos contribuem significativamente para a construção de estratégias de implementação de medidas transicionais rumo ao estabelecimento de novas compreensões valorativas sobre as injustiças cometidas. Tratam-se de medidas que, apesar da demora da Comissão em tomar decisões e na pouca visibilidade de sua atuação, se realizam por meio de um esforço de compreensão e de esclarecimento agenciados pelo Estado.

É difícil compreender como os trabalhos dos programas da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça têm sido designados, em plena democracia, por uma Comissão de Anistia, e não, como exemplifica Glenda Mezarroba, por uma “Comissão de Reparação às Vítimas do Regime Militar”.⁴⁵⁷ Além disso, é complicado que as vítimas ainda precisem recorrer a um pedido de anistia – justificando o estigma da contestação à ditadura como ato de terrorismo, do direito à oposição contra os delitos dos agentes do Estado ditatorial como crime – junto ao Ministério da Justiça para terem reconhecidas as injustiças perpetradas pelo Estado brasileiro durante a ditadura civil-militar.⁴⁵⁸

Apesar disto, e ainda que no Brasil as medidas de justiça de transição tenham de fato ocorrido de forma lenta e truncada – ou quando da observação de que muitos dos corpos dos

⁴⁵⁵ BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Clínicas do Testemunho**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/clinicas-do-testemunho-1/clinicas-hoje-1/clinicas-hoje>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2017.

⁴⁵⁶ SILVA FILHO, *Op cit.*, 2015. p.25.

⁴⁵⁷ MEZAROBBA, O processo de acerto de contas e a lógica do arbítrio. In. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boi Tempo, 2010b. p.117.

⁴⁵⁸ *Idem*.

que morreram nas mãos das Forças Armadas continuam sem ser “acolhidos pela memória”⁴⁵⁹, e alguns dos algozes do regime militar continuam em atividade, fazendo, inclusive, apologia à ditadura –, isso não destitui a adoção de tais medidas. Os trabalhos da Comissão de Anistia no Brasil tem possibilitado a recomposição dos eventos da ditadura civil-militar, tem possibilitado que histórias sejam reveladas, conscientizando a sociedade sobre a necessidade do reconhecimento das vítimas e de todas as violações perpetradas, incentivando e legitimando o direito à memória. Nesse sentido, à construção de estratégias de implementação de medidas transicionais, deve-se levar em conta que a luta política pela memória em curso no Brasil tem criado alicerces para a responsabilização abstrata do Estado, para uma discussão mais substantiva acerca do reconhecimento das violações do regime autoritário.

Setores como as Forças Armadas continuam negando o fornecimento de informações ou documentos que comprovem os abusos cometidos durante a ditadura, continuam negando o fornecimento de informações sobre o paradeiro dos desaparecidos políticos. Ao Estado brasileiro restam obrigações que dizem respeito à investigação, ao processo e à punição dos agentes do Estado que perpetraram graves violações de direitos humanos durante a ditadura civil-militar. Persiste o dever de revelação da verdade por parte dos algozes da ditadura para as vítimas e para a sociedade e a obrigação de afastamento dos perpetradores de posições de autoridade e dos órgãos relacionados à prática da lei. Contudo, e apesar de sintomática a impressão de que a sociedade brasileira nunca conseguiu se livrar da tendência totalitária, a luta política pela memória em curso no Brasil tem procurado renunciar à observação fria e neutra, dando lugar a observação empática e ao relato das vítimas, ou de seus descendentes, recompondo uma realidade negada e possibilitando um trabalho de reparação, esclarecimento e reconhecimento das vítimas, da violência pretérita e de seus legados traumáticos.

Deste modo, e apesar da crítica que se fundamenta no fato do sistema reparatório instituído ser reduzido à questão econômica – o que motiva o menosprezo com relação as conquistas transicionais até aqui conquistadas e o desrespeito com os perseguidos políticos que, de um modo geral, passam a ser considerados “caçadores de tesouros” às custas da verba pública –, o modelo de reparação brasileiro abarca uma dimensão que transcende a dimensão pecuniária. Através de ações públicas de reconhecimento do dano, de projetos educativos em direitos humanos e pela valorização dos testemunhos das vítimas dos traumas cometidos pelos agentes da repressão, tem-se como protagonista das medidas transicionais no Brasil a busca pelo direito à verdade e à memória, permitindo o estabelecimento de novas valorações éticas

⁴⁵⁹ TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. Apresentação. In. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. - _____. (Orgs.). São Paulo: Boitempo, 2010. p.09-10.

das escolhas feitas pelos que se opunham ao regime de exceção e confrontando a consagração pelo regime autoritário da depreciação dos atos de resistência.⁴⁶⁰

Enfim, apesar das críticas, do sentimento de injustiça e da indignação com relação à responsabilização dos algozes da ditadura, os trabalhos de enunciação e recuperação do direito à dissensão das políticas públicas de reparação desenvolvidas pelo Estado brasileiro possuem um sentido simbólico, moral e terapêutico, de justiça ética e política, desempenhando uma função dialógica, permanentemente em construção, e didática, de homenagem ritualizada e de embate político que pressupõe o viver em democracia. A partir do momento que o Estado brasileiro anistia o perseguido e pede perdão publicamente, como ato de reparação simbólica por todas as injustiças inefáveis perpetradas, faz-se necessário que o que aconteceu no passado seja esclarecido (o perdão exige memória⁴⁶¹), que os crimes cometidos contra a humanidade e seus ofensores sejam nomeados – retórica que adquire o alcance de uma forma de “estigma social”⁴⁶² do responsável que, contudo, desestabiliza espaços convencionados de poder –, e que as verdades das injustiças perpetradas venham à tona.

3.5 Comissão Nacional da Verdade

*Much more than the unknown,
you should fear the known.*
(CLAUS, Hugo, 2004)

Importante na constituição dos elementos que cercam a justiça transicional, os princípios que recomendam que se assegure às vítimas os direitos à justiça e à verdade enfatizam a necessidade de instauração de comissões de investigação ao estabelecimento da verdade sobre a violência pretérita, à necessidade das vítimas e da sociedade de saberem a verdade sobre as violações de direitos humanos, contribuindo para a justiça e para a responsabilização.

⁴⁶⁰ BAGGIO, Roberta *Op cit.*, 2011. p.266-269.

⁴⁶¹ RICOEUR, *Op cit.*, 2008. p.195.

⁴⁶² LEFRANC, Sandrine; STEIN, Mariana. Las políticas del perdón y de la reconciliación. Los gobiernos democráticos y el ajuste de cuentas con el legado del autoritarismo. **Desarrollo Económico**, vol.45, n.178, pp.163-186. Instituto de Desarrollo Económico y Social, 2005. p.180.

A ideia de estabelecer uma comissão da verdade no Brasil se consolidou com a ampliação do rol de atores sociais atuantes na articulação de novos movimentos junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos⁴⁶³, com a posição da Câmara Criminal do Ministério Público Federal⁴⁶⁴ e com a aprovação da Lei de Acesso à Informação (12.527, de 2011), que regulamenta o direito de acesso às informações públicas de fatos históricos de relevância, estabelecendo como diretriz o princípio da “publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção”, garantindo o acesso às informações necessárias “à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais”.⁴⁶⁵ Além disso, o conjunto de ações que dizem respeito à justiça de transição no Brasil foi então aprimorado com as diretrizes do terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH III, decreto número 7.037, de 21 de dezembro de 2009), que, de modo geral, estabelecem como orientação de seu programa o “reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado” (Diretriz 23).⁴⁶⁶

O Objetivo Estratégico I do PNDH III diz respeito à promoção da “apuração e esclarecimento público das violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política ocorrida no Brasil no período fixado pelo artigo 8º do ADCT da Constituição”. As diretrizes do Programa visam “incentivar iniciativas de preservação da memória histórica e de construção pública da verdade sobre períodos autoritários”, modernizar a legislação “relacionada com a promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia”, e “suprimir do ordenamento jurídico brasileiro eventuais normas

⁴⁶³ No que diz respeito ao caso Júlia Gomes Lund e outros vs. Brasil (caso Araguaia).

⁴⁶⁴ Referente ao Documento nº 02/2011, da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão Criminal, quando da realização do “Workshop Internacional sobre Justiça de Transição: os efeitos domésticos da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund e outros vs. Brasil e as atribuições do Ministério Público Federal”. O evento foi realizado em Brasília, nos dias 12 e 13 de setembro de 2011. Documento disponível em: <<http://2ccr.pgr.mpf.mp.br/diversos/justica-de-transicao/documento%202.pdf>>. Acesso em 24 de setembro de 2013.

⁴⁶⁵ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.12.527**, de 18 de novembro de 2011b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em 03 de fevereiro de 2017. A Lei nº 8.159, de 1991, que, entre outras providências, dispõe sobre a política nacional de arquivos privados e públicos, já intensificava a submissão da Administração Pública ao princípio da publicidade, recaindo sobre os documentos públicos do governo elaborados e mantidos pelos governos militares brasileiros. A lei regulava “o exercício da função administrativa indispensável ao acesso, produção, tramitação, uso, avaliação, arquivamento e eliminação dos referidos documentos”, ampliando o reconhecimento do direito à saber das injustiças perpetradas pelo Estado autoritário brasileiro. A lei consubstancia, deste modo, a publicidade da atuação dos agentes da repressão. Mesmo no caso de documentos sigilosos, a lei estabelece que o Poder Judiciário poderá “determinar a exibição reservada de qualquer documento público categorizado nos moldes da lei, sempre que *indispensável à defesa de direito próprio ou esclarecimento de situação pessoal da parte*.” (OLIVEIRA, José Roberto Pimenta. Princípio da publicidade, arquivos públicos e justiça de transição. In. **Memória e Verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro**. Inês Virgínia Prado Soares; Sandra Akemi Shimada Kishi (Coord.). BH: Fórum, 2009. p.301-302 e 312).

⁴⁶⁶ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n.7.037**, de 21 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm>. Acesso em 06 de fevereiro de 2017.

remanescentes de períodos de exceção que afrontem os compromissos internacionais e os preceitos constitucionais sobre Direitos Humanos” (Diretriz 25).⁴⁶⁷

Consta no Decreto que aprovou o PNDH (Diretriz 23) a criação de uma Comissão Nacional da Verdade “composta de forma plural e suprapartidária, com mandato e prazo definidos, para examinar as violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política”.⁴⁶⁸ Postergado o assunto, ainda que frequente o debate político e jurídico sobre os rumos a serem tomados pela justiça de transição no Brasil, quase 50 anos depois do golpe de 64 e quase 30 anos depois do fim da ditadura civil-militar, o projeto de lei 7.376/2010⁴⁶⁹ que instituiria a Comissão Nacional da Verdade, assinado por Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto (então Ministro da Justiça), Rogerio Sottili (ex-Secretário Nacional de Direitos Humanos), Nelson Azevedo Jobim (então Ministro da Defesa) e Paulo Bernardo (ministro do Planejamento), foi entregue ao então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em abril de 2010 e encaminhado ao Congresso Nacional em maio do mesmo ano.

Após tramitar no Congresso Nacional, em novembro de 2011 foi então criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV), composta por sete membros indicados pela Presidência da República, identificados pela defesa da democracia e dos direitos humanos. O Relatório Final da CNV, composto de três volumes e mais de 4.000 páginas, foi entregue à Presidência da República em 10 de dezembro de 2014. O primeiro volume do Relatório trata das atividades da Comissão, apresentando as violações de direitos humanos perpetradas, as conclusões e as recomendações. O segundo volume reúne nove textos produzidos sob a responsabilidade individual de alguns dos conselheiros da CNV, versando, de modo geral, sobre o apoio civil de empresários à ditadura e sobre a resistência e as violações de direitos humanos cometidas contra militares, trabalhadores, igrejas cristãs, homossexuais, indígenas, camponeses e universidades. O terceiro volume apresenta os perfis (com ênfase nas circunstâncias da morte ou do desaparecimento) e os relatos dos 434 mortos e desaparecidos políticos confirmados pela Comissão, expondo os resultados das investigações que foram realizadas.

⁴⁶⁷ Sobre o PNDH III, suas diretrizes e seu plano de criação de uma Comissão Nacional da Verdade, ver: BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SDH/PR, 2010. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/pndh3.pdf>>. Acesso em 19 de setembro de 2013.

⁴⁶⁸ BRASIL. Presidência da República. *Op cit.*, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm>. Acesso em 28 de fevereiro de 2017.

⁴⁶⁹ O projeto de lei n. 7.376/2010 pode ser lido na íntegra em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=771442&filename=PL+7376/2010>. Acesso em 14 de setembro de 2013.

A finalidade específica e os objetivos da CNV, declarados respectivamente no artigo 1º e 3º (incisos II, III, IV, V, VI e VII) da lei que a criou (Lei nº 12.528), dizem respeito a) ao exame e ao esclarecimento dos fatos e circunstâncias das violações de direitos humanos cometidas de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988 (mesmo âmbito cronológico de atuação da Comissão de Anistia e quinze anos a mais do que o previsto para a CEMDP); b) ao esclarecimento, de modo circunstanciado, dos casos de mortes, torturas, desaparecimentos forçados, ocultações de cadáveres e suas autorias, mesmo que ocorridos no exterior; c) à identificação e publicidade dos acontecimentos relacionados com tais práticas, bem como de suas ramificações nos aparelhos estatais e na sociedade; d) ao encaminhamento de todas as informações que possam contribuir na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos; e) à colaboração com o poder público no que diz respeito à apuração das violações de direitos humanos; f) à recomendação de que medidas e políticas públicas de prevenção às violações dos direitos humanos sejam adotadas; e g) à promoção da reconstrução da história dos casos de violações dos direitos humanos, colaborando com a prestação de assistência às vítimas de tais violações.⁴⁷⁰

No que se refere às competências para execução dos objetivos da CNV (art. 4º), estas dizem respeito a) ao recebimento de testemunhos, dados documentais e informações; b) à requisição de informações⁴⁷¹; c) à convocação para entrevistas ou testemunho, diferentemente das comissões de reparação, cujo testemunho era voluntário⁴⁷²; d) à determinação para realização de perícias e diligências⁴⁷³; e) à promoção de audiências e sessões públicas⁴⁷⁴; f) à requisição de proteção para os que se encontram em situação de ameaça por colaborarem com

⁴⁷⁰ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.528**, de 18 de novembro de 2011a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm>. Acesso em 28 de setembro de 2013.

⁴⁷¹ A CNV expediu um total de 84 ofícios ao Ministério da Defesa e a seus respectivos comandos, constatando ter sido minoritária a parcela das respostas a estes ofícios que “efetivamente produziram resultados objetivos” para o seu trabalho de investigação. (BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op cit.*, 2014a. p.64).

⁴⁷² De 16 de maio de 2012 até 31 de outubro de 2014 foram coletados 1.116 depoimentos: 483 em audiências públicas e 633 de forma reservada. As testemunhas apresentaram-se voluntariamente ou foram convidadas a testemunhar. Os agentes públicos foram convocados para o comparecimento via notificação encaminhada pelo Departamento de Polícia Federal. Quando requerido, a CNV manteve em sigilo o nome do depoente, sem, apesar disto, deixar de tornar públicas as informações do depoimento. (*Ibidem.*, p.55).

⁴⁷³ O relatório final demonstra que o núcleo pericial da Comissão “expediu 21 laudos periciais, levantou informações, produziu croquis relativos a quinze unidades militares e outros locais utilizados para cometimento de graves violações de direitos humanos, realizou 98 visitas a arquivos públicos e instituições congêneres para busca e pesquisa de documentos, acompanhou quatro procedimentos de exumação, participou de onze procedimentos destinados à coleta de depoimentos e efetuou 24 entrevistas”. Neste eventos, 565 testemunhos foram coletados. (*Ibidem.*, p.54).

⁴⁷⁴ Em colaboração com entidades da sociedade civil e com outras comissões da verdade, a CNV, ao longo de seu funcionamento, organizou ou apoiou a realização de 87 eventos na forma de audiência ou sessão pública; 7 destes foram destinados à “apresentação de relatórios preliminares de pesquisa”; e 2 “para divulgação dos resultados de sua atividade de pesquisa”. (*Ibidem.* p.53).

a Comissão; g) à promoção de parcerias para troca de informações, dados e documentos; e h) à requisição de auxílio de outras entidades e órgãos públicos.⁴⁷⁵ O escopo de suas atribuições administrativas não teve o caráter jurisdicional ou persecutório, ou seja, não coube a Comissão condenar ou estabelecer punições.

A Comissão instituída em 2011 foi integrada por sete conselheiros designados pela então presidente da República Dilma Rousseff: José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro, Rosa Maria Cardoso da Cunha, Claudio Lemos Fonteles e Gilson Langaro Dipp. Estes dois últimos se desligaram da Comissão (renúncia e afastamento por razão de saúde, respectivamente) antes dos trabalhos serem concluídos. Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari foi então nomeado, tendo permanecido até o final dos trabalhos da Comissão. Todo o trabalho da CNV foi desenvolvido sob a coordenação destes conselheiros e por um conjunto de assessores, consultores e pesquisadores que desempenharam os seus trabalhos com a colaboração de mais de uma centena de comissões da verdade setoriais, municipais e estaduais.⁴⁷⁶

No que diz respeito à pesquisa documental, a Comissão contou com equipes de apoio e com um conjunto documental sobre o período já disponibilizado pelo projeto antecessor “Brasil: nunca mais”, pelos processos de anistia política da Comissão de Anistia, e pelas investigações já realizadas pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos,

⁴⁷⁵ BRASIL. Presidência da República. *Op cit.*, 2011a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm>. Acesso em 28 de setembro de 2013.

⁴⁷⁶ O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade mostra que a Comissão firmou acordo de cooperação técnica com as seguintes comissões: Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB; Comissão da Memória e da Verdade Eduardo Collier Filho da Faculdade de Direito da UFBA; Comissão da Memória e Verdade da Universidade Federal do Paraná; Comissão da Memória, Verdade e Justiça de Natal “Luiz Ignácio Maranhão Filho”; Comissão da Verdade da Câmara Municipal de Araras; Comissão da Verdade da OAB/PR; Comissão da Verdade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Reitora Nadir Gouveia Kfourir; Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”; Comissão da Verdade do Município de São Paulo “Vladimir Herzog”; Comissão da Verdade dos Jornalistas Brasileiros (Federação Nacional dos Jornalistas); Comissão da Verdade e da Memória Advogado Luiz Maranhão (OAB/RN); Comissão da Verdade e do Memorial da Anistia Política da OAB/MG; Comissão da Verdade e Memória: pela construção do Nunca Mais! (Escola de Sociologia e Política de São Paulo); Comissão da Verdade “Marcos Lindenberg” da Universidade Federal de São Paulo; Comissão da Verdade “Professor Michal Gartenkraut” da Câmara Municipal de São José dos Campos; Comissão Especial da Memória, Verdade e Justiça da OAB (Conselho Federal da OAB); Comissão Especial da Verdade da Assembleia Legislativa do Espírito Santo; Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (PE); Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça Deputado Estadual José Porfírio de Souza (GO); Comissão Estadual da Verdade da Bahia; Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro; Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul; Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba; Comissão Estadual da Verdade Francisco das Chagas Bezerra “Chaguinha” (AP); Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright (SC); Comissão Memória, Verdade e Justiça do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Próprias e Contratadas na Indústria e no Transporte de Petróleo, Gás, Matérias-Primas, Derivados e Afins, Energia de Biomassas e Outras Renováveis e Combustíveis Alternativos no Estado do Rio de Janeiro; Comissão Municipal da Verdade no Âmbito do Município de Juiz de Fora (MG); Comissão Parlamentar Especial da Verdade da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão; Subcomissão Parlamentar Memória Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. (BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op cit.*, 2014a. p.10).

em especial as contidas no livro-relatório “Direito à memória e à verdade” e nos processos dessa Comissão disponíveis no Arquivo Nacional, como laudos periciais, registros de depoimentos, material fotográfico e documentos de arquivos públicos e de particulares. A CNV trabalhou na recuperação de arquivos nos acervos dos órgãos de segurança e informações do extinto Sistema Nacional de Informações (SISNI), bem como nos acervos de órgãos que atuaram expressivamente na repressão política – como em documentos oriundos do Centro de Informações da Marinha (CISA) e do Centro de Informações do Exército (CIE) – e em documentos do arquivo do Superior Tribunal Militar, em Brasília.

Estabelecendo uma rede cooperativa com os arquivos públicos e instituições que se responsabilizam pela documentação das polícias políticas estaduais, a CNV investigou o destino dos acervos policiais ainda não localizados⁴⁷⁷, recolhendo e transferindo para instituições públicas de guarda a documentação pertinente identificada, visando subsidiar o esclarecimento das violações de direitos humanos perpetradas pelos agentes do Estado autoritário. Através da disponibilização pública dos arquivos identificados, da pesquisa em acervos privados nacionais e no exterior, revistas e jornais de época – confrontados com os depoimentos de vítimas, testemunhas e agentes institucionais coletados –, a CNV procurou garantir o direito à memória e à verdade a todos os interessados no processo de acerto de contas com a violência da repressão.⁴⁷⁸

A CNV se organizou em grupos de trabalho que, de modo geral, focaram suas atenções em questões que dizem respeito à “contextualização, fundamentos e razões do Golpe de 1964”; à identificação do modo como ocorreu a dinâmica da repressão e o plano de poder imposto pelos articuladores do golpe; e às violações de direitos humanos no Brasil. Os grupos de trabalho da Comissão também foram organizados para atentarem aos direitos dos indígenas e das populações camponesas, à Guerrilha do Araguaia, às retaliações cometidas contra militares, às revisões de atestados de óbito e à repressão cometida em âmbito internacional – de brasileiros que sofreram violações de direitos humanos no exterior, de estrangeiros no Brasil e da colaboração da repressão entre os países do Cone Sul, com destaque para a Operação Condor. Além disso, os grupos se dedicaram em investigar as “cadeias de comando” das violações de direitos humanos dos agentes da ditadura; em compreender a “legalidade

⁴⁷⁷ Entre outros, a CNV estabeleceu parcerias com os arquivos públicos do Estado de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Paraná e do Rio Grande do Sul. De acordo com o Relatório Final da CNV, os acervos das políticas dos Estados de Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e Distrito Federal foram mapeados. (*Ibidem.*, p.59).

⁴⁷⁸ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Balanco de Atividades**. 1 ano de Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br>>. Acesso em 23 de setembro de 2013. p.04-06.

autoritária”, destinada à apreciação da dinâmica dos órgãos do sistema de justiça durante o regime; e em examinar as ações de resistência e cooperação das igrejas durante a ditadura, das violências cometidas contra as mulheres e contra os trabalhadores e as organizações sindicais.⁴⁷⁹

No que diz respeito às suas relações com a sociedade civil e com as instituições parceiras, a Comissão Nacional da Verdade dialogou com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, com o Centro Internacional para a Justiça e Transição, com o Instituto Interamericano de Políticas Públicas em Direitos Humanos, com especialistas sobre o Direito à Memória, Verdade e Justiça e com integrantes de outras Comissões de Verdade. Concomitantemente, a Comissão firmou Acordos de Cooperação Técnica com Comissões Estaduais, estendendo suas redes de articulação com organizações da sociedade civil, associações de pesquisa, entidades profissionais e universidades, buscando criar um canal de transparência, prestação de contas, recebimento de colaborações para suas atividades e uma Coordenação Geral de Comunicação e Imprensa responsável pela divulgação destas, bem como pelo gerenciamento dos contatos da Comissão com os veículos da mídia.

Dos métodos e práticas das violações perpetradas, o Relatório Final da CNV formulou um quadro conceitual, levando em consideração decisões de órgãos e tribunais nacionais e internacionais já existentes à época da ditadura militar⁴⁸⁰, que abarcou as modalidades de violações de direitos humanos priorizadas nos trabalhos da Comissão. São elas: as detenções (ou prisões) ilegais ou arbitrárias, as torturas, as execuções sumárias, arbitrárias ou extrajudiciais e “outras mortes imputadas ao Estado” e os desaparecimentos forçados, considerando-se as ocultações de cadáveres.⁴⁸¹ De acordo com o Relatório, as detenções ilegais e arbitrárias promovidas pelos agentes da repressão, compreendidas “como qualquer forma de privação da liberdade dos indivíduos”, contrariam a legislação nacional e caracterizam a prática de crime contra a humanidade.⁴⁸² As torturas levadas a efeito pelos agentes da repressão, constatado o fato de não poderem ser justificadas em nenhuma circunstância, configurou crime contra a humanidade, devendo ser devidamente prevenida e investigada, as vítimas reparadas e os responsáveis pelo seu cometimento devidamente

⁴⁷⁹ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op cit.*, 2014.

⁴⁸⁰ Ainda que o próprio Relatório note que a vinculação do Brasil só tenha ocorrido após a redemocratização, as seguintes normas internacionais de direitos humanos são mencionadas: Princípios de Direito Internacional reconhecidos na Carta de Nuremberg (1946), Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948), Convenções de Genebra (1949), Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos (1955), Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966) e Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969). (*Ibidem.*, p.279).

⁴⁸¹ *Ibidem.*, p.280.

⁴⁸² *Ibidem.*, p.280-283.

punidos.⁴⁸³ O Relatório salienta que as execuções sumárias e outras mortes imputadas ao Estado também confirmam a prática de crime contra a humanidade, devendo o Estado investigar e esclarecer as circunstâncias da morte e punir os responsáveis.⁴⁸⁴

Outra violação de direitos humanos reconhecida pelo Relatório, a prática do desaparecimento forçado, foi “fenômeno sistemático e generalizado” durante o ditadura brasileira, cujo caráter permanente da violação resulta nas obrigações do Estado identificar, investigar e fornecer informações sobre o paradeiro das vítimas. A Comissão, no que diz respeito ao desaparecimento forçado, considerou que o simples reconhecimento público das mortes e desaparecimentos provocados pelo Estado brasileiro – como consubstanciado pelas medidas de justiça transicional implementadas pelas comissões de reparação (CEMDP e Comissão de Anistia) – “não é suficiente para fazer cessar a conduta de desaparecimento forçado”, não o eximindo da responsabilidade pelo delito perpetrado; cabendo a ele, e não aos familiares,

provar que não concorreu para um caso específico de desaparecimento forçado. Não deve recair sobre os familiares (...) o pesado ônus de comprovar o desaparecimento, especialmente quando se leva em consideração que, na grande maioria dos casos, além da recusa estatal de prestar informação sobre o paradeiro da vítima, há a divulgação de falsas versões oficiais (...) que dificultam ainda mais a produção de provas efetivas”.⁴⁸⁵

Estas graves violações se desenrolaram à explanação sobre o “uso de meios ilegais, desproporcionais ou desnecessários e a falta de informação sobre os fundamentos da prisão”, sobre a “realização de prisões em massa”, sobre a “incomunicabilidade do preso”, as “sistemáticas ofensas à integridade física e psíquica do detido e o esforço dos advogados em evitá-las”. Também foram relatadas as práticas da tortura no contexto da doutrina de segurança nacional, sendo evidenciado o seu “caráter massivo e sistemático” praticado pela repressão do regime de 1964, “a prática da tortura e de outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes”, e “as vítimas de tortura e suas marcas”. Quando do reconhecimento da violência sexual, de gênero e contra crianças e adolescentes, o Relatório Final apresentou um quadro da “violência sexual e de gênero como instrumento de poder e dominação”, elaborando questões que dizem respeito aos “métodos e procedimentos” da preponderância da violência sexual, à “normativa internacional” sobre o tema, à violência

⁴⁸³ *Ibidem.*, p.287.

⁴⁸⁴ *Ibidem.*, p.287-290.

⁴⁸⁵ *Ibidem.*, p.294-296.

sexual e de gênero, às “consequências para os sobreviventes” de tais atrocidades e ao “legado traumático” da violência imputada contra crianças e adolescentes. Quando apresentou as execuções e mortes decorrentes de torturas, o Relatório destacou o homicídio “como prática sistemática de violação de direitos humanos”, esclarecendo suas circunstâncias e analisando “falsos confrontos com armas de fogo”, “mortes decorrentes de tortura”, “homicídios com falsas versões de suicídios” e “em manifestações públicas”, “execuções em chacinas”, suicídios que decorreram das sequelas de tortura e os casos de mortes reconhecidas. Ao discutir o desaparecimento forçado, o Relatório apresentou os casos que ocorreram no Brasil e em seus “diferentes órgãos e locais”, suas vítimas e os “casos emblemáticos”.⁴⁸⁶

O Relatório Final da CNV fez a distinção de três categorias de responsabilidade pelas violações de direitos humanos perpetradas: a 1) “responsabilidade político-institucional”, para a identificação dos responsáveis pela definição da doutrina e de estratégias que possibilitaram tais violações, dos que tiveram a função de planejar, conceber e decidir políticas de repressão e perseguição de opositores ao regime⁴⁸⁷; a 2) “responsabilidade pela gestão de estruturas e condução de procedimentos destinados às práticas de graves violações de direitos humanos”, para a identificação de autoria de agentes que permitiram que as violações fossem cometidas⁴⁸⁸; e 3) “a responsabilidade pela autoria direta”, para o reconhecimento dos agentes que executaram pessoal e diretamente e “deram causa direta e imediata” às violações de direitos humanos cometidas.⁴⁸⁹ Estas categorias de responsabilidade atribuída pelo Relatório

⁴⁸⁶ *Ibidem.*, p.275-576.

⁴⁸⁷ Entre os identificados pela CNV de terem planejado, concebido e decidido políticas de repressão e perseguição de opositores ao regime, encontram-se presidentes da República, ministros da Guerra, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, chefes do Serviço Nacional de Informações, chefes do Centro de Informações do Exército e da Marinha e chefes do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica. (*Ibidem.*, p.846-855).

⁴⁸⁸ A responsabilidade pela gestão de estruturas e condução de procedimentos destinados às violações de direitos humanos levou a nomes de dezenas de pessoas, como Argus Lima, comandante da 6ª Região Militar quando da época em que foi executada a Operação Pajussara; Arnaldo Siqueira, responsabilizado pela falsificação de laudos necroscópicos; Audir Santos Maciel, coronel que comandou a Operação Radar; Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-CODI do II Exército, onde ocorreram dezenas de mortes e desaparecimentos forçados; Gastão Batista de Carvalho, comandante de tropas empregadas na repressão à Guerrilha do Araguaia; Harry Shibata, médico responsável pela emissão de laudos fraudulentos, com a finalidade de acobertar violações de direitos humanos; e Manoel Pio Corrêa Júnior, embaixador do Brasil no Uruguai, que conduziu “severa política de monitoramento dos brasileiro exilados. (*Ibidem.*, p.855-871).

⁴⁸⁹ Entre as centenas de responsáveis pela autoria direta de condutas que ocasionaram graves violações de direitos humanos apontados pelo Relatório da CNV, estão Ademar Augusto de Oliveira, envolvido com a prática de detenção ilegal e execução; Ailton Joaquim, apontado como violento torturador; Delene Aleixo Garcez dos Reis, capitão responsável por casos de detenção ilegal, tortura e desaparecimento forçado; Herbert de Bastos Curado, coronel responsável por participação em casos de ocultação de cadáver; João Alves de Souza, segundo-tenente apontado de participação em casos de desaparecimento forçado, execução e ocultação de cadáver; e Lúcio Valle Barroso, responsável pela participação de tortura e assassinato. (*Ibidem.*, p.845). No caso de definição de autoria direta, Marlon Weichert observa que uma advertência precisa ser feita ao fato de tais casos serem considerados somente quando os agentes estiveram relacionados com casos de desaparecimento e de morte, ou com “casos emblemáticos” de outras violências. Deste modo, a Comissão “não quantificou ou

Final se estenderam de ações, ou omissões de ações – de órgãos que atuaram intensa e sistematicamente, principalmente durante o período ditatorial – à perpetuação de violações de direitos humanos. Tais ações estiveram vinculadas fundamentalmente às Forças Armadas, perpassando por outros poderes e por uma rede de comando que se prolongava até a Presidência da República.

A Comissão também responsabilizou o Estado pela perseguição de um expressivo número de militares expulsos, reformados, coagidos à solicitar passagem para a reserva ou se aposentar, processados, presos arbitrariamente, torturados, discriminados e mortos⁴⁹⁰; de trabalhadores rurais e urbanos e movimentos sindicais, destinatários primordiais da violência sistemática praticada mediante a articulação de empresas (citadas no Relatório) e do Estado⁴⁹¹; de populações do campo perseguidas e assassinadas⁴⁹²; e de membros das igrejas cristãs, clérigos e leigos, lideranças ou fiéis, presos arbitrariamente, torturados, expulsos, banidos, assassinados; enfim, perseguidos por resistência ao regime, na defesa por direitos humanos e por solidariedade com as vítimas e seus familiares⁴⁹³. O Estado brasileiro foi ainda responsabilizado pela CNV por milhares de indígenas que tiveram suas terras esbulhadas e sofreram violações de direitos humanos em decorrência da ação direta e deliberada de agentes governamentais ou de sua omissão⁴⁹⁴; e por demissões, torturas, prisões e mortes, entre outras violações de direitos humanos perpetradas pelos agentes da repressão nas universidades brasileiras e no meio educacional.⁴⁹⁵ A responsabilização do Estado pela Comissão também se fez pela violência, justificada “em nome de valores conservadores ligados à doutrina da segurança nacional”, contra gays, lésbicas, travestis, bissexuais, transexuais e transgêneros⁴⁹⁶; e pela participação de civis, responsáveis pela efetivação do regime autoritário e pela montagem e manutenção da estrutura da repressão.⁴⁹⁷

As conclusões do Relatório Final da CNV comprovam a ocorrência planejada e sistemática de graves violações dos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988, especialmente nos anos que correspondem ao regime ditatorial instaurado em 1964. Da revisão de centenas de denúncias e relatos de violações de direitos humanos, a Comissão

relacionou os relatos de tortura ou prisão, nas quais – ao final – não resultou morte”. (WEICHERT, Marlon Alberto. O Relatório da Comissão Nacional da Verdade: conquistas e desafios. **Projeto História**, n.50, pp.86-137. São Paulo, 2014. p.105).

⁴⁹⁰ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op cit.*, 2014b. p.13.

⁴⁹¹ *Ibidem.*, p.80-81.

⁴⁹² *Ibidem.*, p.91-153.

⁴⁹³ *Ibidem.*, p.155-200.

⁴⁹⁴ *Ibidem.*, p.204-262.

⁴⁹⁵ *Ibidem.*, p.265-296.

⁴⁹⁶ *Ibidem.*, p.299-311.

⁴⁹⁷ *Ibidem.*, p.444-445.

confirmou a morte e o desaparecimento forçado de 434 vítimas da ditadura, notando que este número diz respeito somente aos casos cuja comprovação se fez possível em meio aos obstáculos encontrados durante as investigações, como a “ocultação sistemática de informações a respeito dos crimes”, o que, de acordo com o Relatório da Comissão, “tem se observado mesmo no período democrático constitucional (após 1988) e durante a vigência da CNV (2012-2014), pela resistência das Forças Armadas em abrir seus arquivos de informações”.⁴⁹⁸ Neste sentido, a CNV relatou que as lacunas correspondentes às execuções, às torturas e às ocultações de cadáveres de opositores políticos poderiam ter sido mais bem elucidadas se as Forças Armadas tivessem disponibilizado seus acervos produzidos durante a ditadura e se tivessem prestado todas as informações solicitadas.

Contudo, a Comissão salientou a constituição dos atos praticados pelo regime como crimes contra a humanidade, refutando integralmente “a explicação que até hoje tem sido adotada pelas Forças Armadas, de que as graves violações de direitos humanos se constituíram em alguns poucos atos isolados ou excessos, gerados pelo voluntarismo de alguns poucos militares”.⁴⁹⁹ De acordo a CNV, a própria existência comprovada de agentes especializados em “interrogatórios” “vai de encontro à tese de que os inúmeros episódios de tortura não passavam de excessos cometidos por agentes individuais”.⁵⁰⁰ Além disso, e apesar de não atualizar uma estimativa do número de vítimas de prisões arbitrárias e torturas, compilando e atualizando apenas o número de mortes e desaparecidos políticos anteriormente apresentados pelo Relatório da CEMDP, o Relatório final da CNV apontou a permanência de violações de direitos humanos na atual realidade brasileira, observando que o cometimento de tais práticas se consubstanciam à inadequação da devida responsabilização criminal dos agentes da repressão.⁵⁰¹

Da constatação de que a ditadura civil-militar brasileira se configurou em ação “generalizada e sistemática” da prática de violações de direitos humanos pelos agentes do Estado, o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade recomendou importantes medidas institucionais, iniciativas de reformulação normativa (constitucional ou legal) e medidas de seguimento de suas ações e recomendações.⁵⁰² Da comprovação da participação de militares e da utilização da infraestrutura com o cometimento sistemático de violações de direitos humanos, a Comissão recomendou medidas institucionais que dizem respeito ao

⁴⁹⁸ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op cit.*, 2014a. p.963.

⁴⁹⁹ *Idem.*

⁵⁰⁰ *Ibidem.*, p.698.

⁵⁰¹ *Ibidem.*, p.964.

⁵⁰² *Ibidem.*, p.963-975.

reconhecimento claro e direito pelas Forças Armadas de sua responsabilidade institucional pelo cometimento de tais crimes durante a ditadura civil-militar.

Neste contexto, é digno de nota o posicionamento das Forças Armadas frente à realização de sindicância, feita a pedido da CNV, para investigação das práticas de violações dos direitos humanos perpetradas em suas próprias instalações. Da instauração das sindicâncias requeridas pelas três forças, os relatórios concluíram “não ter havido nenhum desvio de finalidade quanto ao uso daquelas instalações”, de que “não havia comprovação da ocorrência de tortura e outras graves violações de direitos humanos nas instalações militares investigadas”. Do encaminhamento de um Ofício (no 585/2014) ao Ministério da Defesa, a CNV solicitou o esclarecimento e a declaração do Ministério da Defesa e dos comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica para o reconhecimento da validade dos “atos oficiais do Estado brasileiro que haviam anteriormente concluído pela ocorrência de graves violações nas sete instalações militares objeto das sindicâncias”, determinando o pagamento de reparações. O ministro da Defesa ressaltou que “não negavam validade aos atos oficiais mencionados no pedido de esclarecimento”. A CNV considerou positivo não terem contestado as atrocidades oficiais do Estado brasileiro, julgando, contudo, ser este posicionamento insuficiente, “por não ter havido de forma clara e inequívoca o expreso reconhecimento do envolvimento das Forças Armadas nos casos de tortura, morte e desaparecimento relatados pela CNV e reconhecidos pelo Estado”.⁵⁰³

Constatado o fato de a anistia não dever se estender aos agentes públicos da repressão, pelas imprescritíveis violações de direitos humanos perpetradas, sendo incompatível com o ordenamento jurídico internacional e com o direito brasileiro, a Comissão recomendou medidas à responsabilização jurídica dos agentes públicos que cometeram violações de direitos humanos no período investigado. Tendo o Estado brasileiro sido condenado ao pagamento indenizatório pela violência cometida no período investigado pela Comissão, o Relatório recomendou a proposição, pela administração pública, de medidas administrativas e judiciais que façam com que os agentes das violações cometidas reembolsem o Estado pelas despesas com pagamentos de indenizações às vítimas de seus crimes. A administração pública deve, concomitantemente, assumir medidas “de regresso contra agentes públicos autores de atos que geraram a condenação do Estado em decorrências da prática de graves violações de direitos humanos”. Tendo-se comprovada a responsabilidade da ditadura civil-militar pela violência sistemática perpetrada por conta de determinações que envolveram a cúpula de

⁵⁰³ *Ibidem.*, p.64-66.

contínuos governos após o golpe de 1964, a Comissão recomendou que a realização de eventos em comemoração ao golpe militar de 1964 seja proibida.⁵⁰⁴

O Relatório também recomendou medidas para que os concursos de admissão e os processos de avaliação na área de Segurança Pública e nas Forças Armadas sejam reformulados de modo a dar mais valorização aos preceitos da democracia e dos direitos humanos; para que as academias militares e policiais tenham os conteúdos de seus currículos reformulados à promoção de valores democráticos e de direitos humanos; para que a casa de morte anotada no assento de óbito de pessoas mortas em decorrência da violência perpetrada seja retificada; e para que as informações em registros públicos sejam corrigidas.⁵⁰⁵ Além disso, tendo a Comissão confirmado a generalização e sistematização da prática de tortura, especialmente em instalações policiais, foram elencadas recomendações à criação de mecanismos que a combatam e a previnam. Também foram elencadas recomendações para que os institutos médicos legais e os órgãos de perícia criminal sejam desvinculados das secretarias de segurança pública e das polícias civis; para que Defensorias Públicas sejam fortalecidas; e para que o sistema prisional seja dignificado. Tendo-se comprovado as sequelas das atrocidades cometidas e o necessário compromisso da sociedade na proteção e promoção de direitos humanos, a Comissão recomendou ainda medidas para que o atendimento médico e psicossocial seja permanentemente oferecido às vítimas de violações de direitos humanos; para que valores democráticos e de direitos humanos sejam promovidos; e para que a instituição e o funcionamento de organismos de direitos humanos sejam apoiados.⁵⁰⁶

No que diz respeito às reformas constitucionais e legais, da constatação de que a Lei de Segurança Nacional foi adotada ainda na ditadura (Lei n.314, de 15 de março de 1967, Decreto-Lei 898, de 29 de setembro de 1969, Lei 6.620, de 17 de dezembro de 1978 e Lei 7.170, de 14 de dezembro de 1983) e de que ela “reflete as concepções doutrinárias que prevaleceram no período de 1964 a 1985”, e da inadmissão das violações de direitos humanos perpetradas, a CNV recomendou a anulação da Lei de Segurança Nacional e o “aprimoramento da legislação brasileira para tipificação das figuras penais correspondentes ao crime contra a humanidade e ao crime de desaparecimento forçado”.⁵⁰⁷ Outro aspecto fundamental examinado pela Comissão diz respeito à “anomalia” proveniente de legislação da

⁵⁰⁴ *Ibidem.*, p.963-975.

⁵⁰⁵ *Idem.*

⁵⁰⁶ *Ibidem.*, p.964-975.

⁵⁰⁷ *Ibidem.*, p.971.

ditadura civil-militar, e que perdura nas atividades de segurança pública, que atribuiu “caráter militar às polícias militares estaduais, bem como sua vinculação às Forças Armadas”. Neste respeito, o Relatório da Comissão recomendou que as polícias militares estaduais sejam desmilitarizadas, que a Justiça Militar estadual seja extinta e que se mude a normativa para a exclusão da jurisdição militar federal sobre civis.⁵⁰⁸

A CNV recomendou também medidas à eliminação da legislação de referências que fazem discriminação das homossexualidades; a mudanças da legislação processual penal com relação à “eliminação da figura do auto de resistência à prisão”; e, para prevenir a tortura e a prática de prisões ilegais, à “introdução da audiência de custódia”, para que em casos de prisões em flagrante o acusado possa ser imediatamente apresentado em audiência na qual o Ministério Público, a Defensoria Pública ou o advogado do preso sejam ouvidos perante um juiz à verificação de eventuais ocorrências de irregularidades e à adequação da continuidade da prisão ou da concessão de liberdade. As medidas de seguimento das ações e recomendações da Comissão se referem à criação de instituição permanente que de seguimento às recomendações e ações da CNV; à continuidade das atividades de “localização, identificação e entrega” dos restos mortais dos desaparecidos aos familiares; à “preservação da memória das graves violações de direitos humanos”; e, por fim, à continuidade e ao “fortalecimento da política de localização e abertura dos arquivos da ditadura militar”.⁵⁰⁹

Críticas ao Projeto de Lei que criou a CNV apontam para o seu enfraquecimento, por este não focar suas atividades exclusivamente nas violações que ocorreram durante a ditadura civil-militar, mas nas violações de direitos humanos que ocorreram desde meados da década de 1940 até a promulgação da Constituição em 1988. Os grupos de familiares das vítimas da ditadura, as associações de ex-presos e perseguidos políticos, os grupos de direitos humanos e as entidades empenhadas na luta pela democratização do Brasil também elencaram críticas à Comissão em um Manifesto lançado em 19 de setembro de 2011.⁵¹⁰ O Manifesto alertou para a estreita margem de atuação da Comissão, cujos poderes legais e número de integrantes são insuficientes; para o desvio do foco de atenção da CNV, ao fixar em 42 anos o período a ser

⁵⁰⁸ *Ibidem.*, p.971-972.

⁵⁰⁹ *Ibidem.*, p.964-975.

⁵¹⁰ Entre os grupos que assinaram o Manifesto estão a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp); a Associação dos Professores da PUC São Paulo (Apropuc); a Associação Juizes para a Democracia; a Central Única dos Trabalhadores-CUT Nacional; o Centro de Direitos Humanos da Grande Florianópolis; o Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu; a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; o coletivo Catarinense Memória, Verdade, Justiça; o Coletivo Contra a Tortura de São Paulo; o Coletivo Merlino; a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul; o Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos; o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro; Instituto Sedes Sapientiae; o Observatório das Violências Policiais da PUC de São Paulo; e a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

investigado; e para a prerrogativa que designa os membros da Comissão da Verdade, que não prevê qualquer forma de participação social, se não exclusiva à Presidência da República.⁵¹¹ Aqui, a representatividade – um dos requisitos essenciais para que uma Comissão da Verdade tenha legitimidade, para que seus membros sejam nomeados mediante debate público – é suspensa, sendo a Comissão omissa na garantia da heterogeneidade e do pluralismo na composição de sua equipe.

As críticas ainda alertaram para o fato de nenhum dos nomes indicados pela Presidência para compor a CNV ser militar ou representante do poder executivo, evidenciando-se o não cumprimento da função de um grupo composto pela representatividade de diversos grupos. Da indeterminação dos meios de divulgação para que a sociedade conheça as conclusões da Comissão, outra crítica repousou no fato comprometedor da independência da Comissão com relação ao Estado, que diz respeito ao fato dos custos de suas atividades serem bancados pela Casa Civil, o que indica subordinação financeira e administrativa diretas à Presidência da República. Além disso, um outro ponto crítico se referiu às recomendações formuladas pela Comissão, cuja lei é silenciosa no que diz respeito ao fato de quem serão seus destinatários.⁵¹²

O Procurador Regional da República Marlon Weichert também adverte para as dificuldades inevitáveis dos trabalhos da Comissão. Para o autor, tais dificuldades são decorrentes da própria investigação de temas que estão “em disputa política e ideológica”, da burocracia, de “seu limitado prazo de existência” e da “escassez de recursos humanos e materiais”. Além disso, Weichert nota que outros problemas se evidenciam pela oposição de setores conservadores da sociedade que, ao se oporem aos trabalhos da Comissão, a ela puseram obstáculos. Outras questões que acabam por deslegitimar os trabalhos da Comissão dizem respeito à ausência da sociedade civil no processo de escolha de seus membros; aos obstáculos impostos pelos militares; à falta de apoio administrativo; à falta de prerrogativas para requisição de arquivos privados; e à falta de experiência dos comissionados na condução das investigações.⁵¹³ Weichert também aponta algumas questões que ficaram sem respostas no relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Estas se referem à quantificação do número de exilados e de casos de prisões arbitrárias, torturas, execuções e desaparecimentos

⁵¹¹ A íntegra do Manifesto está disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18517#>. Acesso em 30 de setembro de 2013.

⁵¹² NASSER CURY, Paula Maria. Comissão da Verdade: análise do caso brasileiro. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.7. Brasília: Ministério da Justiça, 2009. p.295-304 e 311.

⁵¹³ WEICHERT, Marlon Alberto. O Relatório da Comissão Nacional da Verdade: conquistas e desafios. *Projeto História*, n.50, pp.86-137. São Paulo, 2014. p.113-114.

forçados; à “busca e identificação de restos mortais”; à revelação de alguns aspectos concretos dos direitos políticos, civis, sociais, econômicos e culturais da ditadura e de seus impactos; e à “perda de funções públicas e cassações de aposentadorias”.⁵¹⁴

No que diz respeito ao lapso temporal na instauração da Comissão da Verdade no Brasil – além do aspecto negativo correspondente às dificuldades de trabalho produzidas pelo tempo para o levantamento de provas materiais e testemunhais sobre os acontecimentos –, evidenciam-se os problemas referentes à obtenção de provas para a localização e identificação de restos mortais dos desaparecidos e o fato de remanescer prejudicado o impacto restaurador e reconciliador que uma comissão poderia trazer, uma vez que boa parte das vítimas já faleceram ou estão muito idosas. Neste contexto, é digno de nota observar, das lições de Priscilla Heyner, que a maioria das Comissões da Verdade foram criadas com o objetivo comum de dar atenção aos episódios recentes da história de seus países, geralmente no momento de transição política.⁵¹⁵

Na América Latina, as Comissões da Verdade surgiram, frequentemente, logo após à alteração do regime político, como no caso da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*, concebida na Argentina pelo presidente Raúl Alfonsín no mesmo ano em que o regime militar terminou, em 1983. Nos resultados desta Comissão, figuraram componentes essenciais de processos judiciais que possibilitaram que agentes estatais fossem punidos e que a Lei de Anistia fosse declarada inconstitucional. Também no Chile, a “*Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*” foi instituída pelo presidente Patricio Aylwin Azócar no mesmo ano em que a ditadura de Augusto Pinochet terminou, em 1990.⁵¹⁶ Não obstante, o efeito da distância temporal entre o estabelecimento da Comissão e os fatos a serem investigados produz pontos positivos, como o distanciamento das disputas políticas inerentes ao período autoritário, a inexistência de razões para se temer o retorno do autoritarismo e, como nota Marlon Weichert, a permissão de um entendimento mais amplo “das causas (...) que levaram à instauração de um regime autoritário e à adoção da violação sistemática de direitos humanos como instrumento de atuação do Estado”.⁵¹⁷

⁵¹⁴ WEICHERT, Marlon Alberto. O Relatório da Comissão Nacional da Verdade: conquistas e desafios. *Projeto História*, n.50, pp.86-137. São Paulo, 2014. p.118-122.

⁵¹⁵ HAYNER, Priscilla. *Op cit.*, p.17.

⁵¹⁶ DUDENA, Regis. A Comissão da Verdade do sistema político. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, n.7. Brasília: Ministério da Justiça, 2009. p.328-329.

⁵¹⁷ WEICHERT, Marlon Alberto. A Comissão Nacional da Verdade. In: SILVA FILHO, José Carlos Moreira da; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. (Orgs.). *Justiça de Transição nas Américas: olhares interdisciplinares, fundamentos e padrões de efetivação*. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p.169.

Outro aspecto geralmente enfatizado à desqualificação dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, ao seu mandato de investigar somente os atos praticados por agentes da repressão, diz respeito à pressão para que também se investigasse a violência cometida pela resistência à ditadura. Weichert nota, neste sentido, que violações de direitos humanos só podem ser cometidas pelo Estado ou por atores não estatais que estejam “em nítida posição de superioridade em relação ao cidadão”, e não por particulares que, desorganizados no que se refere ao domínio territorial ou ao domínio “sobre a vontade de terceiros”, se contrapõe ao Estado. Deste modo, a resistência, descaracterizada como “força beligerante”, ou como ator estatal com seus respectivos poderes, não se enquadram no que juridicamente se constitui violações de direitos humanos, mas no que se caracteriza “crimes políticos ou comuns”. Além disso, é digno de nota a constatação de que a Justiça Militar já havia investigado as ações da resistência. E o fez sem garantir a ampla defesa, com base na aplicação de uma violação de direitos humanos, a tortura, e de modo desproporcional pelo fato das investigações serem aplicadas com base em leis editadas pelos próprios militares. Logo, o mandato da Comissão na decisão de se ater aos crimes do Estado “é juridicamente compatível com os princípios do direito internacional e a situação fática brasileira”.⁵¹⁸

Outro argumento utilizado à deslegitimação dos trabalhos da CNV diz respeito à Lei de Anistia, que, por sua bilateralidade, deveria ser revista à autorização da punição do Estado e dos dissidentes. Deve-se notar, contudo, como bem o faz Marlon Weichert, que o impacto da Lei de Anistia se deu de modo assimétrico por, de um lado, impedir tão-somente a apuração oficial da violência do Estado e sua punição, e, por outro, representar a “libertação do cárcere ou o fim do exílio” de agentes da repressão já “investigados e sancionados”.⁵¹⁹ Além disso, ainda que se espere a aceitação de relatórios de comissões de verdade como prova de valor irrefutável para futuros processos penais, de forma geral, as comissões de verdade não possuem a função de executarem a justiça, não tendo o poder de punir. O que significa dizer que não compete a CNV a investigação criminal dos fatos, ou seja, ela não possui o desígnio jurídico ou judicial para responsabilizar e condenar. Entretanto, embora a investigação das ações da resistência não diga respeito às atribuições da CNV, ela poderia ter dedicado atenção a tais ações para melhor elucidar a questão dos supostos atos de terrorismo praticados pelos dissidentes, “esvaziando a retórica repetidamente usada para minar a

⁵¹⁸ WEICHERT, Marlon Alberto. O Relatório da Comissão Nacional da Verdade: conquistas e desafios. *Projeto História*, n.50, pp.86-137. São Paulo, 2014. p.91-94.

⁵¹⁹ WEICHERT, *Op cit.*, 2014. p.95.

legitimidade dos processos de apuração da verdade e promoção da justiça em face de autores de grave violações aos direitos humanos”.⁵²⁰

Maria Paula Nascimento Araújo, professora de História Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), nota que as comissões de verdade “fazem recomendações (...) à sociedade, ao governo e ao sistema judiciário do país”, encaminhando suas conclusões para a justiça sem a função de executá-las ou de converter em leis suas recomendações, que nem sempre são cumpridas. O papel político central das comissões, deste modo, está no fato delas produzirem um importante debate público sobre o passado autoritário, sobre a justiça, os direitos civis e humanos – temas decisivos para a edificação de “um novo campo republicano de direitos”, para a discussão dos limites do poder do Estado, para a compreensão do que deve ser considerado violência e para a rejeição de suas práticas –, criando uma “situação de enfrentamento deste passado”.⁵²¹

É impossível para uma comissão da verdade detalhar a extensão e o efeito de toda a criminalidade estatal em apenas dois anos e meio de trabalho. Apesar disto, uma comissão da verdade, como a instaurada no Brasil, é capaz de revelar uma verdade global dos padrões dos eventos, demonstrando as atrocidades que ocorreram e quais poderes foram responsáveis, ou são suspeitos da responsabilidade, por perpetrá-las. As medidas de recomendações apresentadas pelo Relatório Final da CNV revelam o compromisso da Comissão com a garantia de não repetição das atrocidades cometidas. Elas reforçam a promoção por justiça, por reformas institucionais, pela garantia de direitos humanos, pela revelação da verdade, pela reparação material e imaterial e pela preservação da memória das vítimas das injustiças cometidas pelo Estado durante a ditadura civil-militar. Comissões de verdade, como a instituída no Brasil, procuram, de modo geral, equacionar atividades investigativas, humanitárias e prospectivas indispensáveis para o esclarecimento de fatos históricos (direito à verdade), com a elaboração de novas narrativas sociais justificadas e autorizadas (direito à memória) e o enfrentamento das circunstâncias políticas dos processos transicionais. Nesse contexto, inverte-se o processo que naturaliza a violência através do reconhecimento, da identificação e do esclarecimento dos fatos com a produção de uma nova “verdade” autorizada, oficializada, (*“memória institucional”*), que correrá o risco, ou não, de tornar-se predominante com o tempo.⁵²²

⁵²⁰ *Idem.*

⁵²¹ ARAUJO, Maria Paula. Comissões de Verdade: um debate ético-político na contemporaneidade. In. **Violência na história: Memória, trauma e reparação.** Maria Paula Araujo, Carlos Fico e Monica Grin (Orgs.). Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p.148.

⁵²² TORELLY, *Op cit.*, 2012. p.292.

Com a atribuição de responsabilização histórica aos que perpetraram violações dos direitos humanos (alternativa à persecução penal), com uma abordagem que parcialize a concessão de anistia, com políticas de reparação moral, simbólica e psicológica, com uma mobilização política e social que seja capaz de dar edificação à elas e com a promoção de esclarecimento público dos crimes, o Brasil estará no caminho do seu imprescindível processo de superação da violência perpetrada pelos agentes da repressão durante a ditadura, dispondo a Comissão Nacional da Verdade de força que, pela relevância e legalidade de suas conclusões e recomendações, poderá se converter em sólida mudança social.

Se o propósito de uma comissão da verdade é dar conta do esclarecimento circunstanciado e do reconhecimento das violências do Estado, se ocupando particularmente das vítimas, expondo publicamente o que ocorreu, identificando perpetradores, recomendando reparações e reformas, afirmando que a violência não se justifica, que os assassinados eram cidadãos comuns, e não terroristas, no esforço de satisfazer o direito das vítimas e da sociedade ao conhecimento dos fatos e à promoção da prevenção da repetição da prática de violações de direitos humanos, como advertido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas⁵²³, a CNV, em meio a obstáculos e limitações, parece ter cumprido o seu papel. Mesmo que algumas questões tenham ficado mal resolvidas por falta de tempo, meios e fontes, em meio a mentiras e negações por parte dos algozes da ditadura ou, ainda, que se considere que a CNV não tenha estimulado ou motivado uma ampla discussão social das injustiças cometidas, ela pode, por meio de seus questionamentos e reflexões, preparar o terreno para futuras discussões sobre o assunto. E mesmo que a Comissão não tenha atribuição judicial, a verificação e confirmação das atrocidades perpetradas e a identificação de autoria das violações de direitos humanos por ela consolidada pode ser apropriada para gerar subsídios ao esclarecimento dos crimes para a persecução de algozes do regime.

São importantíssimas as conclusões e recomendações apresentadas pela Comissão Nacional da Verdade. A verificação circunstanciada das atrocidades cometidas pelos agentes do Estado durante a ditadura, a identificação dos responsáveis por tais crimes, a recomendação de estes deverem ser criminalmente responsabilizados pelas atrocidades perpetradas, promovendo a justiça restaurativa, e as recomendações que visam a não repetição da violência cometida, estão entre os principais legados dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. Além disso, e não menos importante, as conclusões e recomendações da CNV

⁵²³ NAÇÕES UNIDAS. *Op cit.*, 2004. p.17.

formulam respostas proativas às reformas legais e administrativas⁵²⁴ necessárias ao devido processo de justiça transicional, procurando coibir novas violações de direitos humanos, ajudando a estabilizar padrões internacionais com relação à promoção de valores morais universais, à atribuição de justiça e transparência e à restauração da dignidade das vítimas e dos sobreviventes, não eximindo da responsabilidade criminal os agentes estatais responsáveis pelas violações cometidas.

3.6 Observações finais

A justiça de transição ainda é um processo em aberto no Brasil. De tudo que foi exposto, pode-se aferir que os mecanismos de justiça de transição adotados pelo Estado brasileiro possibilitaram que reparações econômicas fossem conferidas às vítimas, que o Estado esclarecesse e reconhecesse que violações de direitos humanos foram sob sua responsabilidade cometidas, verificando os seus impactos e legados traumáticos, e que questões que dizem respeito à verdade, à memória e à justiça tenham sido aprimoradas. Não há dúvida de que, em função das reivindicações das vítimas, de grupos de direitos humanos, de familiares de mortos e desaparecidos políticos e por pressão da comunidade internacional (representada pela sentença da CIDH), a atuação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, da Comissão de Anistia e da Comissão Nacional da Verdade, por meio de publicações, da implementação de medidas de indenizações e de reparação simbólica, de políticas públicas de memória e verdade, se configura em vetor fundamental à possível deslegitimação do regime e à superação dos legados dos crimes cometidos pelos agentes da repressão.

Contudo, tendo se passado mais de 37 anos desde a publicação da Lei de Anistia, é possível perceber que a justiça transicional no Brasil é um processo em aberto pela parcialidade e incompletude das medidas assumidas e respostas dadas às demandas das

⁵²⁴ Respostas proativas legais e administrativas para que, como visto anteriormente, a Lei de Segurança Nacional seja revogada, as polícias militares estaduais sejam desmilitarizadas, os civis sejam excluídos da jurisdição militar federal, a Justiça Militar estadual seja extinta, a prática de tortura e de prisão ilegal seja prevenida com a introdução da audiência de custódia, a figura do auto de resistência à prisão seja eliminada da legislação processual penal, as referências discriminatórias das homossexualidades sejam extinguidas e a caracterização dos crimes contra a humanidade e da figura criminal do desaparecimento forçado “sejam plenamente incorporados ao direitos brasileiro, inclusive com a estipulação legal das respectivas penas” (BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op cit.* 2014a. p.971-972).

vítimas. Na bilateralidade configurada à anistia, apesar das obrigações do Estado investigar e esclarecer as circunstâncias da morte, processar e punir os responsáveis das violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura civil-militar, a responsabilização criminal dos agentes da repressão não passa de uma aspiração das vítimas e familiares de mortos e desaparecidos políticos. Na não abertura irrestrita dos arquivos da repressão – como dos mencionados nas recomendações feitas pelo Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, como os Centros de Informações do Exército e da Marinha, bem como o Centro de Informações do Exterior e de toda documentação do Sistema Nacional de Informações e contrainformação e dos órgãos dos Estados da Federação vinculados à repressão política⁵²⁵ – cria-se obstáculo, quando não inviabiliza-se a revelação e o registro da violência, autorizando falsas versões ou a negação de informações indispensáveis ao direito à verdade devido às vítimas e à sociedade.

Do possível impacto das conclusões e recomendações da CNV, restam as expectativas não só da responsabilização criminal dos agentes da repressão e do acesso irrestrito às informações necessárias ao direito à memória e à verdade, mas da superação das violações de direitos humanos que, como constatou a própria CNV, ainda são perpetradas em decorrência da elevada violência policial. Ainda resta – das conclusões e recomendações da Comissão – a expectativa da promoção de um amplo debate sobre a violência da ditadura para a promoção de uma cultura de direitos humanos.⁵²⁶ Violência resultante, como aponta o Relatório da CNV, “do fato de que o cometimento de graves violações de direitos humanos verificado no passado não foi adequadamente denunciado, nem seus autores responsabilizados, criando-se as condições para sua perpetuação”.⁵²⁷ Violência corroborada na validação da Lei de Anistia pelo Judiciário, que contempla a tortura, o assassinato, o desaparecimento forçado e outros

⁵²⁵ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op cit.* 2014a. p.974.

⁵²⁶ Maria Celina D’Araujo ressalta que a não mobilização da sociedade brasileira na defesa de uma política de direitos humanos pode ser percebida em dados fornecidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Em dados do Instituto divulgados em 2012 vê-se que “42,9% dos brasileiros nunca tinham ouvido falar na Lei de Anistia, 31,9% ouviram falar, mas não sabiam do que se tratava, e apenas 24,3% sabiam o seu conteúdo”. Para os que disseram saber do que se tratava a Lei, foi feita a pergunta sobre a possibilidade de sua revisão. Em suma, destes, “apenas 22,2% concordaram com a possibilidade de investigação e punição apenas para os agentes da repressão”. A expressiva parte de 45% “incluía a oposição armada entre aqueles a serem investigados e passíveis de punição”; e por volta de 32% “não queriam qualquer investigação e se houvesse, não queriam qualquer punição”. De acordo com D’Araujo, o resultado desta questão é significativo à reflexão sobre a importância da opinião pública sobre justiça e direitos humanos. Em pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo em 2010, “cerca da metade da população de 11 capitais do Brasil concordava, totalmente ou em parte, com o uso da tortura por parte da política, como método para obter provas de suspeitos”. Destes dados, D’Araujo conclui que “qualquer decisão, legislativa ou judicial, para responsabilizar os agentes da repressão, não deverá resultar da expressiva mobilização da sociedade”. (D’ARAÚJO, *Op cit.*, 2012. p.575-576).

⁵²⁷ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op cit.*, 2014a. p.964.

desrespeitos aos direitos humanos. Violência que assinala a importância e a necessidade das recomendações do Relatório da Comissão para o aprofundamento das discussões e da responsabilização dos algozes da ditadura, das reformas institucionais e do desenvolvimento e manutenção de políticas públicas de memória para lidar com os legados da ditadura civil-militar – elementos imprescindíveis à superação da violência como resultado de um processo de interação à construção de significados e representações que são compartilhadas e integradas à orientação prática, ao fortalecimento de valores democráticos e à construção de um futuro mais justo e pacífico.

De tudo quanto exposto, pensando nas condições traumáticas que a violência sistemática e generalizada dos agentes da repressão imprimem na sociedade brasileira, o foco deste trabalho recairá sobre as questões concernentes às estratégias de representação dos legados de tais experiências de violência que possibilitariam a superação dos traumas dela decorrentes. Deste modo, a questão que se pretende investigar diz respeito ao fato de se as políticas de justiça transicional assumidas pelo Estado brasileiro – ao enfatizarem a violência cometida pelos agentes da ditadura brasileira, verificando seus impactos traumáticos, almejando a reparação, a reconciliação, o reconhecimento, o esclarecimento e a responsabilização – criam condições para a admissão da realidade do trauma e da vitimização e assumem um sentido terapêutico, permitindo que se fale da perlaboração social dos traumas herdados das atrocidades cometidas pelos agentes da repressão.

Da averiguação das especificidades da justiça de transição no Brasil, suas medidas de concretização, seu modo de aplicação e mecanismos utilizados para tentar remediar as injustiças cometidas em nome do próprio Estado durante a ditadura civil-militar, cabe submeter as narrativas oficiais produzidas pelas comissões de reparação e de verdade agenciadas pelo estado brasileiro a uma análise que leve em conta o processo de perlaboração do trauma da violência cometida durante o regime militar.

4. TRAUMA, HISTÓRIA E LUTO à perlaboração de uma experiência de violência

In the east the sky is clearing as fast as a memory. At dawn it leans all red on the shimmering horizon. Like the morning beggar trudges up the back steps to the church, the sun rises to give birth to shade, so that earth and sky, man and animal emerge from the disturbing and confused unity in which they became inextricably intertwined.
(TÁRR, Béla, 1994)

Dar-se-á aqui atenção à dinâmica do reconhecimento de certos eventos traumáticos, de processos sociais de exteriorização – e historicização – da violência traumática à perlaboração do passado. Logo, assinalar-se-ão os pontos fundamentais, tensões e limites à compressão do que marca a estrutura de significado do trauma em nível psicológico e sociocultural. Deste modo, faz-se aqui necessário averiguar os estudos sobre as implicações teóricas dos conceitos psicanalíticos de perlaboração, trauma e luto, ao esforço de representação e superação de uma experiência de violência pretérita. No centro destas questões estão as ligações entre o trauma e as possibilidades (dilemas) da representação narrativa. Estes dilemas, por representarem uma ameaça à significação e aos contornos da própria ação, e as demandas por reconhecimento representativo da violência e do sofrimento, cujos termos precisam ser mediados, confrontados e compreendidos como prática cultural de memória coletiva, são cruciais para a compreensão dos debates sobre a memória da violência e sua suposta transformação e recuperação.

4.1 Trauma: considerações psicológicas e socioculturais

*Eras a minha morte:
a ti eu podia reter
quando tudo me desertava.*
(CELAN, Paul, 2011)

O conceito de trauma tem sido empregado para descrever uma lesão, um rompimento, uma ruptura da memória face ao terror causado por certos eventos. Com as formulações de Sigmund Freud e da psicanálise, a ideia de trauma adquiriu especificidade. Freud denominou tal estado de lesão da memória, em face às atrocidades que colocam a vida em risco, que rompem com o “escudo protetor”, com as barreiras protetoras da consciência, de “neurose

traumática” (“*traumatische Neurose*”).⁵²⁸ No trauma, o essencial da recordação é reprimido. Quem padece do trauma não recorda, não reinterpreta ou traduz nexos e lógicas. Deste modo, a vítima do trauma é levada – por impulso, coerção (“*Zwang*”), sob condições de resistência⁵²⁹ – à repetição desta repressão “como vivência atual”, ao invés de pretérita.

O trauma, como uma violação avassaladora cometida sobre a mente, diz respeito à experiência que rompe as proteções da consciência, despertando-a à angustiante dialética da “dissociação” e da “repetição compulsória” (irrefletida, não incutida da consciência de si), operando como uma lógica negativa imprevisível e incontrollável que “fratura e subverte a teleologia da forma”⁵³⁰, que rompe com a capacidade de produzir significado, de fazer associação e de auto-prescrever pontos de orientação. Freud ressaltou que a experiência traumática rompe a “conexão que deveria promover a reprodução, o ressurgimento na memória”.⁵³¹ Trata-se, no vocábulo freudiano⁵³², de uma condição – na qual os sintomas recalçados ocupam o lugar das palavras – que dá nítido sinal de conservação, de reencenação persistente da experiência, de atualização da violência, cujo impacto impossibilita sua representação.

O trauma destrói o sentido, a significação e a simbolização por sua primeira reação ser o silêncio, a impossibilidade da narração. A repressão, nos termos da professora de Teoria da Literatura Mieke Bal, interrompe o movimento narrativo que configura, que dá forma à memória.⁵³³ Deste modo, com o trauma surge um certo *entorpecimento*, uma certa apatia, uma insensibilidade, como se o “recipiente para o sofrimento” se tornasse, como observa o professor de História Frank Ankersmit, inadequado para o impacto de sua natureza e proporção.⁵³⁴ Deste modo, o trauma é precisamente uma incapacidade; uma inaptidão para sofrer ou para assimilar a experiência. O trauma afeta a dissociação da realidade. Sua

⁵²⁸ FREUD, Sigmund. **Jenseits des Lustprinzips** (1920). In. *Psychologie des Unbewussten* (Band III). Alexander Mitscherlich; Angela Richards; James Strachey (Orgs.). Frankfurt: S. Fischer Verlag GmbH, 1975a. p.168.

⁵²⁹ FREUD, Sigmund. **Erinnern, Wiederholen und Durcharbeiten**. In. *Schriften zur Behandlungstechnik*. Alexander Mitscherlich; Angela Richards; James Strachey (Orgs.). Frankfurt: S. Fischer Verlag GmbH, 1975b. p.211.

⁵³⁰ BALL, Karyn. Introduction: Trauma and Its Institutional Destines. **Cultural Critique**, n.46, Trauma and Its Cultural Aftereffects. University of Minnesota Press, 2000. p.30.

⁵³¹ FREUD, Sigmund. **Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse** (1916-1917). In. *Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse Und Neue Folge* (Band I). Alexander Mitscherlich; Angela Richards; James Strachey (Orgs.). Frankfurt: S. Fischer Verlag GmbH, 1969. p.281.

⁵³² *Ibidem.*, p.279-280.

⁵³³ BAL, Mieke. Introduction. In. **Acts of Memory**. Cultural Recall in the Present. Mieke Bal, Jonathan Crewe, Leo Spitzer (Orgs.). Hanover and London: Dartmouth College, 1999. p.xi.

⁵³⁴ ANKERSMIT, Frank. Trauma and Suffering. A Forgotten Source of Western Historical Consciousness. In. **Western Historical Thinking**. An Intercultural Debate. Jörn Rusen (ed.). New York, Oxford: Berghahn Books, 2002. p.78.

presença é indicativa da impossibilidade de se atribuir significado às ocorrências pretéritas; da inabilidade, como observa a socióloga argentina Elizabeth Jelin, de se incorporar tais ocorrências em uma narrativa coerente.⁵³⁵

No paradoxo de nos oferecer um passado que não pode ser nem esquecido e nem lembrado, o trauma nos oferece um passado existente como uma realidade que não pode ser lembrada justamente por não se ter acesso atual a ela.⁵³⁶ O traumatizado retém um momento estabilizado por uma experiência inacessível à consciência, prevenindo que a experiência retorne ao seu lugar no passado. O traumatizado, como mostra a professora de Estudos Literários na Universidade de Konstanz, Aleida Assmann, revive tal momento que se firma nas penumbras da “consciência como presença latente”⁵³⁷: o momento, elidido na memória, “se torna uma temporada”, e o evento, “uma condição”⁵³⁸, ressalta o sociólogo norte-americano Kai Erikson.

Por ser precisamente uma incapacidade de sofrer ou assimilar a experiência, pelo entorpecimento e pela insensibilidade que surge com o trauma, Ankersmit⁵³⁹ destaca que a interpretação precisa, inobstante, se dar conta desta própria perda de significado perante o que aconteceu, construindo-a como uma narrativa do passado. Nos termos de Donald E. Polkinghorn, professor de Psicologia da *University of Southern California*: “o relato (*Erzählung*) de um esquema primário estruturado é interpretado como detentor de sentido e organizado por meio do relacionamento das pessoas consigo mesmas, com os outros e com o ambiente psíquico”.⁵⁴⁰ Nestes termos, a possibilidade de superação do trauma, que está associada às dificuldades relativas às resistências e aos deslocamentos que o evento traumático suscita, se evidencia na possível transformação terapêutica de converter os sintomas recalçados, inconscientes de sua precondição atual, em consciência, em uma estrutura narrativa retrospectiva, em história. À terapia, em termos freudianos, cabe fazer com que o desprazer desta vivência seja revivido, seja colocado em oposição, em suspensão em

⁵³⁵ JELIN, Elizabeth. **State Repression and the Labors of Memory**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003. p.17.

⁵³⁶ ANKERSMIT, *Op cit.*, 2002. p.78.

⁵³⁷ ASSMANN, Aleida. **Espaço da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. p.75 e 277.

⁵³⁸ ERIKSON, Kai. Notes on Trauma and Community. In. **Trauma**. Explorations in Memory. Cathy Caruth (Org.). Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1995. p.185.

⁵³⁹ ANKERSMIT, *Op cit.*, 2002. p.78.

⁵⁴⁰ POLKINGHORN, Donald E. Narrative Psychologie und Geschichtsbewusstsein. In. **Erzählung, Identität und historisches Bewusstsein**. Die Psychologische Konstruktion von Zeit und Geschichte. Erinnerung, Geschichte, Identität I. Jürgen Straub (Org.). Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1998. p.15.

relação à realidade, que deve ser reconhecida como reflexo coerente de um passado esquecido, deslocado do presente.⁵⁴¹

Deste modo, Freud salienta que o trauma não deve ser tratado como um assunto passado, mas como “algo real”, como uma “força atual”, que precisa ser dirigida ao passado por intermediação da resistência descoberta, revelada e informada.⁵⁴² A atividade que possibilita a superação do trauma reside na superação destas resistências por ele condicionadas. No vocábulo freudiano, tais condições dominam-se na abreviação consciente, na ação refletida dos *efeitos somáticos e afetivos* dos impulsos que se tornaram consciência. Trata-se de um trabalho de compreensão, de aceitação, de atribuição de sentido e de reconciliação com o que foi trazido à consciência. Dominam-se tais condições de permanência, de conservação, recalcadas em consequência do desprazer que proporcionam, na motivação de uma melhor compreensão, em um trabalho refletido, educativo, de superação das “resistências internas”.⁵⁴³

O trauma não afeta somente indivíduos. O núcleo e as consequências das experiências de violência são predominantemente sociais. Freud já havia alertado para o fato de o trabalho psicanalítico não poder escapar aos “fundamentos afetivos da relação do indivíduo com a sociedade”.⁵⁴⁴ Além disso, Freud mostrou que o outro, como adversário, objeto, apoio ou exemplo para o indivíduo, caracteriza a extensão da psicologia individual à social.⁵⁴⁵ Este social, esta “massa psicológica”, de acordo com Freud, se forma na condição de comunidade, de identificação, de identidade, de “interesse comum”, de “orientação afetiva similar” e de certo grau de “capacidade de se influenciarem mutuamente”.⁵⁴⁶

Deste modo, a violência perpetrada contra indivíduos, contra “os tecidos básicos da vida social que danificam os laços que ligam as pessoas e prejudicam o senso predominante de comunhão”⁵⁴⁷, pode dar origem a uma disposição que, de acordo com Kai Erikson, é diferente da soma da violência que o constitui. O que significa dizer, na linha dos argumentos

⁵⁴¹ FREUD, *Op cit.*, 1975a. p.228-230.

⁵⁴² FREUD, *Op cit.*, 1975b. p.211 e 214.

⁵⁴³ FREUD, Sigmund. **Über Psychotherapie**. In. Schriften zur Behandlungstechnik. Alexander Mitscherlich; Angela Richards; James Strachey (Orgs.). Frankfurt: S. Fischer Verlag GmbH, 1975c. p.118.

⁵⁴⁴ FREUD, Sigmund. **Das Interesse an der Psychoanalyse** (1913). In. Gesammelte Schriften (Band IV). Zur Psychopathologie des Alltagslebens / Das Interesse an der Psychoanalyse / Über Psychoanalyse / Zur Geschichte der Psychoanalytischen Bewegung. Leipzig; Wien; Zürich: Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 1924. p.341.

⁵⁴⁵ FREUD, Sigmund. **Massenpsychologie und Ich-Analyse** (1921). In. Fragen der Gesellschaft Ursprünge der Religion. Alexander Mitscherlich; Angela Richards; James Strachey (Orgs.). Frankfurt: S. Fischer Verlag GmbH, 1974. p.65.

⁵⁴⁶ *Ibidem.*, p.79.

⁵⁴⁷ ERIKSON, *Op cit.*, 1995. p.185-187.

apresentados pelo autor, que o trauma tem uma dimensão social que, mesmo no adormecimento do afeto e no entorpecimento da habilidade do cuidado, é fonte identitária.⁵⁴⁸ Ainda que o trauma seja patológico, solitário, que quem o tenha experienciado se afaste das disposições diárias e das compreensões que orientam a vida social, as pessoas traumatizadas se agrupam, e isso não significa dizer que o fazem somente por afeto, mas também pelo compartilhamento de perspectivas, expectativas, ritmos e disposições provenientes da sensação de desconformidade, de separação, por imagens revisadas que se tornam a base para a identificação, para a comunhão.⁵⁴⁹ Deste modo, está-se de acordo que o “impacto desestruturante”⁵⁵⁰, fragmentador, do trauma se faz sobre as estruturas de grupos sociais. Em vista disso, o significado do trauma se desdobra às experiências coletivas, extrapolando as fronteiras dos que foram diretamente afetados pela violência.

Não existem memórias individuais sem experiência social, e não existem memórias coletivas sem a participação de indivíduos na vida comunitária. Apesar da experiência ser vivida subjetivamente, ela é ao mesmo tempo interpessoal, compartilhada culturalmente.⁵⁵¹ Logo, deve-se superar a tendência de se ver indivíduos e sociedades como coisas separadas.⁵⁵² O historiador estadunidense Dominick LaCapra e o professor de psicologia da *Sigmund Freud PrivatUniversität Berlin* David Becker observam que a vítima de uma violência ou acontecimento traumático não é uma categoria tão somente psicológica, mas social, política e ética.⁵⁵³ Os traumas, deste modo, devem ser vistos como representantes da questão problemática da identidade dentro de um específico contexto cultural e político, e como uma categoria que apela por mais formas críticas de se confrontar e compreender os seus legados e problemas.⁵⁵⁴

Neste contexto, para melhorar as condições de vida e para fornecer um trabalho coletivo do sofrimento no lidar com as consequências da violência traumática, o processo de

⁵⁴⁸ *Ibidem.*, p.185-187.

⁵⁴⁹ *Ibidem.*, p.194 e 198.

⁵⁵⁰ ORTEGA, Francisco. El trauma social como campo de estudios. In. **Trauma, cultura e historia: reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milenio.** ____ (Org.). Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Centro de Estudios Sociales, 2011. p.54.

⁵⁵¹ ALPHEN, Ernst Van. Symptoms of Discursivity: Experience, Memory, and Trauma. In. **Acts of Memory.** Cultural Recall in the Present. Mieke Bal, Jonathan Crewe, Leo Spitzer (Orgs.). Hanover and London: Dartmouth College, 1999. p.37.

⁵⁵² OLICK, Jeffrey K. **The Politics of Regret: On Collective Memory and Historical Responsibility.** New York, London: Routledge, 2007. p.34.

⁵⁵³ LACAPRA, Dominick. **Writing History, Writing Trauma.** Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 2001. p.79; BECKER, David. Dealing with the Consequences of Organized Violence in Trauma Work. **Berghof Handbook for Conflict Transformation.** pp.03-30. Berghof Research Center for Constructive Conflict Management, 2001. p.25.

⁵⁵⁴ LACAPRA, *Op cit.*, p.81.

possível superação do trauma tem início no amparo com uma identidade supraindividual ligada à memória cultural, que prescreve os “pontos de orientação decisivos”⁵⁵⁵ à sua perlaboração. Esta questão será retomada adiante, quando da discussão sobre as estratégias de representação das experiências de violência mediadas por trabalhos de memória coletiva que, como “agentes de linguagem”⁵⁵⁶, procuram fornecer sentido à experiência do trauma e superar os seus legados. Contudo, insta observar à discussão que segue, que neste processo de representação do sofrimento como prática cultural de memória coletiva, de representação do dano que ameaça desconstruir a identidade, a violência traumática experienciada é conduzida à consciência mediante o luto.

4.2 Do reconhecimento à luta: luto

*Yesterday upon the stair,
I met a man who wasn't there.
He wasn't there again today,
Oh how I wish he'd go away.*
(MEARNS, William Hughes, 1899)

Via de regra, o luto (“*Trauer*”), em termos freudianos, é “a reação diante da perda de uma pessoa amada ou uma abstração que se coloca em seu lugar”.⁵⁵⁷ O luto se caracteriza por um “profundo sofrimento”, por uma perda de interesse pelo mundo externo, pela “perda da capacidade de amar” e por redução, “inibição de toda atividade” necessária. Trata-se de uma “fixação afetiva” (“*affektiven Fixierung*”) em algo do passado; fixação que faz com que o enlutado se volte para o seu próprio sofrimento, fixação que acarreta na “mais completa prevenção do presente e do futuro”.⁵⁵⁸ No luto, contudo – e diferentemente da melancolia, na qual o próprio eu se torna “pobre e vazio” – não há um distúrbio da consciência de si, tem-se consciência da perda, renuncia-se à ela.⁵⁵⁹

⁵⁵⁵ ASSMANN, *Op cit.*, 2011. p.310 e 316.

⁵⁵⁶ LARRABEE, M. J.; WEINE, S.; WOOLLCOTT, P. “The Wordless Nothing”: Narratives of Trauma and Extremity. **Human Studies**, vol.26, n.03, pp.353-382. Springer, 2003. p.365.

⁵⁵⁷ FREUD, Sigmund. **Trauer und Melancholie** (1917 [1915]). In. *Psychologie des Unbewussten* (Band III). Alexander Mitscherlich; Angela Richards; James Strachey (Orgs.). Frankfurt: S. Fischer Verlag GmbH, 1975d. p.197.

⁵⁵⁸ FREUD, *Op cit.*, 1969. p.275-276.

⁵⁵⁹ FREUD, *Op cit.*, 1975d. p.198-200 e 211.

A melancolia se caracteriza como um processo de detenção, e isolamento, no qual o próprio deprimido e traumatizado, apreendido na repetição compulsiva, permanece narcisisticamente identificado com o objeto perdido.⁵⁶⁰ A melancolia se caracteriza, em termos psíquicos, por um desprazer, por um ressentimento ou “abatimento doloroso” (“*schmerzliche Verstimung*”), uma “suspensão do interesse pelo mundo exterior”, que se dá por meio da “perda da capacidade de amar, da inibição de toda atividade e da diminuição da autoestima”.⁵⁶¹ A perda é inconsciente para o melancólico.⁵⁶² Na melancolia, a permanência do passado é proposta como ausência de sua superação, como suspensão do luto não resolvido, como expressão do que o professor de Literatura Jaime Ginzburg denomina “de um despreparo para uma distinção entre a percepção mediada pela memória e a percepção imediata da experiência”.⁵⁶³

O luto, por sua vez, e apesar de envolver sofrimento, é necessário por possibilitar a superação do trauma e a realização de um “investimento”, ou “recatexia”, da vida, que permite que ela possa recomeçar. O luto é, portanto, condição de perlaboração e recuperação. Dominick LaCapra nota que o luto pode ser visto não simplesmente como um sofrimento individual, “mas como uma socialização homeopática, ou ritualização da compulsão à repetição, que tenta se virar contra a pulsão de morte e neutralizar a compulsividade (...) pela repetição”.⁵⁶⁴ Essa neutralização do comportamento compulsivo, que se apresenta de modo excessivo e repetitivo, se faz à possibilidade de distanciamento crítico, para que uma mudança, uma “renovação e retomada da vida social” se viabilize.⁵⁶⁵ Logo, o luto permite que o outro seja reconhecido como outro e não como si, possibilitando uma relação com o passado que envolve o reconhecimento de sua diferença do presente. Os processos sociais de luto, deste modo, nos termos de LaCapra, “podem ser o único modo efetivo de superar parcialmente a melancolia e a depressão ou, pelo menos, de preveni-las de se tornarem desgastantes e incapacitadoras”.⁵⁶⁶

LaCapra explica que na compulsividade irrefletida pela repetição, no rompimento, como visto, com a capacidade de produzir significado, de fazer associação e de estabelecer

⁵⁶⁰ LACAPRA, Dominick. **History and memory after Auschwitz**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1998. p.44-45.

⁵⁶¹ FREUD, *Op cit.*, 1975d. p.198.

⁵⁶² ROTH, Michael S. Freud's Use and Abuse of the Past. In. _____ (Ed.) **Rediscovering History**. Culture, Politics, and the Psyche. Stanford, California: Stanford University Press, 1994. p.344.

⁵⁶³ GINZBURG, Jaime. **Crítica em Tempos de Violência**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2012. p.175.

⁵⁶⁴ LACAPRA, *Op cit.*, 2001. p.66.

⁵⁶⁵ LACAPRA, *Op cit.*, 1998. p.45.

⁵⁶⁶ *Ibidem.*, p.184.

pontos de orientação, dá-se uma “relação mimética com o passado que é regenerado ou revivido” como se “estivesse completamente presente, ao invés de representado na memória e na inscrição”.⁵⁶⁷ No luto, por sua vez, tem-se o envolvimento da incorporação inconsciente através de uma relação com o passado que o reconhece como tal, que o diferencia do presente. Deste modo, o luto permite uma “relação performática específica”⁵⁶⁸ que, parcial e simultaneamente, lembra e abandona o passado. Nas palavras de Paul Ricoeur: “É enquanto trabalho de lembrança que o trabalho de luto se revela custosamente, mas também reciprocamente, libertador. O trabalho de luto é o custo do trabalho da lembrança; mas o trabalho da lembrança é o benefício do trabalho do luto”.⁵⁶⁹ Neste processo, nesta relação mediada dialógica entre a lembrança e o abandono que funciona como uma espécie de processo de cura, o luto permite, como observa LaCapra, “o julgamento crítico e o reinvestimento na vida, sobretudo na vida social, com suas exigências, responsabilidades e normas que requerem um reconhecimento respeitoso e consideração pelos outros”.⁵⁷⁰

O historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen demonstra que neste trabalho, como uma prática cultural de memória coletiva, o luto tem uma dimensão social onde a construção de identidade está em questão. Neste sentido, o luto ocorre como uma perda experienciada, reconhecida e explicada para assegurar a autoestima coletiva. Diante das experiências de atrocidades cometidas por Estados autoritários, a habilidade para lidar com o luto coletivo precisaria ser desenvolvida se o esforço para lidar com a identidade nacional conformá-la com as experiências históricas. Neste contexto, o luto consiste no “reconhecimento da perda”.⁵⁷¹ Como assinala Eric Santner, professor de Estudos Germânicos na Universidade de Chicago, no processo de elaboração e integração da perda, repete-se sua realidade em doses simbólica e dialogicamente mediadas ao seu reconhecimento.⁵⁷²

O professor de Estudos Culturais da Universidade Nacional da Colômbia, Francisco Ortega, nota, em aparente sintonia com Jörn Rüsen, que a atividade histórica apoia, propicia e adianta o luto, intervindo como “rival das satisfações que [a compulsão à repetição] está encarregada de assegurar”. Trata-se de uma atividade de “saber heterológico”, que resgata o potencial utópico dos destroços da lembrança, propiciando a “perturbadora irrupção do outro

⁵⁶⁷ *Ibidem.*, p.45.

⁵⁶⁸ *Idem.*

⁵⁶⁹ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p.86.

⁵⁷⁰ LACAPRA, *Op cit.*, 1998. p.45.

⁵⁷¹ RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da historiografia**, n.02, p.163-209, 2009. p.29-30.

⁵⁷² SANTNER, Eric L. History beyond the Pleasure Principle: Some Thoughts on the Representation of Trauma. In. **Probing the Limits of Representation. Nazism and the “Final Solution”**. Saul Friedlander. (Org.). Cambridge, Massachusetts, London, England: Harvard University Press, 1992. p.144.

no domínio do mesmo”; de uma atividade que fixa na memória coletiva “o *nunca mais* sem que reinstale a promessa historicista das narrativas teleológicas”. Isto é, nos termos de Ortega, “um exercício que concebe o político nos domínios do horror, o assertivo dentro do desconstrutivo”. Um exercício que propõe uma nova relação com o que se desfaz, uma relação geradora de uma política social do luto.⁵⁷³

Neste sentido, a historiografia que faz diferença, retomando os argumentos de Dominick LaCapra, pode ser aquela que une a memória crítica e o conhecimento documentado à promoção de projetos coletivos “para a busca da verdade, da compaixão e da justiça”. Para LaCapra, a melhor direção para este exercício deve ser uma variante da injunção memorável de Antonio Gramsci: “o pessimismo do intelecto, o otimismo da vontade – uma vontade (...) não conduzida pelo desejo apocalíptico por algum estado de coisas desconhecido, ‘totalmente outro’, mas temperada e informada pelo julgamento crítico e pelo conhecimento do passado”.⁵⁷⁴

De todo modo, de acordo com Jörn Rüsen, este trabalho de memória, este esforço de resolução de estruturas temporais conflitivas que precisam do luto, se daria pela possível conexão intergeracional no processo de desenvolvimento da identidade histórica, concebida dentro de uma estrutura temporal que excede as fronteiras do tempo de vida do próprio sujeito.⁵⁷⁵ Deste modo, este trabalho de luto é aqui entendido como uma prática cultural que objetiva a perda, que reconhece e reorganiza a perda de experiências históricas negativas que asseguram o estima coletivo.⁵⁷⁶ No reconhecimento da perda, o luto exige que se mantenha a ferida sempre aberta não para dar motivos a novos conflitos, mas, como uma prática cultural de memória coletiva, para prevenir que a “realidade das mortes” seja arrastada para algum futuro que a descaracteriza.

É preciso, neste sentido, como mostra Jeffrey Olick, que o passado, ao invés de ser dominado com o silêncio, seja perlaborado para que o seu “feitiço” seja rompido. Somente a perlaboração, como trabalho de luto – como desapego progressivo da perda dolorosa⁵⁷⁷ – produz o esclarecimento.⁵⁷⁸ Logo, no contexto de representação do sofrimento que ameaça a identidade, de reconstrução da vida coletiva, de orientação presente, de produção de memória

⁵⁷³ ORTEGA, *Op cit.*, 2004. p.116.

⁵⁷⁴ LACAPRA, Dominick. Trauma, History, Memory, Identity: what remains? **History and Theory**, 55, pp.375-400. Wesleyan University, 2016. p.400.

⁵⁷⁵ RÜSEN, Jörn. Mourning by History. Ideas of a New Element in Historical Thinking. **Historiography East and West**, vol.1, n.1, pp.13-38. Koninklijke Brill NV: Leiden, 2003. p.24-25.

⁵⁷⁶ *Ibidem.*, p.28-32.

⁵⁷⁷ ROTH, Michael *Op cit.*, 1994. p.343.

⁵⁷⁸ OLICK, *Op cit.*, 2007. p.146.

do sujeito vitimado; enfim, em momentos decorrentes de processos mediados de memória coletiva à superação de seus legados traumáticos, as estratégias de esclarecimento, reconhecimento e responsabilização da violência, como prática cultural de memória coletiva – quando da possível representação das experiências de violência e de sua admissão e identificação à atribuição compartilhada de sentido, à construção de relacionamentos que orientam o agir – condicionam a perlaboração social de seus legados traumáticos.

4.3 À superação de uma experiência traumática: perlaboração

Bitter tastes the herb of memory.
(CLAUS, Hugo, 2004)

A perlaboração diz respeito a um conceito psicanalítico que se refere a uma atividade que permite que o analisando enlutado integre uma interpretação e supere as resistências por ela despertada.⁵⁷⁹ O conceito de perlaboração (*Durcharbeitung*) foi forjado, em seus primórdios, a partir da prática clínica e visava, portanto, o modo como o sujeito interagia com seu próprio passado, como ele se relacionava com sua própria enfermidade, como se atesta, por exemplo, na leitura do ensaio “Recordar, Repetir e Perlaborar”, de Sigmund Freud.⁵⁸⁰ Neste contexto, o perlaborar (*durcharbeiten*) mantém os impulsos inconscientes no terreno de um trabalho (*Arbeiten*) de passagem, de travessia (*durch*), de um esforço representativo na qual o analisando reconhece sua ipseidade à possibilidade de distinguir o passado do presente, à possibilidade de “reabrir o caminho da memória”.⁵⁸¹

Com isso, uma experiência de (res)significações possibilita a luta frente ao que marca a memória traumática diante da imposição de repetição estabelecida sob a pressão das resistências constituídas, funcionando como uma espécie de processo de cura. A perlaboração, desta maneira, como trabalho de luto, trata de mostrar oposição às resistências do recalque; oposição à força que leva à repetição compulsiva, dando perspectiva a tal experiência, reconstituindo a distância crítica com o presente à sua orientação prática.

⁵⁷⁹ ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p.174.

⁵⁸⁰ FREUD, *Op cit.*, 1975b.

⁵⁸¹ RICOEUR, *Op cit.*, 2007. p.27.

A socióloga Elisabeth Jelin explica que a noção freudiana de perlaboração, concebida em um contexto terapêutico clínico, consiste do “processo pela qual o paciente sob análise aceita e incorpora uma interpretação, superando as resistências que ela envolve”.⁵⁸² A perlaboração, neste sentido, é um trabalho psíquico que predispõe o sujeito a aceitar certos elementos nele reprimidos, libertando-o do “feitiço dos mecanismos repetitivos”.⁵⁸³ Deste modo, a perlaboração promove à superação, o debate ativo e reflexivo que predispõe e encoraja o sujeito a se distanciar do passado, a trabalhar em seus mecanismos repetitivos.⁵⁸⁴ Perlaborar a memória traumática, como observa a professora de Filosofia da Universidade Dartmouth Susan J. Brison, envolve um “deslocamento” de ser o objeto ou o meio do discurso para ser o sujeito de si mesmo.⁵⁸⁵

Dominick LaCapra compreende a perlaboração como uma força compensatória. Na perlaboração, explica o autor, “a pessoa tenta ganhar distância crítica sobre um problema e fazer a distinção entre o passado, o presente e o futuro”.⁵⁸⁶ LaCapra afirma que isso significa a habilidade das vítimas dizerem para si mesmas: “sim, isto aconteceu comigo no passado. Foi desolador, avassalador, talvez eu não possa me separar completamente disto, mas eu existo aqui e agora, e isto é diferente do que aconteceu”. Deste modo, é através da perlaboração que se adquire a possibilidade de se ser “um agente ético e político”.⁵⁸⁷ Neste sentido, a perlaboração não significa esquecer o passado. Perlaborar significa, além de reconhecer o dano, confrontar e compreender o trauma de uma violência pretérita à possível orientação presente e futura. O excesso de memória provocado pelo trauma – excesso quando da fixação no passado, fixação que lembra a compulsão à repetição, ou quando da “paralisia coletiva induzida pela vergonha e pela culpa sobre os delitos do passado que impedem a mudança política progressiva”⁵⁸⁸ – exige que a perlaboração, que um trabalho de simbolização, que um trabalho de representação da perda mediante o luto se faça presente.

O historiador alemão Saul Friedländer adverte que perlaborar “significa confrontar a voz individual em um campo dominado por decisões políticas e decretos administrativos que

⁵⁸² JELIN, *Op cit.*, 2003. p.06-07.

⁵⁸³ *Idem.*

⁵⁸⁴ *Idem.*

⁵⁸⁵ BRISON, Susan J. Trauma Narratives and the Remaking of the Self. In. **Acts of Memory**. Cultural Recall in the Present. Mieke Bal, Jonathan Crewe, Leo Spitzer (Orgs.). Hanover and London: Dartmouth College, 1999. p.39.

⁵⁸⁶ LACAPRA, *Op cit.*, 2001. p.143.

⁵⁸⁷ *Ibidem.*, p.144.

⁵⁸⁸ BLUSTEIN, *Op cit.*, 2008. p.17.

neutralizam a concretude do desespero e da morte”.⁵⁸⁹ À vista disso, perlaborar significa apresentar oposição, representa uma contraposição com a “mais flagrante informação factual”, que, quando reconhecida e admitida perde o seu peso histórico. Perlaborar, afirma Friedländer, “significa testar os limites da imaginação necessária e nunca-derrotada”.⁵⁹⁰ Trata-se, para reempregar os termos de Jeffrey Blustein, professor de Filosofia da City College de Nova Iorque, de testemunhar o sofrimento do outro como ato memorial em nome dos que sofreram ou ainda sofrem.⁵⁹¹ Deste modo, quando o sofrimento em questão diz respeito ao impacto das atrocidades como as violações dos direitos humanos cometidas no passado, todos “possuem o direito (se não uma obrigação) de testemunhar (...) simplesmente em virtude de nossa humanidade comum com suas vítimas”.⁵⁹²

LaCapra discute as razões para a história ser contemplada como traumática, como uma “resposta sintomática para uma implicação sentida no excesso e na desorientação” que deve ser perlaborada. Deste modo, em resposta aos eventos ou condições traumáticas, LaCapra insiste na necessidade de um “deslocamento empático”.⁵⁹³ Empático como uma “relação afetiva (...) com o outro reconhecido e respeitado como outro”.⁵⁹⁴ Isto implicaria no entroncamento do passado no presente bem como na interação com o outro. Tal deslocamento requer modos de compreensão que combinem cognição e análise crítica à superação do passado.⁵⁹⁵ Para LaCapra, com relação ao trauma, uma simples suposição do incorrido não seria suficiente para que se distinga o passado do presente. A habilidade para fazer esta distinção depende da perlaboração das experiências traumáticas e pós-traumáticas. E a perlaboração se dá por meio de um *trabalho de memória* que situe o trauma em um passado cujas relações com o presente não sejam de repetição e nem com ela estejam associadas.⁵⁹⁶ Ser receptivo à experiência traumática, neste cenário, não implica no domínio (apropriação) desta experiência, mas no que Jörn Rüsen⁵⁹⁷ atesta ser uma abordagem “genuinamente humanística” – necessária à importância do sofrimento humano na compreensão histórica, cuja consciência deve ser associada à prática cultural do luto.

⁵⁸⁹ FRIEDLÄNDER, Saul. **Memory, History, and the Extermination of the Jews of Europe**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1993. p.132.

⁵⁹⁰ *Ibidem.*, p.133.

⁵⁹¹ BLUSTEIN, *Op cit.*, 2008. p.343 e 351.

⁵⁹² *Ibidem.*, p.353.

⁵⁹³ LACAPRA, *Op cit.*, 2001. p.xi.

⁵⁹⁴ *Ibidem.*, p.212.

⁵⁹⁵ *Ibidem.*, p.212-213.

⁵⁹⁶ LACAPRA, *Op cit.*, 2016. p.377.

⁵⁹⁷ RÜSEN, Jörn. Using History: The Struggle over Traumatic Experiences of the Past in Historical Culture. **Historein**, vol.11. 2011. p.18.

Theodor Adorno enfatizou que a relevância sócio-psicológica de se falar sobre um passado não superado (*unmastered*) estaria justamente no nível da conscientização, do esclarecimento da violência acometida, da eliminação de suas causas.⁵⁹⁸ Trata-se, de acordo com Adorno, da necessidade de se por o sofrimento em discussão como condição objetivamente mediada de toda verdade.⁵⁹⁹ Um trabalho de perlaboração, deste modo, requer o envolvimento ativo à elaboração simbólica do passado, requer o reconhecimento de que certos danos foram perpetrados, neutralizando a negação, procurando evitar a reincidência e possibilitando a aquisição de uma perspectiva social crítica à orientação.

LaCapra ressalta que a memória pública do sofrimento de uma injustiça incorrida no passado é um pré-requisito para o processo de luto e de perlaboração dos traumas coletivos.⁶⁰⁰ Deste modo, a tendência do passado ser inconscientemente posto em prática, revivido compulsivamente, de ser traduzido em ato, deveria ser enfrentado pelo “esforço de perlaboração”, de modo que, na medida do possível, este “converteria o passado em memória e proporcionaria uma medida de controle responsável sobre o comportamento”.⁶⁰¹ Deste modo, LaCapra nota ser prudente o esforço de se complementar o inconscientemente revivido compulsivamente com modos de perlaboração, cujo trabalho, através do luto, deveria ser compreendido de modo “explicitamente normativo, como um processo desejado (...) especialmente frente ao trauma e aos acontecimentos limites”.⁶⁰² LaCapra, neste contexto, assinala que a receptividade à experiência de violência histórica traumática deve envolver uma “inquietação empática” (*empathic unsettlement*)⁶⁰³ – termo que indica a necessidade de uma distinção do tratamento analítico dado às vítimas (e algozes) – de uma resposta eticamente e historicamente justificável, sensível às experiências de violência extrema.

Nestes termos, seguindo os argumentos de Jörn Rüsen, a finalidade do luto é a recuperação de si próprio através da perlaboração da perda de alguma coisa ou de uma identidade histórica lesada, que pode abranger um relacionamento de temporalidade histórica intergeracional. O pensamento histórico – cujo procedimento de recordação, de “busca ativa”, de representação presente do passado, não carrega consigo o elemento de lesão do luto⁶⁰⁴ – segue esta lógica por tornar o passado ausente, parte da identidade de si mesmo e um

⁵⁹⁸ ADORNO, Theodor. The Meaning of Working Through the Past. In. _____. **Critical Models**. Interventions and Catchwords. New York: Columbia University Press, 1998. p.96 e 103.

⁵⁹⁹ ADORNO, Theodor W. **Negative Dialektik**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1982. p.29.

⁶⁰⁰ LACAPRA, *Op cit.*, 1998. p.62-63.

⁶⁰¹ *Ibidem.*, p.110.

⁶⁰² *Ibidem.*, p.138.

⁶⁰³ LACAPRA, Dominick. Historical and literary approaches to the “Final Solution”: Saul Friedländer and Jonathan Little. **History and Theory**, n.50. Wesleyan University, 2011. p.86.

⁶⁰⁴ RICOEUR, *Op cit.*, 2007. p.37.

problema de consciência histórica, elemento da vida presente. Através do luto – pela possibilidade de conexão intergeracional no processo de desenvolvimento da identidade histórica –, a perda pode ser compreendida como tal e os elementos perdidos da identidade histórica de uma pessoa ou de um grupo podem ser recuperados.⁶⁰⁵ Deste modo, se a interconexão de tempos diferentes e a objetivação do relacionamento intergeracional desempenham um papel essencial na formação da identidade histórica⁶⁰⁶, cabe à memória histórica e à consciência histórica formar a identidade, afastando e distinguindo o passado do presente.⁶⁰⁷

O trauma, deste modo, é um problema não só para a psicanálise, mas também para a consciência histórica. Para Michael Roth, autor de *“Memory, trauma, and history: essays on living with the past”*, o problema do trauma (histórico), deste modo, não diz respeito ao fato do acontecimento passado ter sido esquecido, mas ao fato de que o evento não foi pacificado, ajustado à consciência histórica.⁶⁰⁸ Esta reflexão considera que este ajuste à consciência histórica é condição da perlaboração de um passado traumático. Este “ajuste” não se faz no se “voltar o olhar” para o passado de violência para dele gravar uma “imagem contemplativa” da vítima em um presente miticamente fixado como lembrança.⁶⁰⁹ Trata-se, nos termos de Richard Nelly: “de abrir fissuras nos blocos de sentido que a história recita como passados e finitos, para quebrar suas verdades unilaterais com as dobras e astúcias da interrogação crítica”.⁶¹⁰ Trata-se da tentativa de se estabelecer uma relação entre um trabalho de memória histórica crítica com as exigências de uma orientação *desejável* presente.

Aqui, as ideias de Dominick LaCapra, Michael Roth e Richard Nelly se articulam às sugestões de Jörn Rüsen, no ponto em que a perlaboração, se entendida como a utilização de padrões narrativos de significância que dão sentido à experiência traumática passada como uma força atual, pode ser vista como “uma estratégia cultural de superação [de *destraumatização*] das consequências perturbadoras das experiências traumáticas”.⁶¹¹ Deste modo, *os estudos históricos*, bem como as ideias emancipatórias para a construção de um trabalho de memória coletiva que remonta ao passado – de um trabalho de rememoração, de “refiguração da experiência temporal”, que eleva a condição histórica “à categoria de

⁶⁰⁵ RÜSEN, *Op cit.*, 2009. p.17-29.

⁶⁰⁶ RÜSEN, *Op cit.*, 2003. p.22.

⁶⁰⁷ RÜSEN, Jörn. Introduction. Historical Thinking as Intercultural Discourse. In. **Western Historical Thinking. An Intercultural Debate.** Jörn Rusen (ed.). New York, Oxford: Berghahn Books, 2002. p.01-03.

⁶⁰⁸ ROTH, Michael S. **Memory, Trauma, and History.** Essays on Living with the Past. New York: Columbia University Press, 2012. p.80.

⁶⁰⁹ RICHARD, *Op cit.*, 1999. p.329.

⁶¹⁰ *Idem.*

⁶¹¹ RÜSEN, *Op cit.*, 2009. p.195-199.

consciência histórica”⁶¹² – por conseguinte, são uma *prática cultural de destigmatização* que transformam o trauma – que nega, ou mesmo destrói a possibilidade de uma interpretação da experiência do passado, na inter-relação entre passado, presente e futuro⁶¹³ – em história.

4.4 Perlaboração como prática cultural de memória coletiva

*Not seeing something for what it is
is more treacherous
than faulty reasoning.*
(CLAUS, Hugo, 2004)

Antes de dar prosseguimento à alusão feita sobre a possibilidade de superação social do trauma no acolhimento da identidade ligada à memória cultural – ao que anteriormente foi mencionado ser condição no lidar com as consequências da violência traumática, cujo processo amparado na identidade ligada à memória cultural prescreve orientação à sua possível superação – faz-se aqui oportuno tecer alguns breves comentários sobre a memória coletiva, a memória social e a memória cultural. Isto para, no contexto de representação das experiências de violência, em momentos decorrentes de processos mediados de memória coletiva, resituar a discussão sobre a memória do trauma, de sua possível superação, na hipótese de que, como prática cultural de memória coletiva, as estratégias de esclarecimento, reconhecimento e responsabilização da violência condicionam a perlaboração social de seus legados traumáticos.

Reconhecido por seus trabalhos sobre a memória coletiva, para Maurice Halbwachs, o estudo da memória diz respeito à questão de como o subjetivo intervém com o social, em como suas operações são estruturadas por contextos de grupo. Para Halbwachs, a recordação subjetiva é determinada pelos membros de seu grupo, que fornecem os materiais para a memória e determinam o subjetivo no recordar e esquecer determinados eventos: “é na sociedade que as pessoas normalmente adquirem suas memórias. É na sociedade que elas relembram, reorganizam e localizam suas memórias”.⁶¹⁴ Como sistema organizado de

⁶¹² RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. (Volume III). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a. p.03 e 176.

⁶¹³ *Ibidem.*, p.16-17.

⁶¹⁴ HALBWACHS, Maurice. **On collective memory**. London and Chicago: The University of Chicago Press, 1992. p.38.

lembranças cujo suporte se dá em “redes de interrelações estruturadas” e imbricadas em “circuitos de comunicação”, a memória coletiva, como ensina Ulpiano Bezerra de Meneses, professor de História da USP, assegura a coesão, a singularidade, a solidariedade e a continuidade de um grupo, não sendo espontânea e necessitando ser constantemente reavivada.⁶¹⁵ Neste sentido, o historiador e professor da Universidade de Nova Iorque Wulf Kansteiner adverte para a necessidade de se conceitualizar a memória coletiva como o resultado da interação de tradições intelectuais e culturais que estruturam representações do passado; e da interação dos que adotam e manipulam essas representações e de seus “consumidores”, que as usam, as ignoram ou as transformam de acordo com os seus interesses.⁶¹⁶

Deste modo, como fenômeno manifesto nas ações e declarações, no se organizar, reorganizar, adquirir estrutura e se refazer, num processo contínuo de “feição adaptativa”⁶¹⁷, a memória coletiva é tanto o resultado de um número de pessoas que experienciam um mesmo “conjunto de eventos”⁶¹⁸ mediado conscientemente, como absorvido inconscientemente, pelos interesses de atores contemporâneos – seus conteúdos não são arbitrários. Transcendendo o “tempo e o espaço de ocorrência dos eventos originais”⁶¹⁹, sendo insensível à cronologia, às diferenças temporais destes eventos, obscurecendo as mudanças, uma memória coletiva, deste modo, como observa o historiador Amos Funkenstein, é “completamente topocêntrica”⁶²⁰: as pessoas, o passado, as instituições históricas e os eventos servem apenas como referência, como “protótipos”, sua singularidade não é reconhecida.

A memória social, por sua vez, é característica do grupo ou da comunidade que, de modo deliberado ou não, a mantém. Sua construção é mantida pela diversidade de memórias coletivas, pela combinação de valores, práticas e crenças coletivas, de elementos da memória pública e da memória crítica. Jeffrey Olick⁶²¹ salienta que a memória social – compreendida como narrativas compartilhadas do passado de uma comunidade, essencial à identidade e à coesão – geralmente enfatiza a importância contextual na formação de práticas

⁶¹⁵ BEZERRA DE MENESES, Ulpiano T. A História, Cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n.34. São Paulo, 1992. p.15; ASSMANN, *Op cit.*, 2011. p.144.

⁶¹⁶ KANSTEINER, Wulf. Finding meaning in memory: a methodological critique of collective memory studies. **History and Theory**, vol.41, n.2. Wiley for Wesleyan University, 2002. p.180-190.

⁶¹⁷ BEZERRA DE MENESES, *Op cit.*, 1992. p.11.

⁶¹⁸ MEGILL, Allan. **Historical Knowledge, historical error: a contemporary guide to practice**. Chicago: University of Chicago Press, 2007. p.28-29.

⁶¹⁹ KANSTEINER, *Op cit.*, p.180-190.

⁶²⁰ FUNKENSTEIN, Amos. Collective Memory and Historical Consciousness. **History and Memory**, vol.1, n.1, pp.05-26. Indiana University Press, 1989. p.09.

⁶²¹ BEZERRA DE MENESES, *Op cit.*, 1992. p.

comemorativas. Logo, a memória social é explicável em termos de suas circunstâncias contemporâneas. A memória social é instrumentalizável e está sujeita à determinação.⁶²² Deste modo, como construção social, a memória é “formação de imagem”, não somente como operação cognitiva, dinâmica, mas ideológica, “necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional”.⁶²³

Em sua dimensão social, as memórias são processos discursivos que, segundo Francisco Ortega, colocam em movimento “recursos emocionais, cognitivos e físicos com o objetivo de construir uma atualização socialmente compartilhada de eventos passados”. Suas modalidades são, além das representações e das “inscrições do passado”⁶²⁴, suas experiências e vivências, carregadas de sentidos dinâmicos e negociados. Deste modo, falar de reinscrição da memória é falar de meios expressivos de produção de linguagens que ajudam na ressignificação da experiência ligada ao mundo social e à restauração da faculdade de sentido. Trata-se, no contexto de representação das experiências de violência, nos termos da teórica da cultura Nelly Richard, da produção de meios enunciativos que operam signos à compreensão que desofusca “os nódulos da violência” antes desfigurada, representada sem fisionomia nem expressão, colocando o horror à distância na “mediação conceitual e figurativa” que, em alguma medida, desbrutaliza a “vivência imediata dos fatos”.⁶²⁵

Compreendida como representação coletivamente compartilhada do passado, a memória cultural é formada de “cultura objetivada”. A memória cultural é formada de ritos, de documentos, de imagens, de representações, de monumentos e de construções objetivadas à *longue durée*, à recordação de eventos fatídicos da história do coletivo.⁶²⁶ A interação entre o presente e o passado que é o elemento, a substância da memória cultural, é, não obstante, produto de um trabalho de diligência, de organização de significados e significantes, corolário da agencia (coletiva), ao invés do resultado do acaso, da imprevisibilidade, do “acidente psíquico ou histórico”.⁶²⁷ Como verifica Aleida Assmann, quando se fala de memória cultural, não se fala de uma memória que se auto-organiza. A memória cultural é fundamentalmente dependente da diligência mencionada, “dependente de mídias e de políticas”⁶²⁸; e a ligação do conhecimento nela diligenciado e preservado, nos termos do professor e teórico da cultura Jan

⁶²² OLICK, *Op cit.*, 2007. p.55.

⁶²³ BEZERRA DE MENESES, *Op cit.*, 1992. p.

⁶²⁴ ORTEGA, *Op cit.*, 2011. p.41.

⁶²⁵ RICHARD, Nelly. **Políticas da memória e técnicas do esquecimento**. In. Narrativas da modernidade. Wander Melo Miranda (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p.331-332.

⁶²⁶ ASSMANN, *Op cit.*, 2011. p.181-182.

⁶²⁷ BAL, *Op cit.*, 1999. p.vii.

⁶²⁸ ASSMANN, *Op cit.*, 2011. p.19.

Assmann, diz respeito ao seus aspectos formativo, “em suas funções educativa, civilizadora e humanizadora”, e normativo, “em sua função de proporcionar regras de conduta”.⁶²⁹

Deste modo, retomando os argumentos de Aleida Assmann⁶³⁰ quando da afirmação de que o processo de elaboração e superação do trauma se inicia no acolhimento da identidade ligada à memória cultural, a contrapartida social da “intrusão involuntária” subjetiva do trauma acontece quando está-se ativamente envolvido em um trabalho de “transformação e elaboração simbólica dos significados do passado”.⁶³¹ O que faz da memória um trabalho, como evidencia Paul Ricoeur, é a “retirada dos obstáculos à rememoração”, feita pela articulação de um terceiro que “autoriza” a lembrança, de um terceiro “que se esforça por levar à linguagem sintomas, fantasias, sonhos, etc., para reconstruir uma cadeia mnemônica compreensível e aceitável aos próprios olhos”.⁶³² Este trabalho de memória, este “ato de memória”, como observa Mieke Bal, coloca em movimento a “emergência da narrativa”.⁶³³ Este trabalho, diligenciado como parte de um registro coletivo, de acordo com o professor de Sociologia e História da Universidade da Virginia Jeffrey Olick, se torna um ponto de referência para a orientação futura.⁶³⁴

A objetivação que forma a memória cultural, deste modo, se faz na interação constitutiva entre o passado e o presente à orientação prática presente e futura. Nas palavras de Aleida Assmann, a agência que dá forma à memória cultural se realiza na “intensificação estética de acontecimentos em figuras eficazes para a recordação”.⁶³⁵ E recordar um evento traumático, como sugere Francisco Ortega, é responder à crise de significação que perturba a “desejada normalidade da hegemonia e suas formas políticas”; é responder ao colapso, manifesto no “imaginário social”, que enerva o sentido de “pertencimento e identidade”.⁶³⁶ Assim entendido, “o núcleo antropológico” da memória cultural, como adverte Assmann, se encontra na “memoração dos mortos”.⁶³⁷ Neste sentido, a história, como consciência coletiva

⁶²⁹ ASSMANN, Jan; CZAPLICKA, John. Collective Memory and Cultural Identity. **New German Critique**, n.65, Cultural History/Cultural Studies, 1995. p.129.

⁶³⁰ ASSMANN, *Op cit.*, 2011. p.310 e 316.

⁶³¹ JELIN, *Op cit.*, 2003. p.05.

⁶³² RICOEUR, *Op cit.*, p.92.

⁶³³ BAL, *Op cit.*, 1999. p.xi.

⁶³⁴ OLICK, *Op cit.*, 2007. p.35.

⁶³⁵ ASSMANN, *Op cit.*, 2011. p.88.

⁶³⁶ ORTEGA, Francisco A. La ética de la historia: una imposible memoria de lo que olvida. **Desde el Jardín de Freud**, n.04. Bogotá, 2004. p.108.

⁶³⁷ ASSMANN, *Op cit.*, 2011. p.19.

mantida viva, recordada ou “revivificada”⁶³⁸, deveria ser definida, como ressalta Wulf Kansteiner, “como um tipo particular de memória cultural”.⁶³⁹

Jan Assmann indicou que os pontos de estabilidade reflexiva da memória são mantidos por “figuras da memória” através da “formação cultural” e da “comunicação institucional”. Tais práticas formam ilhas normativas e formativas de tempo que se expandem em espaços de memória que o autor denomina de “contemplatividade retrospectiva”.⁶⁴⁰ Em vista disso, uma memória cultural possui a característica da identificação contemplativa, da tradição, da transmissão, da preservação e da reconstrução. A memória cultural também possui uma característica deliberativa, de objetivação de sentido ao compartilhamento de conhecimento, de “formação” como “pré-requisito de sua transmissão na herança culturalmente institucionalizada de uma sociedade”.⁶⁴¹

Além disso, a memória cultural possui a característica de “organização”, por meio do “fortalecimento institucional da comunicação”⁶⁴², contribuindo, no reemprego das palavras de Paul Ricoeur, “para modelar a identidade dos protagonistas da ação ao mesmo tempo que os contorno da própria ação”.⁶⁴³ Deste modo, o caráter de uniformidade e de preservação de conhecimento da memória cultural possui um aspecto de reconhecimento agencial (possibilitador de responsabilização)⁶⁴⁴, de formação (de orientação “educativa, civilizadora e humanizadora”) e de normatização exemplar que, nos os termos de Ricoeur⁶⁴⁵, transforma o julgamento retrospectivo sobre a violência em promessa para evitar o seu retorno (de orientação condutiva, de formação de regras de conduta).

Neste contexto, abre-se aqui um parênteses à observação de que a memória não pode ser separada de seu contexto “sacral e litúrgico”⁶⁴⁶ (comemorativo). Pesada em sua relevância coletiva quando estruturada, representada e utilizada em ambiente sociocultural, dentro de uma estrutura responsiva e afirmativa de interesses contemporâneos à formação e

⁶³⁸ *Ibidem.*, p.69.

⁶³⁹ KANSTEINER, *Op cit.*, 2002. p.184.

⁶⁴⁰ ASSMANN; CZAPLICKA, *Op cit.*, 1995. p.129.

⁶⁴¹ *Ibidem.*, p.130-131.

⁶⁴² *Idem.*

⁶⁴³ RICOEUR, *Op cit.*, 2007. p.98.

⁶⁴⁴ BOOTH, James. Communities of Memory: On Identity, Memory, and Debt. **The American Political Science Review**, vol.93, n.02. American Political Science Association, 1999. p.250.

⁶⁴⁵ RICOEUR, *Op cit.*, 2007. p.347.

⁶⁴⁶ SPIEGEL, Gabrielle M. Memory and History: Liturgical time and Historical Time. *History and Theory*, vol.41, n.02, pp.149-162. Wiley for Wesleyan University, 2002. p.161; MAIER, Charles S. A Surfeit of Memory? Reflections on History, Melancholy and Denial. *History and Memory: Studies in Representation of the Past*, vol.5, n.2, pp.135-152, 1993.147.

normalização, a memória se torna *comemoração*, e seu lugar *dominante*⁶⁴⁷ fortalece os laços de uma comunidade em direção de uma orientação prática ritualizada dos eventos passado, em direção a uma “orientação compartilhada” de representação de tais eventos.⁶⁴⁸

Atente-se, porém, para a advertência do crítico literário, ensaísta, semiólogo e historiador Tzvetan Todorov, para o fato de comemorações, como as que visam o reconhecimento de um trauma, serem *sacralizantes* – simplificando o conhecimento histórico por objetivarem o fornecimento de “ídolos a venerar e inimigos a abominar”.⁶⁴⁹ Wulf Kansteiner também adverte para o fato de os debates públicos sobre os significados e representações das experiências de violência poderem ter mais a ver com os interesses e oportunidades políticas do que com a persistência da dor e do sofrimento na inconsciência coletiva.⁶⁵⁰ E Aleida Assmann reconhece que, em nível coletivo e institucional, os processos de intensificação dos problemas da memória são guiados por uma política de memória que dá especificidade à recordação e ao esquecimento, trazendo consigo os riscos da instrumentalização, da deformação e da negação.⁶⁵¹

No contexto em que a memória se torna *comemoração*, e sua crítica em direção de uma orientação afirmativa compartilhada para *uma representação* didática dos eventos passados é posta em suspensão, como nota Alan Megill⁶⁵², a comemoração, nas palavras de Jeffrey Blustein, “transforma a memória em rituais vazios ou objetos desprovidos de significado histórico”⁶⁵³, sendo incapaz de estimular a ação coletiva. Deste modo, como assinala Reinhart Koselleck, as identidades evocadas por representações testemunhais, comemorativas, como as de um memorial, desaparecem não somente pelo fato da receptividade sensorial evadir da linguagem formal apresentada, mas porque seu sentido original não é reconhecido na falta de um “recurso a inscrições ou outros sinais de referencia empiricamente compreensíveis”.⁶⁵⁴

Inobstante, no contexto de compreensão da verdade do passado, de representação das experiências de violência, em momentos decorrentes de processos mediados de memória coletiva à superação de seus legados traumáticos, resituar a memória no presente –

⁶⁴⁷ NORA, Pierre. Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire. **Representations** 26, Spring, pp.07-25, 1989. p.23.

⁶⁴⁸ MEGILL, *Op cit.*, 2007. p.30.

⁶⁴⁹ TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem**. São Paulo: Arx, 2002. p.255.

⁶⁵⁰ KANSTEINER, *Op cit.*, 2002. p.187.

⁶⁵¹ ASSMANN, *Op cit.*, 2011. p.19.

⁶⁵² MEGILL, *Op cit.*, 2007. p.30.

⁶⁵³ BLUSTEIN, Jeffrey. **The moral demands of memory**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p.17.

⁶⁵⁴ KOSELLECK, Reinhart. **The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts**. Stanford, California: Stanford University Press, 2002. p.324.

reconhecendo, como salienta a psicanalista Maria Rita Kehl, que “o tempo que não passa é o tempo que não produz diferença, que não promete nada a não ser a perpetuação de um presente estagnado, vazio”⁶⁵⁵ –, proporciona a esta memória uma qualidade que permite que os sobreviventes de uma experiência de violência acessem e construam o passado sem que retornem completamente aos seus horrores.⁶⁵⁶ Deste modo, um mal-estar silenciado por restos não simbolizados, acaba por se manifestar em atos da ordem social que podem ser decifrados e superados por meio da perlaboração, da reorganização do “campo simbólico”; por meio de “intervenções coletivas no espaço público” que deem conta de tal reorganização na inclusão e ressignificação dos “restos deixados pelo evento traumático”⁶⁵⁷, da objetivação simbólica de atos de lembrança⁶⁵⁸; por meio de um processo de interação como prática cultural à construção de significados e representações que são compartilhadas e integradas à memória coletiva.

4.5 A memória cultural do trauma: condição à perlaboração social

And it seems to me that, of all mankind, the saddest and most unhappy are those who are born with the best memory. They will never triumph over death but, through a most unavoidable inevitability, every transubstantiation they attempt, rather than prolonging the past, destroys the present.
(CREVEL, René, 2005)

Francisco Ortega elucida que uma “crise de representação” provocada pela dimensão perturbadora do trauma demanda que se use tais “estratégias retóricas, narrativas discursivas”; que se use uma “escrita intransitiva” e uma voz mediadora à ressignificação das atrocidades traumáticas. Esta crise de representação demanda a “incorporação de fragmentos” e “uma auto-reflexividade constante” para aproximação respeitosa com o sofrimento, para que se dê conta de suas “auto-implicações” e para que se ateste de modo reflexivo os desconcertos da recepção do “conhecimento ferido”. Tais demandas, de acordo com autor, dão possibilidades de sentido à experiência do trauma.⁶⁵⁹

⁶⁵⁵ KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009. p.229-230.

⁶⁵⁶ JELIN, *Op cit.*, 2003. p.73.

⁶⁵⁷ KEHL, *Op cit.*, 2009. p.25 e 28.

⁶⁵⁸ FEINDT, G.; KRAWATZEK, F.; MEHLER, D.; PESTEL, F.; TRINÇEV, R. Entangled Memory: Toward a Third Wave in Memory Studies. **History and Theory**, vol.53. Wesleyan University, 2014. p.43.

⁶⁵⁹ ORTEGA, *Op cit.*, 2011. p.54.

Apesar do risco de tais estratégias representativas produzirem enunciados que, nas palavras do próprio Francisco Ortega, apaguem “os traços do trauma e inscrevem a perda em uma progressão inevitável e previsível”, faz-se possível que tais estratégias possibilitem à superação da perda, que levem a cabo o luto e que comecem “a necessária reconfiguração coletiva”. Nesse sentido, como uma prática cultural de memória coletiva, as estratégias de se dar respostas à violência pretérita, em momentos decorrentes da implementação de medidas que visam superar os seus legados traumático, precisam concentrar-se em um trabalho de “tradução e reimaginação da perda”; em um trabalho “que implica uma relação ritualizada com o silêncio e a linguagem”.⁶⁶⁰

O sociólogo estadunidense Neil J. Smelser elucida que, sob a pressão de eventos traumáticos, as pessoas enfrentam reações adversas que dizem respeito ao “combate de suas ansiedades”, à “rejeição” e à “negação do significado do evento” e à “despersonalização”. Tais reações requerem que todos, ou ao menos alguns ingredientes de um “trabalho de memória coletiva” estejam presentes. Tais ingredientes – cujas obrigações morais são explicadas em termos de “respeito pelas verdades da história”⁶⁶¹, e cujos deveres éticos são justificados em atividades memoriais (testemunhais/comemorativas) –, dizem respeito à coletivização do impacto do dano perpetrado, à atribuição de significado histórico à violência acometida, à adoção de posição afetiva, à responsabilização e às formas apropriadas de comemorações.⁶⁶²

Quando as consequências de um evento traumático se encontram em um processo de disputa, de conflito, de “culpabilidade mútua” e de “demonização”, tal disputa, como argumenta Smelser, se torna uma fonte potencial de trauma que resulta em uma mobilização compulsiva ambivalente de esforços à negação, à minimização, ao esquecimento; ou à lembrança, à reconciliação e à superação do evento em questão. Como no nível psicológico, em nível sociocultural tal ambivalência de esforços cria condições para que gerações, entendidas como “unidades funcionais”⁶⁶³ que recebem, interpretam e transmitem experiências e memórias, sejam envolvidas em polarizações. Tais esforços, na ambivalência de sua execução intergeracional, na luta por reavaliação, reinterpretação e significação simbólica, além de produzirem polarização política, produzem, de acordo com Smelser, “um tipo fascinante de acumulação cultural”. Tais esforços produzem um repositório em constante

⁶⁶⁰ *Ibidem.*, p.54-55.

⁶⁶¹ BLUSTEIN, *Op cit.*, 2008. p.218 e 224-225.

⁶⁶² SMELSER, Neil J. Psychological Trauma and Cultural Trauma. In. **Cultural Trauma and Collective Identity**. University of California Press: Berkeley, Los Angeles, London. 2004. p.48-50.

⁶⁶³ FEINDT, G.; KRAWATZEK, F.; MEHLER, D.; PESTEL, F.; TRINÇEV, R. *Op cit.*, p.39.

expansão, um repositório que consiste de “causas múltiplas”; que consiste de um processo “contínuo e pulsante de recordação, enfrentamento, negociação e engajamento”.⁶⁶⁴

Na linha dos argumentos de Neil Smelser, Francisco Ortega ressalta que a dimensão coletiva do sofrimento diz respeito à compreensão de uma representação do acontecimento que se fez generalizada. Esta generalização se faz, nos termos do autor, no “deslocamento massivo das relações, instituições e funções sociais de um grupo ou comunidade”.⁶⁶⁵ O trauma, neste contexto, se dimensiona na referência e na interferência simultânea do “acontecimento violento”, da “ferida e do dano sofrido”, e das “consequências a médio e longo prazo que afetam o sistema”. Ao convocar simultaneamente tais dimensões, o trauma apresenta sua força em abordar de modo simultâneo o “fato, a experiência e suas consequências”.⁶⁶⁶

Deste modo, o trauma, dimensionado ao social quando de sua ressignificação simbólica, quando a violência é agenciada à definição coletiva, se torna uma experiência de sentido quando todos os ingredientes de um “trabalho de memória coletiva”, anteriormente apontados, entre outros, por Neil Smelser, Jeffrey Olick e Aleida e Jan Assmann, são realizados; quando, de acordo com Francisco Ortega⁶⁶⁷, a vítima é determinada e as responsabilidades ideológicas, morais e materiais são atribuídas; quando pontos de estabilidade reflexiva da memória são mantidos – no envolvimento ativo e diligente de um trabalho de simbolização para a recordação⁶⁶⁸ – à formação e à comunicação⁶⁶⁹; quando um trabalho de memória coletiviza o impacto da violência, atribui significado histórico, adota uma posição afetiva, responsabiliza e comemora⁶⁷⁰, se tornando um ponto de referência cultural para a orientação futura.⁶⁷¹

Neste sentido, a historicidade do simbólico fornece os termos para que a vivência do acometimento traumático se transforme em uma experiência de sentido, e superação, do mesmo. À compreensão do sofrimento social, resta abordar as práticas de significação constitutivas do acontecimento. Para o trauma, não é suficiente que uma representação de seu processo o defina como “terrível e destruidor”.⁶⁷² Faz-se necessário, como demonstra

⁶⁶⁴ SMELSER, *Op cit.*, 2004. p.52-54.

⁶⁶⁵ ORTEGA, *Op cit.*, 2011. p.27-33.

⁶⁶⁶ *Idem.*

⁶⁶⁷ *Idem.*

⁶⁶⁸ ASSMANN, *Op cit.*, 2011. p.88.

⁶⁶⁹ ASSMANN; CZAPLICKA, *Op cit.*, 1995. p.129.

⁶⁷⁰ SMELSER, *Op cit.*, 2004. p.48-50.

⁶⁷¹ OLICK, *Op cit.*, 2007. p.35.

⁶⁷² ORTEGA, *Op cit.*, 2011. p.39-43.

Smelser⁶⁷³, que essa representação do dano acometido, que sua rememoração seja feita à responsabilização e à comemoração, com a adoção de uma posição afetiva; e que ela seja feita, de acordo com Francisco Ortega, de modo convincente, persuasivo, e contundente perante um grupo significativo da população. Neste sentido, falar de memória coletiva é, nas palavras de Ortega, “metaforizar ilegitimamente um conceito que descreve adequadamente um processo individual”. Deste modo, a memória coletiva seria um cenário possível à desnaturalização e à deslegitimação da agressão e do sofrimento social, ao reconhecimento da necessidade de instauração de “novos limites éticos e morais contra a violência”.⁶⁷⁴

Francisco Ortega elucida que os legados dos processos coletivos mediados da memória coletiva, ao significarem um evento, funcionam como estruturas, como condição ao ordenamento e à determinação de um “campo determinado de representações sociais”.⁶⁷⁵ Se a traumatização desestabiliza as relações com a realidade, somente o reestabelecimento adaptativo de uma nova relação reestabeleceria coerência – “somente o advento de acontecimentos novos e de situações novas”, como ensina Paul Ricoeur, precipitaria a subsequente reestruturação de acontecimentos prévios.⁶⁷⁶ De acordo com os professores de Psicologia Social Éva Fülöp e János László, neste reestabelecimento adaptativo, a possível perlaboração do trauma ocorre quando processos discursivos e de formações sociais das representações da memória coletiva são efetivados. No nível do discurso social, deste modo, a frequência dos tópicos que estão relacionados ao trauma é indicativa de sua possível perlaboração. Logo, a desconsideração por tópicos relacionados com o trauma impede o desenvolvimento do lidar coletivo à superação de seus legados.⁶⁷⁷

Deste modo, um acontecimento traumático necessita ser culturalmente construído com a pretensão de se fazer com que um dano perpetrado seja coletivamente compreendido como um dano terrivelmente destrutivo; como um dano que violou valores sacramentados e cujas consequências acarretaram no sofrimento e demandam o esclarecimento, a reparação e a responsabilização.⁶⁷⁸ Para que se configure em sua dimensão cultural, um evento traumático “precisa ser lembrado”, ou um trabalho de memória que de conta de lembra-lo precisa ser feito. Aqui, Neil Smelser nota que a memória de uma atrocidade pretérita deve ser

⁶⁷³ SMELSER, *Op cit.*, 2004. p.48-50.

⁶⁷⁴ ORTEGA, *Op cit.*, 2011. p.39-43.

⁶⁷⁵ *Ibidem.*, p.46.

⁶⁷⁶ RICOEUR, Paul. **Escritos e conferências 1 em torno da psicanálise**. São Paulo: Edições Loyola, 2010. p.28.

⁶⁷⁷ FÜLÖP, Éva; LÁSZLÓ, János. Emotional Processes in Elaborating a Historical Trauma in the Daily Press. In. **Narratives and social memory: theoretical and methodological approaches**. Cabecinhas, R.; Abadia, L. (Orgs.). Braga: University of Minho, 2013. p.51.

⁶⁷⁸ ORTEGA, *Op cit.*, 2011. p.43.

representada como um valor que os indivíduos sentem ser essencial para a integridade da sociedade afetada.⁶⁷⁹ Deste modo, como nota Ortega, em sua dimensão cultural, o trauma está ligado à “dissonância moral entre a legitimidade social e o sofrimento social”. Dissonância que reivindica valores cognitivos, ideológicos e emocionais. Neste sentido, Francisco Ortega nota que o conceito de trauma cultural “designa de maneira afetiva a quebra ou a repentina ‘fragilização’ que ocorre em um ou vários dos meta-relatos que fazem possível e dão sentido ao ordenamento social”.⁶⁸⁰

De acordo o sociólogo estadunidense Jeffrey Alexander, permitindo que membros de um público mais amplo participem na dor das vítimas da violência pretérita, a percepção configurativa destes traumas culturais ampliam o domínio da compreensão social e da solidariedade, fornecendo caminhos “para novas formas de incorporação social”. Esta configuração estabelecida por esforços deliberados de um grupo de membros que evoca um evento carregado de afeição negativa, um evento invasivo, fulminante e insuportável, um evento que, nos termos de Neil Smelser, “se acredita enfraquecer ou arrasar um ou vários ingredientes essenciais de uma cultura ou a cultura como um todo”⁶⁸¹, possibilita que as coletividades “definam novas formas de responsabilidade moral e redirecionem o curso da ação política”.⁶⁸² Deste modo, identificado, reivindicado e representado como permanente, considerado ameaçador para a existência da sociedade ou violador de suas “pressuposições culturais fundamentais”, os legados de experiências de violência traumática demandam que a sociedade assuma responsabilidade por eles.⁶⁸³

Jeffrey Alexander observa que a ocorrência de um trauma cultural se verifica quando membros de uma coletividade são vitimados por atrocidades que deixam marcas duradouras na consciência de seus grupos, quando o acontecimento atroz é culturalmente projetado e construído à compreensão coletiva de um dano destrutivo. Como conceito empírico, o trauma cultural sugere novos relacionamentos entre eventos, percepções, estruturas e ações que orientam a responsabilidade social e a ação política. Com a construção de traumas culturais, com o que Alexander denomina de “processo de criação do trauma”, os grupos sociais e sociedades nacionais identificam coletivamente as causas das atrocidades que deixaram

⁶⁷⁹ SMELSER, *Op cit.*, 2004. p.36.

⁶⁸⁰ ORTEGA, *Op cit.*, 2011. p.43.

⁶⁸¹ SMELSER, *Op cit.*, 2004. p.38 e 44.

⁶⁸² ALEXANDER, Jeffrey C. Toward a Theory of Cultural Trauma. In. **Cultural Trauma and Collective Identity**. ____; et al. (Orgs.). Berkeley, CA: University of California Press, 2004. p.24 e 27.

⁶⁸³ SMELSER, *Op cit.*, p.38 e 44.

marcas em sua consciência e assumem responsabilidade por ela.⁶⁸⁴ A construção cultural do trauma começa com a reivindicação sobre a configuração da realidade social lesada, com uma demanda por “reparação e reconstrução emocional, institucional e simbólica”.⁶⁸⁵

Jeffrey Alexander nota que o trauma, neste contexto, “é uma atribuição socialmente mediada”. O trauma não é o resultado de uma experiência de dor coletiva mas, sim, de um “grave desconforto introduzido no cerne do senso de coletividade”, representando uma ameaça fundamental à percepção identitária⁶⁸⁶, resultando da representação do sofrimento que ameaça a identidade. A concepção deste processo de trauma se encontra mediada pelo evento e pela representação. As pessoas que fazem parte de coletividades transmitem, como membros de um determinado grupo social, representações simbólicas de eventos sociais presentes, contínuos, passados e futuros. A construção cultural do trauma começa com a reivindicação discursiva crítica de tais representações, que cria uma “nova narrativa mestre do sofrimento social”.⁶⁸⁷

No contexto de representação das experiências de violência, em momentos decorrentes de processos de superação de seus legados, as decisões governamentais de criação de comissões de verdade, de estabelecimento de comitês investigativos, de criação de políticas de investigação, como visto capítulo anterior, podem decisivamente afetar e conduzir a “espiral de significação” que caracteriza o processo do trauma.⁶⁸⁸ Viver o trauma, experienciá-lo, pode ser aqui entendido como um processo sociológico representativo, como um trabalho de memória que descreve a angústia para a coletividade, expõe a vítima e responsabiliza. Reivindica-se a configuração da realidade social lesada, revê-se e objetiva-se a identidade coletiva, prescrevem-se pontos de orientação. Deste modo, um processo bem sucedido de representação coletiva da construção cultural do trauma deve fornecer respostas à “natureza da dor”, à “natureza da vítima”, à “relação da vítima do trauma com uma audiência mais ampla” e à “atribuição de responsabilidade”.⁶⁸⁹

Este processo de representação como prática cultural de memória coletiva, de reconstrução da vida coletiva, de orientação presente, corrobora o que o professor do Departamento de Sociologia da Universidade York (Toronto), Paul Antze, denomina de uma narrativa que “guia à terapia de memória recuperada”; de uma narrativa que faz muito para

⁶⁸⁴ ALEXANDER, *Op cit.*, 2004. p.01.

⁶⁸⁵ *Ibidem.*, p.10-11.

⁶⁸⁶ *Idem.*

⁶⁸⁷ *Ibidem.*, p.10-15.

⁶⁸⁸ *Ibidem.*, p.15-19.

⁶⁸⁹ *Ibidem.*, p.10-15.

formar “um idioma cultural”.⁶⁹⁰ Francisco Ortega reconhece que por meio da relação dialógica com os legados e as memórias da violência pretérita e da “coprodução solidária” com as vítimas de tal violência, através da representação do sofrimento que ameaça a identidade, da produção de memória do sujeito vitimado, um trabalho de luto interpelaria “a crise de significação que ocorre no acontecimento traumático”, esboçando “o colapso do sujeito coletivo” e articulando as feridas que são compartilhadas.⁶⁹¹ Deste modo, como prática cultural de memória coletiva, de representação do dano que ameaça desconstruir a identidade, de construção de significados e representações que são compartilhadas e integradas à orientação prática presente e futura, à criação de uma experiência de tempo descontínua – cuja condição perlaboradora se evidencia como instância terapêutica constantemente mediada e integrada à compreensão – a violência traumática é conduzida à consciência.

4.6 Dilema à perlaboração

*We're forgetting two things (...),
the different ways of being
and the different ways of not being.
I fear that you're trapped between no longer being
and not yet having been. What do you say to that?
(CLAUS, Hugo, 2004)*

No contexto de um trabalho de memória, de identificação das resistências, de elaboração (representação) e perlaboração da violência traumática pretérita – de um exercício (*ars memoriae*) que, de acordo Ricoeur, recusa o “apagamento dos rastros”, a “falta de ajustamento da imagem presente” e as “fraquezas inerentes tanto à preservação dos rastros quanto à sua evocação”⁶⁹² –, a professora do Departamento de Literatura Comparada da Universidade Cornell, Cathy Caruth, questiona a possibilidade de se ter acesso a uma história marcada pelo trauma. Tal impossibilidade se dá pela amnésia do passado, por não ser possível sua integração na compreensão por sua memória estar desintegrada da consciência. Logo, se não pode ser integrado como ocorrido, o evento traumático não pode se tornar uma “memória narrativa” integrada à história, não tendo lugar nem no passado, onde, de acordo com Caruth,

⁶⁹⁰ ANTZE, Paul. Telling Stories, Making Selves. Memory and Identity in Multiple Personality Disorder. In. **Tense Past: Cultural Essays in Trauma and Memory**. ____; Michael Lambek. (Eds.). New York: Routledge, 1996. p.07.

⁶⁹¹ ORTEGA, *Op cit.*, 2011. p.56.

⁶⁹² RICOEUR, *Op cit.*, 2007. p.27 e 80.

não foi “completamente experienciado”, nem no presente, “onde suas representações não são compreendidas”.⁶⁹³ Tem-se que o apagamento produzido pelo silêncio que se instaura pela incapacidade da interlocução do trauma, pela “impossibilidade de transposição do evento ao domínio do sujeito”⁶⁹⁴, cria uma espécie de ruptura, de suspensão ou atemporalidade, inclusive histórica, entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa.

Para Cathy Caruth, a resposta para um evento traumático assume a forma da alucinação da repetição, do pensamento apreendido ao evento. Para a autora, os sintomas do trauma não podem ser interpretados como “distorção da realidade”, como transposição inconsciente do que se quer esquecer ou como “repressão do que já foi desejado”.⁶⁹⁵ Para Caruth, é o inconsciente que preserva o evento traumático em sua literalidade. Deste modo, só se pode compreender a história do trauma na “inacessibilidade de sua ocorrência”.⁶⁹⁶ Na impossibilidade de saber do próprio evento, elidido na memória, “o trauma revela e nos desafia para um novo tipo de escuta (...) da impossibilidade”. E ser capaz de ouvir o impossível é, antes da possibilidade de dominá-lo com o conhecimento, “ter sido escolhido para isso”.⁶⁹⁷

O trauma, que infringe a “experiência de tempo, ser e mundo da mente”, não é facilmente curável por ser uma experiência que, por ocorrer inesperadamente, não é compreendida em sua completude, não estando disponível à consciência da vítima até o momento de ser, por imposição da própria experiência, imposta repetidamente em sonhos, alucinações e ações incontrolavelmente repetitivas. O trauma, observa Caruth, não se localiza em um simples evento violento pretérito de um indivíduo, mas no modo em que a sua natureza não simbolizada, assimilada, volta para aterrorizar, para “assombrar o sobrevivente”.⁶⁹⁸ E o que retorna para causar terror à vítima de um episódio traumático, o que atesta o impacto permanente de tal acontecimento, não é somente a realidade deste evento, mas “a realidade do modo que esta violência ainda não foi inteiramente conhecida”.⁶⁹⁹

Deste modo, o trauma é um tipo de oscilação “entre a história da natureza insuportável de um evento e a história da natureza insuportável de sua sobrevivência”.⁷⁰⁰ Caruth ressalta

⁶⁹³ CARUTH, Cathy. Introduction. In. *Trauma. Explorations in Memory*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1995. p.151-153.

⁶⁹⁴ ALPHEN, *Op cit.*, p.27.

⁶⁹⁵ *Ibidem.*, p.04-05.

⁶⁹⁶ *Ibidem.*, p.08.

⁶⁹⁷ *Ibidem.*, p.10.

⁶⁹⁸ CARUTH, Cathy. *Unclaimed Experience: Trauma, Narrative, and History*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1996. p.04.

⁶⁹⁹ *Ibidem.*, p.06.

⁷⁰⁰ *Ibidem.*, p.07.

ser no encontro desordenador da ocorrência e compreensão do trauma que se pode reconhecer a possibilidade de uma história que se baseia na experiência de modo indireto. Através da noção de trauma, pode-se compreender que um repensar referencial não visa a eliminação da história, mas sua reordenação, seu reestabelecimento compreensivo, permitindo precisamente que a “história surja onde a compreensão imediata não é possível”.⁷⁰¹ Para a história ser uma história do trauma, significa que ela é referencial precisamente na medida em que não é completamente percebida como acontece; ou, para dizer de outro modo, que a história pode ser compreendida somente na “inacessibilidade de sua ocorrência”.⁷⁰²

Caruth nota que o trauma, além de ser um “efeito de destruição”, é também, e fundamentalmente, “um enigma da sobrevivência”. Deste modo, somente no reconhecimento da experiência traumática como paradoxo “entre a capacidade de destruição e a sobrevivência” é que se pode “reconhecer o legado de incompreensibilidade no cerne da experiência catastrófica”.⁷⁰³ O trauma não consiste somente no confronto com a morte, mas na sobrevivência não reconhecida. Deste modo, Caruth esclarece que o que retorna não é a incompreensibilidade da proximidade com a morte, mas a incompreensibilidade da sobrevivência. A repetição não é o esforço de compreensão de quase morte, mas o esforço de afirmação da própria sobrevivência.⁷⁰⁴ E a história da sobrevivência deve assumir a forma de uma “confrontação interminável com a violência que retorna do passado”.⁷⁰⁵

A abordagem assinalada por Cathy Caruth parece estar em conformidade com algumas reflexões do historiador Frank Ankersmit. Para este, seria no componente compartilhado de sofrimento e de frustração que as vítimas de uma experiência de violência traumática encontrariam circunstâncias para acessar a realidade do trauma. Realidade que, de acordo com Ankersmit, na impossibilidade de se absorver a experiência do trauma, não pode ser esquecida nem lembrada: “realidade que lembramos precisamente porque não podemos lembrá-la e porque não temos acesso atual à ela”.⁷⁰⁶ Para Ankersmit, diferentemente da história que resulta da integração de experiências apropriadas, a realidade do trauma, sua história, “é o

⁷⁰¹ *Ibidem.*, p.11.

⁷⁰² *Ibidem.*, p.17-18.

⁷⁰³ *Ibidem.*, p.58.

⁷⁰⁴ *Ibidem.*, p.64.

⁷⁰⁵ *Ibidem.*, p.69.

⁷⁰⁶ ANKERSMIT, Frank. Trauma and Suffering. A Forgotten Source of Western Historical Consciousness. In. **Western Historical Thinking**. An Intercultural Debate. Jörn Rusen (ed.). New York, Oxford: Berghahn Books, 2002. p.78-79.

resultado de um processo de dissociação, de apresentação de nossa capacidade de associação histórica e narrativa com um desafio incapaz de ser conhecido”.⁷⁰⁷

A escrita histórica, o discurso e a consciência histórica são mediadas pela objetivação dos próprios traumas e sofrimentos.⁷⁰⁸ Contudo, Ankersmit associa o trauma com um tipo de esquecimento que diz respeito às memórias que, de tão pungentes, deveriam ser esquecidas justamente pela impossibilidade de serem admitidas à consciência coletiva.⁷⁰⁹ Ankersmit reconhece a possibilidade de recuperação do trauma na possível transformação terapêutica de converter os sintomas recalcados, inconscientes de sua precondição atual, em história.⁷¹⁰ Contudo, este trauma, associado à necessidade de esquecimento, nunca virá a ser superado, já que tudo que será dito sobre o passado traumático sempre reforçará os seus sentimentos de perda.⁷¹¹ Ainda que Ankersmit reconheça que a narrativa de uma experiência traumática pode tirar do trauma suas “características ameaçadoras”,⁷¹² para ele, a experiência traumática, por sua anormalidade e dissociação, tendo em vista não ser admitida à consciência, excede a capacidade de atribuição de sentido à experiência.⁷¹³

As abordagens de Caruth e Ankersmit estão em sintonia com a noção de que o trauma destrói, incapacita o movimento narrativo que configura a memória por sua primeira reação ser o silêncio. Esta perspectiva parece pavimentar o caminho para uma crise geral da representação. Pode-se dizer, deste modo, que o trauma, como nota o historiador e professor da Universidade de Berkeley Kerwin Lee Klein, “fornece um critério de autenticidade para o real e para sua negação pós-moderna”.⁷¹⁴ Deste modo, o trauma, o luto e a melancolia são expressões marcadas pelo caráter problemático da tensão que bloqueia a habilidade para a representação e a comunicação.⁷¹⁵ É na impossibilidade do acesso à simbolização que se coloca a reflexão psicanalítica voltada à noção de trauma. O passado irresolvido da violência traumática resiste à representação e limita a capacidade de agir no presente. Deste modo, o estudo de episódios traumáticos dificulta a representação e a escrita, logo, sua perlaboração.

⁷⁰⁷ *Idem.*

⁷⁰⁸ *Ibidem.*, p.79.

⁷⁰⁹ ANKERSMIT, F. R. **Sublime historical experience**. Stanford, California: Stanford University Press, 2005. p.322.

⁷¹⁰ ANKERSMIT, *Op cit.*, 2002. p.78.

⁷¹¹ ANKERSMIT, *Op cit.*, 2005. p.328.

⁷¹² *Ibidem.*, p.335 e 344.

⁷¹³ *Ibidem.*, p.335 e 337.

⁷¹⁴ KLEIN, Kerwin Lee. On the Emergence of Memory in Historical Discourse. **Representations**, n.69, Special Issue: Grounds for Remembering. University of California Press, 2000. p.139.

⁷¹⁵ RICHARD, Nelly. The Reconfigurations of Post-Dictatorship Critical Thought. **Journal of Latin American Cultural Studies**, vol.09, n.03, pp.273-282. Taylor and Francis Ltd, 2000. p.273.

4.7 Observações finais

Time and human volition cannot erase the fact of what has been done, and since we are our past as well as our future, they cannot erase the presence of the past, although they can, of course, repress recognition of it. They also cannot absolve us of the moral burdens that we, individually and collectively, assume for our past, although, again, the recognition of that moral imperative can be denied. Denying it does not free us from its reality, and although nothing within or among us may call us back to that past, there are likely others who will awaken us from the sleep of forgetting and seek to force us to do the work of remembrance. Yet, even if perchance these voices of the past, these Furies calling on us, were to fall silent, we would still say of a community of forgetting, such as the lotus-eaters Homer describes in the Odyssey, and of Odysseus' companions who eat there and forget their way home, that theirs would be a world without a common life and shared identity and a place missing a crucial ethical dimension.
(BOOTH, James, 1999)

De fato, como nota o professor de Filosofia James Booth na epígrafe acima, o tempo e a vontade humana não podem apagar o irrevogável, não podem apagar nem o que já foi feito nem o que se é deste passado presente. Além disso, o tempo e a vontade humana também não podem absolver as cargas morais assumidas para este passado-presente, ainda que o possam, como bem nota o autor, reprimir ou negar o reconhecimento de sua persistência, impedindo que a sociedade se liberte desta realidade. Existem, contudo, como assinala o próprio Booth, outros que estão dispostos ao “trabalho da recordação”, que estão propensos a acordar a sociedade de possíveis “sonos de esquecimento”.⁷¹⁶ Outros que, de acordo com Koselleck⁷¹⁷ – no contexto em que esta realidade diz respeito às consequências da violência pretérita – devem pensar o impensável, aprender a pronunciar o impronunciável e tentar conceber o inconcebível. E são estes – que despertam a sociedade deste “mundo sem uma vida comum e sem identidade compartilhada”⁷¹⁸, lugar sem ética – representados aqui em estratégias de esclarecimento, reconhecimento e responsabilização da violência, em práticas culturais de memória coletiva, que condicionam a perlaboração social de seus legados traumáticos.

Diferentemente do que sugerem Cathy Caruth e Frank Ankersmit, e das observações inicialmente apontadas sobre o trauma, da impossibilidade de se absorver a experiência do trauma, da impossibilidade de se ter acesso à simbolização pela fato do trauma ser uma experiência cuja realidade foi elidida da memória, está de acordo que os erros de incorporação das lições dos traumas coletivos na identidade coletiva não resultam, como argumenta Jeffrey

⁷¹⁶ BOOTH, *Op cit.*, 1999, p.259.

⁷¹⁷ KOSELLECK, Reinhard. Formen und Traditionen des negativen Gedächtnisse. In. **Verbrechen erinnern:** Die Auseinandersetzung mit Holocaust und Völkermord. Volkhard Knigge; Norbert Frei (Orgs.). Boon: Bundeszentrale für politische Bildung, 2005. p.29.

⁷¹⁸ BOOTH, *Op cit.*, 1999, p.259.

Alexander, da “natureza intrínseca do sofrimento original”.⁷¹⁹ Essa seria “a falácia naturalística” advinda da perspectiva que mantém uma abordagem que sugere que o trauma será resolvido no reparo da situação do próprio ser. De acordo com Alexander, os erros de incorporação das lições dos traumas coletivos na identidade coletiva originam-se do que o autor denomina de uma inabilidade para criar novas narrativas suficientemente persuasivas e, deste modo, responsabilizar algozes, rememorar ou ritualizar lições, definir novas responsabilidades morais e ampliar a solidariedade social. Este processo, como um trabalho de memória, como uma prática cultural de memória coletiva, permite que a responsabilização seja definida pelas coletividades e que por elas o curso das ações políticas seja redirecionado.⁷²⁰

Para Michael Roth, o trauma exige a integração de fragmentos que sobrevivem interditos em linguagem que o destile, que o recupere, que o confronte com “as forças do esquecimento”.⁷²¹ Roth nota que a forma mais sutil e poderosa de reter o esquecimento que irrompe com a recuperação do trauma está na representação histórica, que “transforma o passado como uma condição de retê-lo”.⁷²² Neste contexto, o reconhecimento do trauma e do esquecimento é “condição de piedade, de atenção cuidadosa” que se oferece ao passado de violência traumática. A história, deste modo, como “representificação analítica de passados reprimidos”⁷²³, é escrita enquanto reconhecimento, à serviço da “liberdade”, como forma de testemunho da perpetuação de uma injustiça.⁷²⁴

Roth, como Caruth e Ankersmit, reconhece que, por sua intensidade, uma representação do trauma necessariamente parecerá banaliza-lo ou traí-lo. Ao se olhar para o trauma, está-se olhando para um passado que, por sua intensidade e por violar a estrutura da experiência, se recusa ser relativizado. Ver a história como trauma, nas palavras de Jaime Ginzburg, “coloca em questão a própria possibilidade de elaborar uma representação, pois o trauma é, por definição, algo que evitamos lembrar, evitamos reencontrar pelo grau intolerável de dor que a ele se associa”.⁷²⁵ Deste modo, o apagamento ou a banalização das representações compartilhadas do passado, das representações que dizem respeito à violência

⁷¹⁹ ALEXANDER, *Op cit.*, 2004. p.26-27.

⁷²⁰ *Idem.*

⁷²¹ ROTH, *Op cit.*, 2012. p.82-83.

⁷²² *Ibidem.*, p.84-85.

⁷²³ LÜBBE, Hermann. Esquecimento e historicização da memória. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.29, n.57, p.285-300. 2016. p.293.

⁷²⁴ ROTH, *Op cit.*, 2012. p.85-86.

⁷²⁵ GINZBURG, *Op cit.*, 2012. p.474.

traumática, “potencialmente reforçam as chances de naturalizá-la e ignorar a intensidade de seu impacto”.⁷²⁶

Michael Roth salienta que ao se olhar para o trauma, está-se olhando para um passado que, de um modo fundamental, “é imune ao uso, já que, por definição, o traumático define a elaboração de sentido”.⁷²⁷ Contudo, por sua intensidade e sofrimento, o trauma provoca compaixão e “impõe obrigações de lembrança e comemoração”.⁷²⁸ Deste modo, o ato de reconhecimento da situação do trauma clama por solidariedade e sistematização política e cultural. Focando nas memórias da opressão, como “sinais que são formados pelas contingências da interpretação”, é nesta interação com outros produtores de sentido e de identidade que seria possível validar os eventos que ocasionaram o sofrimento. É nesta interação – que enfrenta “as expectativas contraditórias de hábitos disciplinares, convenções acadêmicas e suas inscrições sociais”⁷²⁹ – que o sujeito encontra voz e suporte para a cura de suas feridas.⁷³⁰

Dominick LaCapra admite que o trauma provoca uma dissociação de efeito e representação: “uma pessoa sem orientação sente o que não pode representar (...) e representa o que não pode sentir”.⁷³¹ LaCapra reconhece o fato das pessoas traumatizadas por episódios extremos poderem resistir perlaborar, atentando para o fato do trauma ser uma experiência que “desarticula o eu e cria buracos na existência” que, talvez, “nunca sejam completamente dominados”.⁷³² E Jörn Rüsen⁷³³ consente que o trauma, na abordagem categórica da interpretação histórica, constitui uma ruptura “com a coerência (...) fundamental entre passado, presente e futuro”.

Perlaborar o trauma, contudo, envolve o esforço para articular “efeito e representação”, de modo que possa neutralizar uma reencenação, uma repetição de um passado reprimido, ou uma passagem inconsciente ao ato desta dissociação limitadora.⁷³⁴ Rüsen elucida que o pensamento histórico segue esta lógica por tornar o passado ausente, parte da identidade de si mesmo e um problema de consciência histórica, elemento da vida presente. Para Rüsen, esta perda experimentada é conduzida à consciência mediante o luto. Sua finalidade é a

⁷²⁶ *Ibidem.*, p.490-491.

⁷²⁷ ROTH, *Op cit.*, 2012. p.91-92.

⁷²⁸ *Ibidem.*, p.97.

⁷²⁹ FEINDT, G.; KRAWATZEK, F.; MEHLER, D.; PESTEL, F.; TRINÇEV, R. *Op cit.*, 2014. p.41.

⁷³⁰ BALL, *Op cit.*, 2000. p.07-08.

⁷³¹ LACAPRA, *Op cit.*, 2001. p.42.

⁷³² *Ibidem.*, p.41.

⁷³³ RÜSEN, *Op cit.*, 2009. p.17.

⁷³⁴ LACAPRA, *Op cit.*, 2001. p.42.

recuperação de si próprio através da perlaboração da perda de alguma coisa ou de uma identidade histórica lesada.⁷³⁵

Deste modo, a perlaboração das memórias das experiências traumáticas encontra na história não apenas uma colaboração coadjuvante, mas intensificada pelo “figurativo”⁷³⁶ do conhecimento histórico – que se consubstancia na compreensão da sociedade com relação ao seu passado, em um trabalho de memória, de autorização, de *desobstrução à rememoração*, de sensibilização, com iniciativas voltadas ao debate, ao enfrentamento (*histórico e lutuoso*) dos legados de violência e às políticas sociais. Essa noção de “trabalho de rememoração”, de um trabalho de “retirada dos obstáculos à rememoração”, de inscrição na lembrança, supõe, como anuncia Paul Ricoeur, “que os transtornos enfocados não são apenas sofridos, mas que somos responsáveis por eles, o que é comprovado pelos conselhos terapêuticos que acompanham a perlaboração”.⁷³⁷ Neste sentido, no esforço de compreensão da verdade do passado, a rememoração enfatiza “o retorno à consciência despertada de um acontecimento reconhecido como tendo ocorrido antes do momento em que esta declara tê-lo sentido, percebido, sabido”.⁷³⁸

Reconstruir o passado com a finalidade ética rememorativa de um racionalismo diagnóstico pensado de maneira social crítica, no reconhecimento intersubjetivo do dano, como prática cultural de memória coletiva, seria, deste modo, no reemprego dos argumentos do psicanalista Christian Ingo Lenz Dunker, “refazer os laços entre trabalho, linguagem e desejo, pensando a patologia – que se exprime no sintoma, no mal-estar e o sofrimento – como uma patologia do social”.⁷³⁹ Neste sentido, faz-se necessária “uma nova consciência da importância fundamental do sofrimento humano na compreensão histórica”. Esta consciência “precisa ser combinada com a prática cultural do luto”.⁷⁴⁰

Esta objetivação (*materialização*) da memória com vista à superação dos legados traumáticos da violência pretérita, como nota Kerwin Lee Klein, a ascende ao status de um agente (meta)histórico, de um dispositivo de cura e de uma ferramenta para redenção.⁷⁴¹ Deste modo, perlaborar a memória traumática, a recordação involuntária de eventos de particular

⁷³⁵ RÜSEN, Jörn. **Cultura faz sentido**: orientações entre o ontem e o amanhã. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p.156.

⁷³⁶ RÜSEN, Jörn. **Kann gestern besser werden?** Zum Bedenken der Geschichte. Berlin: Kulturverlag Kadmos, 2003b. p.52-56.

⁷³⁷ RICOEUR, *Op cit.*, 2007. p.93 e 139.

⁷³⁸ *Ibidem.*, p.73.

⁷³⁹ DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015. p.24.

⁷⁴⁰ RÜSEN, *Op cit.*, 2011. p.18.

⁷⁴¹ KLEIN, *Op cit.*, 2000. p.136-138.

intensidade e dificuldade emocional, demanda um deslocamento de transformação da memória traumática em uma narrativa coerente. Esta poderia então ser integradora de sentido, facilitando a reintegração do traumatizado em uma comunidade, reestabelecendo conexões essenciais da individualidade. Isto não quer dizer, de acordo com Susan J. Brison, que o narrar das memórias do trauma seja sempre terapêutico ou suficiente para a recuperação do trauma, mas que tais narrativas contribuem significativamente para tal recuperação.⁷⁴² A relação deste agente histórico com o presente pode assumir a forma do que Claudio Fogu e Wulf Kansteiner denominam de uma “retórica enquadrante [*enframing*] da memória”⁷⁴³ de eventos recentes por meio de metáforas oriundas da institucionalização de uma cultura histórica. Historicizada, a memória poderia, desta forma, ir de encontro “à experiência pós-moderna de descontinuidade histórica”⁷⁴⁴, e isto se dá justamente pela abertura das fronteiras entre a memória e a história.⁷⁴⁵

Na possibilidade de representação de um trauma histórico, de representação de uma violência cuja relevância seja fundamental para a identidade de um grupo no presente, de integração narrativa (co)produtora da memória do evento traumático⁷⁴⁶, a oposição entre história e memória está longe de ser clara. Como observa Friedländer⁷⁴⁷, quanto mais se procura uma interpretação intermediária do passado, mais a história e a memória se inter-relacionam. Neste sentido, longe de serem consideradas rivais, sendo aceitas “como modos

⁷⁴² BRISON, *Op cit.*, 1999. p.39-40.

⁷⁴³ FOGU, Claudio; KANSTEINER, Wulf. The Politics of Memory and the Poetics of History. In. **The Politics of Memory in Postwar Europe**. Richard Ned Lebow; *et al* (orgs.). Durham: Duke University Press, 2006. p.302.

⁷⁴⁴ *Idem*.

⁷⁴⁵ A história, como disciplina acadêmica, tem o dever de ser “objetiva, unificada, ordenada e justificada” – ainda que não possa ser concebida inteiramente dessa forma, “por haver sempre um resíduo de incompreensibilidade por trás do que é sabido e um engajamento com a subjetividade que não pode ser eliminado” (MEGILL, *Op cit.*, 2007. p.57). Deste modo, como ensina Pierre Nora, a história é sempre uma representação analítica e crítica, uma reconstrução incompleta e problemática “do que já não é mais” (NORA, *Op cit.*, 1989. p.09). Contudo, no contexto de possibilidade de representação da violência traumática, Wulf Kansteiner observa que a história é compreendida “como um tipo particular de memória cultural” à desnaturalização do que nos deixa perplexo. (KANSTEINER, *Op cit.*, 2002. p.191.). Nesta tendência, a memória é entendida, nas palavras Dominick LaCapra, “como basicamente o mesmo que a história ou, pelo menos, como sua matriz e musa”. Deste modo, mesmo em seus deslocamentos, falsificações e negações, a memória é fonte informativa fundamental para a história, cujas funções dizem respeito à atribuição, ou à “adjudicação de reivindicações de verdade”, e à “transmissão de memórias criticamente testadas”, investigadas. À história – como uma memória secundária, resultado do trabalho crítico, longe de ser prosaico, de uma memória primária – corresponde investigar criticamente a memória e induzir ao surgimento ideal “tanto de uma memória mais exata, como de uma avaliação mais clara do que é ou não factual na lembrança”. E o componente ritual discursivo deste exercício sobre os eventos históricos traumáticos se encontra justamente em sua própria alternativa de “trabalho e perlaboração da memória”, incorporada ao luto. (LACAPRA, *Op cit.*, 1998. p.16).

⁷⁴⁶ STURKEN, Marita. Narratives of Recovery: Repressed Memory as Cultural Memory. In. **Acts of Memory**. Cultural Recall in the Present. Mieke Bal, Jonathan Crewe, Leo Spitzer (Orgs.). Hanover and London: Dartmouth College, 1999. p.235.

⁷⁴⁷ FRIEDLÄNDER, *Op cit.*, 1993. p.viii.

complementares de reconstrução e relação com o passado”⁷⁴⁸, está-se de acordo com Dominick LaCapra, que elucida que a história e a memória se intermediam à “interação mutuamente questionadora” ou ao “intercâmbio dialético”, levando ao surgimento de uma “avaliação mais clara do que é ou não factual na recordação”.⁷⁴⁹ Nesta correspondência, a consciência histórica, como cautelosamente ressalta Saul Friedländer, é a conjunção necessária de ambos os extremos em qualquer esforço compreensivo de explicação e representação do passado que afeta o presente.⁷⁵⁰

Um dos propósitos de se estudar a história de eventos traumáticos, deste modo, é gerar uma *disposição* para o distanciamento, para se sentir angústia em “doses toleráveis e não paranoicas” para que se evite ou neutralize as repetições características do trauma.⁷⁵¹ O estudo histórico de um acontecimento traumático – não deixando de lado as especificidades próprias de seu “regime de conhecimento”, que, de modo geral, diz respeito à atividade crítica, ao confronto entre razões e circunstâncias, bem como ao exercício da produção de um saber que se faz operacionalizado por uma comunidade científica⁷⁵² – por produzir descontinuidade e diferença, por assumir sua responsabilidade em tornar inteligível “heranças acumuladas e descontinuidades fundadores”⁷⁵³, poderia ajudar a “produzir uma disposição à sentir angústia em doses não paranoicas que podem colocar-nos em uma posição melhor para pensar a possibilidade do impensável e contrariar condições que promovem a ocorrência de eventos traumáticos”.⁷⁵⁴

Deste modo, buscando na memória os transtornos enraizados nas experiências históricas negativas e reprimidas, o conhecimento histórico tem um efeito moral de *correção* e de *reparação*. Esta objetivação, ao invés de “reivindicar objetividade hermenêutica ou re-essencializar uma ideia de verdade histórica por uma abordagem neo-positivista das fontes”, precisaria dar conta da contingência histórica e política do contexto de suas “premissas teóricas e ferramentas metodológicas”⁷⁵⁵, bem como dos “modos de sua representação”.⁷⁵⁶

Não obstante, ainda que a violência tenha sobrevivido intacta aos esforços para se combatê-la com a memória, perpetuando-se cada vez com mais intensidade, como adverte

⁷⁴⁸ ASSMANN, *Op cit.*, 2006. p.263

⁷⁴⁹ LACAPRA, *Op cit.*, 1998. p.19-20.

⁷⁵⁰ FRIEDLÄNDER, *Op cit.*, 1993. p.viii.

⁷⁵¹ LACAPRA, *Op cit.*, 1998. p.41.

⁷⁵² CHARTIER, Roger. “Escutar os mortos com os olhos”. *Estudos Avançados*, 24 (69), 2010. p.12.

⁷⁵³ *Ibidem.* p.14.

⁷⁵⁴ LACAPRA, *Op cit.*, 1998. p.185.

⁷⁵⁵ FEINDT, G.; KRAWATZEK, F.; MEHLER, D.; PESTEL, F.; TRINÇEV, R. *Op cit.*, 2014. p.41.

⁷⁵⁶ HUTTON, Patrick H. **History as an Art of Memory**. Hanover and London: University Press of New England, 1993. p.xxii.

Tzvetan Todorov⁷⁵⁷, o reconhecimento das injustiças históricas perpetradas no passado, como orientado pelos trabalhos de memória que visam superar os seus legados traumáticos, possibilitaria o resgate de um passado negado, contribuindo para construção de uma teoria que, com o comprometimento da memória e de uma narrativa histórica criticamente informada, possibilitaria que um passado de experiências traumáticas pudesse ser perlaborado.

Por sua dimensão perturbadora, por representar uma ameaça à identidade e aos contornos da própria ação, o trauma é uma experiência cujos termos precisam ser reconhecidos, confrontados e compreendidos à sua transformação e superação. Ainda que a experiência traumática represente uma ameaça à significação, seus termos precisam ser mediados como prática cultural no processo de elaboração e integração da perda e representados ao esclarecimento e ao reconhecimento do dano, à reparação, à deslegitimação da violência e do sofrimento, à responsabilização e à (co)memoração. Como trabalho, como prática cultural de memória coletiva, seus termos precisam ser representados à identificação; precisam ser mediados pelo evento à configuração e à significação da violência traumática. Deste modo, ainda que o trauma destrua o sentido pelas resistências que condiciona, um trabalho de memória, consubstanciado na representação do dano, na operação de signos à sua compreensão, na ressignificação da experiência à produção de sentido, precisa dar conta desta perda de orientação à sua possível perlaboração.

Neste momento, o objeto desta pesquisa passa a ser a perlaboração do passado de experiências traumáticas em relação ao contexto no qual o Estado brasileiro implementa medidas que viabilizam o processo de justiça transicional no Brasil. Coloca-se aqui a hipótese de se as representações feitas pelas medidas de justiça de transição implementadas pelas comissões de reparação e de verdade condicionam a perlaboração dos traumas da violência da repressão. Deste modo, cumpre submeter as narrativas produzidas pelas comissões de reparação e de verdade a uma análise que leve em conta o processo de perlaboração do trauma.

⁷⁵⁷ TODOROV, Tzvetan. **Memory as a remedy for evil**. London: Seagull Books, 2010. p.06-07.

5 À PERLABORAÇÃO DA VIOLÊNCIA TRAUMÁTICA DA REPRESSÃO: o caso brasileiro

Olhos persuadidos à cegueira.
(CELAN, Paul, 2011)

O foco desta reflexão recairá aqui sobre a possível perlaboração social das experiências de violência em relação ao contexto no qual o Estado brasileiro implementa políticas de reparação e de memória com um propósito de alcançar a superação do passado de violência traumática. Isto é, cabe submeter as narrativas produzidas pelas comissões de reparação e de verdade a uma análise que leva em conta a perlaboração do trauma destas experiências, no contexto em que o Estado brasileiro implementa medidas de reparação, reconciliação, reconhecimento, esclarecimento e responsabilização das atrocidades perpetradas pelos agentes da repressão durante a ditadura civil-militar.

Tais medidas implementadas pelo Estado, como apresentadas no terceiro capítulo, dizem respeito aos trabalhos agenciados pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e pela Comissão Nacional da Verdade. Tratam-se de medidas que, quando da admissão pública de responsabilidade com relação às torturas e aos assassinatos de opositores pelo regime instaurado em 1964, comportam o esclarecimento das situações de violência do Estado ditatorial e dão legitimidade ao reconhecimento das atrocidades perpetradas pelos agentes da repressão.

De modo geral, em decorrência dos trabalhos de familiares de mortos e desaparecidos políticos e da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos de localização e identificação dos mortos e desaparecidos pela ditadura, tais medidas acomodam indenizações às famílias de vítimas, projetos de identificação e publicação de lugares relacionados à prática de violações contra os direitos humanos e políticas de memória sobre a resistência à repressão. O resultado dos trabalhos da Comissão de Anistia de análise de pedidos de indenização formulados pelos cidadãos impedidos de exercerem atividades econômicas por motivação política, e da declaração de anistiado político dos atos de exceção perpetrados entre 1946 e 1988, compreendem ações compensatórias de caráter indenizatório – de reparação econômica pelos desaparecimentos e perseguições políticas entregues aos anistiados políticos – e simbólico, reconciliatório, através de pedidos públicos de perdão e do reconhecimento oficial das vítimas e das injustiças cometidas pelos agentes da ditadura civil-militar.

Através de publicações de livros, de exposições, de seminários e palestras, na identificação de estruturas, locais, instituições e circunstâncias relacionadas à prática de violações contra os direitos humanos, os esforços dos trabalhos de ambas as comissões acomodam medidas educativas e políticas de memória. E com o resultado dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade – que reafirmou a ocorrência planejada, sistemática e generalizada dos crimes da ditadura, reviu denúncias e relatos de violações de direitos humanos à confirmação de torturas, assassinatos, esquartejamentos, desaparecimentos forçados, entre outras atrocidades perpetradas pelos agentes da repressão, à atribuição de responsabilidades e à identificação de perpetradores – o conjunto de tais medidas procura alcançar a reconciliação, a reparação, o reconhecimento, o esclarecimento e a responsabilização.

Em síntese, implementadas pelas comissões de reparação e verdade, tais medidas, inobstante seu caráter pecuniário, comprovam a violência cometida pelos agentes da ditadura brasileira, verificam seus impactos traumáticos e consideram a emergência do compromisso da história com a garantia de direitos emergentes individuais e coletivos, com uma ética da representação que protagoniza as vítimas. Deste modo, questiona-se aqui a possibilidade das representações feitas pelas práticas institucionais que viabilizam o processo de justiça transicional no Brasil, como uma condição de reparação, reconciliação, reconhecimento, esclarecimento e responsabilização, criarem condições para a admissão da realidade do trauma e da vitimização e assumirem um sentido terapêutico. Deste questionamento, as investigações focam na hipótese de se as representações que as comissões de reparação e de verdade fazem acerca das atrocidades perpetradas pelos agentes da repressão durante a ditadura civil-militar no Brasil se configuram em um trabalho de perlaboração social dos legados de seus traumas.

Como visto no capítulo anterior, uma grave violação de direitos humanos culturalmente projetada e construída à compreensão coletiva fornece novos relacionamentos que orientam à identificação e à responsabilização. Deste modo, políticas de memória condicionam a perlaboração social quando a representação do trauma se faz por um trabalho de memória que descreve o sofrimento que ameaça a identidade, por um trabalho de memória que descreve a angústia para a coletividade, que identifica a vítima e responsabiliza; por um trabalho que conduz a experiência traumática à consciência coletiva. Inobstante, é como reconstrução e representação narrativa do passado com a finalidade de dar sentido à experiência da violência traumática, como prática cultural de memória coletiva, que se coloca a hipótese das representações de estratégias de esclarecimento, reparação, reconciliação,

reconhecimento e responsabilização das atrocidades pretéritas condicionarem a perlaboração de seus traumas.

Neste momento, o objeto desta pesquisa passa a ser a perlaboração do passado de experiências traumáticas cometidas durante a ditadura civil-militar no Brasil. Nesse sentido, dar-se-á atenção à dimensão social da perlaboração – entendida como resultado de um processo de interação à construção de significados e representações que são compartilhadas e integradas à orientação prática presente e futura – em relação ao contexto no qual o Estado brasileiro implementa políticas de reparação material e simbólica com vista a superar os legados da violência traumática perpetrada pelos agentes da repressão. Cumpre submeter as narrativas produzidas pelas comissões de reparação e de verdade a uma análise que leve em conta o processo de perlaboração do trauma.

5.1 Reconciliação, reparação, reconhecimento, esclarecimento e responsabilização: condições à perlaboração?

As representações feitas pelas medidas de justiça de transição implementadas pelas comissões de reparação e de verdade fornecem os termos ao reconhecimento das experiências de violência e condicionam a sua reparação, reconciliação, esclarecimento e responsabilização. Contudo, as debilidades do processo transicional brasileiro inibem o debate e o engajamento social, dificultam o reconhecimento da violência, colocam obstáculos à simbolização e à apreensão coletiva de suas representações e conduzem os seus termos ao esquecimento, ou à minimização e à revisão. Logo, as representações feitas pelas medidas de justiça transicional implementadas pelo Estado não condicionam a perlaboração social dos legados traumáticos da violência cometida pelos agentes da repressão durante a ditadura civil-militar no Brasil.

A repressão exercida pelos algozes da ditadura civil-militar no Brasil é uma realidade cuja violência envolveu experiências de traumatização psíquica e social. Sua dimensão psíquica, indissociável da relação com o outro, do social, se evidencia nas centenas de relatos daqueles que tiveram suas vidas irremediavelmente atingidas pelo aparelho repressivo; se revela nas informações desveladas por testemunhos de vítimas e de familiares de mortos e desaparecidos políticos acolhidos pelas comissões de reparação e de verdade e nas investigações assumidas ao longo do processo de justiça de transição implementado pelo próprio Estado, que reafirmou, entre outras atrocidades, a prática sistemática de detenções

ilegais e arbitrárias, de perseguições políticas, de sessões de torturas, de estupro, de empalamentos, de amputações de membros, de sessões de choque, de pau de arara, de desaparecimentos forçados, de violência contra crianças e adolescentes, de violência sexual e de gênero, e de outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas e degradantes.

O livro-relatório “Direito à Memória e à Verdade”, que relata a conclusão de uma primeira fase de análise e julgamento dos processos de 339 casos de mortos e desaparecidos apresentados para decisão da Comissão Especial sobre os Mortos e Desaparecidos Políticos, desvela, na apresentação do resumo do processamento dos casos, as atrocidades cometidas por agentes do Estado durante a ditadura. Vítima da repressão, o estudante boliviano Juan Antônio Carrasco Forrastal, por exemplo, “sonhando em se tornar físico” quando chegou ao Brasil, o deixou após alguns anos

com seqüelas físicas e mentais irreversíveis, após ser seviciado e ter os órgãos sexuais queimados nas dependências do 2º Exército e no quartel de Quintaúna, em 1968. Tentou tirar a própria vida cortando os pulsos e, passados alguns meses, em 1972, suicidou-se no Hospital da Cruz Vermelha, na Espanha, arrancando os aparelhos que o mantinham vivo. Juan era hemofílico, usuário de uma prótese na perna e sem envolvimento político.⁷⁵⁸

A CEMDP, entre as centenas de casos apresentados, relatou que as “brutais torturas” cometidas por agentes da repressão no DOI-CODI do Rio de Janeiro acabaram tirando a vida do jornalista, fundador e principal dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Mário Alves de Souza Vieira. Na transcrição dos relatos feitos pelo historiador Jacob Gorender em seu livro “Combate nas Trevas”, o relatório da Comissão apresenta detalhes sobre as atrocidades perpetradas contra Mário Alves:

Horas de espancamentos com cassetetes de borracha, pau-de-arara, choques elétricos, afogamentos. Mário recusou dar a mínima informação (...). Impotentes para quebrar a vontade de um homem de físico débil, os algozes o empalaram usando um cassetete de madeira com estrias de aço. A perfuração dos intestinos e, provavelmente, da úlcera duodenal, que suportava há anos, deve ter provocado hemorragia interna.⁷⁵⁹

O dirigente do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) Carlos Eduardo Pires Fleury também relatou, em carta escrita a um amigo, as torturas sofridas por ele e seus

⁷⁵⁸ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Op cit.*, 2007. p.314.

⁷⁵⁹ *Ibidem.*, p.114.

companheiros de prisão. O livro-relatório da CEMDP, que analisou o caso e concluiu que Carlos Eduardo fora executado por seu engajamento na resistência ao regime civil-militar, transcreveu a carta:

Não vou enumerar exatamente o que sofri momento a momento, vou dar alguns exemplos dos métodos de interrogatórios que sofri: o pau-de-arara, telefone, choques na cabeça, nos órgãos sexuais e no resto do corpo todo como o mostram as cicatrizes que tenho até hoje. Os choques que levei no 2º dia de tortura foram de 220 volts e durante mais de cinco horas seguidas pendurado no pau-de-arara, o que me causou uma parada cardíaca. (...) Esta sessão de cinco horas de 220 volts foi precedida por uma tarde inteira de agressões e choques na cadeira do dragão, além de ter ficado na noite anterior das 22h30 até 6h30 da manhã deste dia no pau-de-arara, levando choques.⁷⁶⁰

No contexto em que o Estado brasileiro implementa medidas de justiça de transição ao reparo, ao esclarecimento, à reconciliação, ao reconhecimento e à responsabilização pelas atrocidades cometida por agentes públicos durante a ditadura civil-militar, milhares de depoimentos foram concedidos às comissões de reparação e de verdade, cujos relatórios comprovaram a prática massiva e sistemática de graves violações de direitos humanos perpetradas pelos agentes da repressão e testemunharam o sofrimento do outro como ato de rememoração, de co-memoração, em nome dos que sofreram ou ainda sofrem. Somente à Comissão Nacional da Verdade, bem como às comissões estaduais e setoriais, foram concedidos entre 2012 e 2014 1.116 depoimentos (483 em audiências públicas e 633 de forma reservada).

Não deixando de reconhecer que “um dos aspectos mais perversos da tortura é o fato de tornar bastante difícil às suas vítimas falar sobre ela, pela dor envolvida nessa memória, (...) por serem os seus procedimentos extremamente humilhantes e porque a violência infligida, muitas vezes, é insuportável”⁷⁶¹, entre os depoimentos de vítimas e testemunhas que foram convidadas ou que se apresentaram voluntariamente, a memória da violência exercida pelos algozes da repressão se desvela nas denúncias de práticas sistemáticas de tratamentos ou penas cruéis, desumanas e degradantes. Ottoni Guimarães Fernandes Júnior, jornalista e militante da Ação Libertadora Nacional, em um esforço de compreensão e descrição, de atribuição de sentido às atrocidades cometidas por agentes da repressão, depôs em 2012 aos integrantes da CNV sobre a violência que sofreu:

⁷⁶⁰ *Ibidem.*, p.192.

⁷⁶¹ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op cit.*, 2014a. p.350.

(...) eu fui torturado com pau de arara, choque, afogamento (...). Eu ouvia gritos no quarto ao lado, era outro companheiro que estava sendo torturado. (...) Eu achei que eles iam me matar quando tiraram o capuz e deixaram todos serem vistos. (...) eles tinham um médico que eu não sei quem é, esse médico de tempo em tempo avaliava se eu podia continuar sendo torturado ou não, me dava uma injeção de algum complexo para aguentar a tortura.⁷⁶²

Entre centenas de depoimentos, o de Paulo de Tarso Carneiro, concedido em audiência pública em 18 de março de 2013, também elucida as circunstâncias de constrangimento, de angústia, de submissão ao emprego da violência por meio de intimidações e ameaças de torturas praticadas pelos agentes do poder público para obter informações, dissuadir, intimidar e disseminar o terror:

Na tortura eu fui preso dia seis de abril, durante o dia teve um episódio em que o Major Átila Rhorsetzer me levou para uma sala, essa sala estava totalmente fechada, eu já algemado, ele me mandou deitar de bruços e colocou um PM, uma brigadiano para me custodiar, e ele escrevia na hora e entregou para o brigadiano: autorizo o PM fulano de tal a atirar para matar diante de qualquer movimento (...). Então uma tentativa de nos amedrontar, nos criar medo de morrer, para depois torturar. O Marco Aurélio dos Reis que era um também, não aparece muito, mas era um dos torturadores, ele me colocou uma corda no pescoço no final da tarde e apertava a corda e dizia: é assim que nós vamos te matar. Uma simulação para criar sempre o medo da morte, depois do pau de arara, (...) o torturador começou a me mostrar na parede sangue, fezes e vômitos (...).⁷⁶³

Cobaia em demonstração de tortura, vítima de uma aula prática ministrada como um “método teórico-empírico” de ensino aos agentes da repressão, a historiadora Dulce Chaves Pandolfi, presa em 1970 e submetida a diversos tipos de tortura, relatou em 28 de maio de 2013, em depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-RJ), algumas das atrocidades que sofreu nas mãos de oficiais da repressão:

No dia 20 de outubro, dois meses depois da minha prisão e já dividindo a cela com outras presas, servi de cobaia para uma aula de tortura. O professor, diante dos seus alunos, fazia demonstrações com o meu corpo. Era uma espécie de aula prática, com algumas dicas teóricas. Enquanto eu levava choques elétricos, pendurada no tal do pau de arara, ouvi o professor dizer: “essa é a técnica mais eficaz”. Acho que o professor tinha razão. Como comecei a passar mal, a aula foi interrompida e fui levada para a cela.

⁷⁶² Arquivo CNV, 00092.001042/2013-17. Depoimento à CNV em 05.10.2012.

⁷⁶³ Arquivo CNV, 00092000620/2013-90. Depoimento à CNV em 18.03.2013.

Alguns minutos depois, vários oficiais entraram na cela e pediram para o médico medir minha pressão. As meninas gritavam, imploravam, tentando, em vão, impedir que a aula continuasse. A resposta do médico Amílcar Lobo, diante dos torturadores e de todas nós, foi: “ela ainda aguenta”. E, de fato, a aula continuou. A segunda parte da aula foi no pátio. O mesmo onde os soldados, diariamente, faziam juramento à bandeira, cantavam o Hino Nacional. Ali fiquei um bom tempo amarrada num poste, com o tal do capuz preto na cabeça. Fizeram um pouco de tudo. No final, comunicaram que, como eu era irrecuperável, eles iriam me matar, que eu ia virar “presunto”, termo usado pelo Esquadrão da Morte. Ali simularam meu fuzilamento. Levantaram rapidamente o capuz, me mostraram um revólver, apenas com uma bala, e ficaram brincando de roleta-russa. Imagino que os alunos se revezavam no manejo do revólver porque a “brincadeira” foi repetida várias vezes.⁷⁶⁴

A violência empregada pelos agentes do Estado durante os anos de repressão também foi relatada à Comissão Nacional da Verdade em 27 de abril de 2013 no depoimento da Izabel Fávero, militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, que, grávida de dois meses, abortou em decorrência da tortura e não teve direito a atendimento médico. Buscando na memória as atrocidades traumáticas vivenciadas, Izabel afirmou à CNV:

Eu certamente abortei por conta dos choques que eu tive nos primeiros dias, nos órgãos genitais, nos seios, ponta dos dedos, atrás das orelhas, aquilo provocou, obviamente, um desequilíbrio, eu lembro que eu tinha muita, muita, muita dor no pescoço, quando a gente sofreu choque, a gente joga a cabeça pra trás, aí tinha um momento que eu não sabia mais onde doía, o que doía em todo lado, mas enfim. Certamente foi isso. E eles ficavam muito irritados de me ver suja e sangrando e cheirando mal, enfim. Eu acho que ficavam até com mais raiva, e me machucavam mais ainda.⁷⁶⁵

A banalização e persistente prática da violência sexual, “inclusive em períodos democráticos”, foi enfatizada no Relatório Final da CNV. A Comissão destacou o fato de que tais crimes, tendo sido perpetrados por agentes “encarregados de proteger a sociedade, a vida e a integridade física de seus cidadãos”, só fizeram “aumentar o sofrimento da maioria dos sobreviventes, que ainda hoje padecem ao lidar com o estigma em torno dos crimes sexuais, a indiferença da sociedade e a impunidade dos violadores”.⁷⁶⁶ A assistente social Gilse Consenza, também torturada e violentada pelos agentes do Estado por negar delatar os companheiros de militância da Ação Popular, buscando enfrentar as resistências

⁷⁶⁴ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op cit.*, 2014a. p.351.

⁷⁶⁵ Arquivo CNV, 00092.000088/2014-91. Depoimento à CNV em 27.04.2013.

⁷⁶⁶ *Ibidem.*, p.422

condicionadas pelas experiências traumáticas que vivenciou, relatou o seguinte à Comissão Nacional da Verdade:

Fui levada para um posto policial. (...) E foi lá que eles me torturaram das sete da noite até as cinco da manhã. E lá foi pau de arara, espancamento, choque elétrico, “latinha”, “telefone”. Tudo que eles conseguiram inventar. Enquanto eu estava no pau de arara eles botavam os eletrodos da maquina nos dedos dos pés, nos dedos das mãos, na minha vagina, enquanto eu estava lá de cabeça para baixo. (...) E já estava amanhecendo que eu vi pelo basculante, que começava a clarear, devia ser umas cinco da manhã, eles me tiraram do pau de arara, eu não parava em pé, caí no chão, e neste momento o Léo me estuprou. Ali arrebitada, caída no chão. (...) Eu estava muito arrebitada.⁷⁶⁷

Estes são apenas alguns dos muitos depoimentos que foram concedidos às comissões de reparação e de verdade. Depoimentos que a CNV reconheceu ilustrarem “a dimensão sistêmica alcançada pela ação violadora da estrutura estatal, seja por seus agentes, seja por terceiros agindo com sua aquiescência ou conivência”.⁷⁶⁸ O Estado reconheceu a necessidade das sequelas traumáticas e físicas destes crimes – sequelas provocadas pelo “medo, vergonha, ansiedade, angústia e tristeza experimentados à época dos crimes e depois”⁷⁶⁹, pelas marcas permanentes de crimes cujas vítimas restaram “mutiladas, cegas, surdas, estéreis, com danos cerebrais e paralisias”⁷⁷⁰ – demandarem atendimento médico e psicossocial contínuo aos indivíduos, às famílias e aos grupos de pessoas que sofreram direta e indiretamente a violência do Estado. O Relatório Final da CNV reconheceu e afirmou que os danos perpetrados pelos agentes públicos durante a ditadura civil-militar seguem comprometendo a atribuição de sentido e a orientação prática presente das vítimas da repressão. Tais atrocidades, como afirma o relatório da Comissão:

afetaram e seguem afetando a vida e a tomada de decisão dos sobreviventes, não raro impossibilitando-os de escolher livremente como estruturar a própria vida. Estupros e empalhamentos determinaram o relacionamento afetivo e a vida sexual dos sobreviventes. Mutilações nos seios privaram mães de amamentar seus bebês. Úteros queimados com choques elétricos tornaram muitas mulheres incapazes de engravidar ou de levar adiante uma gestação.⁷⁷¹

⁷⁶⁷ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op cit.*, 2014a. p.769-770.

⁷⁶⁸ *Ibidem.*, p.40.

⁷⁶⁹ *Idem.*

⁷⁷⁰ *Ibidem.*, p.384.

⁷⁷¹ *Idem.*

Em decorrência das brutalidades da violência sistemática cometida pelos agentes do poder público durante a ditadura, mulheres se tornaram incapaz de engravidar, se tornaram estéreis, vítimas foram mutiladas, algumas tentaram se matar, outras se suicidaram. Carlos Alexandre Azevedo, em janeiro de 2010, três anos antes de suicidar-se, aos 40 anos de idade, relatou o seu sofrimento em entrevista concedida à revista IstoÉ:

Para mim, a ditadura não acabou. Até hoje sofro os seus efeitos. Tomo antidepressivo e antipsicótico. [...] Não sou feliz. Sinto vergonha de não trabalhar. Também gostaria de ter uma família minha, com mulher e filhos. Mas tenho consciência de que devo dar um passo de cada vez. Talvez, com um pouco de sorte, eu consiga recomeçar. Mesmo estando com 37 anos.⁷⁷²

Sua mãe, Dermi Azevedo, militante de direitos humanos, falou do suicídio de seu filho em depoimento concedido à CNV em fevereiro de 2013, e relatou que nunca se recuperou da violência que foi submetida durante a ditadura:

Meu coração sangra de dor. O meu filho mais velho, Carlos Alexandre Azevedo, suicidou-se na madrugada de hoje, com uma overdose de medicamentos. Com apenas um ano e oito meses de vida, ele foi preso e torturado, em 14 de janeiro de 1974, no Deops paulista, pela “equipe” do delegado Sérgio Fleury, onde se encontrava preso com sua mãe. Na mesma data, eu já estava preso no mesmo local. Cacá, como carinhosamente o chamávamos, foi levado depois a São Bernardo do Campo, onde, em plena madrugada, os policiais derrubaram a porta e o jogaram no chão, tendo machucado a cabeça. Nunca mais se recuperou. Como acontece com os crimes da ditadura de 1964-1985, o crime ficou impune. O suicídio é o limite de sua angústia.⁷⁷³

A violência cometida contra crianças e adolescentes, que “foram monitorados, perseguidos, presenciaram os pais sendo baleados, cresceram dentro de uma prisão ou foram surpreendidos com ações violentas dentro da própria casa em que viviam”⁷⁷⁴, calou gerações que, de acordo com o Relatório da CNV, “ainda não conseguiram se fazer ouvir”.⁷⁷⁵ Ângela Telma Lucena relatou à CNV ter presenciado a tortura de sua mãe e o assassinato de seu pai, Antônio Lucena:

⁷⁷² *Ibidem.*, p.487.

⁷⁷³ *Ibidem.*, p.423.

⁷⁷⁴ *Ibidem.*, p.427.

⁷⁷⁵ *Ibidem.*, p.430.

Foi esse momento, em que você vive um misto de pânico, com surpresa e a perda da inocência, tudo ao mesmo tempo. Seu pai ali. Seu pai foi baleado. Seu pai leva um tiro na cabeça. Eu comecei a ter uma dor de cabeça muito forte, tive uma enxaqueca terrível, não parava de chorar. Naquele momento [...] minha mãe começou a ser torturada na nossa frente. Me arrancaram dos braços dela. Levaram a gente, minha mãe já num estado muito delicado. E eu chorando. [...] Agora, a lembrança da morte, é, é muito forte. Porque foi um momento que você perde... a inocência. É aquele momento em que você passa daquela fase infantil pra fase do... comprometimento. Eu vou chamar de comprometimento porque é aquele momento em que você tem que viver com a escolha que seus pais fizeram.⁷⁷⁶

Enfim, estes são apenas mais alguns dos muitos depoimentos que foram concedidos às comissões de verdade e que evidenciam as atrocidades perpetradas pelos agentes da repressão. A dimensão individual e social da memória da repressão exercida pelos algozes da ditadura civil-militar no Brasil – tendo em vista, como anteriormente reconhecido, que o núcleo e as consequências das experiências individuais de violência são predominantemente sociais – é uma realidade que pode ser ainda identificada no fato de tais atrocidades terem sido perpetradas contra diversos grupos sociais (como populações indígenas e camponesas) em um contexto reconhecido pela CNV de “atos desumanos”, de ataque estatal *massivo, sistemático, contínuo e generalizado* contra a população civil. Ataque que resultou em expressivo número de vítimas e levou a CNV a reconhecer e afirmar que o impacto generalizado e sistemático da violência perpetrada impulsionou os seus trabalhos à caracterização de tais práticas como crimes contra a humanidade. Neste sentido, o Relatório Final da Comissão declara que:

as graves violações de direitos humanos perpetradas durante o período investigado pela CNV, especialmente nos 21 anos do regime ditatorial instaurado em 1964, foram o resultado de uma ação generalizada e sistemática do Estado brasileiro. Na ditadura militar, a repressão e a eliminação de opositores políticos se converteram em política de Estado, concebida e implementada a partir de decisões emanadas da presidência da República e dos ministérios militares. Operacionalizada através de cadeias de comando que, partindo dessas instâncias dirigentes, alcançaram os órgãos responsáveis pelas instalações e pelos procedimentos diretamente implicados na atividade repressiva, essa política de Estado mobilizou agentes públicos para a prática sistemática de detenções ilegais e arbitrárias e tortura, que se abateu sobre milhares de brasileiros, e para o cometimento de desaparecimentos forçados, execuções e ocultações de cadáveres.⁷⁷⁷

⁷⁷⁶ *Ibidem.*, p.431.

⁷⁷⁷ *Ibidem.*, p., 963.

Note-se ainda que tão importante quanto tais observações mais evidentes no que diz respeito ao fato da brutalidade exercida pelos algozes da ditadura civil-militar no Brasil ser uma realidade cujo dano envolveu experiências de traumatização psíquica e social, e cujas sequelas necessitam de apoio à superação de seus legados, é perceber que a repressão exercida é uma realidade revigorada. A própria CNV reconheceu em seu Relatório Final, entregue em dezembro 2014, que:

ao examinar o cenário de graves violações de direitos humanos correspondente ao período por ela investigado, pôde constatar que ele persiste nos dias atuais. Embora não ocorra mais em um contexto de repressão política – como ocorreu na ditadura militar –, a prática de detenções ilegais e arbitrárias, tortura, execuções, desaparecimentos forçados e mesmo ocultação de cadáveres não é estranha à realidade brasileira contemporânea.⁷⁷⁸

A herança traumática das atrocidades perpetradas pelos algozes da repressão – no reconhecimento da comissão que reafirmou a ocorrência planejada, sistemática e generalizada dos crimes da ditadura e reviu denúncias e relatos à confirmação de mortes e desaparecimentos forçados, à atribuição de responsabilidades e à identificação de perpetradores – “não apenas sobrevive, como vem sendo transmitida às novas gerações”⁷⁷⁹:

A permanência de sequelas nos corpos dos sobreviventes, que dificultam ou mesmo limitam suas vidas, por décadas, é indiscutível. Também é incontestável que as consequências dos traumas vividos não se encerram em sua forma física, com desdobramentos psicológicos importantes. Da mesma forma, não é mais possível ignorar que a gravidade da violência do período e a profundidade do sofrimento experimentado deixaram marcas indeléveis na sociedade brasileira.⁷⁸⁰

Como demonstrado no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade: “homens, mulheres, crianças, adolescentes e idosos, vinculados aos mais diferentes grupos sociais, como trabalhadores urbanos, camponeses, estudantes, clérigos, dentre tantos outros”⁷⁸¹ foram atingidos pela prática de tortura, por detenções ilegais e arbitrárias, pelas execuções sumárias, pelas ocultações de cadáveres e por desaparecimentos forçados que caracterizaram o cometimento de crimes contra a humanidade; arbitrariedades e crimes cuja perplexidade,

⁷⁷⁸ *Ibidem.*, p.964.

⁷⁷⁹ *Ibidem.*, p.426.

⁷⁸⁰ *Idem.*

⁷⁸¹ *Ibidem.*, p.963-964.

cujas sequelas físicas e psicológicas, cujo impacto desorientador da violência sobre as estruturas de grupos sociais, demandam o apoio de medidas de reparação coletiva à viabilização de produção de sentido e significado para a superação de seus traumas.

No âmbito das graves violações de direitos humanos perpetradas pelos agentes da repressão durante os de ditadura no Brasil, as medidas de justiça de transição implementadas pelo Estado brasileiro documentam e comprovam de modo inequívoco o seu cometimento. Como analisado, com a Lei dos Desaparecidos – “pedra angular de todo o processo de reconhecimento de responsabilidade do Estado brasileiro pelas graves violações de direitos humanos praticadas ditadura militar”⁷⁸² – os familiares das vítimas passaram a ter o direito de exigir os atestados de óbitos dos desaparecidos políticos, a receber indenizações econômicas e tiveram reconhecida as denúncias dos crimes da ditadura. Com a instauração da CEMDP e da Comissão de Anistia, mecanismos que comportam o esclarecimento e o reconhecimento da morte ou do desaparecimento dos perseguidos políticos foram aos poucos implementados.

De modo geral, constatou-se que as atividades de resgate público da memória das vítimas da repressão do Estado brasileiro durante a ditadura civil-militar promovidas pela Comissão de Anistia, pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e pela Comissão Nacional da Verdade procuram viabilizar a produção de sentido por meio do reconhecimento da violência do Estado e da identificação de seus autores; por meio da promoção da escuta pública dos perseguidos políticos, da sistematização e preservação de informações e do fomento de iniciativas à reflexão sobre a história e a memória da violência dos anos de ditadura. Tratam-se de estratégias de representação da violência e do sofrimento mediadas por trabalhos de memória que procuram fornecer sentido à experiência.

Como examinado no terceiro capítulo, o relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República reconheceu as atrocidades da repressão, declarando que seus algozes foram responsáveis por esquartejamentos, estupros, torturas, decapitações, desaparecimentos forçados e execuções, salientando para a importância de se promover o acesso à memória e à verdade: “Só conhecendo profundamente os porões e as atrocidades daquele lamentável período de nossa vida republicana, o País saberá construir instrumentos eficazes para garantir que semelhantes violações dos Direitos Humanos não se repitam nunca mais”.⁷⁸³ Com a instauração da CEMDP, centenas de casos de mortos e desaparecidos políticos foram analisados e julgados; informações sobre a localização de covas clandestinas de sepultamento

⁷⁸² *Ibidem.*, p.25.

⁷⁸³ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Op cit.*, 2007. p.18.

de militantes foram sistematizadas; locais, estruturas, instituições e casos relacionados a violações de direitos humanos foram identificados e tornados públicos.

Além de reconhecer a condição de anistiado político e o direito à reparação econômica, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça tem implementado projetos de preservação da memória da repressão e da resistência, e medidas de reparação psíquica e de educação para a democracia e os direitos humanos (como as Caravanas da Anistia, o projeto Marcas da Memória e o Clínicas do Testemunho). Tratam-se de programas voltados à promoção da justiça transicional, de programas que reconhecem os crimes perpetrados pelos agentes da repressão e valorizam os testemunhos de suas vítimas; programas que, na definição da própria Comissão de Anistia, contribuem “para a consolidação da Anistia Política, da democracia e dos direitos humanos, por meio dos mecanismos da Justiça de Transição: reparação, memória, verdade e justiça”.⁷⁸⁴

A Comissão Nacional da Verdade, cujos trabalhos “procuraram responder às reivindicações de perseguidos políticos, presos durante a ditadura”⁷⁸⁵, por sua vez, além de verificar de modo circunstanciado as atrocidades cometidas pelos agentes da repressão, de reconhecer oficialmente as condutas ilícitas de agentes público e suas vítimas e de recomendar reparações e reformas à promoção da prevenção da repetição da violência perpetrada, identificou a autoria material e intelectual de perpetradores que “cometeram ou participaram, pessoal e diretamente”, dos crimes cometidos e de seus idealizadores e mandantes. Salientando para o fato deste registro não ser exaustivo – “não incluindo nomes cujo envolvimento na prática de graves violações é conhecido, mas não se encontra comprovado pelos meios adotados”⁷⁸⁶ – a Comissão recomendou reformas à

determinação, pelos órgão competentes, da responsabilidade jurídica – criminal, civil e administrativa – dos agentes públicos que deram causa às graves violações de direitos humanos ocorridas no período investigado pela CNV, afastando-se, em relação a esses agentes, a aplicação dos dispositivos concessivos de anistia inscritos nos artigos da Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979, e em outras disposições constitucionais e legais.⁷⁸⁷

A CNV caracterizou os crimes da repressão como “atos desumanos, cometidos no contexto de um ataque contra a população civil, de forma generalizada ou sistemática e com o conhecimento dessa abrangência por parte de seus autores”, alertando para persistência de seu

⁷⁸⁴ BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. *Op cit.*, 2016a. p.12.

⁷⁸⁵ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op cit.*, 2014a. p.23.

⁷⁸⁶ *Ibidem.*, p.843.

⁷⁸⁷ *Ibidem.*, p.965.

cometimento e recomendando importantes medidas institucionais, iniciativas de reformulação normativa e medidas de seguimento de suas ações; recomendações que, de modo geral, *ênfatisam as debilidades do processo transicional brasileiro*. Neste sentido, como de entendimento da própria CNV, com divergência de um de seus conselheiros (José Paulo Cavalcanti Filho):

a extensão da anistia a agentes públicos que deram causa a detenções ilegais e arbitrárias, tortura, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres é incompatível com o direito brasileiro e a ordem jurídica internacional, pois tais ilícitos, dadas a escala e a sistematicidade com que foram cometidos, constituem crimes contra a humanidade, imprescritíveis e não passíveis de anistia.

(...) A proibição da tortura, das execuções, dos desaparecimentos forçados e da ocultação de cadáveres é absoluta e inderrogável. Na qualidade de preceito de *jus cogens*, não pode sofrer nenhuma exceção, suspensão ou derrogação: nenhuma circunstância excepcional – seja estado de guerra ou ameaça de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública – poderá ser invocada como justificativa para a prática de tortura, desaparecimento forçado ou homicídio. Prevalece o dever jurídico do Estado de prevenir, processar, punir e reparar os crimes contra a humanidade, de modo a assegurar o direito à justiça e à prestação jurisdicional efetiva.⁷⁸⁸

A CNV, ao reconhecer as debilidades do processo transicional brasileiro, também recomendou medidas à proibição de eventos oficiais em comemoração ao golpe militar de 1964; à reformulação dos conteúdos curriculares das academias militares e policiais para valorização dos direitos humanos; e à criação de mecanismos que combatam e previnam a prática sistemática e generalizada da tortura, que,

Identificada nas investigações conduzidas pela CNV como uma das graves violações de direitos humanos que ocorreram de forma generalizada e sistemática na ditadura, (...) continua sendo praticada no Brasil, notadamente em instalações policiais. Isso se deve até mesmo ao fato de que sua ocorrência nunca foi eficazmente denunciada e combatida pela administração pública.⁷⁸⁹

Além das recomendações ao atendimento médico e psicossocial permanentemente às vítimas; ao apoio para organismos de direitos humanos; à anulação da Lei de Segurança Nacional, que “ainda reflete as concepções doutrinárias que prevaleceram no período de 1964

⁷⁸⁸ *Ibidem.*, p.965-766.

⁷⁸⁹ *Ibidem.*, p.968.

a 1985”⁷⁹⁰; à desmilitarização das polícias militares estaduais, “que restou inalterada na estruturação da atividade de segurança pública fixada na Constituição brasileira de 1988”⁷⁹¹; à extinção da Justiça Militar estadual, “cuja competência (...) deverá alcançar apenas os efetivos das Forças Armadas”⁷⁹²; à exclusão da jurisdição militar federal sobre civis, “verdadeira anomalia que subsiste da ditadura militar”⁷⁹³; a mudanças da legislação processual penal para que a figura do auto de resistência à prisão seja eliminada; e à “introdução da audiência de custódia” para a “garantia da apresentação pessoal do preso à autoridade judiciária em até 24 horas após o ato da prisão em flagrante”⁷⁹⁴; a Comissão Nacional da Verdade recomendou medidas à criação de instituição permanente que de seguimento às suas recomendações e ações especialmente para:

a) dar continuidade à apuração dos fatos e à busca da verdade sobre a prática de detenções ilegais e arbitrárias, tortura, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres; b) prosseguir na investigação de eventos e condutas cuja apuração não pode ser concluída pela CNV, como os casos de massacres de trabalhadores durante o regime militar e o apoio dispensado por empresas e empresários para a criação e o funcionamento de estruturas utilizadas na prática de graves violações de direitos humanos; c) cooperar, complementar e coordenar atividades de investigação documental com pessoas, instituições e organismos, públicos e privados, com finalidades de assessoramento, intercâmbio e divulgação de informação; d) organizar, coordenar e promover atividades de informação sobre as graves violações de direitos humanos no país e no exterior; e) monitorar o cumprimento das recomendações da CNV, com acesso ilimitado e poderes para requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do poder público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo, constituindo grupos de trabalho e pesquisa e instalando escritórios nas unidades federadas onde forem necessários; f) apoiar as medidas de reparação coletiva pelas graves violações sofridas pela população camponesa no período investigado pela CNV, com ênfase na ampliação de políticas públicas para garantir o acesso à terra e a reforma agrária; g) apoiar as medidas de reparação coletiva pelas graves violações sofridas pelos povos indígenas no período investigado pela CNV, com ênfase na regularização, desintrusão e recuperação ambiental de suas terras; h) apoiar as medidas de políticas públicas destinadas a prevenir violação de direitos humanos e assegurar sua não repetição.⁷⁹⁵

Importantes medidas à continuidade das atividades de localização, identificação e entrega dos restos mortais dos desaparecidos aos familiares, “necessárias para garantir sua

⁷⁹⁰ *Ibidem.*, p.971.

⁷⁹¹ *Idem.*

⁷⁹² *Idem.*

⁷⁹³ *Ibidem.*, p.972.

⁷⁹⁴ *Idem.*

⁷⁹⁵ *Ibidem.*, p.973.

preservação, conservação e segurança”⁷⁹⁶; à implementação e ao “fortalecimento da política de localização e abertura dos arquivos da ditadura militar”⁷⁹⁷; e à preservação da memória da violência dos agentes do Estado e de suas vítimas, também foram recomendadas ao Estado pelo Relatório Final da CNV, que ainda alertou para o fato destas medidas deverem visar outras persistentes debilidades do processo transicional brasileiro:

a) cassar as honrarias que tenham sido concedidas a agentes públicos ou particulares associados a esse quadro de graves violações, como ocorreu com muitos dos agraciados com a Medalha do Pacificador; [e] b) promover a alteração da denominação de logradouros, vias de transporte, edifícios e instituições públicas de qualquer natureza, sejam federais, estaduais ou municipais, que se refiram a agentes públicos ou a particulares que notoriamente tenham tido comprometimento com a prática de graves violações.⁷⁹⁸

Enfim, por meio do resgate e da ressignificação que as representações das comissões de reparação e de verdade fazem acerca da violência perpetrada pelos agentes da repressão durante a ditadura civil-militar no Brasil, tais atrocidades foram reconhecidas como crimes cuja dimensão deve ser responsabilizada, seus danos reparados e sua dimensão rememorada. Tais comissões enfatizam a importância contextual na formação de práticas comemorativas, formulando uma estrutura de reparação do dano que ajuda na simbolização da violência pretérita. Este trabalho normativo de memória agenciado pelas comissões de reparação e de verdade implementadas pelo Estado – no confronto e na representação que fazem no presente acerca da violência traumática perpetrada pelos agentes da repressão durante a ditadura civil-militar – visa a reconciliação, a reparação, o reconhecimento, a responsabilização e o esclarecimento do crime ao fortalecimento do direito à memória, à verdade e à justiça.

Por meio de medidas reparatórias de caráter pecuniário, administrativo e simbólico, de medidas de reconciliação, investigação, esclarecimento, reconhecimento e responsabilização dos crimes e alcoses da repressão, tais iniciativas, na representação que fazem no presente acerca da violência cometida, se voltam ao exercício da reconstrução da história e do enfrentamento das práticas autoritárias. Deste modo, está-se de acordo que, significando o acontecimento, representando as atrocidades e construindo significados em ambiente social, os esforços de representação da violência pretérita agenciados pelas medidas de justiça de

⁷⁹⁶ *Ibidem.*, p.974.

⁷⁹⁷ *Ibidem.*, p.975.

⁷⁹⁸ *Ibidem.*, p.974.

transição implementadas pelo Estado brasileiro fornecem os termos simbólicos para o reconhecimento das experiências de violência como um acometimento traumático.

No Brasil, a característica principal da transição política se apresenta com um autoritarismo contínuo das instituições do governo civil. Como visto no primeiro capítulo, pouco foi feito, por exemplo, pelo governo de José Sarney e de Fernando Collor de Melo à promoção do controle civil sobre o poder de autonomia dos militares.⁷⁹⁹ Além disso, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, é digno de nota, como mostrou Adriano Codato, a “herança institucional” da ditadura pela manutenção de núcleos independentes de poder na área econômica, militar e empresarial.⁸⁰⁰ O pesquisador norte-americano Anthony Pereira também expôs que com a abertura controlada, os militares mantiveram o poder sobre agências de inteligência e de ministérios, desempenhando papel fundamental na segurança doméstica, gerenciando farto orçamento, manejando uma indústria bélica e se preservando da responsabilização pelos crimes perpetrados.⁸⁰¹ O jurista Paulo Abrão⁸⁰², ex-membro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, também constatou que, com a abertura sob controle, a característica da legalidade autoritária no Brasil se fez presente na limitação de expurgos de responsáveis pelos crimes do regime e na revogação da garantia constitucional concedida aos magistrados do ministério público de não serem transferidos de suas funções. Em síntese, na transição política brasileira, como observa Paulo Sérgio Pinheiro, conselheiro da Comissão Nacional da Verdade, o controle institucional assegurou a continuidade disfarçada das práticas ilegais autoritárias.⁸⁰³

No caso brasileiro, a transição foi acordada em meio à manutenção de prerrogativas, à anulação do direito à memória, ao silêncio institucionalizado erigido pela Lei de Anistia acerca dos crimes cometidos pelo regime; em meio a continuadas práticas de violência e arbitrariedades e à impunidade revestida de conteúdos convencionados – como no indeferimento da ação que sustentou ser inaceitável a extensão de crimes que não são susceptíveis de anistia – que dão prevalência ao esquecimento e ao arbítrio. Além disso, como nota Edson Teles⁸⁰⁴ em sua tese de doutorado, não deixando de considerar a pluralidade de memórias existentes e iniciativas assumidas pelo Estado, a memória coletiva da transição política brasileira, memória desvelada em argumentos de que a prática de violações de

⁷⁹⁹ ZAVERUCHA, *Op cit.*, 1992. s/n.

⁸⁰⁰ NERVO CODATO, *Op cit.*, 2005. p.101.

⁸⁰¹ PEREIRA, *Op cit.*, 2015. p.204.

⁸⁰² ABRÃO, *Op cit.*, 2011. p.125.

⁸⁰³ PINHEIRO, *Op cit.*, 1991. p.45-46.

⁸⁰⁴ TELES, *Op cit.*, 2007. p.20-22.

direitos humanos cometida por agentes da repressão ocorrera em casos pontuais e por força da atuação isolada de alguns indivíduos, tem-se classificado em versões que se consubstanciam no protecionismo da vitória na luta contra os “comunistas subversivos” que tentavam arruinar com a democracia e instituir uma ditadura.

Deste modo, como visto alhures, o impacto desorientador da repressão exercida é uma realidade revigorada em restos que deixaram de ser simbolizados pela equiparação dos crimes do Estado com os da oposição, como representado pelo efeito da decisão do STF em sentença atribuída à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental número 153, que expressa a visão de que há possibilidade de reconciliação na legitimação do reconhecimento da ditadura, como se esta fosse Estado de Direito, sem que as vítimas tenham acesso à verdade (histórica e processual) e à justiça. Neste contexto, o impacto desorientador da repressão exercida é uma realidade revigorada em restos que deixaram de ser simbolizados pela legitimação do estigma da oposição ao regime como terrorismo, da resistência como crime; pela ausência de investigação, apuração e responsabilização jurídico penal dos agentes públicos e de seus mandantes que perpetraram crimes contra a humanidade; pela impunidade sentenciada aos algozes da repressão, pela expressão silenciada na anulação jurídica do direito à memória. Restos que desrespeitam o sofrimento e deslegitimam o reconhecimento, que apagam significantes que dão sentido à transmissão da experiência como um dano compartilhado, que dificultam o acolhimento de novos eventos, a redefinição de normas e valores que respondam aos anseios das vítimas, colocando obstáculos ao esclarecimento, ao conhecimento e à formação, absolvendo o engajamento social perante as responsabilidades do Estado e comprometendo a orientação, a atribuição de sentido à experiência pretérita.

Essa memória – consolidada na comparação desigual dos crimes dos agentes da repressão com as ações da oposição, no reconhecimento da objeção à repressão como terrorismo e no legítimo direito à resistência como subversão; revigorada ainda, como visto com Glenda Mezarroba⁸⁰⁵, na designação dos próprios programas de reparação, que demandam que as vítimas da ditadura recorram a um pedido de anistia para terem reconhecidas as injustiças perpetradas pelo Estado brasileiro durante a ditadura civil-militar – reconhece que crimes foram cometidos, mas questiona a repressão, considerando os atos de violência perpetrados pelo Estado autoritário o resultado da atuação de grupos minoritários e radicais do regime.⁸⁰⁶ O uso de eufemismos pelo Estado para esconder a realidade como parte de dissimulação, a caracterização pública negada à memória dos crimes do Estado autoritário,

⁸⁰⁵ MEZAROBBA, *Op cit.*, 2010b. p.117.

⁸⁰⁶ *Idem.*

tem se consolidado neste consenso limitador do “repertório social sobre a memória”. A convenção institucional da memória, nos termos de Edson Teles, não tem sido capaz de “praticá-la em seus aspectos transformadores e criadores”.⁸⁰⁷

Em meio a uma situação precária de direitos humanos e de valores éticos na política e na economia (não sendo raros, como observa o historiador Carlos Fico⁸⁰⁸, os casos denunciados pela imprensa de torturadores que seguem atuando em repartições públicas, delegacias ou pleiteando disputar eleições), tal mentalidade naturaliza o autoritarismo empregado nas delegacias – “na qual o respeito aos direitos humanos pode ser constantemente relativizado em nome da ‘manutenção da ordem’”.⁸⁰⁹ Tal mentalidade, como salienta Marcelo Torelly⁸¹⁰, acaba naturalizando o autoritarismo empregado na infraestrutura urbana, que exhibe nomes de agentes públicos que cometeram violações dos direitos humanos, ou ainda em livros escolares, que tratam ditadores como “presidentes” e a repressão política como um “mal necessário” para que o Brasil fosse salvaguardado da ameaça terrorista, subversiva e comunista. Tal mentalidade faz com que os sobreviventes dos crimes da ditadura ainda hoje padeçam com a indiferença – ou “simpatia prática”, pra usar uma expressão do psicanalista Tales Ab’ Sáber⁸¹¹ – de boa parte da sociedade.

No entendimento da própria CNV: “esse quadro resulta em grande parte do fato de que o cometimento de graves violações de direitos humanos verificado no passado não foi adequadamente denunciado, nem seus autores responsabilizados, criando-se as condições para sua perpetuação”.⁸¹² Neste respeito, é digno de nota, como observou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos em “Relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil”, que apesar das transformações políticas que o país passou desde o fim do governo militar, a polícia militar “continua a seguir o modelo repressivo desse governo, motivo por que os membros dessas polícias orientam-se no sentido de atuar de maneira violenta”.⁸¹³

⁸⁰⁷ *Ibidem.*, p.40.

⁸⁰⁸ FICO, Carlos. Brasil: a transição inconclusa. In. **Violência na história: Memória, trauma e reparação**. Maria Paula Araujo, Carlos Fico e Monica Grin (Orgs.). Rio de Janeiro: Ponteio, 2012b. p.33.

⁸⁰⁹ GALLO, Carlos Artur; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Legados autoritários, políticas de memória e qualidade da democracia no Brasil. In. **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil**. Carlos Artur Gallo; Sylvania Rubert (Orgs.). Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. p.298.

⁸¹⁰ TORELLY, *Op cit.*, 2012. p.180-181.

⁸¹¹ SÁBER, Tales Ab’. Brasil, a ausência significativa política (uma comunicação). In. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. Edson Teles; Vladimir Safatle (Orgs.). São Paulo: Boitempo, 2010. p.188.

⁸¹² BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op cit.*, 2014a. p.964.

⁸¹³ COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Organização dos Estados Americanos. **Relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil**. Aprovado pela Comissão em 29 de setembro de 1997 durante o 97º período ordinário de sessões. Disponível em: <<https://cidh.oas.org/countryrep/brazil-port/Cap%203.htm#VIOLÊNCIA>>. Acesso em 10 de junho de 2017.

Daí que atualmente muitos policiais militares cometam com frequência, de acordo com o mesmo relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, crimes brutais que vão desde torturas até linchamentos, assassinatos e execuções, inclusive de adolescentes e crianças.⁸¹⁴ Deste modo, a propósito, a resistência e a desconfiança no comprometimento das medidas implementadas pelo Estado se confirmam no desrespeito pela justiça e pelos direitos humanos; na permanência da violência perpetrada pelo próprio Estado, de práticas que, quando do exame pela CNV do cenário brasileiro de violações de direitos humanos, como visto anteriormente, se consubstanciam em torturas, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres que não são estranhas “à realidade brasileira contemporânea”.⁸¹⁵

A caracterização pública consubstanciada nesta mentalidade, negada à memória social dos crimes do Estado autoritário, ao produzir valores autoritários e defesas às possíveis revisões sobre a violência perpetrada durante a ditadura civil-militar, se consolidou na retórica do perdão e da reconciliação, no caráter permanente da violência não identificada, investigada e informada, na impunidade sentenciada pela leitura imputada pelos tribunais à anistia, que deixa margem para a apreensão de uma “reciprocidade” que impede a responsabilização criminal dos agentes da repressão, propicia uma injustiça continuada, impede o acesso à justiça, à verdade e à reparação. Neste sentido, se ambos os lados são “culpados” – ainda que somente um deles tenha sido submetido à investigação e punição, sem a garantia de ampla defesa e com base em leis editadas pelos próprios militares – “deve-se incentivar o esquecimento recíproco”. É como se a repressão, as mortes, os assassinatos, os desaparecimentos forçados, os estupros, a eliminação de opositores políticos e as torturas perpetradas “fossem meros acontecimentos singulares, acidentes ou incidentes de percurso”; o que, como nota Jeanne Marie Gagnebin, segue pondo obstáculos para que uma elaboração coletiva da violência se efetive.⁸¹⁶ Na busca por uma resolução que dê conta de casos que devem ser resolvidos e relegados ao esquecimento social, recusa-se o compartilhamento, a memorialização das atrocidades perpetradas à sua perlaboração.⁸¹⁷

Está-se de acordo que esta mentalidade dificulta um amplo debate sobre a violência da ditadura; ela dificulta uma mobilização expressiva por parte da sociedade brasileira à rememoração que faz da memória um trabalho que, como diz Paul Ricoeur, se esforça para

⁸¹⁴ *Idem.*

⁸¹⁵ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op cit.*, 2014a. p.968.

⁸¹⁶ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Walter Benjamin. “Esquecer o passado?”. In. **Psicologia, violência e direitos humanos**. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, Karen Meira Dotto, *et al* (Orgs.). São Paulo: CRP SP, 2011. p.241.

⁸¹⁷ *Idem.*

“reconstruir uma cadeia mnemônica compreensível e aceitável aos próprios olhos”.⁸¹⁸ Deste modo, no reemprego dos termos de Ricoeur e de Jörn Rüsen, está-se de acordo que tais valores fixados pelos militares na transição brasileira constituem “outras tantas feridas de memória” que são representativas da condição traumática e seguem demandando “um trabalho de memória”⁸¹⁹ necessário à importância do sofrimento humano na compreensão histórica, cujo trabalho deve ser associado à prática cultural do luto.⁸²⁰ Na qualidade inacabada da relação com as atrocidades da repressão, revela-se, no reemprego das palavras de Michael Roth, a “presença de uma ferida não cicatrizada”.⁸²¹

É desta mentalidade negada à memória social dos crimes do Estado que pode-se recorrer aos argumentos de Dominick LaCapra, Jörn Rüsen e Saul Friedländer, que elucidam para a importância da intermediação entre a história e a memória, entre a consciência histórica e a memória histórica, entre tempos diferentes admitidos e ajustados à consciência (histórica). Consciência presente como “comunidade afetiva”⁸²², empática, como “instância moderadora e disciplinadora”, para reempregar os termos de Hermann Lübbe.⁸²³ Consciência de um presente que precisaria ser compartilhado à criação de uma experiência de tempo descontínua, cuja condição perlaboradora se evidencia como instância terapêutica constantemente mediada e integrada à compreensão. Condição que se faz presente, nas palavras de Paul Ricoeur, “à reconquista do poder de narrar (...), do poder de continuar infatigavelmente a conferir a forma de uma história à reflexão sobre si mesmo”.⁸²⁴ Condição perlaboradora definida como um tipo de memória cultural à superação do dano, à atribuição de sentido à experiência, à formação identitária, à construção de novos relacionamentos que orientam o agir presente.

As práticas institucionais implementadas pelo poder público que viabilizam o processo de transição brasileiro – práticas que se conceberam em meio à bilateralidade configurada à anistia, ao dever do Estado brasileiro investigar e esclarecer as circunstâncias dos crimes da ditadura, e processar e punir os responsáveis, e em um contexto de não abertura irrestrita dos arquivos da repressão, de elevada violência policial e carente de reformas normativas e institucionais – tem possibilitado iniciativas de reparação, esclarecimento e responsabilização que procuram dar legitimidade ao reconhecimento das violações dos direitos humanos e à

⁸¹⁸ RICOEUR, *Op cit.*, 2007. p.138-139.

⁸¹⁹ *Ibidem.*, p.334.

⁸²⁰ RÜSEN, *Op cit.*, 2011. p.18.

⁸²¹ ROTH, *Op cit.*, 2012. p.82.

⁸²² HARTMAN, Geoffrey H. Holocausto, testemunho, arte e trauma. In. **Catástrofe e Representação**. Arthur Nesterovski; Márcio Seligmann-Silva (Orgs.). São Paulo: Escuta, 2000. p.211.

⁸²³ LÜBBE, Hermann. *Op cit.*, p.292.

⁸²⁴ RICOEUR, *Op cit.*, 2010. p.49.

construção social da memória dos acontecimentos, recriando novas formas de incidência crítica de sentido que contêm a imagem da violência acometida.

A justiça de transição no Brasil tem levado em consideração trabalhos de memória que comportam reivindicações para o esclarecimento e o reconhecimento das situações de violência traumática do Estado ditatorial à responsabilização simbólica, à indenização e ao reparo de seus danos. Tratam-se de iniciativas que, por meio de ações compensatórias, educativas e políticas de memória e verdade, enfatizam as violações de direitos humanos perpetradas pelos agentes da repressão e consideram a emergência da memória como instrumento à rememoração de novas identidades culturais e políticas. Tratam-se de iniciativas que – consubstanciadas no imperativo, como ressalta o livro-relatório da CEMDP, de “que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça”, ou nos termos do relatório da CNV, “com o firme desejo de que os fatos descritos nunca mais venham a se repetir” – consideram o compromisso da história com a garantia de direitos emergentes individuais e coletivos, com uma representação que protagoniza as vítimas das atrocidades traumáticas perpetradas pelos agentes da repressão durante a ditadura civil-militar no Brasil.

Jeanne Marie Gagnebin nota que o reconhecimento da violência pretérita fundado por instituições como as que visam o reconhecimento da violência cometida durante da ditadura brasileira, permite que um “processo de elaboração do trauma histórico comparável ao luto coletivo” se realize em nível social.⁸²⁵ A violência cometida pelos agentes da repressão constituem delitos e crimes cujas feridas exigem um trabalho cujo desafio, de acordo com Elisabeth Jelin, “é superar as repetições, vencer os silêncios e os abusos políticos, estar simultaneamente apto à se distanciar do passado e à promover um debate ativo e reflexivo sobre ele e seus significados para o presente/futuro”.⁸²⁶ Deste modo, o simbolismo rememorativo (de compreensão e esclarecimento sobre a verdade do passado) e comemorativo (de adaptação às necessidades do presente) das representações que as comissões de reparação e de verdade fazem acerca da violência traumática perpetrada pelos agentes da repressão durante a ditadura civil-militar no Brasil, são ferramentas fundamentais ao reconhecimento intersubjetivo, à identificação social e à deslegitimação da violência.

O resgate e a ressignificação que os esforços de representação que as medidas de justiça transicional agenciadas pelo Estado fazem acerca da violência perpetrada pelos agentes da repressão equacionam atividades ao esclarecimento dos fatos, à reparação, à responsabilização, às reformas legais e administrativas, e à promoção de valores de direitos

⁸²⁵ GAGNEBIN, *Op cit.*, 2011. p.241.

⁸²⁶ JELIN, *Op cit.*, 2003. p.07.

humanos. O relatório anual da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça referente ao ano de 2014, elaborado em 2015 e publicado em 2016, afirma que a política nacional de promoção da justiça de transição e da anistia no Brasil

possui formas de reparação diferenciadas: econômica, moral, coletiva, psíquica e simbólica. A política de reparação econômica, de caráter indenizatório, prevê a prestação mensal, permanente e continuada aos anistiados políticos (...). Ao reconhecer as violações cometidas pelo próprio Estado, promove-se o direito à verdade, assim como, o resgate das memórias sobre a repressão e a resistência produz reparação simbólica, dirigida não apenas ao perseguido político, mas à sociedade como um todo. A busca da verdade pode levar à identificação dos locais onde funcionaram centros de torturas, mas é a memória que pode permitir acessar experiências subjetivas que estes locais produziram nas pessoas direta ou indiretamente. Assim, embora distintos, os direitos à memória e à verdade são complementares. E constitui dever do Estado garantir meios para que todos os cidadãos possam acessar este passado em sua dupla dimensionalidade: enquanto verdade e enquanto memória.⁸²⁷

O livro-relatório “Direito à Memória e à Verdade” da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, publicado em 2007 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, declara que a CEMDP enfrentou dificuldades, mas vem “garantindo reparação indenizatória aos familiares das vítimas e, sobretudo, oficializando o resgate de um período fundamental que já pertence à história do Brasil”⁸²⁸. Amparada nos termos da Lei 9.140, a CEMDP

firmou a responsabilidade do Estado pelas mortes, garantiu reparação indenizatória e, principalmente, oficializou o reconhecimento histórico de que esses brasileiros não podiam ser considerados terroristas ou agentes de potências estrangeiras, como sempre martelaram os órgãos de segurança. Na verdade, morreram lutando como opositores políticos de um regime que havia nascido violando a constitucionalidade democrática erguida em 1946.⁸²⁹

E, como visto alhures, o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade afirma que, de modo geral, suas ações:

visaram ao fortalecimento das instituições democráticas, procurando beneficiar, em um primeiro plano, toda a sociedade, composta inclusive por 82 milhões de brasileiros que nasceram já sob o regime democrático. No contexto da passagem do cinquentenário do golpe de Estado que destituiu o governo constitucional do presidente João Goulart, a CNV atuou com a

⁸²⁷ BRASIL. Ministério da Justiça. *Op cit.*, 2016a. p.12.

⁸²⁸ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Op cit.*, 2007. p.17.

⁸²⁹ *Ibidem.*, p.30.

convicção de que o esclarecimento circunstanciado dos casos de detenção ilegal, tortura, morte, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver, bem como a identificação de sua autoria e dos locais e instituições relacionados à prática dessas graves violações de direitos humanos, constitui dever elementar da solidariedade social e imperativo da decência, reclamados pela dignidade do país.⁸³⁰

Enfim, os esforços de representação que as medidas de justiça transicional agenciadas pelo Estado fazem acerca da violência perpetrada pelos agentes da repressão, ao equacionarem atividades ao esclarecimento dos fatos, à descrição do sofrimento, à reparação dos danos e vítimas, à responsabilização dos agentes da repressão, às reformas legais e administrativas necessárias ao fortalecimento democrático e à promoção de valores de direitos humanos, fornecem os termos à deslegitimação do regime civil-militar e ao reconhecimento das experiências de violência perpetrada por seus agentes.

Contudo, está de acordo que os problemas caracterizados na marca da transição controlada e gradual, na manutenção institucional e de prerrogativas e valores políticos, jurídicos e sociais, bem como na violência simbólica resultante da dissimulação, no trauma social resultante da anulação jurídica do direito à memória, dificultam a desmoralização e a deslegitimação da ditadura e da violência. Tais problemas impedem que as representações que as medidas de justiça de transição implementadas pelo Estado brasileiro fazem acerca da violência traumática cometida pelos agentes da repressão sejam socialmente associadas; colocam obstáculos ao compartilhamento de que um dano intencional, injusto e imoral foi perpetrado, e cujas consequências persistem; dificultam a simbolização e a apreensão coletiva da experiência à estigma que desempenha um papel de integração, de inscrição social, de formação identitária, e se configura em um problema de sentido, de consciência histórica à perlaboração social de seus legados traumáticos.

Como já assinalado, a brutalidade exercida pelos algozes da ditadura civil-militar no Brasil e os problemas caracterizados na marca da transição controlada e gradual, no autoritarismo contínuo das instituições do governo civil e na violência resultante da anulação jurídica do direito à memória, é uma realidade revigorada, que foi reconhecida pelas próprias representações feitas pelas práticas institucionais que viabilizam o processo de justiça transicional no Brasil. Tais problemas colocam obstáculos ao esclarecimento, ao conhecimento e à responsabilização. Tais problemas dificultam o debate, a simbolização e a apreensão coletiva da experiência à integração; dificultam que a experiência seja conduzida à

⁸³⁰ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op cit.*, 2014a. p.21.

consciência coletiva, que uma representação mediada de sentido ao dano seja persuasiva de modo que os agentes da violência perpetrada sejam responsabilizados, que de tais eventos lições sejam rememoradas, que a solidariedade seja ampliada e que a coletividade vitimada redefina o curso das ações normativas e políticas.⁸³¹

Deste modo, os problemas caracterizados na marca da transição brasileira, no contexto em que o Estado brasileiro implementa políticas de reparação e de memória, como também sugere Tania Kolker, impedem que o resgate da história possibilite “a configuração de novas formações subjetivas, mais potentes politicamente e mais abertas à criação de outros mundos possíveis”.⁸³² É desta realidade – consubstanciada nas experiências autoritárias e violentas herdadas pela impunidade e pela manutenção de prerrogativas e de valores que não somente impossibilitam a condenação da violência perpetrada, como a legitimam, impedindo o acesso à justiça e à verdade, colocando obstáculos ao esclarecimento e ao conhecimento e absolvendo o engajamento social perante as responsabilidades do Estado – que as representações feitas pelas práticas institucionais que viabilizam o processo de justiça transicional no Brasil não têm despertado a afetividade necessária para que a violência seja admitida e ajustada à consciência (histórica), à “consciência exposta à eficiência da história”, como ressaltava Ricoeur⁸³³, como um dano ameaçador de suas pressuposições culturais e de seus princípios fundamentais.

A integração destas representações assimiladas pela memória coletiva e nela integrada geram identificação e, como nota Jeffrey Blustein, podem se tornar ingredientes constitutivos à interação para a construção de significados e símbolos que são compartilhados.⁸³⁴ Este testemunhar “em virtude de nossa humanidade comum com as vítimas”, para reempregar uma expressão de Blustein⁸³⁵, esta “necessidade para um deslocamento empático”, nos termos de LaCapra⁸³⁶, ou este auxílio de “um outro corpo” capaz de nortear um “esquema corporal” destruído, como nota Paulo Endo⁸³⁷, é fundamental como prática cultural de memória coletiva à (co)produção de sentido necessária à perlaboração social da violência acometida. Deste modo, na esteira das experiências autoritárias e violentas herdadas, consubstanciou-se

⁸³¹ ALEXANDER, *Op cit.*, 2004. p.26-27.

⁸³² KOLKER, Tania. Tortura e impunidade – danos psicológicos e efeitos de subjetivação. In. **Tortura**. Brasil. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Coordenação Geral de combate à Tortura (Org.) Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. p.189-190.

⁸³³ RICOEUR, *Op cit.*, 2010a. p.374.

⁸³⁴ BLUSTEIN, *Op cit.*, 2008. p.202.

⁸³⁵ *Ibidem.*, p.353.

⁸³⁶ LACAPRA, *Op cit.*, 2001. p.xi.

⁸³⁷ ENDO, Paulo. Elaboração onírica e representação na literatura de testemunho pós-ditadura no Brasil. In. **Tortura**. Brasil. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Coordenação Geral de combate à **Tortura**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. p.226.

no Brasil uma sequência de traumas sociais constitutivos que precisam ser integrados como “condição histórica” elevada “à categoria de consciência histórica”.⁸³⁸

Logo, ainda que as representações feitas pelas medidas de justiça de transição implementadas pelo Estado brasileiro forneçam os termos à deslegitimação da ditadura e ao reconhecimento das experiências de violência, suas representações não assumem um sentido terapêutico à perlaboração social dos traumas da repressão. E isto justamente pelo fato dos problemas caracterizados na marca da transição controlada e gradual – problemas consolidados na retórica do perdão e da reconciliação, no caráter permanente da violência, na impunidade sentenciada pela leitura imputada pelos tribunais à anistia, na apreensão de uma “reciprocidade” que impede a responsabilização, no autoritarismo contínuo das instituições do governo civil, na resistência e na desconfiança no comprometimento das medidas implementadas pelo Estado e no desrespeito pelos direitos humanos – seguirem produzindo valores autoritários, dificultando o debate, a simbolização e a apreensão coletiva da experiência, não permitindo que seus termos sejam canalizados ao engajamento social, à revisão e à objetivação da identidade coletiva e da memória como parte de um registro coletivo.

O traço significativo dos problemas caracterizados nos valores autoritários produzidos pela transição brasileira, de uma aparente normalidade, e remissão, sopesada à “eficácia” da ditadura no Brasil, à inadequação de denúncias dos crimes praticados pelos agentes da repressão, inibindo o debate e o engajamento social perante a proposta de reabertura das discussões sobre as atrocidades cometidas, impossibilitando a condução de seus termos à revisão e à objetivação da identidade, dificultando a simbolização e a apreensão da experiência, dificultam o reconhecimento coletivo da arbitrariedade e da exceção do regime. Tais problemas dificultam que se reconheça que os crimes da ditadura brasileira foram, como reafirmado pela própria Comissão da Verdade, “resultado de uma ação generalizada e sistemática do Estado” que “mobilizou agentes públicos para a prática sistemática de detenções ilegais, arbitrárias e torturas, que se abateu sobre milhares de brasileiros, e para o cometimento de desaparecimentos forçados, execuções e ocultação de cadáveres”.⁸³⁹

As representações feitas pelas comissões de reparação e de verdade no Brasil têm dado lugar a uma observação empática ao relato das vítimas, que buscam na memória os transtornos enraizados nas experiências históricas traumáticas, à dinâmica do reconhecimento de certos eventos traumáticos. Contudo, para a história recente brasileira ser contemplada

⁸³⁸ RICOEUR, *Op cit.*, 2010. p.173.

⁸³⁹ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op cit.*, 2014a. p.963.

como traumática, como o que LaCapra⁸⁴⁰ denomina de um problema sentido no “excesso e na desorientação”, a perlaboração, no reemprego do que informa Jörn Rüsen⁸⁴¹, deve se dar por meio de um trabalho de memória rememorativo, performático, de compreensão da verdade do passado, cuja força simbólica tencione versões hegemônicas imperantes de uma determinada ordem social, que condicione possibilidades à “construção de saberes, afetos e identidades”⁸⁴², que possibilite a aquisição de uma perspectiva social crítica que conduza a identidade lesada à consciência histórica.

Deste modo, como analisado no capítulo anterior, para que se inscreva socialmente tais atrocidades à possível superação de seus legados, para que se fale da perlaboração social do trauma decorrente de tal violência perpetrada contra as vítimas da ditadura civil-militar, faz-se necessário que esta representação estigmatizadora do dano, feita ao esclarecimento, ao reconhecimento, à responsabilização e à comemoração, desempenhe um papel de *formação identitária* e se configure em um problema de *consciência histórica*. Para que o trauma social seja perlaborado, faz-se necessário que a representação do dano possibilite a apreensão, e não a remissão coletiva da experiência. Sob o signo do trauma, este processo que se ampara nas orientações prescritas das representações da violência e nas reivindicações discursivas críticas que delas são feitas; este processo de identificação contemplativa, de reconhecimento, de significação e sentido amparado no caráter uniforme, preservativo e normativo do conhecimento, *guia* à perlaboração social.

Deste modo, quando o sofrimento em questão diz respeito ao impacto das atrocidades que foram cometidas pelos agentes da repressão durante a ditadura civil-militar brasileira, o fornecimento dos termos à reparação, ao reconhecimento, à reconciliação, ao esclarecimento e à responsabilização das experiências de violência, como ensina LaCapra, não seria suficiente para que se distinga o passado do presente. A afetividade necessária para que a violência seja acolhida e ajustada à consciência é essencial para a confrontação e para a compreensão da violência à possível orientação presente e futura, à possível superação social dos traumas dela decorrente.

Jeffrey Alexander ressalta que para o trauma, em nível social, ser perlaborado, faz-se necessário que a violência traumática seja confrontada, culturalmente percebida e socialmente incorporada.⁸⁴³ Uma representação mediada de sentido, deste modo, como feita

⁸⁴⁰ LACAPRA, *Op cit.*, 2016. p.377.

⁸⁴¹ RÜSEN, *Op cit.*, 2014. p.156.

⁸⁴² PIPER-SHAFIR, Isabel; *et al.* Psicología Social de la Memoria: Espacios y Políticas del Recuerdo. **Psykhé**. Vol.22, pp.19-31. 2013. p.20, 23-24.

⁸⁴³ *Ibidem.*, p.01-10.

pelas medidas de justiça de transição agenciadas pelo Estado brasileiro, deve ser persuasivas de modo que delas lições sejam apreendidas e rememoradas, de modo que reponsabilidades morais sejam definidas e de maneira que a solidariedade social seja ampliada.⁸⁴⁴ Este processo de “fabricação identitária”⁸⁴⁵, de representação à apreensão social, de interpretação que apresenta as experiências *como passado*, que atribui significado a este passado presente e que, em virtude da “dependência de um ponto de referencia social”⁸⁴⁶, cria, nos termos de Paul Antze⁸⁴⁷, uma *narrativa contemplativa*, guia à terapia, à perlaboração. A construção sociocultural de sentido mediada pelo evento e pela representação do dano, de significação desta vitimização, de conformação das experiências de violência com as experiências históricas, deste modo, conforme mostra Jörn Rüsen⁸⁴⁸, se faz com as reivindicações discursivas críticas por reconhecimento, por atribuição de responsabilidades e identificação, por reparo e pelo que Jeffrey Alexander chama de “reconstituição emocional, institucional e simbólica”.⁸⁴⁹

A persistência da impunidade dos responsáveis pelos crimes da ditadura, impunidade consubstanciada na revogação de um ilícito internacional (autoanistia), obstrui o esclarecimento dos fatos, silencia as violências cometidas pelo Estado brasileiro, propicia uma injustiça continuada, impedindo o enfrentamento público, o acesso à justiça e à verdade; produzindo o que Maria Rita Kehl chama de “repetição sintomática da violência institucional brasileira”.⁸⁵⁰ Deste modo, a permanência da impunidade, da violência, da arbitrariedade, do autoritarismo contínuo das instituições do governo civil, o desrespeito aos direitos como norma institucional, a manutenção de prerrogativas e a conservação de concepções doutrinárias que prevaleceram durante a ditadura civil-militar geram uma sequência de traumas sociais que se reforçam e dificultam que um trabalho de memória, como representado pelos trabalhos das comissões de reparação e de verdade, se consubstancie em um *ethos* que configure a violência como elemento compartilhado à sua perlaboração social.

É inegável o desenvolvimento de um movimento institucional estatal amplo à reparação, à memória, à verdade e à justiça, ao reconhecimento das experiências de violência. Entretanto, o julgamento da Arguição de descumprimento de Preceito Fundamental 153 e as reformas constitucionais e legais devidas à implementação de mecanismos de justiça de

⁸⁴⁴ *Ibidem.*, p.12-19.

⁸⁴⁵ ANTZE, *Op cit.*, 1996. p.07.

⁸⁴⁶ FEINDT, G.; KRAWATZEK, F.; MEHLER, D.; PESTEL, F.; TRINÇEV, R. *Op cit.*, 2014. p.43.

⁸⁴⁷ ANTZE, *Op cit.*, 1996. p.07.

⁸⁴⁸ RÜSEN, *Op cit.*, 2009. p.29-30.

⁸⁴⁹ ALEXANDER, *Op cit.*, 2004. p.10-15.

⁸⁵⁰ KEHL, *Op cit.*, 2010. p.128.

transição à superação do legados da violência e da impunidade – como recomendado pela própria Comissão Nacional da Verdade à responsabilização, à proibição de eventos em comemoração ao golpe militar, à valorização dos direitos humanos, ao combate e prevenção da prática da tortura, à criação de instituições que sigam investigando, preservando a memória e buscando a verdade sobre os crimes da repressão e promovendo atividades de esclarecimento e medidas destinadas à reparação, à prevenção e à garantia de não repetição – reforçam as debilidades do Estado em lidar com as violações de direitos humanos praticadas por órgãos de segurança. Debilidades verificadas ainda no fato das políticas públicas instituídas à implementação de mecanismos de justiça de transição não refletirem, em decorrência de proibições, a convivência ou cumplicidade de uma maioria silente e alheia às práticas sistemáticas e generalizadas de tortura e de desaparecimento forçado cometidos pelo Estado.

No Brasil, as anistias concedidas aos agentes da repressão – anistias que tornaram impunes os crimes relacionados às execuções sumárias, aos desaparecimentos forçados, às torturas e às violências sexuais de cidadãos brasileiros por agentes do Estado – pouco contribuem à reconciliação por não encorajar um debate público mais amplo sobre o passado autoritário, sobre a justiça, sobre os direitos civis e humanos, criando uma “situação de enfrentamento deste passado”⁸⁵¹. E isto justamente por obstruir o esclarecimento, silenciar a violência, impedir o enfrentamento e o acesso à justiça e à verdade jurisdicional, dificultando a superação dos legados de violência pelo não reconhecimento dos agentes que em nome do Estado perpetraram violações de direitos humanos, impedindo o afastamento de tais criminosos da própria estrutura do Estado, reduzindo as tensões provenientes da violência pretérita, possibilitando a ressignificação da história e aumentando a consciência política, moral e histórica sobre as injustiças perpetradas.

As representações feitas pelas medidas de justiça transicional implementadas pelas comissões de reparação e de verdade fornecem os termos ao reconhecimento das experiências de violência, à reparação de seus danos, ao esclarecimento de suas circunstâncias e à responsabilização de seus algozes. Contudo, as debilidades do processo transicional brasileiro, revigoradas na promoção de valores autoritários produzidos pelas marcas da transição e reforçadas na cumplicidade de uma maioria alheia aos crimes do Estado, inibem o debate e o engajamento social, dificultam o reconhecimento da violência e conduzem os seus termos ao esquecimento ou à revisão de suas representações. Deste modo, tais debilidades seguem

⁸⁵¹ ARAUJO, *Op cit.*, 2012. p.148.

colocando obstáculos à simbolização e à apreensão coletiva das representações feitas pelas medidas de justiça de transição implementadas pelo próprio Estado, não permitindo que seus termos sejam canalizados à revisão e à objetivação da identidade coletiva e da memória como parte de um registro coletivo: condição à perlaboração social dos legados traumáticos da violência cometida pelos agentes da repressão durante a ditadura civil-militar no Brasil.

Está-se de acordo que os processos de obtenção de conhecimento e de reconhecimento institucionalizado sobre as consequências da violência perpetrada pelos agentes da repressão durante da ditadura civil-militar são necessários para o enfrentamento de seus legados. Apesar disso, de tudo quanto exposto, conclui-se que os elementos verificados, reitera-se, na inadequação de denúncias dos crimes, na ausência de responsabilização, no silêncio erigido pela Lei de Anistia, na arbitrariedade e no autoritarismo contínuo das instituições do governo civil, no desrespeito aos direitos humanos e na manutenção de prerrogativas e de princípios que prevaleceram durante a ditadura civil-militar, impedem que as estratégias de esclarecimento, reparação, reconhecimento e responsabilização produzidas pelas representações feitas pelas comissões de reparação e de verdade implementadas pelo Estado brasileiro condicionem a perlaboração dos legados das atrocidades traumáticas perpetradas pelos agentes da repressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...) leio esta passagem de Primo Levi: “Então, pela primeira vez nós percebemos que nossa língua carece de palavras para exprimir esse insulto: a demolição de um homem”. Observo que é precisamente porque não há nenhuma palavra para dizer esta coisa incontestável na experiência e que não tem a natureza de um objeto perceptível/descritível tal como um peixe ou uma maçã, que precisamos de frases, língua, aproximação, prosopopeia (figuras) etc., até que se configure aquilo que se subtrai.
(DEGUY, Michel, 2004)

Na busca pelos direitos das vítimas e por democratização, a justiça de transição pressupõe a efetivação de iniciativas administrativas, jurídicas e legais complementares, de respostas jurídicas à investigação e à responsabilização, de políticas públicas de reparação ao desenvolvimento de direitos econômicos, sociais e culturais às vítimas das violações dos direitos humanos; de reformas institucionais que transformem as estruturas do Estado em um instrumento democrático (e de educação sobre os direitos humanos) dentro de um Estado de direito; e de políticas de memória que implementem memoriais e outros espaços públicos que possibilitem a ressignificação da história do país e aumentem a consciência moral e histórica sobre os erros do passado.

Como esboçado ao longo do segundo capítulo deste trabalho, a implementação destas medidas – que convergiram à efetivação de iniciativas jurídicas e legais complementares na luta contra a impunidade, à investigação e à responsabilização criminal dos perpetradores de violações dos direitos humanos, à criação de comissões de investigação, à implementação e manutenção de políticas de memória e de reparação às vítimas de governos emergentes de regimes autoritários ou guerras – se fez presente em vários contextos transicionais, em meio a vulnerabilidades e sob circunstâncias políticas e necessidades que acabaram orientando, com características nada previsíveis ou unidirecionais, os caminhos, decisões e abordagens tomadas pelos governos em transição.

No Brasil, como exposto, por pressão da comunidade internacional e no contexto em que familiares de mortos e desaparecidos políticos e defensores de suas causas prosseguiram à reivindicação da efetivação do direito à memória, à verdade e à justiça, os mecanismos de justiça de transição adotados pelo Estado, ainda que tenham ocorrido de forma lenta e truncada, possibilitaram que aos familiares de mortos e desaparecidos políticos fossem concedidas indenizações monetárias. As medidas adotadas pelas comissões de reparação e de verdade permitiram que reparações econômicas fossem conferidas às vítimas, que o Estado

reconhecesse os crimes perpetrados pelos agentes da repressão e identificasse perpetradores, e que questões que, de modo geral, dizem respeito à verdade e à memória, fossem implementadas, aprimoradas e mantidas. Tais medidas assumidas pela atuação da Comissão Especial sobre os Mortos e Desaparecidos Políticos, pela Comissão de Anistia e pela Comissão Nacional da Verdade – a despeito da pouca visibilidade de sua atuação, de suas parcialidades e incompletudes, em meio a obstáculos e limitações por falta de tempo, meios e fontes – comportam o esclarecimento das situações de violência do Estado ditatorial e legitimam o reconhecimento da violência perpetrada pelos agentes da repressão durante a ditadura civil-militar.

Da falta de individualização judicial dos crimes da repressão política e de reformas das instituições responsáveis pelo seu cometimento, consolidou-se, por meio das políticas de reparação material, moral e psicológica, iniciativas voltadas ao debate político, ao testemunho, ao esclarecimento, à responsabilização, à construção da dimensão de danos pessoais e sociais do terror de Estado. Tratam-se de mecanismos que levam em consideração elementos organizacionais, comunicacionais e institucionais que possibilitam o acesso, a discussão e a compreensão sobre os fatos históricos em questão. Tratam-se de iniciativas cujas representações determinam a vítima, responsabilizam (ao menos simbolicamente), prescrevem diretrizes e procuram promover o respeito e a legitimidade das instituições democráticas, contribuindo na luta contra a impunidade e na revelação da verdade das atrocidades cometidas.

Ao longo deste trabalho, verificou-se que a repressão estatal exercida no Brasil, como reconhecido pela própria Comissão Nacional da Verdade, é uma realidade cujas mortes e sofrimentos, cujos assassinatos, estupros, esquartejamentos, torturas, violências sexuais, desaparecimentos forçados, ocultações de cadáveres, execuções sumárias e crimes de lesa-humanidade perpetrados pelos agentes do Estado durante a ditadura civil-militar envolveram experiências de traumatização psíquica e social. A ditadura civil-militar explicitou a violência, disseminou o medo, produziu terror, silenciou, rompeu laços de solidariedade, massacrou a resistência, torturou, assassinou e executou sumariamente, naturalizou a violência e, para subjugar subjetividades, legitimou o tratamento desumano e o extermínio, extrapolando as fronteiras dos que foram diretamente afetados pela violência.

Deste modo, pensando nas condições traumáticas que as violações de direitos humanos imprimem na sociedade brasileira, assentiu-se que os crimes perpetrados pelos agentes do Estado durante a ditadura brasileira demandam que se considere as estratégias de esclarecimento, reparação, reconciliação, reconhecimento e responsabilização das atrocidades

pretéritas sob o signo do trauma. Um processo bem sucedido de reconstrução e representação de eventos que envolvem experiências de violência com a finalidade de dar sentido aos legados de seus traumas *guia* a perlaboração.

Neste sentido, fez-se necessário falar de meios de produção de linguagens, de representações que ajudam na transformação, no resgate, na ressignificação simbólica dos significados da experiência traumática. Assentiu-se que este processo, como trabalho de memória, como prática cultural à construção de significados e representações que são compartilhadas e integradas à memória coletiva, cuja força reparadora se consubstancia na produção mediada de sentido, requer o fornecimento de respostas à aflição que define a natureza do trauma, à relação do sofrimento com a sociedade e às demandas por justiça. Em contextos de implementação de políticas de reparação e de memória com um propósito de alcançar a superação do passado de violência traumática, esta produção de sentido mediado criticamente na experiência de uma violência cuja relevância é fundamental para a identidade coletiva e para consciência histórica, quando da possível representação destas experiências e de sua admissão e identificação à atribuição compartilhada de sentido, contribui à perlaboração.

Constatou-se que o resgate e a ressignificação que as representações das medidas de justiça transicional implementadas pelo Estado brasileiro fazem acerca das injustiças da repressão, ao deslocarem relações, instituições e funções sociais no reconhecimento dos crimes e de suas vítimas, no reparo pecuniário e simbólico de seus danos, no esclarecimento circunstanciado da violência do Estado e na identificação dos responsáveis por seu cometimento, têm alicerçado uma discussão mais substancial acerca da violência perpetrada pelo regime autoritário. Na representação que as medidas de justiça transicional fazem no presente acerca da violência traumática perpetrada pelos agentes da repressão durante a ditadura civil-militar no Brasil, o desprazer da vivência da violência tem sido reconhecido como reflexo coerente do passado, visando motivar uma melhor compreensão das atrocidades em questão e estabelecer novas compreensões valorativas sobre as injustiças cometidas. Deste modo, o resgate e a ressignificação que as representações que as comissões de reparação e de verdade fazem acerca das atrocidades perpetradas pelos agentes da repressão durante a ditadura civil-militar no Brasil se configuram em vetor fundamental à possível deslegitimação do regime e da violência por ele agenciada.

Contudo, como repisado, o fracasso do caso brasileiro no que diz respeito à ausência da apuração e responsabilização penal dos agentes públicos e de seus mandantes que perpetraram crimes contra a humanidade tem servido de exemplo de um cenário cujas anistias

dificultam os esforços de resgate, ressignificação, representação e refutação das práticas ilícitas outrora perpetradas. Diante desse quadro, a impunidade, na transição brasileira, tem se consubstanciado na negação jurídica dos crimes, na ausência de responsabilização dos agentes da repressão que os cometeram, na falta de revelação da verdade processual sobre o ocorrido e na ausência da confirmação de direitos legais que estigmatizam oficialmente violações pretéritas. Destarte, apesar dos esforços das comissões de reparação e de verdade nos avanços dos direitos das vítimas e da sociedade ao esclarecimento, à responsabilização e ao reconhecimento dos crimes da repressão, constatou-se que resta incompleta ao fortalecimento democrático e ao amadurecimento institucional brasileiro o direito à justiça, usurpado na impunidade sentenciada pela insistente leitura imputada pelos tribunais superiores à anistia (irrestrita). Este cenário, como visto, não somente impede a judicialização das inaniestáveis e imprescritíveis violações de direitos humanos perpetradas pelo Estado brasileiro durante a ditadura civil-militar, como dificulta a promoção do respeito e da legitimidade das instituições jurídicas, mina a noção democrática de igualdade perante a lei e perpetua a impunidade.

O completo abandono de qualquer procedimento jurídico ou processo criminal à investigação da violência do Estado, a não responsabilização dos agentes da repressão, a impunidade das atrocidades por eles perpetradas e o desrespeito aos direitos humanos, figuram como marcas da transição democrática brasileira. As debilidades do processo transicional brasileiro, cuja realidade se revigora em restos que deixaram de ser simbolizados na anulação jurídica do direito à memória, na equiparação dos crimes do Estado com os da oposição e na impunidade sentenciada aos alcoses da repressão, como representado pelo efeito da decisão do STF em sentença atribuída à ADPF 153, inibem o debate e o engajamento social, dificultam o reconhecimento da violência, colocam obstáculos à simbolização e à apreensão coletiva de suas representações e conduzem os seus termos à desorientação.

O esquecimento democrático institucionalizado imposto pela reafirmação dada à anistia política – ou evidenciado na política governamental para a abertura dos arquivos públicos – frustra, ressentido, dificulta a incorporação de símbolos à reflexão do sofrimento e de suas implicações; e coíbe a representação social e a comunicação, a associação que dá possibilidade de integração e de sentido à experiência da violência traumática. Neste cenário, a caracterização pública negada à memória social dos crimes da repressão dificulta que o resgate e a ressignificação que as representações que as comissões de reparação e de verdade fazem acerca das atrocidades perpetradas pelos agentes da repressão durante a ditadura civil-

militar no Brasil se configure em um trabalho de perlaboração social dos legados de seus traumas.

Além disso, no Brasil, como discutido, é notável que os esforços de implementação de mecanismos à superação das práticas autoritárias esbarraram em entraves impostos pela transição acordada em meio a continuadas práticas de violência e arbitrariedade. A característica principal da transição política e da “consolidação democrática” se apresentou – em meio ao reiterado silêncio institucionalizado pela anulação jurídica do direito à memória e à verdade e ao persistente marco simbólico da vitória na luta contra o terrorismo subversivo – mediante a continuidade dissimulada de práticas autoritárias, asseguradas pela ilegalidade e arbítrio da violência institucionalizada e por direitos civis deslegitimados. Está-se de acordo que este cenário de angústia não apenas desrespeita direitos, como reforça as debilidades do Estado em lidar com as atrocidades da repressão, dificulta o esclarecimento e o conhecimento das práticas repressivas, e coloca obstáculos para que a violência e seus valores sejam desmoralizados e deslegitimados, e para que as consequências traumáticas dos danos perpetrados sejam simbolizadas, associadas e compartilhadas em ambiente social.

É evidente e inegável o desenvolvimento de um movimento institucional estatal amplo à reparação, à reconciliação, ao esclarecimento, ao reconhecimento e à responsabilização. Contudo, as debilidades do processo transicional brasileiro – verificadas nas experiências autoritárias e violentas herdadas pela impunidade e pela manutenção de prerrogativas e de valores que impossibilitam a condenação da violência e a legitimam – colocam obstáculos ao esclarecimento, ao conhecimento, à rememoração, à redefinição de normas e valores que respondam aos anseios das vítimas, inibem o debate e absolvem o engajamento social, dificultam o reconhecimento da violência à simbolização e à apreensão coletiva de suas representações, e conduzem os seus termos ao esquecimento ou à revisão. Tais condições, seguem dificultando que um trabalho de memória forneça sentido à identificação coletiva da memória da violência e de suas causas, que configure a memória como elemento compartilhado à formação da consciência crítica coletiva, à criação de uma experiência de tempo, condição à perlaboração social dos traumas da violência da repressão.

Ao não despertar uma mudança representativa de perspectiva afetiva, empática, intersubjetiva, da experiência de violência, o resgate e a ressignificação que as representações que as comissões de reparação e de verdade fazem acerca das atrocidades perpetradas pelos agentes da repressão durante a ditadura civil-militar no Brasil se configuram sob duas condições interdependentes indispensáveis à perlaboração social dos traumas da repressão: uma necessária para que a violência seja admitida e ajustada à consciência crítica coletiva (e

histórica) como um dano ameaçador de suas pressuposições culturais e de seus princípios fundamentais democráticos e de direitos humanos; e outra fundamental ao deslocamento mediado e persuasivo de suas representações como força social à coprodução de sentido. Logo, tais condições, ligadas à expressão silenciada, a restos não simbolizados que impossibilitam que a experiência histórica se realize, à remissão, ou à má consciência coletiva ligada à falta de reconhecimento social, seguem dificultando que um trabalho de resgate da memória, como representado pelos trabalhos das comissões de reparação e de verdade, condicione a perlaboração social dos legados traumáticos da violência cometida pelos agentes da repressão durante a ditadura civil-militar no Brasil.

REFERÊNCIAS

- AARÃO REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.
- _____. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964**. Daniel Aarão Reis, *et al.*, (Orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2014b.
- _____. Apresentação: Passado, Presente e Futuro da Ditadura no Brasil. In. **À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina**. Daniel Aarão Reis Filho; *et al.* (Orgs.). Rio de Janeiro: Mauad X, 2014c.
- ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. (Orgs.). **Justiça de Transição nas Américas: olhares interdisciplinares, fundamentos e padrões de efetivação**. Belo Horizonte: Fórum, 2013.
- _____. Justiça de Transição no Brasil: a dimensão da reparação. In. **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010.
- ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. **Os Direitos da Transição e a Democracia no Brasil**. Estudos sobre Justiça de Transição e Teoria da Democracia. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012.
- ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- _____. The Meaning of Working Through the Past. In. _____. **Critical Models. Interventions and Catchwords**. New York: Columbia University Press, 1998.
- _____. **Ob nach Auschwitz noch sich leben lasse**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997.
- _____. **Soziologische Schriften 1**. Gesammelte Schriften 8. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1990.
- _____. **Negative Dialektik**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1982.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ALEXANDER, Jeffrey C. Toward a Theory of Cultural Trauma. In. **Cultural Trauma and Collective Identity**. _____. *et al.* (Orgs.). Berkeley, CA: University of California Press, 2004.
- ALMEIDA, Criméia Schmidt de; *et al.* (Orgs.). **Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- AMBOS, Kai. O Marco Jurídico da Justiça de Transição. In: **Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil**. Kai Ambos; *et al.* (Orgs.). Belo Horizonte: Fórum, 2010.
- _____. *et al.* (Orgs.). **Justicia de Transición**. Informes de América Latina, Alemania, Italia y España. Berlin: Konrad Adenauer Stiftung, 2009.

ANDERSON, Lisa (Org.). **Transitions to Democracy**. New York: Columbia University Press, 1999.

AMNISTÍA INTERNACIONAL. Perú. **La Comisión de la Verdad y Reconciliación** – un primer paso hacia un país sin injusticias. 2004. Disponível em: <<http://web.amnesty.org/library/Index/ESLAMR460032004>>. Acesso em 10 de maio de 2017.

ANKERSMIT, Frank R. **Sublime historical experience**. Stanford, California: Stanford University Press, 2005.

_____. Trauma and Suffering. A Forgotten Source of Western Historical Consciousness. In. **Western Historical Thinking**. An Intercultural Debate. Jörn Rusen (ed.). New York, Oxford: Berghahn Books, 2002.

ANSARA, Soraia. **Memória Política, Repressão e Ditadura no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2008.

ANTZE, P.; LAMBEK, M. (Orgs.). **Tense Past**: Cultural Essays on Memory and Trauma. London: Routledge, 1996.

ARAUJO, Maria Paula; *et al* (Orgs.). **Violência na história**: Memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

_____. Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil. Construir acervos de fontes primárias e refletir sobre a memória. In. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.06. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

ARGENTINA. Nunca Más. **Informe Conadep**. Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/investig/articulo/nuncamas/nmas6_01.htm>. Acesso em 20 de maio de 2017.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**: um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 2003.

ARRUTI, Nerea. Trauma, Therapy and Representation: Theory and Critical Reflection. **Paragraph**, vol.30, no.01, pp.01-08. Trauma, Therapy and Representation. Edinburgh University Press, 2007.

ARTHUR, Paige. How “Transitions” Reshaped Human Rights: A Conceptual History of Transitional Justice. **Human Rights Quarterly**, vol.31, n.2, 2009.

ASSMANN, Aleida. **Espaço da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

_____. History, Memory, and the Genre of Testimony. **Poetics Today**, n.27, vol.2. Porter Institute for Poetics and Semiotics, 2006.

ASSMANN, Jan; CZAPLICKA, John. Collective Memory and Cultural Identity. **New German Critique**, n.65, Cultural History/Cultural Studies, 1995.

ATENCIO, Rebecca J. **Memory’s Turn**: reckoning with dictatorship in Brazil. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2014.

BAKINER, Onur. Truth Commission Impact: An Assessment of How Commissions Influence Politics and Society. **The International Journal of Transitional Justice**, vol.8. Oxford University Press, 2014.

BAL, Mieke; CREWE, Jonathan; SPITZER, Leo. **Acts of Memory**. Cultural Recall in the Present. Hanover and London: Dartmouth College, 1999.

BALL, Karyn. Introduction: Trauma and Its Institutional Destines. **Cultural Critique**, n.46, Trauma and Its Cultural Aftereffects. University of Minnesota Press, 2000.

BAR-TAL, Daniel; *et all*. A sense of self-perceived collective victimhood in intractable conflicts. **International Review of the Red Cross**, vol.91, n.834, pp.229-258, 2009.

_____. Sociopsychological Foundations of Intractable Conflicts. **American Behavioral Scientist**, vol.50, n.11, pp.1430-1453. Sage Publications, 2007.

BARKAN, Elazar. Introduction: Historians and Historical Reconciliation. **The American Historical Review**, vol.114, n.4, pp.899-913. Oxford University Press, 2009.

_____. **The Guilt of Nations: Restitution and Negotiating Historical Injustices**. New York, London: W.W. Norton and Company, 2000.

BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória**. Porto Alegre: Medianiz, 2014.

BECKER, David. Dealing with the Consequences of Organized Violence in Trauma Work. **Berghof Handbook for Conflict Transformation**. pp.03-30. Berghof Research Center for Constructive Conflict Management, 2001.

BÉDARIDA, François. Historical Practice and Responsibility. _____ (Org.). **The Social Responsibility of the Historian**. Providence; Oxford: Berghan Books, 1994.

BEVERNAGE, Berber. **History, Memory, and State-Sponsored Violence**. Time and Justice. New York, London: Routledge Taylor and Francis Group, 2012.

_____. Writing the Past Out of the Present: History and the Politics of Time in Transitional Justice. **History Workshop Journal**, vol.69, pp.111-131, 2010.

BEZERRA DE MENESES, Ulpiano T. A História, Cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n.34. São Paulo, 1992.

BICKFORD, Louis; *et al* (Orgs.). **The Encyclopedia of Genocide and Crimes Against humanity**. Nova York, Macmillan Reference, vol.3, pp.1045-1047, 2004.

BLANCHOT, Maurice. **The Writing of the Disaster**. Lincoln, London: University of Nebraska Press, 1995.

BLUSTEIN, Jeffrey. **The moral demands of memory**. New York: Cambridge, 2008.

BOOTH, James W. The unforgotten: memories of justice. **The American Political Science Review**, vol.95, n.4, p.777-791. American Political Science Association, 2001.

_____. Communities of Memory: on identity, memory, and debt. **The American Political Science Review**, vol.93, v.2, 1999.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Volume I. Dezembro de 2014a.

_____. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Volume II. Dezembro de 2014b.

_____. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Volume III. Dezembro de 2014c.

_____. Comissão Nacional da Verdade. **Balanco de Atividades**. 1 ano de Comissão Nacional da Verdade. Setembro de 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. 1988.

BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. **Relatório Anual da Comissão de Anistia 2014**. Brasília: Comissão de Anistia, 2016a.

_____. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. **Relatório Anual da Comissão de Anistia 2013**. Brasília: Comissão de Anistia, 2016b.

_____. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. **Relatório Anual da Comissão de Anistia 2012**. Brasília: Comissão de Anistia, 2016c.

_____. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. **Relatório Anual da Comissão de Anistia 2011**. Brasília: Comissão de Anistia, 2016d.

_____. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. Projeto Clínicas do Testemunho. **Relatório Final de Trabalho da Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae**. São Paulo, 2015a.

_____. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. Projeto Clínicas do Testemunho. **Relatório Final do Instituto Projetos Terapêuticos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2015b.

_____. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. Projeto Clínicas do Testemunho. **Relatório Final do Instituto Projetos Terapêuticos de São Paulo**. São Paulo, 2015c.

_____. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. Projeto Clínicas do Testemunho. **Relatório Final da Sigmund Freud Associação Psicanalítica**. Rio Grande do Sul, 2015d.

_____. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. **Relatório Anual da Comissão de Anistia 2010**. Brasília: Comissão de Anistia, 2010a.

_____. Ministério da Justiça. **Ações educativas da Comissão de Anistia**. Relatório de Gestão 2007-2010. Brasília: Comissão de Anistia, 2010b.

_____. Ministério da Justiça. **Portaria nº 1.797**, de 30 de outubro de 2007.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n.8.766**, de 11 de maio de 2016.

_____. **Lei n.12.528**, de 18 de novembro de 2011a.

_____. **Lei n.12.527**, de 18 de novembro de 2011b.

_____. **Decreto n.7.037**, de 21 de dezembro de 2009.

_____. **Lei nº 10.875**, de 1 de junho de 2004.

_____. **Decreto n. 4.388**, de 25 de setembro de 2002a.

_____. **Lei n. 10.536**, de 14 de agosto de 2002b.

_____. **Lei n. 10.559**, de 13 de novembro de 2002c.

_____. **Decreto n.4.388**, de 25 de setembro de 2002d.

_____. **Lei n.9.140**, de 04 de dezembro de 1995.

_____. **Lei n.8.072**, de 25 de julho de 1990.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

_____. **Lei n.6.683**, de 28 de agosto de 1979.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Tortura**. Coordenação Geral de combate à Tortura (Org.) Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010a.

_____. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Habeas Corpus**: que se apresente o corpo: a busca dos desaparecidos políticos no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010b.

BRASIL. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.10. Brasília: MJ, 2014.

_____. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.9. Brasília: MJ, 2014.

_____. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.8. Brasília: MJ, 2013.

_____. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.7. Brasília: MJ, 2013.

_____. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.6. Brasília: MJ, 2012.

_____. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.5. Brasília: MJ, 2012.

_____. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.4. Brasília: MJ, 2011.

_____. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.3. Brasília: MJ, 2010.

_____. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.2. Brasília: MJ, 2010.

_____. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.1. Brasília: MJ, 2009.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos** (PNDH-3). Brasília: SDH/PR, 2010.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153-6**. Brasília, 29 de abril de 2010.

BROOKS, Roy L. **When sorry isn't enough**: the controversy over apologies and reparations for human injustice. New York: New York University Press. 1999.

BROWN, Kris. 'What It Was Like to Live through a Day': Transitional Justice and the Memory of the Everyday in a Divided Society. **The International Journal of Transitional Justice**, vol.6. Oxford University Press, 2012.

BUERGENTHAL, Thomas. The Evolving International Human Rights System. **The American Journal of International Law**, vol.100, no.4, p.783-807, 2006.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000.

CARUTH, Cathy. **Unclaimed Experience**: Trauma, Narrative, and History. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1996.

_____. **Trauma**. Explorations in Memory. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In. **Fronteiras do milênio**. Sandra Pesavento (Org.). Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.

CERTEAU, Michael de. **História e Psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

CHARTIER, Roger. “Escutar os mortos com os olhos”. *Estudos Avançados*, 24 (69), 2010.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Informe anual de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos. **Casos 10.147, 10.181, 10.240, 10.262, 10.309, 10.311, vs. Argentina**. 2 de outubro de 1992.

_____. Informe anual de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos. **Caso Lucio Parada Cea, e outros, vs. El Salvador**. 27 de janeiro de 1999.

COMISIÓN INTERNACIONAL DE JURISTAS. **La lucha por Verdad y Justicia en la Encrucijada**. Suíza: International Commission of Jurists, 2015.

CORREA, Cristián. Reparations programs for mass violations of human rights: lessons from experiences in Argentina, Chile and Peru. In. REATEGUI. **Transitional Justice: Handbook for Latin America**. Brasília: International Center for Transitional Justice, Ministério da Justiça, 2011.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Omar Humberto Maldonado Vargas y otros vs. Chile**. Sentença de 2 de setembro de 2015.

_____. **Caso García Luterio y Otras vs. Chile**. Sentença de 28 de agosto de 2013.

_____. **Caso Gomes Lund e Outros vs. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010.

_____. **Caso de La Masacre de Las dos Erres vs. Guatemala**. Sentença de 24 de novembro de 2009.

_____. **Caso Almonacid Arellano y otros vs. Chile**. Sentença de 26 de setembro de 2006.

_____. **Caso Plan de Sánchez Massacre vs. Guatemala**. Sentença de 19 de novembro de 2004.

_____. **Caso Barrios Altos vs Peru**. Sentença de 14 de março de 2001.

_____. **Caso Garay Hermosilla, e outros, v. Chile**. Sentença de 15 de outubro de 1996.

_____. **Caso Velásquez-Rodríguez vs. Honduras**. Sentença de 29 de julho de 1988.

COSTA PINTO, António; PALOMANES MARTINHO, Francisco Carlos. **O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do sul e na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**: Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CRANE, Susan A. Writing the Individual Back into Collective Memory. **The American Historical Review**. vol.102, no.5, pp.1372-1385. Oxford University Press, 1997.

DALY, Erin. Truth Skepticism: An Inquiry into the Value of Truth in Times of Transition. **International Journal of Transitional Justice**, vol.02, pp.23-41, 2008.

D’ARAUJO, Maria Celina. O estável poder de veto das Forças Armadas sobre o tema da anistia política no Brasil. **Varia Historia**, vol.28, n.48, pp.573-597. Belo Horizonte, 2012.

DE BAETS, Antoon. Historical Imprescriptibility. **21st International Congress of Historical Sciences**. Panel “History and Human Rights”. 2010. (Citação autorizada pelo autor)

DE GREIFF, Pablo. Justiça e reparações. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.03, pp.42-71. Brasília: Ministério da Justiça, 2010.

____ (Org.) **The Handbook of Reparations**. Oxford: University Press, 2006.

DIMITRIJEVIC, Nenad. **Duty to respond**: mass crime, denial, and collective responsibility. Budapest, New York: CEU Press, 2011.

____. Justice beyond blame: moral justification of (the idea of) a truth commission. **Journal of Conflict Resolution**, vol.50, n.3, p.368-382, 2006.

DIMOULIS, Dimitri. Justiça de transição e função anistiantes no Brasil. Hipostasiações indevidas e caminhos de responsabilização. In: **Justiça de Transição no Brasil**. Direito, responsabilização e verdade. ____; *et al.* (Org.). São Paulo: Saraiva, 2010.

DONNELLY, Jack. **Universal Human Rights in Theory and Practice**. Cornell University Press: Itaca and London. 1989.

DOSSIÊ dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Maria do Amparo Almeida Araújo; *et al.* (Comissão responsável). Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

DOXTADER, Erik. Making rhetorical history in a time of transition: the occasion, constitution, and representation of South African Reconciliation. **Rhetoric and Public Affairs**, vol. 4, n.2, pp.223-260. Michigan State University Press, 2001.

DUDENA, Regis. A Comissão da Verdade do sistema político. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.7. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

____. **Estrutura e constituição da clínica psicanalítica**: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento. São Paulo: Annablume, 2011.

ENDO, Paulo. A vergonha e a interpelação do estrangeiro. In: **Psicologia, violência e direitos humanos**. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, Karen Meira Dotto, *et al* (Orgs.). São Paulo: CRP SP, 2011.

____. Elaboração onírica e representação na literatura de testemunho pós-ditadura no Brasil. In: **Tortura**. Brasil. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Coordenação Geral de combate à Tortura (Org.) Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

EQUADOR. Informe de la Comisión de la Verdad. **Sin verdad no hay justicia**. Resumen Ejecutivo. Ecuador, 2010.

ELSTER, Jon. Conclusion. In: **Retribution and reparation in the transition to democracy**. Jon Elster (Org.). New York: Cambridge University Press, 2006.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FEINDT, G.; *et al.* Entangled Memory: Toward a Third Wave in Memory Studies. **History and Theory**, vol.53. Wesleyan University, 2014.

FICO, Carlos. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. **Topoi**, vol.14, n.27, pp.239-261, Rio de Janeiro, 2013.

_____. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia Historia**, vol.28, n.47, pp.43-59. Belo Horizonte, 2012.

_____. **O regime militar no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v.24, n.47, pp.29-60. São Paulo, 2004.

FOGU, Claudio; KANSTEINER, Wulf. The Politics of Memory and the Poetics of History. In. **The Politics of Memory in Postwar Europe**. Richard Ned Lebow; *et al* (orgs.). Durham and London: Duke University Press, 2006.

FREUD, Sigmund. **Jenseits des Lustprinzips** (1920). In. *Psychologie des Unbewussten* (Band III). Alexander Mitscherlich; Angela Richards; James Strachey (Orgs.). Frankfurt: S. Fischer Verlag GmbH, 1975a.

_____. **Erinnern, Wiederholen und Durcharbeiten**. In. *Schriften zur Behandlungstechnik*. Alexander Mitscherlich; Angela Richards; James Strachey (Orgs.). Frankfurt: S. Fischer Verlag GmbH, 1975b.

_____. **Über Psychotherapie**. In. *Schriften zur Behandlungstechnik*. Alexander Mitscherlich; Angela Richards; James Strachey (Orgs.). Frankfurt: S. Fischer Verlag GmbH, 1975c.

_____. **Trauer und Melancholie** (1917 [1915]). In. *Psychologie des Unbewussten* (Band III). Alexander Mitscherlich; Angela Richards; James Strachey (Orgs.). Frankfurt: S. Fischer Verlag GmbH, 1975d.

_____. **Massenpsychologie und Ich-Analyse** (1921). In. *Fragen der Gesellschaft Ursprünge der Religion*. Alexander Mitscherlich; Angela Richards; James Strachey (Orgs.). Frankfurt: S. Fischer Verlag GmbH, 1974.

_____. **Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse** (1916-1917). In. *Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse Und Neue Folge* (Band I). Alexander Mitscherlich; Angela Richards; James Strachey (Orgs.). Frankfurt: S. Fischer Verlag GmbH, 1969.

_____. **Das Interesse an der Psychoanalyse** (1913). In. *Gesammelte Schriften* (Band IV). *Zur Psychopathologie des Alltagslebens / Das Interesse an der Psychoanalyse / Über Psychoanalyse / Zur Geschichte der Psychoanalytischen Bewegung*. Leipzig; Wien; Zürich: Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 1924.

FRIEDLÄNDER, Saul. **Memory, History, and the Extermination of the Jews of Europe**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1993.

_____. (Org.) **Probing the Limits of Representation**. Nazism and the “Final Solution”. Cambridge, Massachusetts, London, England: Harvard University Press, 1992.

_____. **When Memory Comes**. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1978.

FUKS, Betty Bernardo. Por que a crueldade? Notas para uma reflexão sobre a guerra e a paz. In. **Psicologia, violência e direitos humanos**. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, Karen Meira Dotto, *et al* (Orgs.). São Paulo: CRP SP, 2011.

FÜLÖP, Éva; LÁSZLÓ, János. Emotional Processes in Elaborating a Historical Trauma in the Daily Press. In. **Narratives and social memory: theoretical and methodological approaches**. Cabecinhas, R.; Abadia, L. (Orgs.). Braga: University of Minho, 2013.

FUNKENSTEIN, Amos. Collective Memory and Historical Consciousness. **History and Memory**, vol.1, n.1, pp.05-26. Indiana University Press, 1989.

FUSCA, Daiana. Processo de justiça por crimes contra a humanidade na Argentina. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.09, pp.258-277. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Walter Benjamin. “Esquecer o passado?”. In. **Psicologia, violência e direitos humanos**. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, Karen Meira Dotto, *et al* (Orgs.). São Paulo: CRP SP, 2011.

_____. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GALAIN PALERMO, Pablo. El proceso de justicia de transición en Uruguay. In. **Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à verdade**. Giuseppe Tosi; *et al* (Orgs.). João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (Org.). **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Deriva, 2014.

GALVEZ VILLARRREAL, Juan Manuel; *et all*. El Proceso de Traumatización en Personas Afectadas por Terrorismo de Estado. Un Desarrollo Conceptual. **Cuadernos de Psicología Jurídica**, n.01, 2004.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014a.

_____. **A ditadura escancarada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014b.

_____. **A ditadura encurralada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014c.

_____. **A ditadura derrotada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014d.

GAY, Peter. A psicanálise e o historiador. In. **Freud: conflito e cultura: ensaios sobre sua vida, obra e legado**. Michael S. Roth (org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

GILLIS, John R. (Org.). **Commemorations: The politics of national identity**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

GINZBURG, Jaime. **Crítica em Tempos de Violência**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2012.

GOES, Iasmin. Between Truth and Amnesia: State Terrorism, Human Rights Violations and Transitional Justice in Brazil. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, n.94, 2013.

GONZÁLEZ VEGA, Javier. Memoria histórica vs. Impunidad: las obligaciones impuestas por el derecho internacional. **Memória histórica: se puede juzgar la historia?** Fundación Antonio Carretero: Madrid, 2009.

GORMAN, Jonathan. Historians and their duties. **History and Theory**, vol.43, n.04, pp.103-117. Wesleyan University, 2004.

GOVIER, Trudy. **Taking Wrongs Seriously: Acknowledgment, Reconciliation, And the Politics of Sustainable Peace**. New York: Humanity Books, 2006.

GREENSPAN, Henry; *et al.* Scholar's Forum. Engaging survivors: Assessing "Testimony" and "Trauma" as Foundational Concepts. **Dapim: Studies on the Holocaust**, vol.28, n.03, pp.190-226, 2014.

GUATEMALA. **Memoria del Silencio**. Conclusiones y Recomendaciones. Guatemala: Oficina de Servicios para Proyectos de las Naciones Unidas. 1999. Disponível em: <http://www.undp.org/content/dam/guatemala/docs/publications/UNDP_gt_PrevyRecu_MemoriadelSilencio.pdf>. Acesso em 8 de abril de 2016.

GÜNTHER, Klaus. Razões pelas quais a Justiça de Transição está dependente da apuração da culpa jurídico-penal: doze teses. In. **Justiça de Transição**: análises comparadas Brasil-Alemanha. Cornelius Prittwitz (*et al.*) (Org.). Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2015.

HABERMAS, Jürgen. **A constelação pós-nacional**: ensaios políticos. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HAYNER, Priscilla B. **Unspeakable Truth**: Transitional Justice and the Challenge of Truth Commissions. New York, London: Routledge, 2001.

HAMBER, Brandon. Healing. In. **Reconciliation after Violent Conflict**: A Handbook. D. Bloomfield, T. Barnes & L. Huyse (Orgs.). Stockholm, Sweden: International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2003.

_____. **Dealing with the Past and the Psychology of Reconciliation**: The Truth and Reconciliation Commission, a psychological perspective. Artigo apresentado no 4th International Symposium on The Contributions of Psychology to Peace. Cape Town, 1995.

HORVITZ, Leslie Alan; CATHERWOOD, Christopher. **The Encyclopedia of Genocide and Crimes Against Humanity**. Nova York: Macmillan Reference, 2004.

HUTTON, Patrick. **History as an art of memory**. Hanover and London: University Press of New England, 1993.

HUYSEN, Andreas. Present Pasts: Media, Politics, Amnesia. **Public culture**, n.12, vol.1. Duke University Press, 2000.

IGNATIEFF, Michael. Articles of faith. **Index on Censorship**, vol.25, pp.110-122. September 1, 1996.

INFORME DE LA COMISIÓN DE LA VERDAD. **Sin verdad no hay justicia**. Tomo 1. Ecuador, 2010.

JANKÉLEVITCH, Vladimir. Should We Pardon Them? **Critical Inquiry**, vol.22, n.3, 1996

JELIN, Elizabeth. **State repression and the labors of memory**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

KANSTEINER, Wulf. Finding meaning in memory: a methodological critique of collective memory studies. **History and Theory**, vol.41, n.2. Wiley for Wesleyan University, 2002.

KARN, Alexander; BARKAN, Elazar (Eds.). **Taking Wrongs Seriously**. Stanford University Press, 2006.

KATSIKAS, Stefanos. Transitional justice after the collapse of dictatorship in Greece (1974-2000). In. **Transitional Justice And Memory In Europe (1945-2013)**. Nico Wounters (Ed.). Cambridge, Antwerp, Portland: Intersentia, 2014.

KEHL, Maria Rita. A ironia e a dor. In. Bernardo Kucinski. **Voce vai voltar pra mim e outros contos**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

_____. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. São Paulo: Boitempo, 2009.

KLEIN, Kerwin Lee. On the Emergence of Memory in Historical Discourse. **Representations**, n.69, Special Issue: Grounds for Remembering. University of California Press, 2000.

KNAUSS, Paulo. Usos do passado e história do tempo presente: arquivos da repressão e conhecimento histórico. In. Flávia Varella F.; *et al* (Orgs.). **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

KOLKER, Tania. Tortura e impunidade – danos psicológicos e efeitos de subjetivação. In. **Tortura**. Brasil. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Coordenação Geral de combate à Tortura (Org.) Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

KOSELLECK, Reinhard. Formen und Traditionen des negativen Gedächtnisse. In. **Verbrechen erinnern: Die Auseinandersetzung mit Holocaust und Völkermord**. Volkhard Knigge; Norbert Frei (orgs.). Boon: Bundeszentrale für politische Bildung, 2005.

_____. **The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts**. Stanford, California: Stanford University Press, 2002.

_____. **Vergangene Zukunft**. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1989.

KRITZ, Neil J. (Org.). **Transitional Justice**. Volume I General Considerations. Washington D.C.: US Institute of Peace Press, 1995.

KUKATHAS, Chandran. Responsibility for past injustices: how to shift the burden. **Politics, Philosophy, and Economics**, n.02. Sage Publications, 2003.

LACAPRA, Dominick. Trauma, History, Memory, Identity: what remains? **History and Theory**, 55, pp.375-400. Wesleyan University, 2016.

_____. Historical and literary approaches to the “Final Solution”: Saul Friedländer and Jonathan Little. **History and Theory**, n.50. Wesleyan University, 2011.

_____. **Writing history, writing trauma**. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 2001.

_____. **History and memory after Auschwitz**. U.S.A.: Cornell University Press, 1998.

_____. **History, Politics, and the Novel**. Cornell University Press, 1987.

LAMBOURNE, Wendy. Transitional Justice and Peacebuilding after Mass Violence. **The International Journal of Transitional Justice**, vol.3. Oxford University Press, 2009.

LARRABEE, M. J.; WEINE, S.; WOOLLCOTT, P. “The Wordless Nothing”: Narratives of Trauma and Extremity. **Human Studies**, vol.26, n.03, pp.353-382. Springer, 2003.

LEFRANC, Sandrine; STEIN, Mariana. Las politicas del perdon y de la reconciliacion. Los gobiernos democraticos y el ajuste de cuentas con el legado del autoritarismo. **Desarrollo Económico**, vol.45, n.178, pp.163-186. Instituto de Desarrollo Económico y Social, 2005.

LEBOW, Richard Ned; *et al* (Orgs.). **The Politics of Memory in Postwar Europe**. Durham and London: Duke University Press, 2006.

LESSA, Francesca; *et al* (Org.). Overcoming Impunity: Pathways to Accountability in Latin America. **The International Journal of Transitional Justice**, vol.8. Oxford University Press, 2014.

LIAKOS, Antonis. Beyond the abuses of history. **21st Congress of Historical Science**. p.01-06. Panel – Ethics, Historical Research and Law, 2010. (Citação autorizada pelo autor)

LIU, James H.; HILTON, Denis J. How the past weighs on the present: social representations of history and their role in identity politics. **British Journal of Social Psychology**, n.44, pp.537-556. The British Psychological Society, 2005.

LONGHI, Rafael. A proteção das vítimas no caso brasileiro: da reparação civil e outras medidas. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.7. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

LÜBBE, Hermann. Esquecimento e historicização da memoria. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.29, n.57, p.285-300. 2016.

LUHMANN, Niklas; BEHNKE, Kerstin. Speaking and Silence. **New German Critique**. no.61, Special Issue on Niklas Luhmann, pp.25-37. Duke University Press, 1994.

MACDOWELL SANTOS, Cecília; *et al.* (Org.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**, volume I e II. São Paulo: Aderaldo e Rothschild Editores, 2009.

MACIEL, David. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. 2008. Tese de doutorado.

MALDONADO, Gabriela; REZENDE CARDOSO, Marta. O trauma psíquico e o paradoxo das narrativas impossíveis, mas necessárias. **Psicologia Clínica**, vol.21, n.01, pp.45-57. Rio de Janeiro, 2009.

MAIER, Charles. Preface. **Osiris**, 2nd Series, Vol.14, Commemorative Practices in Science: Historical Perspectives on the Politics of Collective Memory. The University of Chicago Press, 1999.

_____. **The Unmasterable Past: History, Holocaust, and German National Identity**. Cambridge, Massachusetts and London, England. Harvard University Press, 1997.

_____. A Surfeit of Memory? Reflections on History, Melancholy and Denial. **History and Memory: Studies in Representation of the Past**, vol.5, n.2, pp.135-152, 1993.

MALLINDER, Louise. Can Amnesties and International Justice be Reconciled. **The International Journal of Transitional Justice**, vol.1. Oxford University Press, 2007.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Political violence and war as causes of psychosocial trauma in El Salvador. **International Journal of Mental Health**, vol.18, no.01, Mental Health Aspects of Political Repression and Violence (II). Taylor and Francis, Ltd, 1989.

MARTIN-CHENUT, Kathia. Direito à verdade e justiça de transição: a contribuição do sistema interamericano de proteção dos direitos humanos. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.09, pp.188-219. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

MARTINS, Estevão de Rezende. Tempo e memória: a construção social da lembrança e do esquecimento. **Liber Intellectus**, vol.1, n.1, 2007.

MARX, Ivan. Crimes da ditadura militar brasileira: possibilidades jurídicas de sanção. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.09. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

MCADAMS, A. James. Transitional Justice: The Issue that Won't Go Away. **The International Journal of Transitional Justice**, vol.05. Oxford University Press, 2011.

MCARTHUR, Fabiana Godinho. Justiça de Transição: o caso brasileiro. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.7. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

MEGILL, Alan. **Historical Knowledge, Historical Error: a contemporary guide to practice**. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

MÉNDEZ, Joan E. Foreword. In. **Amnesty in the age of human rights accountability: comparative and international perspectives**. Francesca Lessa and Leigh A. Payne (Orgs.). New York: Cambridge University Press, 2012.

MEZAROBBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. **SUR**, vol.7, n.13, pp.07-25, 2010.

_____. **O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile)** 2007. 470 f. – Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. **Um acerto de contas com o futuro: anistia e suas consequências. Um estudo do caso brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2003.

MINOW, Martha. **Between vengeance and forgiveness: facing history after genocide and mass violence**. Boston: Beacon Press, 1998.

MOSES, Dirk A. Hayden White, Traumatic Nationalism, and the Public Role of History. **History and Theory**, vol.44, n.3, pp.311-332. Wiley for Wesleyan University, 2005a.

_____. The public relevance of historical studies: a rejoinder to hayden White. *History and Theory*, vol.44, pp.339-347. Wesleyan University, 2005b.

MOTTA, Rodrigo Pato de Sá (Org.). **Ditaduras militares**: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

MOURA; Maria Thereza Rocha de Assis; *et al.* A Justiça de Transição no Brasil: um caminho ainda a percorrer. In: **Anistia, justiça e impunidade**: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil. Kai Ambos; *et al* (Orgs.). Belo Horizonte: Fórum, 2010.

MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis; *et al.* Brasil. In: **Justicia de Transición**. Informes de América Latina, Alemania, Italia y España. Kai Ambos; *et al.* (Orgs.). Berlin: Konrad Adenauer Stiftung, 2009.

MUDROVCIC, María Inés. Historical Narrative as a Moral Guide and the Present as History as an Ethical Project. **História da Historiografia**, n.21, pp.10-24, 2016.

_____. Alcances y limites de perspectivas psicoanalíticas em historia. **Diánoia**, vol.XLVIII, n.50, pp.111-127, 2003.

MUTUA, Makau. What is the future of transitional justice? Introduction. **International Journal of Transitional Justice**, n.09, pp.01-09. Oxford University Press, 2015.

NAÇÕES UNIDAS. **Transitional Justice and Economic, Social and Cultural Rights**. Office of the high commissioner. New York and Geneva, 2014.

_____. **Basic Principles and Guidelines on the Right to a Remedy and Reparation for Victims of Gross Violations of International Human Rights Law and Serious Violations of International Humanitarian Law**. Office of the high commissioner. Reloção 60/147, de 16 de dezembro de 2005.

_____. **The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies**. Report of the Secretary-General (S/2004/616), 2004.

_____. **Principles of international cooperation in the detection, arrest, extradition and punishment of persons guilty of war crimes and crimes against humanity** (3074 (XXVIII)). The General Assembly. 2187th plenary meeting. 3 de Dezembro de 1973.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro. Apontamentos para uma revisão historiográfica. **Contemporânea**. História y problemas del siglo XX. Vol.2, pp.209-218. 2011.

NASSER CURY, Paula Maria. Comissão da Verdade: análise do caso brasileiro. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.7. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

NAVARRO DE TOLEDO, Caio. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de história**. São Paulo, v.24, n.47, pp.13-28, 2004.

NEAL, Arthur G. **National Trauma and Collective Memory**. Extraordinary Events in the American Experience. Armonk, New York, London, England: M.E Sharpe, 2005.

NERVO CONDATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista Sociologia Política*, n.25, pp.83-106. Curitiba, 2005.

NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). **Catástrofe e Representação**. São Paulo: Escuta, 2000.

NETS-ZEHNGUT, Rafi. Passive Healing of the Aftermath of Intractable Conflicts. **The International Journal of Peace Studies**, vol.14, n.01. International Peace Research Association, 2009.

NEUMANN, Klaus. Historians and the yearning for historical justice. **Rethinking History**, vol.18, n.02, pp.145-164, 2014.

NEUMANN, Ulfrid. O papel do Direito, da sociedade e da política na superação de sistemas ilícitos. In. **Justiça de Transição: análises comparadas Brasil-Alemanha**. Cornelius Prittwitz (*et al.*) (Org.). Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2015.

NORA, Pierre. Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire. **Representations** 26. The Regents of the University of California, 1989.

OCARIZ; Maria Cristina; *et al.* As conversas públicas como dispositivo terapêutico. A importância do testemunho. In. **Violência de Estado na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): efeitos psíquicos e testemunhos clínicos**. Maria Cristina Ocariz (Org.). São Paulo: Ecuta, 2015.

OLICK, Jeffrey K. **The politics of regret: on collective memory and historical responsibility**. New York, London: Routledge, 2007.

OLSEN, Tricia D.; *et al.* Transitional Justice in Latin America. **International Studies Review**, n.13, 2011.

ORTEGA, Francisco A. El trauma social como campo de estudios. In. **Trauma, cultura e historia: reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milenio**. _____ (Org.). Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Centro de Estudios Sociales, 2011.

_____. La ética de la historia: una imposible memoria de lo que olvida. **Desde el Jardín de Freud**, n.4. Bogotá, 2004.

ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964**. Daniel Aarão Reis Filho, *et al.*, (Orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

OSIEL, Mark. **Mass atrocity, collective memory, and the law**. New Brunswick and London: Transaction Publishers, 2012.

OSMO, Carla. **Judicialização da justiça de transição na América Latina**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016.

PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In. **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil**. Carlos Artur Gallo; Silvania Rubert (Orgs.). Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

_____. *Como el Uruguay no hay...* Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do *Pachecato* à Ditadura Civil-Militar. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. 2005.

PAIVA CARVALHO, Claudia; *et al* (Orgs.). **Justiça de transição na América Latina: panorama 2015**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, 2016.

PAYNE, Leigh A. (Orgs.). **A anistia na era da responsabilização**: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia**: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PEREIRA, Anthony W. A tradição da legalidade autoritária no Brasil. In. **O direito achado na rua**: introdução crítica à justiça de transição na América Latina. José Geraldo de Souza, *et al* (Orgs.). Brasília, DF: UnB, 2015.

PERU. Comisión de La Verdad y Reconciliación. **Informe Final**. Disponível em: <<http://www.derechos.org/nizkor/peru/libros/cv/con.html>>. Acesso em 13 de junho de 2017.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violações de Direitos Humanos e Justiça de Transição no Brasil. Breve cenário quanto à responsabilização penal pelos crimes da ditadura civil-militar. **Sistema Penal & Violência**, v.07, n.01. Porto Alegre, 2015.

_____. **O STF de costas para a humanidade**. Folha de São Paulo, 05 de maio de 2010.

_____. Autoritarismo e transição. **Revista USP**, Dossiê Violência, n.9, 1991.

PINHEIRO, Milton (Org.). **Ditadura**: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

PINTO, Simone Rodrigues. Direito à memória e à verdade: comissões de verdade na América Latina. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, 2010.

PIPER-SHAFFIR, Isabel; *et al*. Psicología Social de la Memoria: Espacios y Políticas del Recuerdo. **Psykhé**. Vol.22, pp.19-31. 2013.

POLKINGHORN, Donald E. Narrative Psychologie und Geschichtsbewusstsein. In. **Erzählung, Identität und historisches Bewusstsein**. Die Psychologische Konstruktion von Zeit und Geschichte. Erinnerung, Geschichte, Identität I. Jürgen Straub (Org.). Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1998.

PRADO, Larissa Brisola Brito. **Estado democrático e políticas de reparação no Brasil: tortura, desaparecimentos e mortes no regime militar**. (Dissertação de Mestrado) – Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. Campinas, São Paulo. 2004.

PRONER, Carol; ABRÃO, Paulo (Coords.). **Justiça de Transição**: reparação, verdade e justiça: perspectivas comparadas Brasil-Espanha. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

QUINALHA, Renan Honório. **Justiça de Transição**: contornos do conceito. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Editorial, 2013.

RAIMUNDO, Filipa; COSTA PINTO, António. From ruptured transition to politics of silence: the case of Portugal. In. **Transitional Justice And Memory In Europe (1945-2013)**. Nico Wouters (Org.). Cambridge, Antwerp, Portland: Intersentia, 2014.

REÁTEGUI, Félix (Org.). **Justiça de transição**: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011b.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Daniel Aarão Reis Filho (*et al.*) (Orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RICHARD, Nelly. The Reconfigurations of Post-Dictatorship Critical Thought. **Journal of Latin American Cultural Studies**, vol.09, n.03, pp.273-282. Taylor and Francis Ltd, 2000.

_____. Políticas da memória e técnicas do esquecimento. In. **Narrativas da modernidade**. Wander Melo Miranda (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a.

_____. **Escritos e conferências 1 em torno da psicanálise**. São Paulo: Edições Loyola, 2010b.

_____. **O justo 1**: a justiça como regra moral e como instituição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

_____. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

RIVERA, Manuel de. La Comisión de la Verdad y Reconciliación en Perú: conclusiones y perspectivas. **Real Instituto Escano de Estudios Internacionales y Estratégicos**. 2003.

ROBINSON, Benjamin. Against Memory as Justice. **New German Critique** 98, vol.33, n.2. pp.135-160. New German Critique and Duke University Press, 2006.

RODEGUERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Daniel Aarão Reis Filho (*et al.*) (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROHT-ARRIAZA, Naomi. The new landscape of transitional justice. In. Naomi Roth-Arriaza e Javier Mariezcurrena (Orgs.). **Transitional Justice in the Twenty-First Century**. Beyond Truth versus Justice. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

ROSA, Johnny Roberto. **Responsabilidade Histórica e Direitos Humanos**. Considerações ético-sociais sobre a profissão de historiador e o impacto da Declaração Universal dos Direitos Humanos no estudo da história. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

ROTH, Michael S. **Memory, Trauma, and History**. Essays on Living with the Past. New York: Columbia University Press, 2012.

_____. **Rediscovering History**. Culture, Politics, and the Psyche. Stanford, California: Stanford University Press, 1994.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

RUBIO ESCOLAR, Sinthya. **La reparación a las víctimas del conflicto armado en Perú: la voz de la víctimas**. Lima: Instituto de Defensa Legal, 2013.

RUIZ, Castor Bartolomé (Org.). **Justiça e memória: para uma crítica ética da violência**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2009.

RUPÉREZ, Reyer Mate. La Justicia en la Historia. **Memória histórica: se puede juzgar la historia?** Fundacion Antonio Carretero: Madrid, 2009.

RÜSEN, Jörn. **Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. Using History: The Struggle over Traumatic Experiences of the Past in Historical Culture. **Historein**, vol.11. 2011.

_____. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da historiografia**, n.02, p.163-209, 2009.

_____. (ed.). **Meaning and Representation in History**. (Making sense of history v.7). New York – Oxford: Berghahn Books, 2006.

_____. Mourning by History. Ideas of a New Element in Historical Thinking. **Historiography East and West**, vol.1, n.1. Koninklijke Brill NV: Leiden, 2003a.

_____. **Kann gestern besser werden?** Zum Bedenken der Geschichte. Berlin: Kulturverlag Kadmos, 2003b.

_____. (Org.). **Western Historical Thinking**. An Intercultural Debate. New York, Oxford: Berghahn Books, 2002.

_____.; STRAUB, Jürgen (Org.). **Die dunkle Spur der Vergangenheit: Psychoanalytische Zugänge zum Geschichtsbewusstsein**. Erinnerung, Geschichte, Identität. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1998.

SARLO, Beatriz. Vocación de Memoria. Ciudad y Museo. In. **El Estado y la Memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia**. Ricard Vinyes (Org.). Barcelona: RBA Editores, 2009.

SAUL, Jack. **Collective Trauma, Collective Healing**. Promoting community Resilience in the Aftermath of Disaster. New York, London: Routledge, 2014.

SCHNEIDER, Nina. Waiting for a Meaningful State Apology: Has Brazil Apologized for Authoritarian Repression? **Journal of Human Rights**, vol.13. pp.01-16. Taylor and Francis Group, 2014.

_____. The Forgotten Voices of the “Militares Cassados”: Reconceptualising “Perpetrators” and “Victims” in Post-1985 Brazil. **Brasiliana – Journal for Brazilian Studies**, vol.2, n.2, 2013a.

_____. ‘Too little too late’ or ‘Premature’? The Brazilian Truth Commission and the Question of ‘Best Timing’. **Journal of Iberian and Latin American Research**, vol.19, n.01. Routledge, 2013b.

_____. Breaking the ‘Silence’ of the Military Regime: New Politics of Memory in Brazil. **Bulletin of Latin American Research**, vol.30, n.2, 2011.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.) **História, Memória, Literatura**. O Testemunho na Era das Catástrofes. Unicamp: Editora Unicamp, 2003.

_____. A história como trauma. In: **Catástrofe e representação**: ensaios. Arthur Nestrovski; Márcio Seligmann-Silva (orgs.). São Paulo: Escuta, 2000.

SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA (Org.). **Clínicas do testemunho**: reparação psíquica e construção de memórias. Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

SIKKINK, Kathryn. **The Justice Cascade**. How Human Rights Prosecutions Are Changing World Politics. New York, London: W. W. Norton and Company, 2011.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira. Clínicas do Testemunho: um espaço para a narração do silêncio. In: **Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica**: Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro. Vera Vital Brasil, *et al.* (Coord.). Instituto Projetos Terapêuticos, Ministério da Justiça, Comissão de Anistia. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Rio de Janeiro: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015.

_____. A Comissão de Anistia e a Concretização da Justiça de Transição no Brasil: repercussão na mídia impressa brasileira: Jornal O Globo, 2001 a 2010. In: _____. *et al.* (Org.). **Justiça de Transição nas Américas**: olhares interdisciplinares, fundamentos e padrões de efetivação. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

_____. O anjo da história e a memória das vítimas: o caso da ditadura militar no Brasil. **Veritas**, v.53, n.2. Porto Alegre, 2008.

SILVEIRA BAUER, Caroline. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. **Dimensões**, vol.32, pp.148-169, 2014.

SKIDMORE, Thomas E. **The Politics of Military Rule in Brazil, 1964-85**. New York, Oxford: Oxford University Press, 1988.

SMELSER, Neil J. Psychological Trauma and Cultural Trauma. In: **Cultural Trauma and Collective Identity**. University of California Press: Berkeley, Los Angeles, London. 2004.

SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada (Coord.). **Memória e Verdade**: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SOSNOWSKI, Saúl. Contra os consumidores do esquecimento. In: **O trânsito da memória**. Saúl Sosnowski; Jorge Schwartz (Orgs.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para uma Concepção Multicultural dos Direitos Humanos. **Contexto Internacional**, vol.23, n.1, pp.07-34. Rio de Janeiro, 2001.

SPIEGEL, Gabrielle M. Memory and History: Liturgical time and Historical Time. **History and Theory**, vol.41, n.02, pp.149-162. Wiley for Wesleyan University, 2002.

STRAUB, Jürgen; RÜSEN, Jörn. **Dark traces of the past**: psychoanalysis and historical thinking. New York, Oxford: Berghahn Books, 2010.

STRAUB, Jürgen. Geschichten erzählen, Geschichte bilden. Grundzüge einer narrativen Psychologie historischer Sinnbildung. In: **Erzählung, Identität und historisches Bewusstsein**. Die Psychologische Konstruktion von Zeit und Geschichte. Erinnerung, Geschichte, Identität I. Jürgen Straub (Org.). Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1998.

STRECK, Lenio Luiz. Os equívocos do Supremo Tribunal Federal do Brasil na interpretação da Lei da Anistia. In: **Justiça de Transição**: análises comparadas Brasil-Alemanha. Cornelius Prittwitz (*et al.*) (Org.). Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2015.

SUBOTIC, Jelena. The Paradox of International Justice Compliance. **The International Journal of Transitional Justice**, vol.3. Oxford University Press, 2009.

SWENSSON JUNIOR, Lauro Joppert. Punição para os crimes da ditadura militar: contornos do debate. In: **Justiça de Transição no Brasil**. Direito, responsabilização e verdade. _____; *et al.* (Org.). São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **Anistia Penal**. Problemas de validade da Lei de Anistia brasileira (Lei 6.683/79). Curitiba: Juruá, 2007.

TEITEL, Ruti G. **Transitional Justice**. Oxford University Press, 2000.

TELES, Edson. **Brasil e África do Sul**: os paradoxos da democracia. Memória política em democracias com herança autoritária. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2007.

TELES, Edson. SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

TELES, Janaína. Os trabalhos da memória: os testemunhos dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: **Psicologia, violência e direitos humanos**. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, Karen Meira Dotto, *et al* (Orgs.). São Paulo: CRP SP, 2011.

_____. **Mortos e Desaparecidos Políticos**: reparação ou impunidade? São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000.

THOMPSON, Janna. Historical Injustice and Reparation: Justifying Claims of Descendants. **Ethics**, n.112, p.114-135. Chicago: The University of Chicago, 2001.

_____. The apology paradox. **The Philosophical Quarterly**, vol.50, n.201, p.470-475, 2000.

TODOROV, Tzvetan. **Memory as a remedy for evil**. London, New York, Calcutta: Seagull Books, 2010.

_____. **Hope and Memory**: lessons from the twentieth century. Princeton: Princeton University Press, 2003.

_____. **Memória do mal, tentação do bem**. São Paulo: Arx, 2002.

TORELLY, Marcelo D. **Justiça de Transição e Estado Constitucional de Direito**. Perspectiva Teórico-Comparativa e Análise do Caso Brasileiro. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012.

TORPEY, John (Org.). **Politics and the Past**. On repairing historical injustices. New York. Oxford: Rowman and Littlefield Publishers, Inc., 2003.

VAN ZYL, Paul. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.01. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

VASCONCELOS, José Antonio. **O passado irrevogável na Justiça de Transição**. História da Historiografia. Ouro Preto, número 11, 2013.

VERNON, Richard. **Historical Redress**: must we pay for the past? New York, London: Continuum, 2012.

WEICHERT, Marlon Alberto. WEICHERT, Marlon Alberto. O Relatório da Comissão Nacional da Verdade: conquistas e desafios. **Projeto História**, n.50, pp.86-137. São Paulo, 2014.

_____. A Comissão Nacional da Verdade. In: **Justiça de Transição nas Américas**: olhares interdisciplinares, fundamentos e padrões de efetivação. José Carlos Moreira da Silva Filho; *et al* (Orgs.). Belo Horizonte: Fórum, 2013.

_____. Visão crítica dos óbices à promoção da Justiça no Brasil. In. **Justiça de Transição**: análises comparadas Brasil-Alemanha. Cornelius Prittwitz (*et al.*) (Org.). Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2015.

WEYENETH, Robert R. The Power of Apology and the Process of Historical Reconciliation. **The Public Historian**, vol.23, n.3, p.09-38, 2001.

WINTER, Stephen. Towards a Unified Theory of Transitional Justice. **International Journal of Transitional Justice**, vol.7, 2013.

WIRTH, Laurent. Facing misuses of History. In. **The misuse of history**. Symposium on "Facing misuses of history", Oslo (Norway) 28-30 june 1999. Project "Learning and teaching about the history of Europe in the 20th century". Council for Cultural Co-operation. Council of Europe Publishing, 2000.

ZAMORA, José A. História, Memória e Justiça: da justiça transicional à justiça anamnética. In. **Justiça de Transição nas Américas**: olhares interdisciplinares, fundamentos e padrões de efetivação. José Carlos Moreira da Silva Filho; *et al.* (Orgs.). Belo Horizonte: Fórum, 2013.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares no primeiro governo da transição brasileira: uma democracia tutelada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.09, n.26, pp.162-178. São Paulo, 1994a.

_____. **Rumor de Sabres – Controle civil ou tutela militar?** Estudo comparativo das transições democrática no Brasil, na Argentina e na Espanha. São Paulo: Editora Ática. 1994b. p.189.

_____. As prerrogativas militares nas transições brasileira, argentina e espanhola. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol.7, n.19, pp.56-65, 1992.

ZERUBAVEL, Eviatar. **Time Maps**. Collective Memory and the Social Shape of the Past. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2004.

ZERUBABEL, Yael. The Death of Memory and the Memory of Death: Masada and the Holocaust as Historical Metaphors. **Representations**, n.45. The Regents of the University of California, 1994.

ZILLI, Marcos. Punir *or not* punir? Qual é o verdadeiro dilema? **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n.09, pp.340-367. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

ZUR, Judith. The Psychological Impact of Impunity. **Anthropology Today**, vol.10, n.03, pp.1-17. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 1994.